

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

Escola de Arquitetura

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Caroline Cristiane Rocha

**O PLANEJAMENTO METROPOLITANO E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:  
um estudo dos Lumes**

Belo Horizonte

2023

Caroline Cristiane Rocha

**O PLANEJAMENTO METROPOLITANO E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:  
um estudo dos Lumes**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Linha de pesquisa: Organização do espaço e alternativas sócio-ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór.

Belo Horizonte

2023

## FICHA CATALOGRÁFICA

R672p

Rocha, Caroline Cristiane.

O planejamento metropolitano e a extensão universitária [recurso eletrônico] : um estudo dos Lumes / Caroline Cristiane Rocha. - 2023.  
301 p. : il.

Orientador: Roberto Luís de Melo Monte-Mór.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Planejamento urbano - Teses. 2. Extensão universitária - Avaliação - Teses. 3. Belo Horizonte (MG) - Teses. I. Monte-Mór, Roberto Luís de Melo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.4



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



## FOLHA DE APROVAÇÃO

O planejamento metropolitano e a extensão universitária: um estudo dos Lumes

CAROLINE CRISTIANE ROCHA

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 30 de março de 2023, pela Comissão constituída pelos membros:

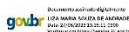
Prof. Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór – Orientador  
FACE-UFMG

CLAUDIA ANDREA  
MAYORGA  
BORGES:91448441668

Assinado de forma digital por  
CLAUDIA ANDREA MAYORGA  
BORGES:91448441668  
Dados: 2023.06.26 16:35:50 -03'00'

Profa. Dra. Cláudia Andréa Mayorga Borges  
PROEX-UFMG

Profa. Dra. Júnia Maria Ferrari de Lima  
EA-UFMG



Profa. Dra. Liza Maria Souza Andrade  
UnB – por videoconferência

Dra. Clarice de Assis Libanio  
Favela é Isso Aí

Belo Horizonte, 30 de março de 2023.

## AGRADECIMENTOS

A jornada de dedicação a uma pesquisa pode ser de muitos obstáculos. É um mergulho duvidoso, sem sabermos muito bem onde vai dar. É ao mesmo tempo desafiador e instigante. Sei que não chegaria até aqui sem persistência, sem acreditar na minha pesquisa, mas sobretudo, não chegaria até aqui sem minha fé. *Te adorarei, meu Deus, enquanto eu existir. Proclamarei as maravilhas que fizeste em mim.*

Também sei que para chegar até aqui, sem sombra de dúvidas, precisei contar com uma rede de apoio, de solidariedade e de confiança. Por isso, dedico esse espaço a agradecer a todos vocês que foram essenciais nessa caminhada.

Ao meu querido orientador Roberto, obrigada por toda dedicação a esse trabalho. Foi realmente um presente conviver com você. Obrigada por apoiar minhas ideias e incentivar meu crescimento como pesquisadora, uma generosidade sem tamanho. Você sempre será uma grande referência para mim.

Às queridas professoras Clarice, Junia e Leta, que me presentearam com contribuições valiosíssimas na banca de qualificação. Obrigada por direcionar os caminhos da minha pesquisa de uma maneira tão gentil e respeitosa.

Aos meus amigos e companheiros de Lumes, colegas de turma, ex-alunos e parceiros de Matozinhos e Nova União, foi um prazer estar com vocês. Obrigada por tanto aprendizado compartilhado. Agradeço especialmente a todos aqueles que se disponibilizaram e me concederam entrevistas ímpares, sem as quais jamais conseguiria compreender as potencialidades da extensão universitária.

Agradeço imensamente minha família e meus amigos, que muitas vezes não entendiam bem o que eu estava fazendo, mas continuavam me incentivando. Obrigada mãe, pai, irmão, sem o apoio de vocês nada disso seria possível. Obrigada amigos que estiveram próximos, acompanhando os passos dessa trajetória e contribuindo, cada um de sua maneira especial. Vocês moram no meu coração.

Finalmente, não poderia deixar de agradecer aos meus queridos professores e amigos do Escritório de Integração, lugar onde me tornei extensionista. Viviane, Eduardo, Tiago e Alícia, obrigada por tantas experiências compartilhadas.

Esse trabalho tem muito de cada um de vocês.

[...] O valor do encontro entre movimentos existe por si. Quanto mais experiências compartilhadas e ações organizadas em conjunto, maiores as condições de superação dos desafios nos territórios.

(FERREIRA; FELÍCIO, 2021, p.138)

## RESUMO

Discute-se nessa pesquisa como a extensão universitária tem contribuído para a ampliação da participação e da mobilização no planejamento urbano. Tomando como estudo de caso o programa Lumes (Lugares de Urbanidade Metropolitana), um dos desdobramentos do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH), desenvolve-se um registro das experiências já realizadas por disciplinas extensionista na Escola de Arquitetura e na Faculdade de Economia, ambas da Universidade Federal de Minas Gerais. O esforço de retomar essas experiências, por meio de análise da produção acadêmica sobre os Lumes e por meio da coleta de relatos de ex-alunos e pessoas que se tornaram parceiras das ações extensionista, remete à busca por uma outra prática de planejamento urbano. A investigação avança para pensar outras ferramentas de projeto, que podem promover a ativação dos espaços e a articulação dos agentes ali inseridos, fortalecendo o papel das decisões locais na escala metropolitana. Por fim, o acompanhamento durante quatro semestres da disciplina *LUMES – Planejamento e Cidadania na RMBH*, possibilitou compreender (e participar) das propostas de ações de planejamento colaborativo, realizadas pelos alunos a partir da mobilização comunitária dos parceiros dos municípios de Matozinhos e Nova União (Minas Gerais). Espera-se apontar caminhos possíveis para a continuidade dos Lumes, que além de uma experiência extensionista inovadora, se mostra como uma ferramenta de planejamento urbano capaz de encorajar a participação social, evidenciando a escala do cotidiano como a escala adequada para ousarmos construir espaços urbanos mais justos.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Planejamento Metropolitano. Instrumentos de planejamento. Participação. LUMES. PDDI-RMBH.

## ABSTRACT

This research discusses how university extension has contributed to enlarge the participation and mobilization in urban planning. Taking the Lumes program as a case (Lugares de Urbanidade Metropolitana), one of the developments of the Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH), a record of experiences already carried out is developed – by extensionist disciplines at the Escola de Arquitetura and the Faculdade de Economia, both at the Universidade Federal de Minas Gerais. The effort to resume these experiences, through the analysis of academic production on the Lumes and through the collection of reports from former students and people who became partners in extensionist actions, leads to the search for another urban planning practice. The investigation advances to think about other design tools that can promote the activation of spaces and the articulation of the agents inserted there, strengthening the role of local decisions in the metropolitan scale. Finally, the follow-up during four semesters the classes *LUMEs – Planejamento e Cidadania na RMBH* made it possible to understand (and participate) in the proposals for collaborative planning actions, carried out by the students based on the community mobilization of partners in the municipalities of Matozinhos and Nova União (Minas Gerais). It's expected to point out possible ways for the continuity of the Lumes, which, in addition to an innovative extensionista experience, proves to be an urban planning tool capable of encouraging social participation, highlighting the scale of everyday life as the appropriate scale for us to dare to build fairer urban spaces.

Keywords: University Extension. Metropolitan Planning. Planning instruments. Participation. LUMEs. PDDI-RMBH.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Inserção da Região Metropolitana de Belo Horizonte no estado de Minas Gerais.....	16
Figura 2: Concepção do PDDI-RMBH de reestruturação da MetrÓpole “Monodispersa” para a MetrÓpole “Policompacta” .....	19
Figura 3: Relação municípios-anos de atuação da extensão universitária.....	50
Figura 4: Primeiro levantamento do PDDI constando os Lugares Metropolitanos.....	63
Figura 5: Síntese das dimensões do Lumes.....	65
Figura 6: Compreendendo a rede mobilizada pelo Lumes em suas primeiras ações.....	66
Figura 7: Ações continuadas por meio da disciplina Lumes.....	121
Figura 8: Inserção do município de Matozinhos na RMBH.....	122
Figura 9: Inserção do Parque Municipal Ecológico do Barroão em Matozinhos.....	123
Figura 10: Entrega da revista elaborada aos parceiros.....	124
Figura 11: Diagrama com os produtos finais elaborados pela turma.....	126
Figura 12: Ação da disciplina no Barroão no 1º/2022.....	126
Figura 13: Ação da disciplina no Barroão no 2º/2022.....	128
Figura 14: Inserção do município de Nova União na RMBH.....	129
Figura 15: Discussões sobre as possibilidades da moeda social.....	131
Figura 16: Catálogos de voluntários e produtores pela turma.....	132
Figura 17: Ação da disciplina junto ao ISC no 1º/2022.....	133
Figura 18: Jogo elaborado pela turma para o Projeto Tijolinho.....	134
Figura 19: Trilha realizada com o Projeto Rumo Espinhaço.....	134
Figura 20: Exemplo de interface produzida pelo grupo – jogo Ocupe na Ocupação Paulo Freire.....	144
Figura 21: Processo de projeto junto à comunidade – Assentamento Pequeno William do MST.....	145
Figura 22: Um dos trabalhos do grupo PEU – levantamento sócio-espacial na Ocupação Esperança.....	148

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Parte 1 – Atravessamentos teóricos da pesquisa.....	24
Ilustração 2: Parte 2 – Abordagens de trabalho e metodologia de pesquisa.....	48
Ilustração 3: Parte 3 – Continuidades.....	138

## LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1: Mapa 1: Revisão da produção acadêmica sobre os Lumes.....	56
Diagrama 2: Linha do tempo: relação entre disciplinas ofertadas e ações extensionistas.....	72
Diagrama 3: Mapa 2: As experiências dos Lumes 2016-2019 (mapeando os obstáculos e os avanços).....	79
Diagrama 4: Linha do tempo: relação entre municípios parceiros e ações extensionistas.....	83
Diagrama 5: Linha do tempo: relação entre municípios parceiros e ações extensionistas [continuação].....	89
Diagrama 6: Linha do tempo: relação entre municípios parceiros e ações extensionistas [continuação].....	96
Diagrama 7: Linha do tempo: relação entre municípios parceiros e ações extensionistas [continuação].....	106
Diagrama 8: Linha do tempo: relação entre municípios parceiros e ações extensionistas [continuação].....	136

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Levantamento da produção acadêmica sobre os Lumes (2011-2021).....	57
Tabela 2: Relação entre perguntas emanentes e imanentes na metodologia da entrevista em narrativa.....	77

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AIMs</b>	Áreas de Interesse Metropolitano
<b>ATHIS</b>	Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social
<b>CACs</b>	Complexos Ambientais e Culturais
<b>CEDEPLAR</b>	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
<b>CEFET</b>	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
<b>COOPERVESP</b>	Associação de Recicladores e Grupos Produtivos da Vila Esportiva e Região
<b>COPASA</b>	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
<b>CRAS</b>	Centro de Referência de Assistência Social
<b>EA/UFMG</b>	Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais
<b>EMATER</b>	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
<b>FACE/UFMG</b>	Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
<b>IFMG</b>	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>IPEAD Gerais</b>	Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>ISC</b>	Instituto Sou Capaz
<b>LUMES</b>	Lugares de Urbanidade Metropolitana
<b>MNRU</b>	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
<b>MOM</b>	Morar de Outras Maneiras
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>MZ-RMBH</b>	Macrozoneamento Metropolitano
<b>ONGs</b>	Organizações Não Governamentais
<b>PEU</b>	Produção do Espaço Urbano nos Brasis
<b>PDDI-RMBH</b>	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte
<b>PLAMBEL Horizonte</b>	Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>PNEU</b>	Política Nacional de Extensão Universitária

<b>PROEX-UFMG</b>	Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais
<b>PUCMINAS</b>	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
<b>RMBH</b>	Região Metropolitana de Belo Horizonte
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>TVA</b>	Trama Verde e Azul
<b>UCJ</b>	UFMG Consultoria Júnior
<b>UEMG</b>	Universidade do Estado de Minas Gerais
<b>UFMG</b>	Universidade Federal de Minas Gerais
<b>UNE</b>	União Nacional dos Estudantes
<b>UNICICLA</b>	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Nova União
<b>ZIMs</b>	Zonas de Interesse Metropolitano

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO:</b> como eu me coloco neste trabalho.....	12
<b>INTRODUÇÃO:</b> tema e justificativa da pesquisa.....	14
<b>PARTE 1:</b> Atravessamentos teóricos da pesquisa.....	24
1.1. A produção do espaço e o planejamento urbano no Brasil.....	25
1.2. Participação no planejamento e a luta por cidades democráticas.....	31
1.3. Pode o planejamento urbano incorporar os movimentos de resistência? Buscando uma outra prática de planejamento.....	40
<b>PARTE 2:</b> Abordagens de trabalho e metodologia de pesquisa.....	48
2.1. A experiência dos Lumes na extensão universitária.....	49
2.2. Revisão da produção acadêmica sobre os Lumes (2011-2021).....	55
2.3. Aprendizados a partir das experiências dos Lumes (2016-2019).....	71
2.4. O campo: prática, reflexão, prática (2021-2022).....	120
<b>PARTE 3:</b> Continuidades.....	138
3.1. Mapeando atores, construindo redes.....	139
3.2. A construção de uma extensão metropolitana: caminhos possíveis.....	151
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	156
<b>APÊNDICES</b> .....	165
Apêndice A – Tabela 3: Análise comparativa das diferentes abordagens teórico-metodológicas.....	166
Apêndice B – Formulário elaborado para realização da pesquisa.....	182
Apêndice C – Entrevistas realizadas pela autora.....	184
Apêndice D – Respostas selecionadas de formulário disponibilizado.....	261

### **Apresentação: como eu me coloco neste trabalho**

Ao iniciar minha caminhada pela arquitetura e pelo planejamento urbano, desde os primeiros períodos da graduação, tive a oportunidade de conhecer a extensão universitária. Minha experiência se deu na assessoria técnica direta a grupos sociais organizados, pessoas que lutavam (e ainda lutam) pelo direito à cidade em seu sentido pleno. Por conta disso, principalmente, dediquei essa pesquisa a aprofundar minhas reflexões teóricas e práticas sobre a potência da extensão universitária.

Acredito que a universidade deve sair para além de seus muros, atuar no espaço urbano real, trocar saberes. Esse movimento é fundamental para ampliarmos nossas capacidades técnicas, para compreendermos a produção do espaço urbano e pensar possíveis caminhos para enfrentarmos nossas crises – sociais, ambientais, políticas. Além de ser enriquecedor se reconhecer com um indivíduo pertencente ao coletivo, se afetar e atuar no fortalecimento das ações cidadãs que nos rodeiam.

Essa pesquisa se deu, em parte, durante um período no qual a necessidade do cuidado com o outro nos deixou isolados fisicamente. Apesar disso, percebi que as articulações coletivas continuavam acontecendo. Conectados a redes – de associações comunitárias, de grupos de pesquisa, de articuladores culturais, de movimentos de luta, etc. –, as pessoas seguiram, trocando conhecimentos, trocando esperanças. Com a efervescência dos debates que aconteciam diariamente por meio das plataformas virtuais, me senti motivada a perseguir o tema proposto inicialmente no projeto de pesquisa: como planejadores urbanos, podemos ativar processos participativos?

De encontro com essas inquietações estava a extensão universitária. De fato, por já ter vivenciado o trabalho extensionista, compreendia que o planejamento urbano poderia se dar ampliando o diálogo entre os diferentes saberes, utilizando-se de ferramentas que contribuem para a construção e a ampliação da participação efetiva dos cidadãos em torno das questões urbanas. Não se trata de preterir o papel do técnico, e sim buscar outras formas de atuação. No lugar de dar soluções aos problemas urbanos com modelos que representam interesses contrários aos cidadãos, devemos nos colocar a serviço da coletividade, buscando uma sociedade onde o acesso aos centros de poder não é exclusivamente da ciência, mas de todos os saberes.

É necessário superar o distanciamento entre aqueles que detém o poder de decisão sobre o espaço urbano e aqueles que são privados de ocupar esses espaços, ainda que vivam e produzam a cidade diariamente. Os obstáculos são estruturais, desde o enfrentamento aos interesses do capital até um novo posicionamento no meio acadêmico: interferências cada vez mais sistemáticas de conhecimentos técnicos especializados (por sanitaristas, planejadores, engenheiros, arquitetos, etc.) sobre os espaços cotidianos, fazem sucumbir experiências genuinamente autogestionárias.

No campo do planejamento urbano, é necessário reconhecer que as ferramentas que a academia nos fornece para compreensão da cidade – modos de habitar a cidade, de produzir a cidade, de regular seu funcionamento – não são suficientes para contemplar a sua diversidade cultural, ambiental, social e político-econômica. Portanto, devemos colocar nossos conhecimentos a serviço das demandas coletivas. Podemos enxergar horizontes de emancipação social quando fortalecemos a autonomia na produção do espaço cotidiano.

Por outro lado, é desafiador pensar em chegar até a população sem essa linguagem dos planos, a qual estamos tão familiarizados. Como estabelecer diálogos menos desiguais? Não é uma tarefa fácil, mas é certo que existem caminhos, estratégias viáveis e metodologias possíveis. Indo além de um diagnóstico territorial, quebrando a hierarquia de saberes, ressaltando as potencialidades dos territórios, fortalecendo as redes e experiências cotidianas. Aposta-se na escala do cotidiano, lugar onde podemos descobrir o que é necessário transformar na escala macro, na escala do planejamento metropolitano, percebendo experiências locais que devemos incorporar.

A partir dos desdobramentos dessas ideias, propõe-se discutir o planejamento na escala do cotidiano, com diretrizes e projetos construídos a partir da demanda e da participação efetiva dos não-técnicos, coerentes com as especificidades do território. As experiências da extensão universitária têm contribuído para isso, mostrando que é possível uma escuta atenta, um diálogo horizontal e uma ação coletiva.

## **Introdução: tema e justificativa da pesquisa**

A pesquisa tem como objeto de estudo um dos desdobramentos do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH), o Lumes (Lugares de Urbanidade Metropolitana)<sup>1</sup>, um dos programas da Política de Democratização dos Espaços Públicos, no qual se propõe um esforço em ampliar o debate sobre o papel das decisões locais na escala metropolitana e uma tentativa de abordar métodos colaborativos de planejamento a fim de efetivar a participação social e construir um processo permanente de planejamento. Partiu-se da discussão sobre o engajamento, a formação de redes colaborativas, os espaços que ativam processos de compartilhamento, no intuito de provocar uma reflexão sobre o papel da extensão universitária no planejamento metropolitano.

Essa pesquisa investiga como a experiência dos Lumes, na extensão universitária, tem contribuído para a ampliação da participação popular e para a efetivação da aprendizagem social nos processos de planejamento, a partir de ações construídas colaborativamente na escala local, mobilizando atores e fortalecendo redes.

De forma a iniciarmos as reflexões aqui pretendidas, esse capítulo traz uma breve introdução, situando o leitor no contexto territorial (RMBH) e administrativo (PDDI-RMBH) no qual as ações dos Lumes estão inseridas.

Como é bem conhecido, a cidade de Belo Horizonte foi planejada no final do século XIX pelo engenheiro Aarão Reis. Seu traçado contrastava com a realidade das cidades brasileiras daquela época pelo sistema viário hierarquizado e composto por avenidas e ruas, que deixava evidente a preocupação do planejamento com a funcionalidade e com a higiene. As planejadas Zona Urbana, Zona Suburbana e Zona Rural comportou a população durante um curto período de tempo (GOUVÊA, 2005). Logo, as limitações institucionais e financeiras impostas à ocupação da área urbana implicaram crescimento acelerado da periferia, onde as classes trabalhadoras se localizaram<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Lumes é o termo que será usado por vezes ao longo do texto para referir ao Programa Lumes instituído no PDDI-RMBH e que será melhor exposto e detalhado na parte 2 desta dissertação. Emprega-se “os Lumes”, no plural, para fazer referência direta às experiências construídas junto às comunidades.

<sup>2</sup> Refere-se aqui à escala metropolitana por ser o objeto da pesquisa, porém é importante ressaltar, como apresenta Silva (2013), que as primeiras favelas de Belo Horizonte surgiram junto com a nova capital, “sobretudo para abrigo da força de trabalho que iria construí-la” (SILVA, 2013, p.88).



Da década de 1950 até meados de 1970 a cidade vivenciou sua expansão urbana baseada no processo de industrialização e nas intervenções públicas estruturantes através da simbiose capital industrial-Estado. Segundo Tonucci Filho (2012), o período foi marcado por uma produção do espaço que atendesse às condições gerais de produção requeridas pela industrialização. Tal investimento se deu em detrimento da produção e distribuição dos bens e serviços de consumo coletivo (TONUCCI FILHO, 2012).

Soma-se a isso o intenso crescimento urbano da cidade que extravasou os limites da capital, desencadeando o processo de metropolização através da agregação de periferias. Durante 1960 e 1970 a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) viveu a explosão demográfica e territorial de suas periferias, ainda que não houvessem os investimentos em serviços e infraestrutura urbanos necessários.

A conurbação continuou avançando nos sentidos norte e oeste, eixos de periferização da pobreza e das aglomerações industriais, respectivamente. Conforme Mendonça (2003), o resultado da expansão metropolitana da década de 1970 foi a reafirmação da centralidade da capital em todos os níveis, reproduzindo a dinâmica centro-periferia como determinante na estruturação da RMBH. (TONUCCI FILHO, 2012, p.90).

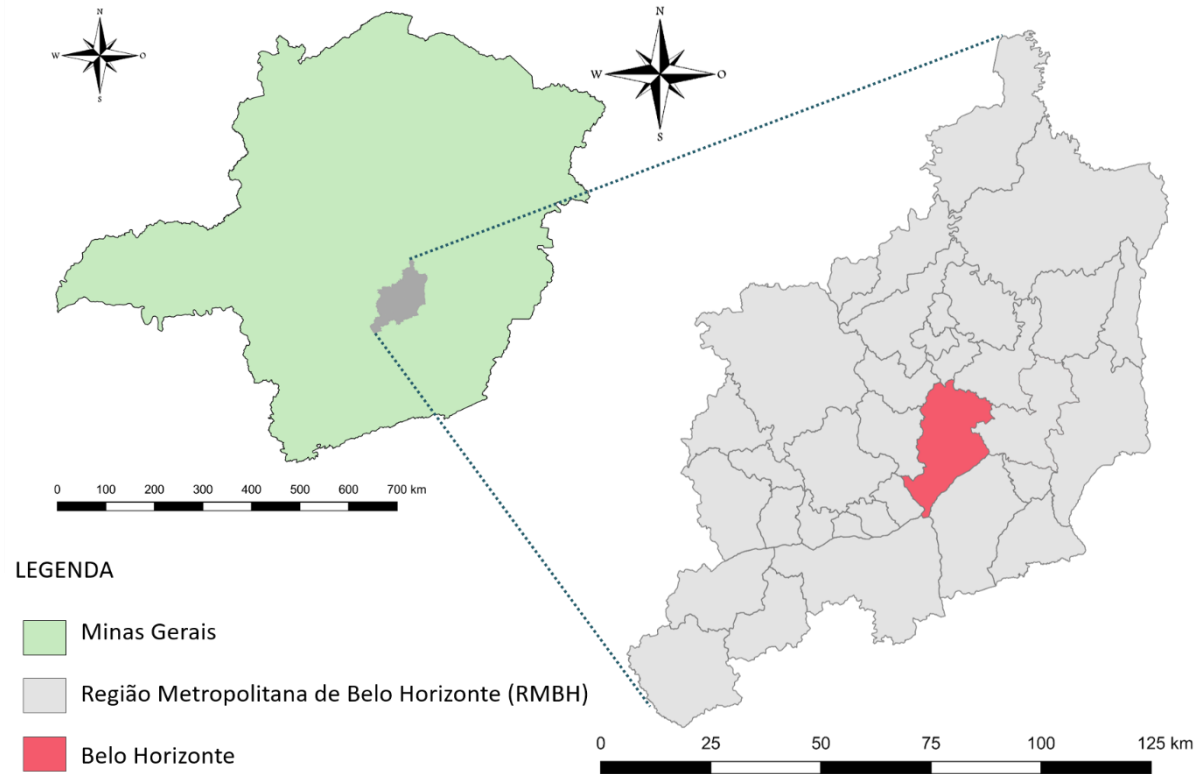
A RMBH foi criada pela lei complementar Federal nº14 de 8 de junho de 1973, compreendendo no início 14 municípios. Sua configuração atual foi estabelecida pela Lei Complementar Estadual nº89, de 2006, contemplando 34 municípios<sup>3</sup>: Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano (Figura 1). A RMBH conta atualmente com

---

<sup>3</sup> A Lei Complementar nº26/1993 criou também o Colar Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte, composto de 14 municípios: Barão de Cocais, Belo Vale, Bonfim, Fortuna de Minas, Funilândia, Inhaúma, Itabirito, Itaúna, Moeda, Pará de Minas, Prudente de Moraes, Santa Bárbara, São José de Varginha e Sete Lagoas. Segundo Teixeira (2008), o Colar Metropolitano “compreende os municípios da periferia alcançados pelo processo de metropolização, assegurando-se a participação, daqueles diretamente implicados, nas decisões, segundo a lei” (TEIXEIRA, 2008, p.108). Hoje são 16 municípios no Colar, com acréscimo dos municípios de Bom Jesus do Amparo e São Gonçalo do Rio Abaixo (Lei Complementar 89, de 12/01/2006).

quase seis milhões de habitantes (metade dos quais concentrados na capital)<sup>4</sup>, sendo a terceira metrópole em expressão econômica e demográfica do sudeste brasileiro (IBGE, 2021).

**Figura 1:** Inserção da Região Metropolitana de Belo Horizonte no estado de Minas Gerais



Fonte: elaborado pela autora, 2021. Base cartográfica: IBGE e ADRMBH, 2017

Gouvêa (2005) discute o fenômeno da metropolização, que segundo ele, refere-se ao intenso ritmo de crescimento urbano em torno das principais capitais estaduais, resultante de um “processo de expansão do núcleo central e de absorção gradativa de espaços periféricos” (GOUVÊA, 2005, p.91). A conurbação de grandes centros urbanos com territórios adjacentes configura a formação das Regiões Metropolitanas, que o autor aborda como sendo reflexo das situações paradoxais urbanas: desenvolvimento econômico e exclusão social, riqueza e miséria, sofisticação tecnológica e degradação ambiental. Isso porque a institucionalização das Regiões Metropolitanas se deu mediante uma política de urbanização e desenvolvimento espacialmente seletivos. Por isso, Gouvêa (2005) chama atenção para a constatação de que sob a mesma denominação de “município”, se abrigam realidades muito diferentes.

<sup>4</sup> Belo Horizonte (estimativa em 2021): 2.530.701 de habitantes. RMBH (estimativa em 2021): 5.429.839 de habitantes. Dados obtidos por meio do Banco de Tabelas e Estatísticas do IBGE (EstimaPop, SIDRA). Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>>.

Em Minas Gerais, ainda que existissem esforços do poder público, dentre os quais a criação de órgão próprio responsável pelo planejamento da RMBH, o PLAMBEL<sup>5</sup>, não foi possível reverter as tendências de estruturação do território. No contexto capitalista da apropriação mercantil do solo, a maioria da população não pode pagar pela urbanização nos moldes industriais pensados, dirigindo-se, portanto, a áreas com terra barata e sem urbanização adequada.

A partir da análise de dados da Região Metropolitana de Belo Horizonte [...] as áreas mais desenvolvidas economicamente agregam cinturões de pobreza, aos quais se dirige a massa desqualificada da população – que permanece a lareira do desenvolvimento – e nos quais são desenvolvidas insuficientes políticas de melhoramento das condições de vida e destinação de serviços públicos. (TEIXEIRA, 2008, p.130).

Ainda que os municípios periféricos não ofereçam adequadas condições de vida urbana, estes passam a ter um crescimento, uma vez que a capital já está com grande densidade populacional e “porque aí o custo da terra é demasiadamente elevado para os migrantes oriundos de outras áreas urbanas ou mesmo das zonas rurais” (GOUVÊA, 2005, p.93). Ou seja, a formação do espaço metropolitano contribui para a aceleração e a consolidação do processo de urbanização já em curso, impactando a dinâmica desses outros espaços.

No contexto da ditadura militar brasileira, o planejamento metropolitano ganhou destaque pautado por uma tecnocracia que dava legitimidade ao controle exercido pelo Estado, uma vez que se assumia que o conhecimento técnico especializado seria capaz de ditar os caminhos ideais para a ação do poder público. Tonucci Filho (2012) chama atenção para o descompasso entre o discurso abrangente e socialmente avançado dos técnicos e as reais condições de implementação de propostas que pudessem de fato enfrentar a problemática urbana.

Esta contradição assenta-se, de um lado, sobre a própria concepção tecnocrática e racionalista de planejamento adotada pelos técnicos, e por outro, sobre os entraves estruturais que a natureza periférica e dependente da sociedade brasileira impõe à atuação e ao planejamento do Estado, reforçados àquele momento pela modernização conservadora perseguida pelo regime militar. (TONUCCI FILHO, 2012, p.160).

---

<sup>5</sup> Segundo Gouvêa (2005), para atender a Lei Complementar federal nº14/1973, que institucionalizou as oito primeiras regiões metropolitanas brasileiras, a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PLAMBEL) foi criada “com o objetivo fundamental de orientar o governo estadual naquilo que se referisse aos serviços de interesse comum no âmbito da RMBH” (GOUVÊA, 2005, p.103).

Dessa forma, a RMBH continuou se defrontando com problemas e passivos acumulados ao longo do seu rápido processo de metropolização, e chegou na década de 2010 também tendo que enfrentar “os desafios introduzidos pela emergência de novos processos socioespaciais a partir das transformações contemporâneas na economia, na sociedade e no espaço” (TONUCCI FILHO, 2012, p.108).

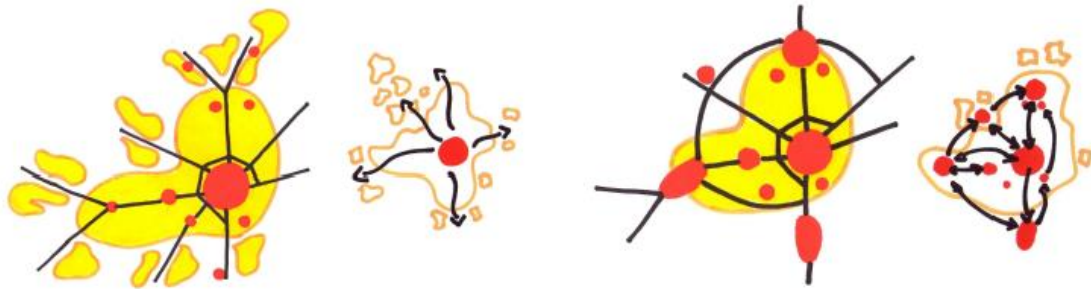
Tais desafios podem ser sintetizados no agravamento das desigualdades e do modelo centro-periferia de estruturação territorial; na crescente perda da mobilidade urbana devido à falta de integração das políticas de transporte público; no grande estoque de lotes vagos em áreas periféricas e adensamento e verticalização excessivos em áreas de maior valorização imobiliária; no agravamento dos conflitos entre os diversos usos do solo e áreas de preservação ambiental; e na tendência de manutenção dos investimentos em municípios já dotados de infraestrutura ou com base na exploração de recursos naturais (UFMG/PUCMINAS/UEMG, 2011a).

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH)<sup>6</sup> foi desenvolvido entre os anos de 2009 e 2011 com o objetivo de construir um processo de planejamento metropolitano da RMBH, envolvendo não só seus municípios e os órgãos estaduais e federais ali atuantes, mas também a sociedade civil organizada em seus movimentos sociais, associações empresariais e populares. Preocupou-se principalmente com a reestruturação territorial da RMBH, visando a criação e/ou fortalecimento de centralidades urbanas em rede; com a melhoria de articulação e deslocamento entre as várias porções da Região; com a intensificação do uso do espaço urbano existente, além do aproveitamento dos vazios urbanos; e com a redução da pressão sobre as áreas verdes, áreas rurais e ambientalmente protegidas.

---

<sup>6</sup> O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH) foi contratado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (Sedru), do Governo do Estado de Minas Gerais, junto à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Fundação Ipead), e elaborado por uma equipe coordenada pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Contou com a participação direta de professores e alunos de pós-graduação e graduação, de várias unidades e departamentos da UFMG, além de professores e pesquisadores da PUC Minas e da UEMG (UFMG/PUCMINAS/UEMG, 2011a).

**Figura 2:** Concepção do PDDI-RMBH de reestruturação da Metrópole “Monodispersa” para a Metrópole “Policompacta”



Fonte: UFMG/PUCMINAS/UEMG (2011a)

Além de definir um conjunto de Políticas, Programas e Projetos para promoção de um planejamento metropolitano integrado e que possibilite a manutenção de interfaces metropolitanas e discussão de temas comuns entre os municípios – definidos a partir de estudos técnicos abrangentes de diversos aspectos da Região –, o PDDI buscou construir um “processo perene de discussão, colaboração e integração de conhecimentos, [...] que permitam a análise, a crítica e o monitoramento permanentes das múltiplas ações dos vários agentes que atuam no espaço e território metropolitanos” (UFMG/PUCMINAS/UEMG, 2011a, p.3).<sup>7</sup>

O PDDI adotou uma postura contrária à visão tecnocrática do planejamento, apoiando sua atuação nas correntes centradas na “mobilização social” e no “aprendizado social” (FRIEDMANN, 1991), que colocam a sociedade não apenas como objeto, mas como sujeito do planejamento do seu espaço de vida. Como coordenador geral da elaboração do plano, Roberto Monte-Mór (2012) destaca o caráter inovador da experiência, não apenas pelo seu objetivo de se formar um processo de planejamento participativo permanente, mas também pela articulação promovida.

O PDDI expressa, portanto, de um lado o papel de mediação possível a ser exercida pela academia/universidade entre o governo e a sociedade civil, uma novidade no planejamento metropolitano de Belo Horizonte e, talvez, nessa escala, no Brasil. De outro, representa também o reconhecimento possível dos benefícios de uma convivência profícua entre os saberes e

<sup>7</sup> Apesar de aprovado pelo órgão competente em 2011 (Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano), para ter validade legal o PDDI deveria ser aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, na forma de lei complementar, até janeiro de 2018. Trata-se de um requisito à aprovação dos planos diretores metropolitanos definido pela Lei Federal nº 13.089, de 2015, que institui o Estatuto da Metrópole. Tal fato não ocorreu e o plano seguiu arquivado até o lançamento pela Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte de sua atualização, em 2022. Essa atualização, entretanto, será executada por uma consultoria privada vencedora da licitação lançada em 09/11/2021. (AGÊNCIA RMBH, 2021).

leituras políticas, técnicas e comunitárias, gerando um processo participativo consequente na elaboração de um plano – metropolitano, no caso – e, espera-se, na alimentação de um processo de planejamento metropolitano como um todo. (MONTE-MÓR, 2012, p.96).

A partir da “Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos”, no eixo Urbanidade do PDDI<sup>8</sup>, o “Programa de Mobilização Social para Implementação do Plano Metropolitano: LUMEs – Lugares de Urbanidade Metropolitana” foi proposto. Lugar Metropolitano diz respeito a um espaço dotado de significativo valor simbólico, cultural, histórico e conformador de identidades para a coletividade metropolitana. De tal maneira, o Plano propõe conceber estratégias para conservação, requalificação, divulgação, facilitação do acesso, dentre outras medidas necessárias para que esses lugares passem a desempenhar um potencial de novas oportunidades de desenvolvimento local (UFMG/PUCMINAS/UEMG, 2011a).

Os Lumes foram concebidos como espaços para o exercício da cidadania, da mobilização social e da participação. Sua concepção está fundamentada no envolvimento da população, de forma horizontal e continuada, para troca de informações e produção de dados locais, assim como processos de ação direta do PDDI voltados à difusão do conceito de cidadania metropolitana (LIBÂNIO, 2019). Tomando como estratégia a comunicação com a população, suas ações concentram-se na difusão do conhecimento produzido e na garantia da participação e integração, no sistema de planejamento, dos vários agentes metropolitanos.

Os Lumes apresentam experiências importantes de serem revisitadas. A fim de fomentar essa discussão permanente e horizontal, assumindo que o conhecimento técnico-científico equivale ao conhecimento gerado na vida cotidiana, de forma que o planejador aprende com o cidadão e vice-versa, busca-se parceiros que se engajem nos processos de planejamento. Essa postura dialoga com a corrente do planejamento urbano chamada de Aprendizado Social, de John Friedmann (1991), segundo o qual o planejamento sai da

---

<sup>8</sup> O PDDI-RMBH elaborou seu diagnóstico a partir de 10 áreas temáticas transdisciplinares, que foram posteriormente reconfiguradas, para fins de elaboração das propostas, em duas Dimensões Estruturantes, a *Territorialidade* e a *Institucionalidade*, além de quatro Eixos Temáticos Integradores, que orientaram a elaboração das demais políticas, programas e projetos do plano. São eles: *Acessibilidade*, garantindo o acesso a serviços urbanos e sociais básicos, assim como condições de ir e vir, trafegando nas várias escalas metropolitanas; *Seguridade*, tomada em seu sentido amplo, de forma a garantir não somente a segurança pública, mas também a alimentar, da posse da terra e da moradia, do trabalho e da renda; *Sustentabilidade*, fortalecendo processos diversificados que asseguram uma vida coletiva mais rica, presente e futura; e *Urbanidade*, tratando de garantir o direito à cidade de forma ampla, caracterizado pelas dimensões, diferenças e diversidades próprias da Região. (UFMG/PUCMINAS/UEMG, 2011a).

exclusividade do Estado e passa parcialmente para a população. A abordagem é centrada na ação, ainda que a construção de uma consciência crítica também seja importante, porém ela é decorrente de uma atuação ativa no mundo para transformá-lo.

Diante das diversas possibilidades nas quais o Lumes se insere, contribui na discussão proposta sua compreensão como um método colaborativo, fomentando a participação popular. Por isso, a revisão das experiências do Lumes no formato de disciplinas extensionistas dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Economia da Universidade Federal de Minas Gerais pretende avaliar como o planejamento colaborativo tem contribuído para a interação entre técnicos e não-técnicos. A proposta de imersão dos alunos nos municípios parceiros e as articulações institucionais possibilitadas pela presença de lideranças atuantes dos territórios, são ações que desdobram o Lumes a partir da extensão universitária e merecem aprofundamento. Dessa forma, a pesquisa destina-se fundamentalmente a reforçar a importância da extensão universitária como caminho para outras práticas de planejamento urbano.

A extensão universitária tem se mostrado valorosa na busca por um planejamento mais democrático<sup>9</sup>, ao fugir de soluções convencionais e ressaltar a importância da participação ativa dos moradores nas escolhas de ações no território em que produzem, vivem e trabalham. A partir da experiência em conjunto com a comunidade, contextualizando a realidade social das pessoas, colocando estes como protagonistas na produção territorial a partir de sua experiência e saberes locais, acredita-se que a atuação dos técnicos será na contribuição com uma produção do espaço já em curso, assim como o reconhecimento de práticas e lutas nestes territórios. Dessa forma, começamos a mudar paradigmas consolidados no nosso campo de atuação. É preciso buscar uma abordagem autonomista, como aponta Souza (2002), onde o planejamento crítico não ignora os saberes locais, e o técnico se apresenta como interlocutor de decisões que são tomadas efetivamente por todos os envolvidos.

---

<sup>9</sup> Cabe ressaltar que a extensão universitária é um lugar de diversidade, de diferentes concepções de modos de se fazer extensão, que estão em disputa. Ainda que a academia esteja submetida a diversas orientações normativas (como o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior e o Conselho Nacional de Educação), a ideia de extensão como um potencial de democratização, diferente da sua perspectiva fundadora, mais assistencialista (que ainda é muito presente na universidade), não é um consenso. Essa *virada democrática* (MAYORGA, 2021) da extensão será discutida em outro capítulo, porém, desde já, posiciono essa pesquisa na perspectiva de buscar experiências extensionista nessa orientação – mais dialógica e mais democrática.

A partir de uma proposição geral – poderia ser aqui resumida como a participação efetiva irá requerer uma aproximação entre saberes, uma escuta atenta e uma compreensão das especificidades locais – analisa-se as experiências empíricas para verificar ou refutar as seguintes hipóteses: a) na escala do cotidiano é possível discutir e desenvolver estratégias de fortalecimento e participação da comunidade no planejamento; e b) outras ferramentas de projeto – que estão sendo testadas o tempo todo pela extensão universitária – podem promover a ativação dos espaços e a articulação dos agentes ali inseridos.

Somente com a consolidação de uma participação direta podemos pensar em um desenvolvimento urbano autêntico que persiga a conquista de uma melhor qualidade de vida para todos. Partimos, portanto, da necessidade de pensarmos mecanismos para que o planejamento institucionalizado seja orientado por pautas apresentadas pela população, pela escala local. Trata-se de uma construção que articula o conhecimento técnico com os diversos conhecimentos que produzem a cidade – questão fundamental da extensão universitária. Uma construção que toma pautas apresentadas pela população como pressuposto, numa fricção de saberes – conhecimento técnico e vivência empírica. Um processo no qual “as propostas não saem da cabeça de sábios, embora não despreze esse conhecimento acumulado, mas passam pelo crivo do conhecimento prático e da vivência empírica” (MARICATO; SANTOS JUNIOR, 2007, p.6).

Na primeira parte da dissertação, discutiremos os atravessamentos teóricos da pesquisa, quais sejam: *A produção do espaço e o planejamento urbano no Brasil*, de forma a apontar alguns dos desdobramentos da urbanização brasileira; *Participação no planejamento e a luta por cidades democráticas*, no qual buscaremos colocar em pauta os limites e potencialidades de arcabouços institucionais, os desafios e obstáculos à participação; e *Pode o planejamento urbano incorporar os movimentos de resistência? Buscando uma outra prática de planejamento*, apresentando uma breve reflexão sobre as práticas de planejamento urbano e seus pressupostos coloniais.

Na segunda parte da dissertação, aprofunda-se na experiência dos Lumes, desdobrando a pesquisa em três abordagens de trabalho: a primeira, intitulada *Revisão da produção acadêmica sobre os Lumes (2011-2021)*, dedica-se a compreender a construção teórica-metodológica do programa a partir das publicações feitas ao longo de uma década; a segunda discute os *Aprendizados a partir das experiências dos Lumes (2016-2019)*, analisando entrevistas realizadas com alunos e parceiros para relatar as ações que ocorreram no período;



e a terceira apresenta o acompanhamento da disciplina *LUMEs – Planejamento e Cidadania na RMBH*<sup>10</sup>, realizado pela autora por dois anos, possibilitando uma aproximação das ações de mobilização comunitária e planejamento urbano colaborativo em dois municípios da RMBH – *O campo: prática, reflexão, prática (2021-2022)*.

O estudo do espaço cotidiano pelos alunos envolve ouvir o outro e fomentar uma noção ampliada de cidadania, no sentido do desenvolvimento da autonomia dos grupos envolvidos. O objetivo é que cada processo de planejamento colaborativo retorne como um resultado tangível para as comunidades, por meio de eventos coletivos, discussões de políticas urbanas, atividades de formação, dentre outros que possam surgir.

Por fim, na terceira parte da dissertação apresenta-se um mapeamento de caráter propositivo, imaginando possibilidades de continuação das ações dos Lumes: *Mapeando atores, construindo redes*; e *A construção de uma extensão metropolitana: caminhos possíveis*, são os capítulos finais desse trabalho.

Espera-se, ao final, que essa pesquisa possa contribuir para a discussão da produção do espaço urbano por meio de diversas narrativas, provocando a ativação de novas possibilidades de atuação do campo do planejamento urbano. Tratando-se de pensar e construir outros espaços urbanos, mais justos, solidários e democráticos, devemos estar atentos a outras falas, a outros atores, a outros saberes. Esse é um desafio atual e urgente do nosso campo. A extensão universitária tem um papel fundamental nessa articulação da universidade com os outros saberes – que é, no fim, a reaproximação dos técnicos com a população que vive e produz o espaço urbano.

---

<sup>10</sup> Devido a pandemia da Covid-19 e a definição do Regime Remoto Emergencial pela Universidade Federal de Minas Gerais, a disciplina extensionista, locada na Faculdade de Ciências Econômicas, foi suspensa no ano de 2020; ofertada de forma totalmente remota em 1º/2021; parcialmente remota em 2º/2021 e 1º/2022; retornando às atividades presenciais em 2º/2022, como será apresentado mais adiante.



## PARTE 1

### Atravessamentos teóricos da pesquisa

Contribuições para se pensar sobre nossas cidades, a relação dos atores sociais nesse contexto e como esses podem incidir no planejamento urbano.

### 1.1. A produção do espaço e o planejamento urbano no Brasil

O processo de metropolização das cidades brasileiras se deu a partir da extensão da práxis urbana, que nasce nas grandes cidades e transborda sobre seu espaço imediato (MONTE-MÓR, 2005). Tudo é urbano e a extensão desse modo de vida a todo espaço ocupado está ligada ao poder cultural e social da cidade em relação ao campo (RUA, 2010). Entretanto, a transformação se dá de forma heterogênea e paulatina, o que permite a existência de locais nos quais a urbanização ou “as forças modernizadoras do capitalismo industrial” (MONTE-MÓR, 2005) não modificou completamente o espaço e ainda existem processos sócio-espaciais de organização da vida cotidiana que respondem a dinâmicas de um meio rural.

Se olharmos de forma ampla, veremos um território no qual o urbano se manifesta ideologicamente e comportamentalmente, com representações homogeneizadoras dos espaços. No entanto, um recorte geográfico menor ou mais específico, revela que existem interações urbano-rurais. Essas apresentam especificidades relacionadas a forte presença de traços materiais e imateriais de ruralidades. Diante disso, é necessário questionar como o planejamento poderá lidar com a escala local, frente ao desafio de que espaços antes considerados rurais, encontram-se agora inseridos em dinâmicas metropolitanas.

Nesse sentido, Monte-Mór (2006) destaca como as periferias urbanas brasileiras proliferaram de maneira precária, com ausência de serviços urbanos considerados essenciais para o desenvolvimento social. O autor destaca que o estímulo a um espaço nacional desarticulado agrava a concentração nas regiões metropolitanas e desencadeia o fenômeno de implosão-explosão descrito por Lefebvre (1968):

Por um lado, o valor das terras e a concentração histórica de atividades e investimentos em áreas centrais levaram à ‘implosão’ dos núcleos urbanos [...] e a extensão do tecido urbano [...] marcou a ‘explosão’ da cidade industrial para abrigar o tecido urbano-industrial, um tecido sócio-espacial privado de sua tríade de atributos básicos. (MONTE-MÓR, 2004, p.290).

Essa tríade de atributos básicos refere-se ao excedente econômico coletivo, ao poder sociopolítico e à festa cultural (LEFEBVRE, 1968), em constante disputa no espaço urbano. A prevalência dos interesses do capital sobre os interesses coletivos é reflexo da importação de modelos de planejamento que “contribui para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente” (MARICATO, 2002, p.123). Mas o que vem mudando nas lógicas de assentamento e como a metropolização tem contribuído para isso? A partir das discussões da urbanização extensiva é possível compreender melhor esse contexto.

Na contemporaneidade, as definições de limite do que é campo e o que é cidade já não são tão nítidas, uma vez que “alguns dos conceitos centrais da vida contemporânea derivam da cidade, tanto em sua forma espacial quanto em sua organização social” (MONTE-MÓR, 2005, p.3). Se pensarmos nas relações intermunicipais nas regiões metropolitanas, isso fica mais evidente: municípios que possuem áreas rurais delimitadas, porém suas populações mantêm uma relação de consumo e produção ligada à cidade.

Monte-Mór (2005) aborda como a partir do surgimento da indústria a cidade se expandiu, por meio da práxis urbana, a todo o espaço social. Segundo o autor, a cidade exerce um controle desses espaços externos a ela por meio de processos ideológicos, característicos da modernidade (*lócus* do mercado e do poder). Com o novo tecido urbano, as relações sócio-espaciais se estendem a partir da cidade, resultando em “novas formas de ocupação do espaço e novas lógicas de povoamento [...]. Suas articulações se dão de forma cada vez mais descontínua no espaço geográfico” (MONTE-MÓR, 1994, p.4).

Dessa forma, o espaço regional pode ser entendido a partir de três perspectivas (MONTE-MÓR, 2005): a primeira, de que a expansão das aglomerações urbanas acompanha a ampliação das áreas conurbadas; a segunda, que há uma multiplicação de centros urbanos isolados, tendo cidades médias como polarizadoras; e a terceira, de que os centros urbanos de pequeno e médio porte se articulam em novos arranjos sócio-espaciais. Todas essas perspectivas trazem um sentido mais amplo para o conceito de urbanização extensiva.

A ampliação das áreas conurbadas e a multiplicação de centros urbanos isolados parecem ser perspectivas contraditórias, mas são reflexo do planejamento voltado ao mercado, de acordo com a sobreposição de seus interesses aos objetivos do planejamento regional, e sua influência na implantação das políticas públicas. Segundo Tonucci e Freitas (2020), um planejamento estritamente econômico tem como consequência uma desarticulação do território por meio de grandes enclaves privados, pressão por novos loteamentos e legislações municipais mais permissivas, “podendo levar a avanços sobre áreas de proteção ambiental, substituição de população, agravamento da exclusão sócio-espacial e novos ciclos de periferização” (TONUCCI; FREITAS, 2020, p.77).

Monte-Mór (2005) entende que essa urbanização incorpora espaços rurais e regionais à lógica urbano-industrial dominante, seja a partir dessa expansão imediata da metrópole sobre municípios vizinhos, seja a partir do discurso de desenvolvimento, incorporado aos municípios mais distantes. Questiona-se, entretanto, até que ponto o planejamento urbano-

regional seria capaz de recolocar a questão urbana em oposição às demandas do mercado. Como pautar qualidade de vida, qualidade ambiental, acesso ao consumo e a serviços básicos frente à especialização das diferentes regiões nos espaços metropolitanos que ainda se mantêm (indústria, turismo, mineração), permanecendo a dependência da população à metrópole?

Por isso, a terceira perspectiva sobre o espaço regional, a de que os centros urbanos de pequeno e médio porte se articulam em novos arranjos sócio-espaciais (MONTE-MÓR, 2005), é a que nos parece ser uma alternativa de resistência. Para entendermos como esses espaços se articulam a favor de suas populações, mesmo diante dessa pressão do crescimento econômico, é necessário se aproximar da esfera cotidiana.

A superação do modelo de planejamento direcionado somente à escala da cidade e aos grandes projetos urbanos aparece, em um primeiro momento, com o fortalecimento do planejamento voltado à escala da região. É necessário que o planejamento esteja atento à região, uma vez que a disputa dos grandes capitais pelo espaço urbano pressiona uma expansão (e exploração) do tecido urbano sobre o campo. A expansão da práxis urbana influencia – politicamente, economicamente e ideologicamente – as dinâmicas existentes entre campo e cidade e cria novas (MONTE-MÓR, 2005). A partir dessa forma fragmentada da pós-metrópole (SOJA, 2000), é necessário buscar compreender como se dão as relações entre as pessoas e os espaços. As discussões do territorialismo contribuem para isso.

Cantelmo *et al.* (2015), pontuam que segundo uma vertente materialista, o território é produzido a partir de dois elementos: a disponibilidade e o uso. O território entendido apenas a partir de seus recursos, é reivindicado por determinada sociedade, que pretende explorá-lo. Dessa forma, as práticas hegemônicas produzem o espaço mediante o seu uso, a produção de bens de consumo e a sua comercialização. O processo de produção do território na sociedade capitalista apresenta-se em constante conflito de uso do espaço, por apropriação ou por dominação.

As relações de dominação resultam em uma territorialização funcional, uma especialização produtiva regional (CANTELMO *et al.*, 2015). Os autores recordam que Santos (1996) já apontava para existência de um circuito superior e um inferior da economia. Esse marcado pelas atividades periféricas, informais, e aquele expressando a modernização e as trocas globais a partir de práticas de dominação locais. O que é possível observar nos estados brasileiros, que estão em “níveis” diferentes, uma vez que essa especialização produtiva

regional é reforçada pela gestão federal. As trocas globais da região sul e sudeste – principalmente na cidade de São Paulo – só é possível uma vez que atividades primárias extrativistas acontecem no norte, no nordeste, no centro (XAVIER, 2018). Não é por acaso que essas regiões apresentam grandes conflitos com comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. São esses grupos que estão lutando por autonomia em seus territórios, pelo direito de decidirem como vão viver e produzir ali.

Ao falar da autonomia na “escala” de uma sociedade autônoma, Souza (2007) pontua que essa sociedade buscará autogerir livremente seu território, tendo o acesso aos recursos de maneira igual a todos. E que mesmo em sociedades autônomas, o exercício do poder não pode ser concebido sem territorialidade. Para o autor, a autonomia está relacionada ao desenvolvimento. A questão que fica é se seria possível ampliarmos a nossa noção de desenvolvimento guiada pela ciência e pela técnica<sup>11</sup> – ainda predominante no campo do planejamento urbano –, a partir das experiências desses territórios de resistência, que estão em constante conflito pela sua autonomia.

Devemos questionar se o desenvolvimento urbano – voltado para a expansão, modernização e crescimento econômico – também contribui para uma melhora significativa na qualidade de vida das pessoas ou se ele é apenas uma justificativa para um descaso com áreas de preservação, ou com o patrimônio histórico-arquitetônico e os espaços coletivos de memória, ou ainda, uma justificativa para ampliação das desigualdades, com grande parte da população não sendo atendida com serviços básicos.

Os impactos do desenvolvimento econômico estão cada vez mais evidentes frente à crise climática que nos cobra respostas urgentes. Crescimento e modernização tem custos sociais e ambientais que são, via de regra, muito seletivos, social e espacialmente (SOUZA, 2003). Se avaliarmos o modelo de produção e gestão das cidades brasileiras adotado nos últimos anos, iremos observar que ambos contribuíram para a concentração territorial e populacional em áreas metropolitanas, intensificando a segregação urbana e reproduzindo uma estrutura social dualizada, entre quem tem direito à cidade e quem não tem. Por isso, numa perspectiva que leve em conta os interesses legítimos de toda a sociedade, o

---

<sup>11</sup> Como nos coloca Boaventura de Sousa Santos, ao discutir o modelo global de racionalidade da ciência moderna, “a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o carácter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (SOUSA SANTOS, 1987, p.3).

desenvolvimento que importa não é – ou não deve ser – somente o econômico, mas sim sócio-espacial (SOUZA, 2003).

A busca por um desenvolvimento sócio-espacial deverá se dar na construção de uma política urbana participativa – luta constante de movimentos que reivindicam o direito à cidade, ainda que por meio das instâncias limitadas, e por vezes controversas, da democracia representativa. Esse debate é necessário para avaliarmos os avanços, limites e principais desafios para a consolidação dos espaços de participação da sociedade na gestão das políticas urbanas. Temos um cenário onde estão em disputa processos hegemônicos de produção e reprodução do capital e processos de permanência e de resistências das comunidades em nível local.

Apesar desses conflitos estarem latentes nas cidades, é necessário pontuarmos que a urbanização se estende para muito além delas. Assim como os problemas característicos da sociedade capitalista – segregação, exclusão e fragmentação sócio-espacial. Monte-Mór (2018) nos chama atenção para as utopias que surgem nesses outros territórios (utopias camponesas), a partir de outras articulações entre a modernidade e os espaços para além das cidades. Segundo o autor, tomam o holofote outras formas de cidadania, de luta e resistências, as quais devemos considerar (rumo ao urbano-utopia): dos povos tradicionais como indígenas, dos quilombolas, dos ribeirinhos, e também dos trabalhadores do campo e outras populações que vivem do extrativismo de subsistência (vegetal, animal ou mineral).

Com o novo tecido urbano, as relações sócio-espaciais se estendem a partir da cidade, resultando em “novas formas de ocupação do espaço e novas lógicas de povoamento [...]. Suas articulações se dão de forma cada vez mais descontínua no espaço geográfico.” (MONTE-MÓR, 1994, p.4). Nesse contexto da urbanização extensiva, formula-se um processo de repolitização do território, onde os Movimentos Sociais Urbanos perdem o adjetivo urbano e se tornam apenas Movimentos Sociais, uma vez que estão em todo o espaço social, produzindo novos projetos de emancipação (MONTE-MÓR, 2018).

Ressalta-se nesses movimentos emancipatórios o sentido coletivo e colaborativo, em oposição à competição acirrada e individualista presente na economia mundial, “centrada na exclusão de espaços e populações, e conseqüentemente, destruidora do ambiente natural e social por ela excluído” (MONTE-MÓR, 1994, p.9). A ampliação dessas relações econômicas e sociais outras, chamadas populares e solidárias, organizadas internamente segundo relações sociais de produção não capitalistas, parece ser um caminho promissor. Uma vez que, a partir

da resistência à transformação da natureza em mercadoria, novas vozes, novos povos se organizam e se colocam como atores expressivos no contexto das lutas pela emancipação. Questionamos quais são as narrativas que se opõem a essa perspectiva. No campo do planejamento e dos estudos urbanos, reforçam-se conceitos hegemônicos ou revelam-se vozes dos sujeitos do território?

Como nos coloca Monte-Mór (2015), é necessário re-significar conceitos, explorar transições epistemológicas e ontológicas, a fim de ampliarmos o entendimento do mundo contemporâneo enquanto um momento de transição. Seguindo algumas das reflexões de Celso Furtado sobre o desenvolvimento endógeno, o autor aponta que é possível traçar caminhos para as alternativas, para os espaços da diferença, valorizando as diversidades e não as desigualdades nas construções socioespaciais das realidades culturais múltiplas. Para tanto, é preciso romper com determinações homogeneizantes:

[...] o (des)envolvimento passa a ter seu sinal invertido, qual seja, ao invés de des-envolver populações de suas bases socioculturais históricas para entrada de um racionalismo instrumental necessário à difusão do capital, trata-se de des-envolver essas populações das amarras que a 'sociedade burocrática do consumo dirigido' (Lefebvre, 1991) lhes vem impondo cada vez mais fortemente. Poder-se-ia então talvez falar de um desenvolvimento em bases pós-modernas, centrado na complexidade e na diferença, e rompendo com as determinações homogeneizantes do capitalismo globalizado. (MONTE-MÓR, 2015, p.67).

Assim, um desenvolvimento que busque um re-envolvimento radical, voltado às determinações culturais e históricas, fortalecendo o sentido de cidadania, poderá construir um futuro no qual todo o espaço social é politizado. Se considerarmos os sentidos dialéticos do urbano, podemos entendê-lo enquanto a materialização de redes de informações voltada para a participação, para a politização do espaço da vida e para construção da cidadania (MONTE-MÓR, 2015). Qual é o papel do planejamento na construção dessas alternativas de resistência?

Algumas possibilidades partem das experiências dos movimentos insurgentes e do planejamento a partir da escala local. Porém, essa construção também envolve um compromisso do Estado e dos municípios em incentivar que haja uma esfera pública, de fato, participativa, com o envolvimento do governo – secretarias, órgãos de fiscalização, de execução – e da sociedade civil organizada – organizações populares, entidades sindicais e empresariais. Um dos desafios do planejamento é levantar também as demandas da sociedade civil não organizada, tema que vem avançando por meio da extensão universitária.



## 1.2. Participação no planejamento e a luta por cidades democráticas

A gestão democrática da cidade, a partir do que está posto pelo Estatuto da Cidade (Art. 2º, 2001)<sup>12</sup>, resulta da participação direta do povo na gestão urbana, de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. Entretanto, mesmo diante das normas legais, não podemos deixar de nos ater ao recorrente questionamento sobre o que se pode fazer para que a população se mobilize e se torne parte do processo na condução de decisões de seu interesse.

Entendo esse debate como fundamental no campo das ciências que refletem a produção do espaço urbano e que buscam modos para superar suas contradições. No planejamento urbano, por exemplo, a prática dominante é pensar o espaço em uma escala muito distante da escala real, do cotidiano. As pessoas não conseguem colocar suas questões locais na implementação do planejamento, mesmo com as instâncias institucionalizadas para a participação popular, realçando os desafios e obstáculos a uma colaboração dos não-técnicos no planejamento. Por isso, é fundamental que não percamos de vista os movimentos que nos antecederam.

O tema da Reforma Urbana, que vem de uma articulação dos movimentos sociais desde os anos 1960, é apresentado no período da Assembleia Constituinte como um conjunto de reformas fundamentais para enfrentar as desigualdades nas cidades brasileiras. A Reforma Urbana constituía-se no que Silveira (1989) pontua como uma primeira fase dos movimentos urbanos, uma fase de reivindicação.

Essa prática dos movimentos urbanos se constituiria pois numa forma alternativa da prática do planejamento, como desdobramento de uma primeira fase desses movimentos, de negação das práticas públicas oficiais que, baseadas numa racionalidade essencialmente técnica, excluía do processo de acumulação grande parcela da população urbana. (SILVEIRA, 1989, p.39).

Destaca-se que essa racionalidade, “essencialmente técnica”, foi constituindo-se ao longo de décadas, desde o urbanismo científico, que é uma resposta à crise da metrópole

---

<sup>12</sup> Lei Federal 10.257/2001, o Estatuto da Cidade foi instituído a partir do Fórum Nacional pela Reforma Urbana, momento em que se teve uma ampla mobilização da sociedade civil a fim de afirmar a função social da propriedade, o direito à cidade e apoiar a criação de agendas sociais nos Planos Diretores, inclusive na escala metropolitana. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e consolida diretrizes e instrumentos que visam contribuir para uma gestão urbana democrática. (Para ver na íntegra acesse: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm)).

industrial e encarregou-se de entregar respostas urbanísticas ao crescimento das cidades, até o urbanismo progressista da década de 1950, quando o país consolida o sentido de modernidade durante seu processo inicial de urbanização (MARICATO, 2000).

Antes de avançarmos nas discussões sobre a Reforma Urbana, retoma-se aqui, brevemente, às primeiras manifestações do urbanismo neoliberal<sup>13</sup>, a fim de compreender porque o crescimento das cidades, com a industrialização, não foi acompanhado de uma melhora na qualidade de vida urbana.

No Brasil, a partir da segunda metade do século XX, acontecerá um acelerado processo de transformação das cidades, a partir das políticas de modernização, integração e urbanização. Maricato (2000) pontua que o planejamento urbano da década de 1950 teve como base as políticas keynesianas, com o Estado intervindo na economia sempre que necessário.

Souza (2002) aponta nesse período (1950) a concepção do planejamento como a atividade de elaboração de planos e ordenamento espacial para a “cidade ideal”. Os pilares do urbanismo modernista – higiene, ordem e harmonia social – são buscados por intermédio da produção em série. Segundo Monte-Mór (2006), essa definição do urbanismo pautou a percepção das cidades por várias décadas, e a urbanização “passou a ser vista cada vez mais como uma necessidade da transformação das sociedades em busca de um futuro moderno (e melhor)” (MONTE-MÓR, 2006, p.66).

Os anos de 1950 e 1960 tiveram como marca a vinda dos trabalhadores do campo para as cidades. Nos anos de 1970 a população rural já era menor que a urbana em diversas regiões do Brasil. As cidades brasileiras se encontravam densas e os municípios desigualmente urbanos. Os benefícios das cidades modernas estavam restritos a algumas classes trabalhadoras, e os pobres urbanos, em grande parte originários daquelas populações rurais, eram expulsos para as periferias. Esse quadro de atração das cidades e industrialização do campo gerou novos padrões de urbanização, “que tanto reforçam a concentração populacional em áreas urbanas conurbadas quanto promovem a desconcentração sobre cidades médias e pequenas” (MONTE-MÓR, 2005, p.436). Soma-se a esse contexto, a

---

<sup>13</sup> Refere-se aqui a uma perspectiva de urbanismo no qual cabe a política urbana mobilizar os espaços da cidade e orientar o seu crescimento “tanto para o mercado, quanto para as práticas de consumo de elite, garantindo, ao mesmo tempo, a ordem e o controle de populações excluídas” (SOUZA GORDILHO, 2018, p.250).

dinâmica do mercado imobiliário (formal e informal), que determina o aumento do preço da terra urbana e consolida a periferização das cidades.

Ainda que haja a expulsão dos pobres dos centros urbanos, permanece a dependência dos mesmos a estes centros – pela oferta de emprego e serviços. E permanece a demanda dos centros urbanos a eles, como força de trabalho. Esse cenário é decorrente dessa urbanização que se deu de forma incompleta nos países do capitalismo periférico, onde todos os serviços necessários para a reprodução social são insuficientes ou inexistem fora do centro (MONTE-MÓR, 2005). Como apontado por Maricato (2000), nas cidades brasileiras existe um deslocamento do pensamento e dos princípios de planejamento e gestão urbanos e a realidade sócio-espacial – de segregação, desigualdade, informalidade, negação dos direitos básicos.

A reivindicação por melhores condições de vida nas cidades corrobora um aumento dos movimentos sociais e a pressão política popular pela Reforma Urbana. Uma articulação das organizações sociais tornou possível dar visibilidade ao tema e construir um ator coletivo, “que não pressupõe a diluição das identidades envolvidas, mas possibilita a construção de consensos e formulação de ações comuns a partir de uma interação comunicativa” (SILVA, 2002, p.145).

Diversos autores (SANTOS JÚNIOR, 1995; MARICATO, 2000; AVRITZER, 2002; DAGNINO, 2002) irão analisar esse momento de participação efetiva na política urbana brasileira, no final dos anos 1970 e a partir de 1980. Nesse período, como destaca Avritzer (2002), ocorre no Brasil o que se convencionou chamar de surgimento de uma *sociedade civil autônoma e democrática*. Segundo o autor,

Tal fato esteve relacionado com diferentes fenômenos: um crescimento exponencial das associações civis, em especial das associações comunitárias (Boschi, 1987; Santos, 1983; Avritzer, 2000); uma reavaliação da ideia de direitos (Dagnino, 1994); a defesa da ideia de autonomia organizacional em relação ao Estado (Sader, 1988); e a defesa de formas públicas de apresentação de demandas e de negociação com o Estado (Costa, 1994; 1997). (AVRITZER, 2002, p.18).

Esse fenômeno, não podemos deixar de citar, está relacionado a uma luta unificada contra o autoritarismo do período militar<sup>14</sup>, e que se materializou na reunião de diversos

---

<sup>14</sup> Santos Júnior (1995) aponta que, o que se observou no planejamento sob o regime autoritário, “foi o agravamento dos problemas urbanos, gerado pela expansão industrial, pelos intensos fluxos migratórios e pelo crescimento populacional superior à absorção da mão-de-obra nas cidades” (SANTOS JÚNIOR, 1995, p.30).

setores sociais: “movimentos sociais de vários tipos, sindicatos de trabalhadores, associações de profissionais – como advogados, jornalistas –, universidades, igrejas, imprensa, partidos políticos de oposição” (DAGNINO, 2002, p.9). O período de redemocratização da sociedade brasileira trouxe a necessidade de uma reforma institucional e constitucional, de forma que fosse possível de fato criar novas condições de governabilidade do país (SANTOS JÚNIOR, 1995).

No interior de toda essa mobilização, surge e se desenvolve o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), discutindo as questões da gestão municipal, do planejamento e da política urbana. O MNRU se organiza a partir da busca da participação direta da sociedade no processo constituinte. Apresenta, nesse sentido, um projeto de democracia política e social, como coloca Santos Júnior (1995):

A promulgação da Constituição de 1998, ainda que com limites, definiu uma agenda reformista, sustentada pela mobilização de amplos setores da sociedade organizada, que se caracterizava por uma concepção universalista, redistributiva e democrática, no que concerne aos direitos sociais, à renda e à riqueza social e à gestão pública. (SANTOS JUNIOR, 1995, p.13).

E ainda, segundo o autor, é durante a elaboração da Constituição Federal que se consolida “com maior visibilidade uma nova tendência de enfrentamento da problemática urbana, a partir de uma multiplicidade e de uma heterogeneidade de práticas sociais e políticas, conforme o ideário reformista” (SANTOS JÚNIOR, 1995, p.44). Devido ao MNRU se organizou o primeiro Fórum Nacional pela Reforma Urbana, em outubro de 1988, articulando os movimentos sociais na Constituinte. A partir das pautas colocadas no Fórum, o capítulo da Política Urbana foi inserido no texto da Carta Magna<sup>15</sup>.

Ainda que tal feito possa ser considerado uma grande vitória dos movimentos de luta popular, pouco se evoluiu para a efetivação do direito à cidade nos anos que se seguiram à promulgação da Constituição. O contexto político era de fortalecimento do ideário neoliberal<sup>16</sup>, cenário esse que se insere em uma mudança global a partir da crise do *welfare*

---

Apesar da elaboração dos inúmeros planos, o modelo de planejamento não foi capaz de promover a superação das desigualdades sociais crescentes.

<sup>15</sup> O Capítulo resume-se em dois artigos: o Art. 182 (função social da propriedade urbana; utilização, edificação e parcelamento compulsórios; obrigatoriedade do Plano Diretor) e o Art. 183 (usucapião urbana em terrenos privados).

<sup>16</sup> A pandemia da Covid-19 evidenciou as consequências das políticas neoliberais pós crise de 2008 e os cortes de investimentos públicos em setores básicos da sociedade (habitação, saúde, saneamento, ciência). E também revelou a incapacidade de governos centrais em lidar com as especificidades de cada território, mostrando que as agendas locais, baseadas em uma democracia mais direta, tem uma resposta mais eficiente, a exemplo de:

*state*, na década de 1970, com o apelo à racionalidade do mercado e à privatização (HARVEY, 2006). Ou seja, o papel do Estado não é mais garantir a equidade e a seguridade sociais, e sim viabilizar a produção e a reprodução do capital, atendendo demandas das grandes empresas – capital imobiliário, da construção civil, automobilístico, da construção pesada (MARICATO, 2015).

A década de 1990 é um período de confronto de diferentes propostas e concepções sobre a gestão urbana. Ainda que os Planos Diretores municipais, obrigatórios por força do disposto na Constituição (Artigo 182), buscassem incorporar uma “gestão democrática da cidade, o fortalecimento da regulação pública do solo urbano e uma inversão de prioridades inspirada nos ideais de justiça social” (SANTOS JÚNIOR, 1995, p.14), prevalecia um projeto de cidade no qual os investimentos em espaços seletivos e em políticas prioritárias excluíam grande parcela da população.

Os avanços nas políticas urbanas brasileiras foram sendo postos de lado frente a um modelo que, segundo a lógica do capital, distorce uma legislação que foi pensada para que a cidade cumprisse sua função social e para que a participação cidadã fosse um pilar. Instrumentos que não saem do papel (MARICATO, 2000) e práticas de governança que apresentam soluções que atendem às exigências do setor privado, irão resultar em uma modernização seletiva que gera mais concentração de renda e desigualdades.

Tal modernização seletiva se materializa por meio de investimentos em territórios-chaves para o capital e para as camadas dominantes: o direcionamento da construção pesada para a ampliação de infraestrutura destinada aos automóveis, ao invés do investimento em transporte público, trazendo diversos impactos para a mobilidade urbana, a saúde pública e o meio ambiente; os programas de habitação, tratados nas agendas dos governos de forma a consolidar o que já estava sendo reivindicado pelo setor da construção civil, o aumento da produção, e não alcançando de fato a população sem casa; as revitalizações em áreas centrais ocupadas pela classe trabalhadora, de forma a atender às demandas do *city marketing*, gerando aumento do custo de vida e expulsão das populações originais; entre outros.

---

ações comunitárias em favelas brasileiras; municípios que adotaram o isolamento social e direcionaram seu orçamento à preservação dos direitos básicos do cidadão; fortalecimento de iniciativas de autogestão como moedas sociais; entre outros. (Ver ZÁRATE, 2020).

É a partir desse quadro, em oposição a esses capitais que determinam quem terá acesso ou não à cidade, que a luta pela Reforma Urbana se atualiza e se fortalece, buscando um debate sobre essas desigualdades.

A nova concepção de planejamento e gestão da cidade [década de 1990] possui dois fundamentos. Primeiro, o diagnóstico de que o capitalismo tardio gerou uma dinâmica intraurbana a qual produz e reproduz as desigualdades sociais, traduzidas pela segregação e pela espoliação urbana (Kowarick, 1979). Segundo, os princípios políticos e ideológicos calçados no ideário da democracia e da justiça social, concepção que recebe fortes influências das ideias e análises identificadas como a sociologia urbana marxista francesa. (SANTOS JÚNIOR, 1995, p.21)

Se por um lado todas essas inserções do urbanismo neoliberal agravam a segregação urbana, por outro, movimentos políticos em favor da democracia e da justiça social buscam saídas para tais problemas enraizados na sociedade brasileira. De forma a aproximar o cidadão às instâncias de poder, o Estatuto da Cidade vem estabelecer que a gestão democrática deve se realizar “[...] por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”. (cap. I, art. 2º, II, Lei 10.257/01).

Como se ressaltou, esse debate iniciou-se muito antes da promulgação da lei. Ao discorrer sobre as experiências de planejamento no Brasil, nas últimas três décadas (90,00,10), Costa (2015) entende uma trajetória de construção do direito à cidade.

[...] Os conselhos, audiências públicas, conferências, oficinas participativas, plenárias, assembleias, entre outros, passam a ser lugares de exercício da política e de definição de políticas, acordos, negociações de diversas ordens. Embora constituam espaços públicos (Dagnino, 2002) potencialmente democráticos, a participação em tais espaços é constantemente atravessada pelas assimetrias de poder – material e simbólico – que marcam as condições de desigualdade entre os agentes sociais engajados no processo: do domínio do conhecimento técnico e da linguagem, à disponibilidade de tempo e de recursos para participar, das estratégias intimidatórias à destituição dos saberes comuns, entre outras. (COSTA, 2015, p.44).

Os espaços públicos potencialmente democráticos, destacados pela autora, são descritos no capítulo IV do Estatuto da Cidade como instrumentos para a efetivação da gestão democrática da cidade: órgãos colegiados, debates, audiências e consultas públicas, conferências nos níveis nacional, estadual e municipal, e iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (cap. IV, art. 43º, II, Lei 10.257/01). Tal ideário, que enfatiza a participação popular, buscava superar o padrão excludente das políticas sociais dominantes até então, pensando principalmente a

incorporação das classes populares na tomada de decisão a respeito das intervenções nas cidades.

Sabe-se que instrumentos de gestão democrática da cidade são discutidos desde a Constituição de 1988 como sendo fundamentais para a democratização da sociedade, uma vez que a ampliação de tal gestão na esfera do município fortalece a participação e o exercício da cidadania. Essa noção de cidadania, segundo Dagnino (2002), foi empreendida pelos movimentos sociais e por outros setores na década de 1980, apontando

[...] na direção de uma sociedade mais igualitária em todos os seus níveis, baseada no reconhecimento dos seus membros como sujeitos portadores de direitos, inclusive aquele de participar efetivamente na gestão da sociedade. Além disso [...], a ênfase na questão da cidadania aponta para a importância de assegurar uma das condições mesmas de existência da sociedade civil: a vigência de um conjunto de direitos, tomados como parâmetros básicos da convivência em sociedade. (DAGNINO, 2002, p.10).

Essas reflexões nos mostram que o projeto democrático de cidade – ou a busca pela utopia da cidade democrática (VAINER, 2003) – se desenvolveu ligado aos movimentos sociais relacionados à luta pela reforma urbana, ainda que em paralelo aos grandes projetos urbanísticos – ao modelo de planejamento tecnocrático da cidade-empresa-mercadoria.

Entretanto, em razão desse contexto neoliberal global, “mesmo diante da instauração de um projeto de viés socialmente progressista e nacionalista entre os anos de 2002 e 2016, as grandes empresas continuaram a ter um grande peso político [...]” (XAVIER, 2018, p.507). Projetos segundo as exigências do mercado continuaram a transformar os espaços urbanos, apesar dos avanços sociais alcançados.

Os problemas contemporâneos das cidades possuem um caráter estrutural, que se relaciona com a lógica desigual do próprio capitalismo. A concepção da cidade como uma mercadoria regulada pelo mercado se traduz em projetos urbanos orientados para atrair investimentos e determina configurações espaciais que refletem as relações de poder. Consolidando uma ordem na qual as melhores condições de acumulação “cria[m] uma desordem avassaladora para os demais agentes” (XAVIER, 2018). Na fase mais recente do desenvolvimento capitalista, Harvey (2006) compreende a cidade tanto como um produto, como uma condição dos processos sociais de transformação em andamento. Se a cidade é uma condição, é necessário investigar o espaço urbano em sua dinâmica político-econômica (HARVEY, 2006), buscando as brechas em que podem emergir novos modelos.

As manifestações de junho de 2013 e as ocupações urbanas que ocorreram desde então – em prédios localizados nas áreas centrais nas grandes metrópoles (São Paulo, Belo Horizonte), em glebas que não cumpriam sua função social (Izidora, em Belo Horizonte), em áreas de potencial uso cultural (Cais Estelita, Recife) – mostraram possibilidades de enfrentamento às políticas neoliberais. Os movimentos insurgentes irão demandar uma prática de planejamento radical, provocar um contra-planejamento, a partir do diálogo e da participação. Trata-se principalmente de questionar uma ordem estabelecida, hierárquica, e reivindicar a autonomia de decidir sobre a produção e a gestão do espaço.

Parece evidente a necessidade de democratizar o processo de planejamento e de gestão. O mesmo que deu o tom à luta pela reforma urbana no Brasil, no início dos anos 1960. Mas agora mais insurgente (MIRAFTAB, 2016), mais subversivo (RANDOLPH, 2008), que busque pela emancipação e pela autonomia daqueles que vivem e produzem não só nas cidades, mas em todo o espaço urbano-regional. A criação de alternativas de planejamento para preservar esses sujeitos e articular tais processos de resistência e de permanência, possibilita um planejamento de caráter democrático, designando aos cidadãos a discussão e a decisão sobre as políticas que moldarão os seus territórios, e não apenas às instâncias de poder dominantes.

Dessa forma, a comunidade se transforma em um universo no qual agentes sociais determinados e lideranças tornam-se iniciativas políticas. O planejamento tem dificuldade de ser democrático por diversos motivos. Alcançamos diversos níveis de participação no âmbito legal, porém ainda é necessário avançar ao alcance da população de fato. Temos um arcabouço legal que prepara a gestão no nível institucional a receber e organizar essas demandas locais (Planos Diretores Municipais, Estatuto da Cidade de 2001 e a própria Constituição Federal de 1988, todos irão abordar a participação popular). Porém, de maneira geral, não temos no nível local um engajamento ou um preparo para reivindicar isso.

Devemos nos aproximar das relações sociais, porque são as relações sociais que formam o espaço (SOUZA, 2013). Diante da necessidade de organização de ações coletivas, são mobilizados um conjunto de elementos imateriais e simbólicos, históricos e socialmente estruturados. É possível pensar nas instâncias de participação como meios de transparecer esses elementos, ocupando espaços públicos, fortalecendo as comunidades e incorporando tais ações coletivas em políticas públicas. Santos Júnior (1995) ao discorrer sobre o desafio do movimento pela reforma urbana, naquele contexto, destaca que é um desafio duplo e difícil:



[...] Ao mesmo tempo em que deve ocupar os espaços públicos e negociar a implementação das políticas reformistas, precisa buscar incorporar as massas populares, através dos movimentos setoriais, na luta pela cidadania ativa, pela reversão dos processos sociais excludentes: a luta pela democracia radical. (SANTOS JÚNIOR, 1995, p.133).

Talvez esse desafio não tenha se alterado desde então – e aqui falo do ponto de vista do planejamento urbano principalmente. Ao mesmo tempo que o técnico deve dominar o saber científico e fazer uso dele para negociar nas instâncias institucionais e buscar a efetivação daquilo que é estabelecido pelas políticas públicas, precisa também buscar incorporar os outros saberes, ouvir a comunidade assessorada, discutir formas de fortalecer a luta e por fim, buscar a autonomia dos grupos, que poderão ter uma cidadania ativa, pela reversão dos processos sociais excludentes.

Para tanto, é preciso outro modelo de planejamento, outros aparatos legais, que se posicionem contra a segregação urbana, a especulação imobiliária, a destruição ambiental. É preciso colocar em discussão como os instrumentos de planejamento, que deveriam ser utilizados para minimizar a desigualdade urbana, são captados pelo mercado e seus interesses. Colocar em discussão o mercado de obras públicas, onde os grandes beneficiários são as construtoras, e porque a própria população não pode ser responsável por gerir os recursos públicos. Colocar em discussão os conflitos socioambientais, que colocam em risco populações tradicionais e pequenas comunidades, “cujas práticas agrícolas, extrativistas, culturais e reprodutivas são radicalmente transformadas face à introdução das relações capitalistas de produção” (COSTA, 2015, p.46). É preciso, em resumo, reconhecer as práticas cidadãs como formas de planejamento. Fortalecer a democracia é uma urgência para os campos de conhecimento que tratam da questão urbana.

### **1.3. Pode o planejamento urbano incorporar os movimentos de resistência? Buscando uma outra prática de planejamento**

A ciência, marcada por interesses políticos e disputas de poder, legitima a sociedade burguesa por meio de uma universalidade criada. Por essa razão, o cotidiano não alcança o campo científico, a validade da ciência exclui outros saberes e o discurso do não-técnico é invalidado. Essa abordagem corrobora o que se pretende discutir na pesquisa, uma vez que para alcançarmos uma prática efetiva de transformação social, que reconheça os conflitos e crie uma esfera ampla de debate e participação, precisamos enfrentar uma reorientação conceitual e epistemológica do planejamento (RANDOLPH, 2008).

Além do exercício da sistematização daquilo que contribui para o avanço do campo de conhecimento feito anteriormente (a participação no planejamento), levanto também brevemente as contradições, os desafios, quais outras práticas possíveis, numa tentativa de revirar aquilo que investigo (outra prática de planejamento). Para tanto, é importante trazer uma breve reflexão sobre as discussões decoloniais, a racionalização da ciência e a modernidade.

As discussões decoloniais apontam para o entendimento de que a modernidade só foi possível através da colonialidade presente nos processos de exploração e dominação, na ideia de desenvolvimento enquanto uma evolução, desde o primitivo ao civilizado, do tradicional ao moderno (QUIJANO, 2010). Dessa forma, percebe-se que os modelos urbanos se adaptaram ao longo da história para moldar processos sócio-espaciais e relações de poder presentes nas cidades.

O planejamento urbano, pautado nessa racionalização da ciência, ainda que tenha como objetivo melhorar a vida nas cidades, seguiu perpetuando a lógica desigual do próprio capitalismo. Anibal Quijano (2010) destaca que, pela perspectiva da modernidade e da racionalidade, as outras culturas são sempre “objetos” de estudo, “só a cultura europeia é racional, pode conter ‘sujeitos’. As demais não são racionais, não podem ser e nem almejar ‘sujeitos’” (QUIJANO, 2010, p.6).

Quijano (2010) também destaca, ao refletir sobre como a modernidade se apresenta no contexto dos países colonizados, que “os dominantes europeus ‘ocidentais’ e seus descendentes euro-norte americanos são ainda os principais beneficiários” (QUIJANO, 2010, p.1) de todo o pensamento moderno. Isso porque essas populações desenvolveram seus

países a partir de um contexto de dominação e exploração de outras sociedades – exercendo seu poder político/ científico pré-estabelecido.

O fim dos regimes coloniais ao longo do século XIX nas Américas e até o final do século XX nos países asiáticos e africanos, não significou uma libertação político-econômica desses países, uma vez que a relação de dominação cultural permaneceu. A colonização do imaginário dos dominados não foi somente uma repressão de toda cultura, crenças, símbolos, mas também uma repressão sobre os modos de conhecer e produzir conhecimento. Dessa forma, tudo aquilo que não servia para a dominação colonial global era considerado inferior e deveria ser desenvolvido (QUIJANO, 2010).

A soberania do conhecimento técnico sobre os outros saberes, a relação do distanciamento entre o plano e a prática, o uso da linguagem e dos códigos como um instrumento de poder, tudo isso revela uma postura técnica que não busca transformar de fato a produção do espaço urbano, muito menos essas relações sujeito-objeto, de modo a construirmos sociedades mais justas.

Pensar a colonialidade por essa perspectiva é compreender que mesmo após a extinção do colonialismo, como ordem política, o modo de dominação e exploração ocidental permanece no sul global – o que Quijano (2005) coloca como colonialidade do poder. A matriz colonial do poder, segundo Mignolo (2010), define os seguintes controles: da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento. Ainda, todas as estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial irão corroborar a divisão do trabalho – os povos não-europeus permanecem com trabalhos mal remunerados. Quijano (2005) entende que não poderia haver uma economia capitalista sem as Américas, pois foi justamente a subjugação desses povos que possibilitou uma acumulação de riqueza aos países europeus.

Nesse sentido, a globalização não só não impediu o imperialismo, mas o levou a um elevado nível de exploração. A noção de desenvolvimento foi amplamente difundida pelas agências internacionais, definindo modelos de planejamento para os chamados países subdesenvolvidos. Tudo foi importado dos países europeus como algo inovador – cultura universal –, sem considerar as especificidades locais ou as estratégias de organização das populações.

Na década de 1960, como foi discorrido, viu-se crescer a contestação do modo de modernização capitalista pela emergência das múltiplas vozes no contexto mundial (MONTE-

MÓR, 2006) e uma virada no planejamento físico-territorial, com um debate mais amplo sobre as cidades (SOUZA, 2002). O fortalecimento da temática do pós-modernismo entre diversos autores na América Latina no início do século XX, segundo Anderson (1998), indica como essas discussões foram como uma saída das ideias dominantes.

Entretanto, a pós-modernidade também é marcada pela mudança nas condições da exploração capitalista. Segundo Soja (1989), no capitalismo contemporâneo, “as condições subjacentes à continuação da sobrevivência do capitalismo se modificaram” (SOJA, 1989, p.107). Podemos inferir que, para a manutenção da hegemonia do sistema, foi necessário construir mecanismos que garantissem a reprodução dessas relações sociais. É nesse processo que a produção do espaço desempenha um papel crucial. A divisão do espaço – em centros dominantes e periferias subordinadas, sejam eles na escala local ou global – é fruto de uma estrutura criada a partir de determinadas condições (SOJA, 1989).

Desse modo, podemos inferir que o planejamento foi (e ainda é) um dos principais instrumentos de colonização das sociedades capitalistas tardias por meio dos sistemas econômicos e burocracias administrativas (RANDOLPH; GOMES, 2010). Por isso, é necessário buscar possíveis saídas de um conjunto de crises de ideais modernos que estão a ponto de derrubar-se. Lyotard (1986), coloca que a legitimidade da modernidade ocidental não é mais aceitável, uma vez que ela não leva em consideração as diferenças culturais; e a ideia de progresso e desenvolvimento do mundo, na verdade, significou um aumento das desigualdades.

Apesar de um cenário de profundas desigualdades locais e globais, existem disputas de poder. Disputas que irão acontecer tanto nos espaços de ação convidados – aqueles abertos pelas próprias instituições que estão no poder – quanto nos espaços inventados – aqueles tomados, pacificamente ou não pela sociedade civil organizada (MIRAFTAB, 2016). É a partir desses espaços, que acontecem de maneira relacional e nas fissuras das organizações do Estado, que o planejamento insurgente busca possibilidades de atuação.

As práticas de planejamento insurgentes, segundo Miraftab (2016), são fontes para um urbanismo humano, pois elas irão desestabilizar as relações de dominação e colocar em pauta a necessidade de todos serem ouvidos, para então construirmos uma sociedade mais justa. Imaginar outras possibilidades de construir as cidades, questionando as decisões que são tomadas a partir de um poder dominante. Não cabe no planejamento insurgente o plano urbanístico, por exemplo. “O planejamento insurgente desafia o confinamento e a

conformação das ações dos cidadãos às normas do Estado democrático liberal e do aparato de mercado [...]”. (MIRAFTAB, 2016, p.369).

O que definirá os rumos a serem tomados será a afirmação dos princípios democráticos na continuidade das ações, sejam elas por meio dos movimentos de resistência ou dentro dos espaços institucionais. Não se pretende aqui discorrer amplamente sobre exemplos de movimentos insurgentes<sup>17</sup>, mas acredita-se que discutir o modo como esses se organizam pode contribuir para pensarmos caminhos metodológicos e possibilidades de um planejamento verdadeiramente democrático.

Entende-se que as pontuações do planejamento insurgente se relacionam também ao esforço de questionar a hegemonia da exploração capitalista e vislumbrar essas mudanças paulatinas nos espaços que se apresentam como alternativas populares, por meio de formas solidárias e economias ligadas à autogestão e do acesso à democracia. É importante reconhecermos as práticas cidadãs como formas de planejamento, nas quais os cidadãos tomam parte diretamente das decisões que afetam suas vidas. Para Miraftab (2016), o planejamento que se coloca como progressista necessita romper com suas principais características, aquilo que o define enquanto técnica, método, prática. Romper com a própria identidade do campo, buscando, assim, chegar a algum novo posicionamento.

Essa também é a discussão colocada por Randolph (2008), a partir da perspectiva do planejamento subversivo. Segundo o autor, o planejamento subversivo está ligado a uma cidadania insurgente, que se opõe a uma tradição na qual o planejamento urbano contribuiu para a consolidação de um Estado capitalista e não deve ser compreendido como modelo. É “uma prática que decorre de uma determinada compreensão do mundo contemporâneo e uma profunda preocupação de buscar direções de sua transformação” (RANDOLPH, 2008, p.8).

Para o autor, existem três principais obstáculos à formulação de um planejamento subversivo: o predomínio de uma racionalidade instrumental (que precisa ser superada pelo fortalecimento da racionalidade comunicativa); o domínio do espaço abstrato da sociedade de consumo (combatido a partir do surgimento de um espaço diferencial); e o domínio da lógica indulgente da globalização (transformado pela incorporação da lógica cosmopolita). A superação desses obstáculos pressupõe também questionarmos como assegurar que as

---

<sup>17</sup> Entre outros casos, ver CAMPOS e MARTÍNEZ (2020).

decisões tomadas pela comunidade serão efetivamente implementadas – visto os vários exemplos no nosso modelo de planejamento atual<sup>18</sup>. Não é somente por meio da luta institucional que alcançaremos essa efetivação plena.

Nesse sentido, Souza (2010) coloca que a luta institucional somente é legitimada se for usada a fim de perseguir a ação direta. A luta institucional deverá ser uma tática, enquanto a ação direta é uma estratégia – cabe entender a diferença entre as duas atuações. Segundo o autor, a ação direta diz respeito às práticas dos movimentos sociais vinculadas a protestos e reivindicações a fim de construir outras políticas, independente do Estado (apesar de) ou contra o Estado. Já as lutas institucionais são práticas utilizadas taticamente para promover certos objetivos nas brechas ou canais instituídos pelo (com) o Estado em conjunturas favoráveis.

No caso da luta institucional, é necessário estar atento ao risco de cooptação e degeneração dos movimentos e ter como objetivo último uma mudança sócio-espacial profunda. As ações e os posicionamentos políticos refletidos no espaço podem ser de via dupla: servir à dominação ou à emancipação. As práticas espaciais podem dizer respeito da hegemonia dos grupos dominantes ou da ação dos oprimidos. Nas condições as quais os oprimidos também exercem poderes (instâncias participativas), é que estão expostos os pontos vulneráveis do sistema dominante, onde estão as possibilidades de mudança que poderão ser exploradas pelos movimentos sociais.

Outro ponto indicado por Souza (2002) é que, o que é colocado em pauta nos espaços participativos institucionalizados, corre o risco de não considerar as contradições de classe objetivas ou a necessidade de um certo grau de autonomia para a ação comunicativa. Ou seja, para se chegar a acordos voluntários, em nome da cooperação, todos os indivíduos precisam ter o mesmo “peso” na tomada de decisão. Uma vez que as políticas públicas e os direitos sociais não garantem necessariamente as condições mínimas de vida para grande parte da sociedade, esses agentes têm menor poder de decisão (MIRAFTAB, 2009).

Além desse obstáculo da igualdade, existe o obstáculo da estrutura em si dos processos participativos institucionalizados. Kapp e Baltazar (2012) chamam a atenção para essa

---

<sup>18</sup> A partir de pesquisa de iniciação científica, pude analisar a política de Urbanização de Assentamentos Precários (UAP), ou o modelo de urbanização de favelas implementado no Brasil, chegando à conclusão de que o fato de urbanizar um espaço não garante que as necessidades da população sejam atendidas, ainda que ocorram processos ditos participativos. (ROCHA; BITTENCOURT, 2018; BITTENCOURT; ROCHA, 2019; ROCHA; BITTENCOURT, 2019).

questão, uma vez que em determinados momentos, a participação não passa de um cumprimento formal e abstrato para legitimar um resultado ou ações já concebidas. A participação pode contradizer a ideia de autonomia, pois o processo participativo não implica uma alteração das normas pelos indivíduos, apenas permite que os mesmos tenham parte na tomada de decisões:

Participação sempre envolve pelo menos duas facções em competição: uma entidade responsável pelo processo e indivíduos ou outras entidades convidadas a participar. [...] Para as entidades ou os indivíduos participantes, as normas do processo são heterônomas. É importante considerar que a heteronomia não está no conteúdo específico de uma ou outra decisão, mas na lógica ou estrutura em que as decisões são tomadas. Nesse sentido, planejamento heterônimo significa processos cujas estruturas não são modificadas por nenhum grupo particular de participantes. (KAPP; BALTAZAR, 2012, p.161).

Ainda que as práticas de planejamento visem uma inclusão dos cidadãos por meio da participação, é necessário estar atento à complexidade da inclusão. Apesar disso, o diálogo e a negociação são pontos fortes da luta institucional, principalmente quando esses revelam práticas de ação direta. Como coloca Souza (2010), “[...] nem sempre a ação direta visa, simplesmente, a atacar frontalmente o Estado, [...] mas também sentar-se à mesa de negociações e a instituir novos canais de diálogo” (SOUZA, 2010, p.29). Nesse sentido, refletimos como seria possível fortalecer as lutas populares e as pautas levantadas pelos movimentos sociais, principalmente nas suas estratégias de resistência dentro das instâncias participativas.

Um caminho pode ser enxergar os ciclos de lutas e renovações como a possibilidade de rupturas, que devem acontecer de forma constante. Nesse sentido, por meio da potência dos movimentos sociais, seríamos capazes de enfrentar a urbanização neoliberal (ZÁRATE, 2020) e de propor outras formas de organizar nossas sociedades, pautando um planejamento menos tecnicista e mais colaborativo. Diante da necessidade de cooperação entre agentes variados (SOUZA, 2010), é necessário pensar um planejamento que pressuponha a coexistência da pluralidade dos indivíduos e a alteridade dos lugares (XAVIER, 2018).

Nessas utopias possíveis, na busca por uma construção de imagens, de espaços representativos, de memórias e tradições, grupos sócio-espaciais (KAPP, 2018) resistem e reivindicam cidadania. Outras formas de produção do espaço emergem e devem ser fortalecidas por práticas de arquitetura capazes de disponibilizar um conhecimento técnico (compartilhar), de forma que os próprios grupos possam tomar as decisões na produção do

espaço. Aquilo que é específico de cada lugar, cada grupo, deve ser fortalecido, estimulando o engajamento pela prática, não pelo discurso. Para Souza (2002), a autogestão<sup>19</sup> constitui-se num divisor de águas entre a condição atual (capitalismo + democracia representativa) e “um macrocontexto social diferente [que] pressupõe uma sociedade basicamente autônoma” (SOUZA, 2002, p.205). Ainda assim, considera experiências autogestionárias como ocupações de imóveis e outras expressões de insurgência protagonizadas por movimentos sociais, exemplos possíveis de uma gestão do espaço de forma autônoma. Essas experiências revelam ganhos de autonomia da população a partir de elementos de democracia direta.

Interessa-nos investigar, a partir da implantação de métodos outros de planejamento, as possibilidades de ganhos de autonomia da população. Sair das categorias abstratas do campo do planejamento e do projeto e compreender como identificar potencialidades e constituir ações mais autônomas nos territórios, pode ser um passo para construir diálogos entre os diferentes grupos. Como nos coloca Bauman (2010), o técnico, que é legislador, deixa de definir leis e passa a ser um tradutor de mundos, buscando conectar parceiros em um processo permanente de planejamento entre os poderes instituídos e as diferentes formas de poder representadas pela sociedade.

Segundo Mirafteb (2016), parte importante dessa construção do novo passa pela mudança profunda no ensino de planejamento. A autora coloca três pontos nesse sentido: a abordagem relacional, expondo a relação entre a forma como produzimos cidades e as injustiças e desigualdades geradas, bem como o custo global do desenvolvimento local; a necessidade de ampliar a linguagem do planejamento, de forma que o técnico possa se conectar com diversos atores; e por fim, o estímulo à imaginação, pensar possibilidades de um futuro alternativo, fora das ideias convencionas e elitistas (colonizadoras, podemos acrescentar, como discorrido).

A abordagem relacional e a necessidade de ampliar a linguagem do planejamento corroboram o que entendemos como uma nova postura dos profissionais do campo do planejamento urbano. Sobre o estímulo à imaginação, acrescenta-se além dessas novas ideias de planejamento, uma imaginação coletiva, como aquela que tem sido mobilizada por movimentos sociais de abrangência nacional desde os anos 1960, como discutimos

---

<sup>19</sup> Souza (2002) irá apresentar uma reformulação da escada da participação popular de Sherry Arntein (1969) na qual, segundo o autor, os primeiros níveis apresentam situações de não-participação (coerção e manipulação), os próximos graus de pseudoparticipação (informação, consulta e cooptação) e os últimos níveis graus de participação autêntica (parceria, delegação de poder e autogestão). (SOUZA, 2002).

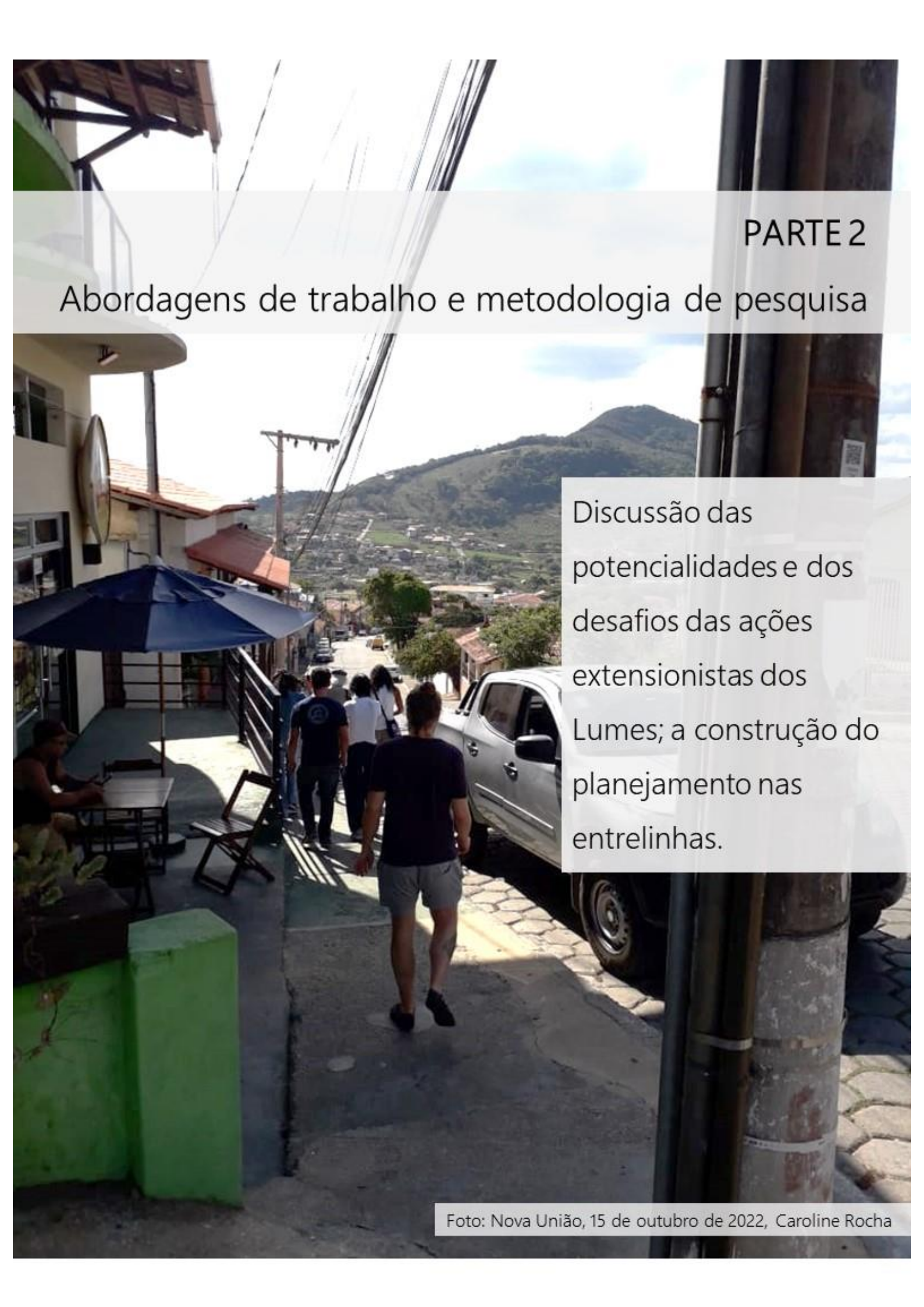


anteriormente. Uma imaginação coletiva que possa avançar para além das políticas públicas, que possa acontecer nos meandros do cotidiano (UFMG, 2011). Discutir a escala do cotidiano, a escala local, é fortalecer a criação de alternativas às práticas de planejamento instituídas.

Do mesmo modo, Friedmann (1993) critica o planejamento enquanto poder hegemônico e chama atenção para a escala local. O autor irá propor uma prática de planejamento com características que envolvem principalmente o caráter democrático, inclusivo, diverso, além da atuação do planejador como um mediador dos diversos atores envolvidos. Duas características desenvolvidas pelo autor nos chamam atenção: *transativo* e baseado na aprendizagem social (FRIEDMANN, 1993). *Transativo* pois considera tanto o conhecimento do expert quanto o conhecimento vivido, experimentado, num processo de aprendizado mútuo, de planejamento descentralizado. *Baseado na aprendizagem social* porque atua na pequena escala, buscando respostas apropriadas, condizentes com as especificidades de cada comunidade.

A partir da leitura do lugar, é possível compreender suas tensões e conflitos. Apostar na escala local, “[em] propostas de contra-planejamento, de alternativas de apropriação do espaço social na esfera do cotidiano, na esfera de reprodução da vida material na ordem próxima” (LIMONAD, 2015, p.99), pode ser uma possibilidade de avançarmos para além desse modelo de elaboração de diagnósticos e planos estratégicos. Ainda que o planejamento se volte para uma escala maior – como, por exemplo, a metropolitana – cabe pensar na elaboração de políticas e diretrizes que considerem as demandas da escala local, a diversidade dos lugares e o uso democrático e plural do território.

Na discussão que traremos a seguir, ficarão mais evidente os resultados colhidos a partir da opção pela escala local, que possibilita o diálogo com as pessoas, para então pensar um planejamento “que se pretende antes instrumento de aprendizado e luta social do que plano acabado” (COSTA, 2012, p.91). Sair da lógica do conhecimento hegemônico, que coloca o técnico como dominante e ouvir o que a população está reivindicando, entendendo a totalidade a partir do lugar, da especificidade, da história, pensando junto, propondo junto. Tudo isso são princípios que norteiam as ações de extensão do Lumes.



## PARTE 2

### Abordagens de trabalho e metodologia de pesquisa

Discussão das potencialidades e dos desafios das ações extensionistas dos Lumes; a construção do planejamento nas entrelinhas.

## 2.1. A experiência dos Lumes na extensão universitária

O Programa Lumes se fortaleceu através da extensão universitária<sup>20</sup>, por meio da elaboração e execução de ações construídas colaborativamente, em parcerias com comunidades da RMBH, fundamentadas no envolvimento da população, de forma horizontal e continuada. Essa rede vem se estabelecendo a partir da parceria com grupos locais, ainda que sua atuação esteja vinculada aos limites da universidade, de forma a priorizar a autonomia desses parceiros em decidir quais ações locais podem ser realizadas. É interessante perceber a inserção do Lumes nesse contexto, uma vez que ainda não foi institucionalizado como uma política pública, mas tão pouco parte de um movimento de base social. É talvez um meio termo disso, uma possibilidade democrática de participação no planejamento.

Por isso, a segunda parte da pesquisa dedica-se a retomar as experiências-piloto do Lumes desenvolvidas desde a universidade, vislumbrando uma participação direta, que visa superar a dominação do saber técnico-científico sobre os saberes tradicionais/populares, através de uma discussão com a população que se propõe horizontal. Indo além de uma ferramenta de planejamento metropolitano desenhada no PDDI (espaço para troca de informações e produção de dados locais/mediação/tradução), e tornando-se também uma possibilidade de imersão no campo para os estudantes da universidade, essas experiências têm mostrado que é possível construir processos de planejamento que possam “enfrentar e romper a pseudoparticipação dos cidadãos nas políticas públicas, através da incorporação dos processos de produção coletiva de conhecimento, colaboração e integração” (LIBÂNIO, 2019, p.16).

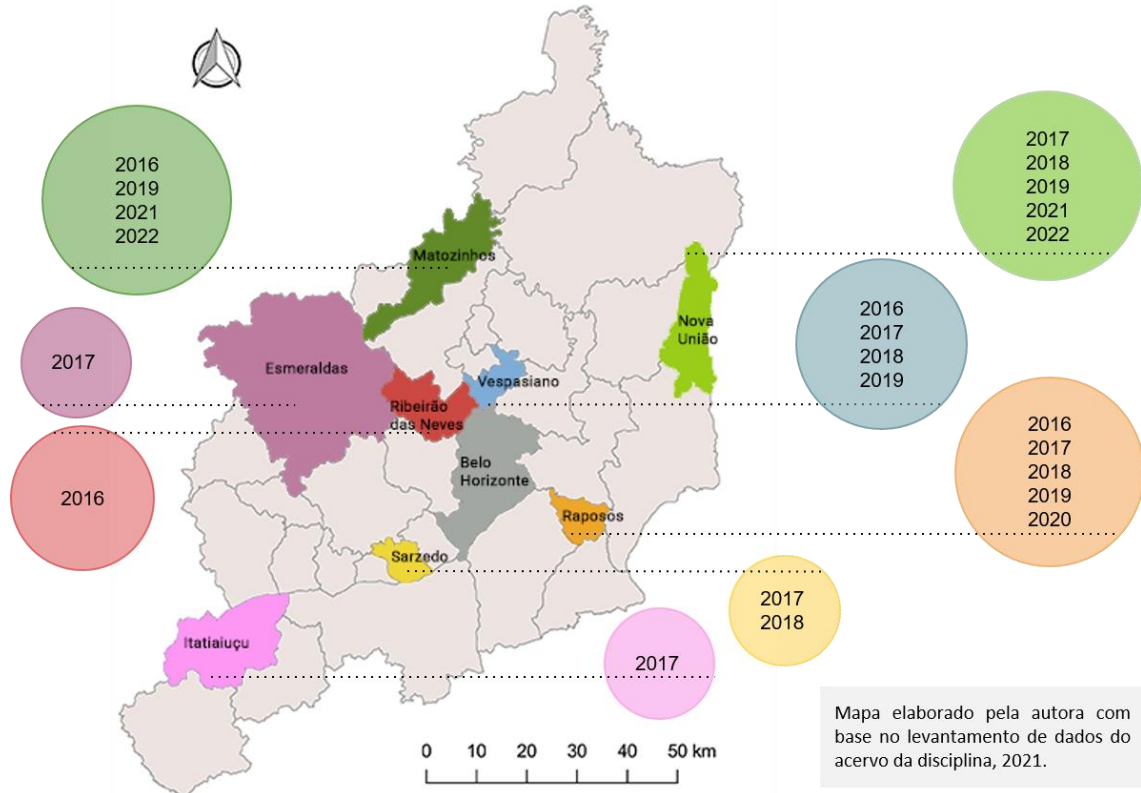
A partir de 2016, o Lumes consolida-se como disciplina extensionista na Escola de Arquitetura e Urbanismo e na Faculdade de Ciências Econômicas, ambas da Universidade Federal de Minas Gerais. Até o momento já foram ofertadas 18 disciplinas teórico-práticas. A proposta é que os alunos se envolvam na elaboração e execução de projetos que fortaleçam o planejamento compartilhado e as práticas comunitárias existentes. As ações desenvolvidas contam com parceiros de diversos municípios da RMBH, como Matozinhos, Nova União,

---

<sup>20</sup> Ainda que o Lumes tenha se inserido no PDDI-RMBH em um primeiro momento, como um programa dentro da política pública (2009-2011), logo depois sendo mapeado como espaços físicos (bibliotecas, centros culturais, centros de referência da assistência social, etc.) durante a elaboração do Macrozoneamento Metropolitano (2013-2015), transformou-se em uma disciplina extensionista (2016) e contribuiu com as ações de mobilização para a Revisão dos Planos Diretores de 11 municípios da RMBH (2016-2018).

Raposos, Vespasiano (ver figura 3), desde líderes comunitários, ONGs e instituições do terceiro setor, até vereadores e outros representantes do poder público.

**Figura 3:** Relação municípios-anos de atuação da extensão universitária



Fonte: elaborado pela autora, 2022

A disciplina possibilita o trabalho na escala local, de modo que a aproximação dos alunos aos lugares é condição primordial para a definição de ações coletivas. Além de apoiar o planejamento municipal e as ações da sociedade civil organizada nos municípios onde as ações de extensão vêm sendo desenvolvidas, o Lumes também proporciona aos estudantes a experiência de uma atuação profissional vinculada aos desafios reais do planejamento metropolitano. Em um primeiro momento, a escala metropolitana gera aos alunos a possibilidade de ter uma atuação fora do centro/da metrópole: atuação na periferia/nas áreas de transição do urbano e do rural, com desafios específicos dos municípios de pequeno e médio porte. Ao mesmo tempo, estimula a investigação de quais são os desafios comuns da RMBH, e como a escala local poderá ser incorporada nos programas/projetos propostos pelo PDDI.

Vale ressaltar que esse apoio ao planejamento municipal tem restrições de ordem muito comum aos processos participativos institucionalizados. Os participantes ou

colaboradores nas ações dos Lumes representam apenas uma pequena parte de toda a população dos municípios trabalhados. Dentro de cada município há uma grande diversidade de situações sócio-espaciais e, conseqüentemente, de urgências e interesses que devem ser trabalhados pelo planejamento. Porém, ainda que sejam ações que tenham limites de alcance – não valendo para todo o território –, o impacto local dessas experiências tem mostrado que é possível vislumbrar outras práticas de planejamento. Também deve-se reconhecer a capacidade dos próprios parceiros de multiplicação das ações/debates dentro e fora do município.

Assim, visitas de campo, reunião com os parceiros, discussão de propostas de curto, médio e longo prazo, elaboração de planos de ação e sistematização dos produtos desenvolvidos – que são entregues aos parceiros – são algumas das práticas propostas.

As práticas e experiências desenvolvidas pelos alunos [...] foram de ordens muito diversas, dependentes tanto das demandas dos parceiros locais quanto dos próprios interesses e ativos dos participantes dos cursos. Variaram desde o apoio para fortalecimento e incremento de projetos de economia popular e solidária – como foi o caso da feira Saia da Linha, em Vespasiano – até a mobilização para efetivação e implantação de uma área de proteção e preservação – caso do parque Barroco, em Matozinhos [...]. (MONTE-MÓR; LIBÂNIO, 2021, p.75).

A investigação das práticas extensionistas incorporadas à disciplina levam à compreensão do Lumes como um conjunto de ações de engajamento e ativação de redes, gerando participação popular. Percebe-se que a extensão universitária pode de fato contribuir para ativar processos participativos, principalmente quando fortalece demandas em curso: identificando e mobilizando grupos para a formação de uma prática participativa, com o apoio de algum dispositivo<sup>21</sup>; investigando como as redes existentes no território podem se conectar; fortalecendo ou ativando um processo de discussão entre essas redes; engajando pessoas chaves que possam conectar outras pessoas e outras demandas do lugar; fomentando

---

<sup>21</sup> Refiro aqui a dispositivos diversos, indo desde as ferramentas de diagnóstico rápido participativo às entrevistas em narrativa ou semiestruturadas, aos mapas de memória e aos mapeamentos colaborativos, aos jogos de tabuleiro e aos painéis de construção coletiva. As experiências extensionistas têm mostrado que os dispositivos podem se somar, quanto mais tempo se passa com o grupo de trabalho, gerando maior possibilidade de aprimorá-los.

ações microlocais, experimentações autodeterminadas pelos grupos sócio-espaciais<sup>22</sup> envolvidos; entre outras formas.

Acreditamos que a partir de métodos de planejamento colaborativo, que priorizam a aproximação entre técnicos e não-técnicos, é possível ativar processos e construir redes que promoverão discussões continuadas. Além de uma politização e aproximação da população com os temas trabalhados pelo planejamento urbano, tornando real a proposta de aprendizagem social do PDDI-RMBH.

É um processo complexo, que demanda pensarmos modos de mantermos os grupos articulados e engajados por longos períodos. Esse é um exercício que exige disposição de alunos e moradores para além da dedicação voluntária. Por isso, é importante que as equipes de trabalho negociem suas expectativas e cheguem em consensos do que é possível ser feito. Essa é a riqueza do contato entre estudantes e moradores, dessa troca de saberes, na escala do cotidiano. Os grupos atendidos fortalecem seus territórios através da identidade, história e autonomia da sua mobilização, a partir de seus conhecimentos. O engajamento, a mobilização, as redes colaborativas passam a ser mais centrais, uma vez que a alienação deve ser combatida no cotidiano (LEFEBVRE, 1977), onde os sujeitos tomam consciência política da prática.

Parece-nos claro que a extensão universitária apresenta um papel político no qual a universidade e os próprios técnicos contribuem para a legitimação da luta pelo direito à cidade, em seu sentido amplo, por meio de ações que a própria comunidade define como prioritárias.

Em contrapartida, o direito à cidade inclui o direito de discutir, determinar e produzir a cidade em função de interesses e desejos negociados coletivamente. Esse direito depende da possibilidade de construção dos processos de decisão e de seus parâmetros pela própria população. Trata-se então de sair do registro mais convencional de uma política assistencialista ou mesmo participacionista – nos moldes da participação informativa ou cooptativa – e facilitar o engajamento da população na produção do espaço microlocal. (UFMG/PUCMINAS/UEMG, 2011c, p.85).

A partir da aproximação, imersão e participação, os estudantes e professores passam a discutir outras práticas de planejamento. A noção de cidadania é fortalecida em paralelo às

---

<sup>22</sup> Emprega-se aqui o conceito elaborado por Kapp (2018), onde grupo sócio-espacial designa um grupo de pessoas que se relacionam entre si num espaço, sendo esse espaço constitutivo do grupo e, inversamente, constituído por ele.

capacidades profissionais, uma vez que o esforço da extensão universitária está em trabalhar com demandas reais – ou seja, ainda que a questão técnica permaneça como plano de fundo, as demandas apresentadas pelas pessoas é o foco principal. O mergulho na experiência, para que a realidade social seja compreendida, ainda que pontualmente, se torna fundamental para o estudante.

Os Lumes se encontram em disputa, uma vez que ainda não existem juridicamente ou como uma ferramenta legitimada pelo Estado – como política pública ou instrumento urbanístico. Eles se formam a partir de ações da universidade (reconhecida como interlocutora legítima pelas populações) e de desdobramentos de afetos democráticos já existentes (MOUFFE, 2018) – grupos de jovens já articulados, cooperativas, espaços culturais ativos, movimentos ambientalistas, etc. Podem se fortalecer através do engajamento dos corpos no espaço (LEFEBVRE, 1977), em ações transformadoras que acontecem numa pequena duração – festas, rituais religiosos, mutirões, o despertar da consciência ao relacionar-se com o outro.

Devemos estar atentos em como esses eventos que movimentam os corpos podem se tornar momentos que contribuam para imaginar mundos possíveis, uma maneira de transformar a realidade a partir do cotidiano. Kapp (2012) aponta o espaço cotidiano como a menor escala de um exercício concreto do direito à cidade, entendido como direito coletivo de transformá-la. São as relações de vizinhança, na negociação e ação coletivas, capazes de solucionar diretamente e sem complexos mecanismos burocráticos questões locais. Partindo disso, entende-se que a produção do espaço poderá apontar elementos para pensarmos um planejamento metropolitano que ofereça “condições favoráveis para que a menor escala urbana possa se desenvolver com autonomia, articulando-se com diretrizes mais abrangentes, sem ser dominada por elas” (UFMG/PUCMINAS/UEMG, 2011c, p.82).

Compreendo que essa discussão se articula com as duas hipóteses levantadas pela pesquisa (escala do cotidiano e outras ferramentas de projeto), uma vez que refletir sobre as ações extensionistas do Lumes poderá contribuir para avaliarmos as articulações da universidade com os saberes locais e suas implicações no planejamento participativo, a fim de avançarmos em novas potencialidades democráticas nos territórios. Por outro lado, o registro das ações e a sistematização dos dados é também uma maneira de dar legitimidade à extensão dentro da própria universidade, de forma a refletir sobre como prover condições estruturais que assegurem a continuidade dos trabalhos.

Entendo que a pesquisa se destina fundamentalmente a reforçar a importância da extensão universitária como caminho para outras práticas de planejamento urbano nas diversas áreas que trabalham com essa temática. Apensar da sua inserção marcadamente na universidade e nos grupos de pesquisa, de forma mais abrangente busco avançar no tema de um planejamento mais democrático, por meio de uma contribuição dentro do marco conceitual ou até mesmo nas políticas públicas e nos processos de participação existentes no planejamento.

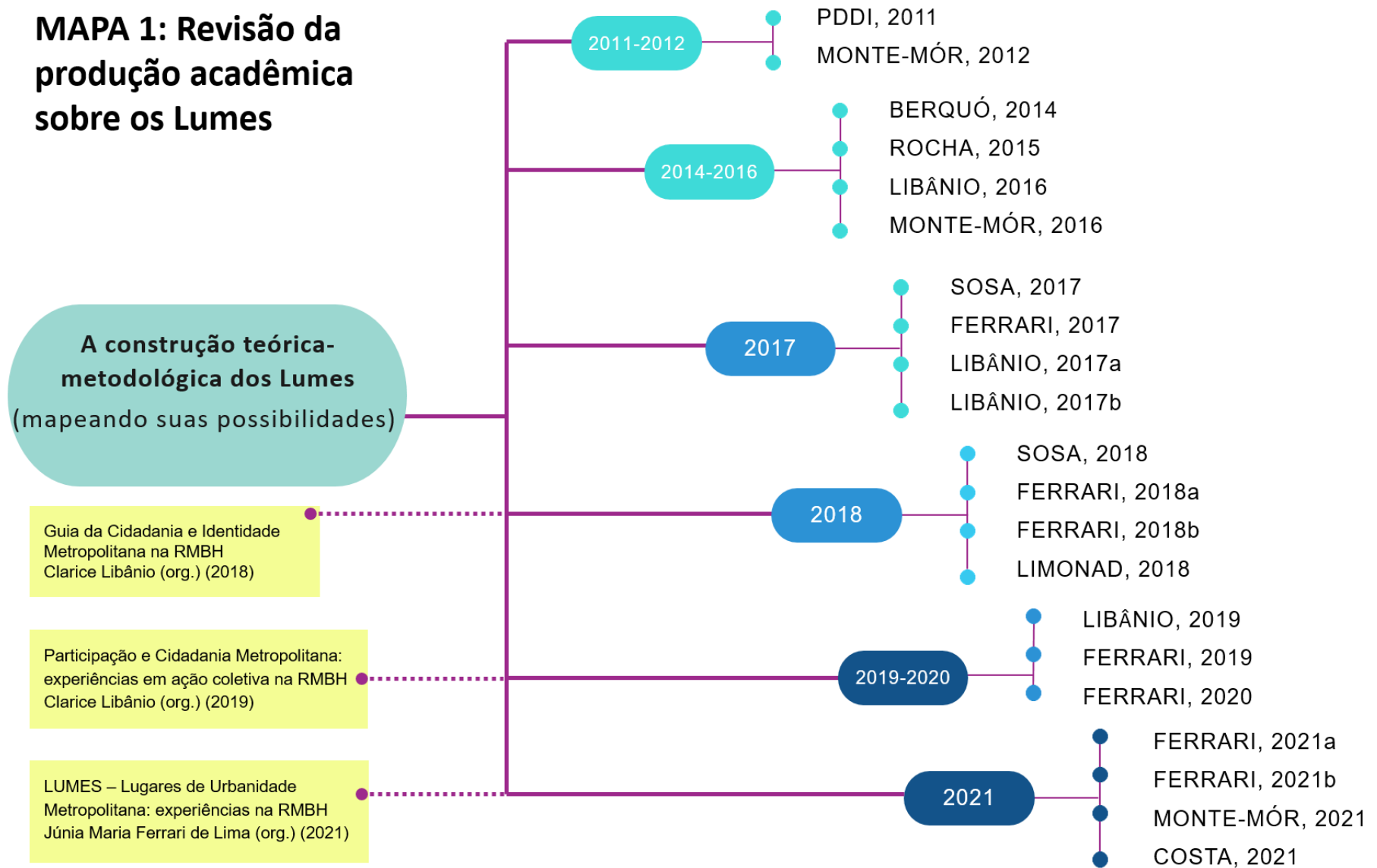


## **2.2. Revisão da produção acadêmica sobre os Lumes (2011-2021)**

O aprofundamento no estudo de caso da pesquisa se iniciou a partir de uma sistematização dos registros existentes das experiências extensionistas do Lumes. Em um primeiro momento, como parte da investigação e do primeiro contato com o programa/disciplina, propus uma nova organização dos arquivos online. Logo depois, iniciei a leitura das publicações a respeito dos Lumes, buscando compreender a sua construção teórica-metodológica.

Esse resgate objetivou discutir como essas experiências têm contribuído para avançarmos nas reflexões de um planejamento mais colaborativo, que se aproxima da escala do cotidiano. A análise comparativa das diferentes abordagens empregadas nos textos contribui para essa proposta de pesquisa por se configurarem quase como um “manifesto” por outra prática de planejamento urbano, por meio da ação extensionista. Considera-se também a importância do registro dessas experiências, de forma a contribuir com a construção de uma memória do Lumes, que embora ainda não seja de fato uma política pública, como se pretendeu no PDDI-RMBH, pode vir a ser.

## MAPA 1: Revisão da produção acadêmica sobre os Lumes



Fonte: elaborado pela autora, 2022

**Tabela 1:** Levantamento da produção acadêmica sobre os Lumes (2011-2021)

(Continua)

Referência no mapa	Autores	Título	Ano	Tipo de texto	Disponível em
PDDI, 2011	UFMG/PUCMINAS/ UEMG	Definição das Propostas de Políticas Setoriais, Projetos e Investimentos Prioritários: Volume 4. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI-RMBH	2011	Documento técnico	Site do PDDI-RMBH
MONTE-MÓR, 2012	Roberto Luís Monte-Mór	Planejamento Metropolitano em Belo Horizonte: uma experiência universitária	2012	Artigo publicado em capítulo de livro	Desafios ao planejamento
BERQUÓ, 2014	Paula Bruzzi Berquó	Os Lumes e a construção comum nas regiões metropolitanas brasileiras	2014	Artigo publicado em congresso	Anais ALAIC
ROCHA, 2015	Alessandra Rocha; Ana Lares; Júlia Lazzarini; Matheus Santos Soares	Mapeamento da identidade cultural na Região Metropolitana de Belo Horizonte e a contribuição do projeto LUMES na constituição de uma cidadania metropolitana	2015	Relatório final de pesquisa	Site do PDDI-RMBH
LIBÂNIO, 2016	Clarice de Assis Libânio; Roberto Luís Monte-Mór	LUMEs – Places of Metropolitan Urbanity: planning, democratization and construction of citizenship in the Metropolitan Region of Belo Horizonte – RMBH	2016	Artigo publicado em congresso	Anais do IV WPSC
MONTE-MÓR, 2016	Roberto Monte-Mór; Geraldo Costa; Heloisa Costa; Marcos Melo	The university and metropolitan planning: an innovative experience	2016	Artigo publicado em revista científica	Nova Economia

(Continua)

Referência no mapa	Autores	Título	Ano	Tipo de texto	Disponível em
SOSA, 2017	María Florencia Sosa	Território, identidade e política: reflexões sobre os Lugares de Urbanidade Metropolitana no contexto do planejamento urbano na RMBH	2017	Artigo publicado em congresso	Anais XVII ENANPUR
FERRARI, 2017	Júnia Maria Ferrari; María Florencia Sosa; Laís Grossi Oliveira; Ana Paula de Oliveira Freitas	Quando a prática acadêmica sai ao território: a experiência da Oficina Multidisciplinar: Os LUMEs e a prática do planejamento metropolitano – UFMG	2017	Artigo publicado em congresso	Anais XVII ENANPUR
LIBÂNIO, 2017a	Clarice de Assis Libânio	Lugares de Urbanidad Metropolitana (Lumes). Planeamiento compartido y enfrentamiento de la pseudoparticipación en la Región Metropolitana de Belo Horizonte, Brasil	2017	Artigo publicado em revista científica	LIMAQ
LIBÂNIO, 2017b	Clarice de Assis Libânio	Reinventando o urbano: práticas culturais nas periferias e direito à cidade	2017	Tese de doutorado	Repositório UFMG
-	Clarice de Assis Libânio (org.)	Guia Cidadania e Identidade Metropolitana na RMBH	2018	Publicação online e física	Favela é isso aí
SOSA, 2018	María Florencia Sosa	Território, identidade e política: os Lugares de Urbanidade Metropolitana no contexto do planejamento urbano na Região Metropolitana de Belo Horizonte	2018	Dissertação de mestrado	Repositório UFMG

(Continua)

<b>Referência no mapa</b>	<b>Autores</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Tipo de texto</b>	<b>Disponível em</b>
FERRARI, 2018a	Júnia Maria Ferrari Lima; María Florencia Sosa; Luísa Lopes Greco	Enseñar a Planificar el Territorio Vivenciando el Territorio. La experiencia del taller multidisciplinar: “Formación de Extensión Universitaria: prácticas de ciudadanía metropolitana”	2018	Artigo publicado em congresso	Anais VIII Encuentro de Docentes e Investigadores en Historia del Diseño, la Arquitectura y la Ciudad Córdoba
FERRARI, 2018b	Júnia Maria Ferrari	Participação, integração e cidadania: processos em construção	2018	Artigo publicado em capítulo de livro	Guia Cidadania e Identidade Metropolitana na RMBH
LIMONAD, 2018	Ester Limonad; Roberto Luís Monte-Mór; Heloisa Soares de Moura Costa	O Brave New World? Considerações sobre experiências presentes para um futuro próximo	2018	Artigo publicado em congresso	Anais XV Coloquio Internacional de Geocrítica
-	Clarice de Assis Libânio (org.)	Participação e cidadania. Experiências em ação coletiva na RMBH	2019	Publicação online e física	Favela é isso aí
LIBÂNIO, 2019	Clarice de Assis Libânio	Lumes - Lugares de Urbanidade Metropolitana - Planejamento compartilhado e extensão universitária na Região Metropolitana de Belo Horizonte	2019	Artigo publicado em congresso	Anais XVIII ENANPUR
FERRARI, 2019	Júnia Maria Ferrari; Hernan Espinoza Riera; Lucas Yuri Alves Zanatta	A EXTENSÃO EM CONSTRUÇÃO: Uma experiência de ‘imersão’ em Raposos/MG	2019	Artigo publicado em congresso	Anais XVIII ENANPUR
FERRARI, 2020	Junia Maria Ferrari; Beatriz Bartholo; Maria Isabel Santana; Helena Coelho	Desafios e possibilidades da extensão universitária diante do COVID-19: análise do projeto “Construindo Lugares de Urbanidade Metropolitana	2020	Artigo publicado em revista científica	Revista Científica Foz

(Conclusão)

Referência no mapa	Autores	Título	Ano	Tipo de texto	Disponível em
-	Junia Maria Ferrari (org.)	LUMES – Lugares de Urbanidade Metropolitana: experiências na RMBH	2021	Publicação online	ISSUU
FERRARI, 2021a	Beatriz Bartholo; Daniel de Freitas; Junia Ferrari; Elisângela Chiquito; Ana Clara Vargas; Maria Santana; Giovana Pereira	Construindo Lugares de Urbanidade Metropolitana em tempos de pandemia: desafios e estratégias para continuidade da Extensão Universitária	2021	Artigo publicado em revista científica	Revista da Universidade Federal de Minas Gerais
FERRARI, 2021b	Junia Ferrari; Marcela Lopes	A extensão como oportunidade de aproximação e de ação política: Reflexões em torno de duas experiências no Brasil	2021	Artigo publicado em congresso	Anais IV CONGRESO DE EXTENSIÓN UNIVERSITÁRIA – AUGM
MONTE-MÓR, 2021	Roberto Luís Monte-Mór; Clarice de Assis Libânio	Lumes: um instrumento para um planejamento inclusivo e permanente	2021	Artigo publicado em capítulo de livro	Planejamento territorial volume 2: reflexões críticas e práticas alternativas
COSTA, 2021	Geraldo Costa; Heloisa Costa; Roberto Monte-Mór	Rooting metropolitan planning in critical theory and participatory practices: A university planning experience in Belo Horizonte, Brazil	2021	Artigo publicado em revista científica	Revista plaNext – next generation planning

Fonte: elaborado pela autora, 2022

Por meio dos dados obtidos nesta compilação da produção acadêmica sobre os Lumes, observa-se que a divulgação no meio técnico-científico, apesar de acontecer desde as discussões do PDDI-RMBH (textos de 2011-2012), registrando as ações de planejamento participativo, se intensificou a partir das experiências extensionistas, passando pelas experiências piloto (textos de 2014-2016), até os registros e reflexões das ações em disciplinas (texto de 2017 em diante). Destaca-se que as publicações elaboradas com contribuições dos Lumes se mostraram uma tentativa de ampliar o alcance da discussão, devolvendo às comunidades parceiras o que foi construído na universidade (as publicações físicas, por exemplo, foram distribuídas nos municípios parceiros).

A partir desse levantamento, construiu-se uma metodologia de síntese das principais ideias discutidas em cada um dos textos, de forma a iniciar a análise da construção teórica-metodológica de cada autor (ou autores) a respeito do Lumes. Em um quadro com cinco colunas (ver Anexo A), foi destacado cada um dos textos na primeira coluna (*Referência no mapa*) e na segunda coluna foi inserido qual era a *Discussão geral do texto*. Em um primeiro momento, a elaboração desse quadro foi fundamental para compreender três pontos que buscava nas diferentes abordagens dos textos: *Definição do Lumes* (coluna três), *Objetivos do Lumes* (coluna quatro), e *Desdobramentos do Lumes e outras articulações teórico-práticas* (coluna cinco). Em um segundo momento, o texto deste capítulo foi desenvolvido, de forma a apresentar ao leitor um resumo do quadro elaborado, ao mesmo tempo que reflito sobre o Lumes nesse longo percurso de trabalho.

O Volume 4 do PDDI-RMBH apresenta a descrição do Programa de Mobilização Social para Implementação do Plano Metropolitano: LUMEs - Lugares de Urbanidade Metropolitana, um programa específico dentro da Política de Democratização dos Espaços Públicos que pode ser entendido também com “o status de política devido a sua importância estratégica para construção de mecanismos perenes de articulação social com vistas à promoção e implantação o PDDI” (UFMG/PUCMINAS/UEMG, 2011, p.759).

Entendia-se que para a efetiva implementação do Plano seria necessário um controle social que garantisse o prosseguimento do esforço de articulação e promoção da interatividade entre os diferentes âmbitos do arranjo institucional e instâncias político-governamentais com a sociedade organizada e com os cidadãos metropolitanos, além de uma mobilização social permanente.

A implementação dos LUMEs – Lugares de Urbanidade Metropolitana – vem ocupar um lugar específico e de destaque dentre as políticas e programas voltados para a democratização, qualidade de vida e acesso às informações e serviços. Os LUMEs seriam escritórios locais de monitoramento e retroalimentação do Plano Metropolitano. Sua composição deve manter a flexibilidade da estrutura e da localização, desde a escala local, micro-regional e central; assim como podem ser alterados quanto à localização e o período de seu funcionamento. Devem possuir uma estrutura mínima (sala, computador e um funcionário responsável), e serem implementados como equipamentos sociais (não se constituem como ONGs e nem como organismos estatais). (UFMG/PUCMINAS/UEMG, 2011, p.810).

A ideia inicial dos escritórios locais, vinculada a uma captação de fonte de indicadores para as políticas e ações do PDDI, se expandiu para o fortalecimento de locais dinâmicos, “nos quais seria possível experimentar e comunicar a diferença e a pluralidade urbana” (BERQUÓ, 2014, p.12). Os Lugares Metropolitanos articulam-se diretamente ao Programa de Conformação de Complexos Ambientais e Culturais (CACs), contido na Política Metropolitana Integrada de Gestão da Paisagem e Valorização Cultural, do Eixo Urbanidade. O mapa elaborado pela equipe do PDDI apresenta uma primeira amostra de áreas e lugares com potencial para tornarem-se Lugares Metropolitanos – tais como localidades e centros históricos, parques instituídos, equipamentos de uso coletivo, represas e lagoas, áreas verdes e preservadas, serras, bairros reconhecidos etc. –, associados aos CACs e aos seus respectivos Complexos Locais.



**Figura 4:** Primeiro levantamento do PDDI constando os Lugares Metropolitanos



Fonte: UFMG/PUCMINAS/UEMG, 2011a, p.20

O Lumes, como programa proposto pelo PDDI, se insere no eixo de Urbanidade. A tônica predominante no eixo Urbanidade é a da cidadania metropolitana.

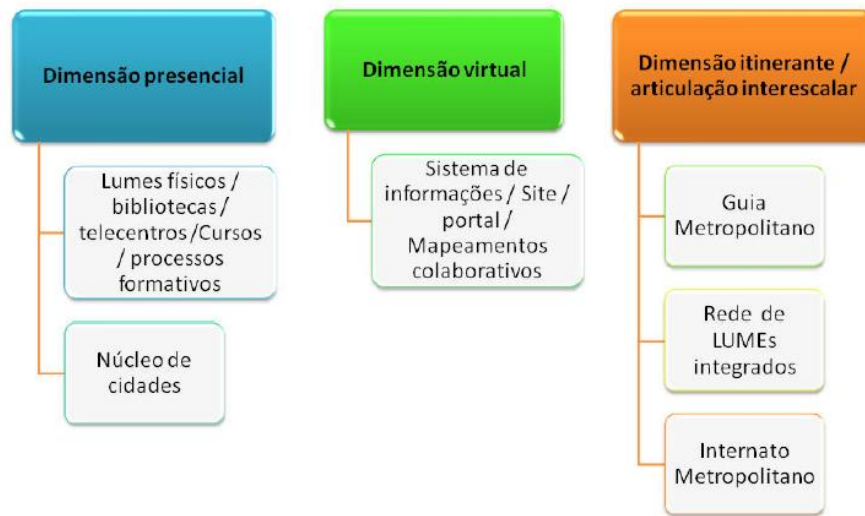
A formação de um sentimento de pertencimento do cidadão à região metropolitana pretendido em tal eixo mostra-se essencial para o funcionamento de todos os demais projetos presentes no plano, já que gera bases para que esta instância de organização espacial seja reconhecida enquanto palco de ação real e coletiva por parte dos seus habitantes. (BERQUÓ, 2014, p.5).

As políticas e programas do eixo, portanto, centram-se no cidadão, para que ele se reconheça como parte fundamental da região metropolitana. Fortalecer as centralidades em rede, é afinal, contribuir para a formação de um sentimento de pertencimento e de cidadania metropolitana. A atuação dos Lumes contribui para a “articulação entre os municípios da RMBH, conhecendo suas potencialidades, mapeando e disseminando informações sobre sua identidade cultural, gerando espaços de discussão e compartilhamento” (ROCHA *et al.*, 2015, p.11). Além disso, busca uma consolidação de “uma verdadeira mudança de perspectiva com relação à atuação dos cidadãos na formulação de políticas urbanas em escala metropolitana” (BERQUÓ, 2014, p.6).

De acordo com SOSA (2017), o principal objetivo do Lumes é construir um processo de colaboração e integração de conhecimentos entre os diversos atores metropolitanos, de forma a contribuir para o crescimento do planejamento metropolitano. Também são objetivos do programa “promover e qualificar cidadãos na gestão territorial, democratizar a informação, consolidar o senso de solidariedade, fortificar a governança urbana, expandir a pesquisa universitária e as atividades de extensão ao território” (SOSA, 2017, p.12). Tais objetivos mostram as possibilidades de desdobramento do programa que já haviam sido imaginadas durante o plano.

Libânio (2017b) destaca a relação das três dimensões do Lumes, onde os diversos projetos “ainda em processo de delineamento e experimentação com os diversos atores envolvidos no planejamento metropolitano – caminham em paralelo, cada qual com seus objetivos específicos e ações correspondentes” (LIBÂNIO, 2017b, p.202). A primeira dimensão é a presencial ou física, que compreende a instalação de espaços Lumes nos municípios. A segunda dimensão é a virtual, onde uma base de dados poderia ser construída e compartilhada, difundindo informações sobre os municípios. A terceira dimensão, chamada itinerância – condição do que se desloca – têm o objetivo de realizar processos formativos e ações de articulações várias – principalmente universidade-sociedade. “Acima de todas essas dimensões está o vínculo entre ensino, pesquisa e extensão, consubstanciado na implantação do internato metropolitano” (LIBÂNIO, 2017a, p.44).

Figura 5: Síntese das dimensões do Lumes



Fonte: LIBÂNIO, 2019, p.9

Retomando à dimensão presencial, Monte-Mór *et al.* (2016), destacam que os Lumes começaram com as bibliotecas públicas municipais e evoluíram para incluir diferentes grupos:

[...] trabalhando com bibliotecas comunitárias (Biblioteca Diadorim, em Vespasiano) e feiras comunitárias semanais de comida e artesanato (Feira Saia da Linha, em Vespasiano); com um grupo de jovens organizados em torno de tanques de água (Casulo) e com um grupo de senhoras que trabalhavam com artesanato em Ribeirão das Neves; com centros culturais municipais (Matozinhos) e centros comunitários como Casa de Gentil (Raposos), entre outros. (MONTE-MÓR *et al.*, 2016, p.1143).

Essas ações também estão vinculadas às discussões do Macrozoneamento RMBH (2013-2015), quando a equipe do Lumes realizou visitas de campo para levantar informações que caracterizavam os municípios e sua identidade cultural. Esse trabalho embasou a elaboração do Mapeamento da Identidade Cultural, retomando a dimensão virtual:

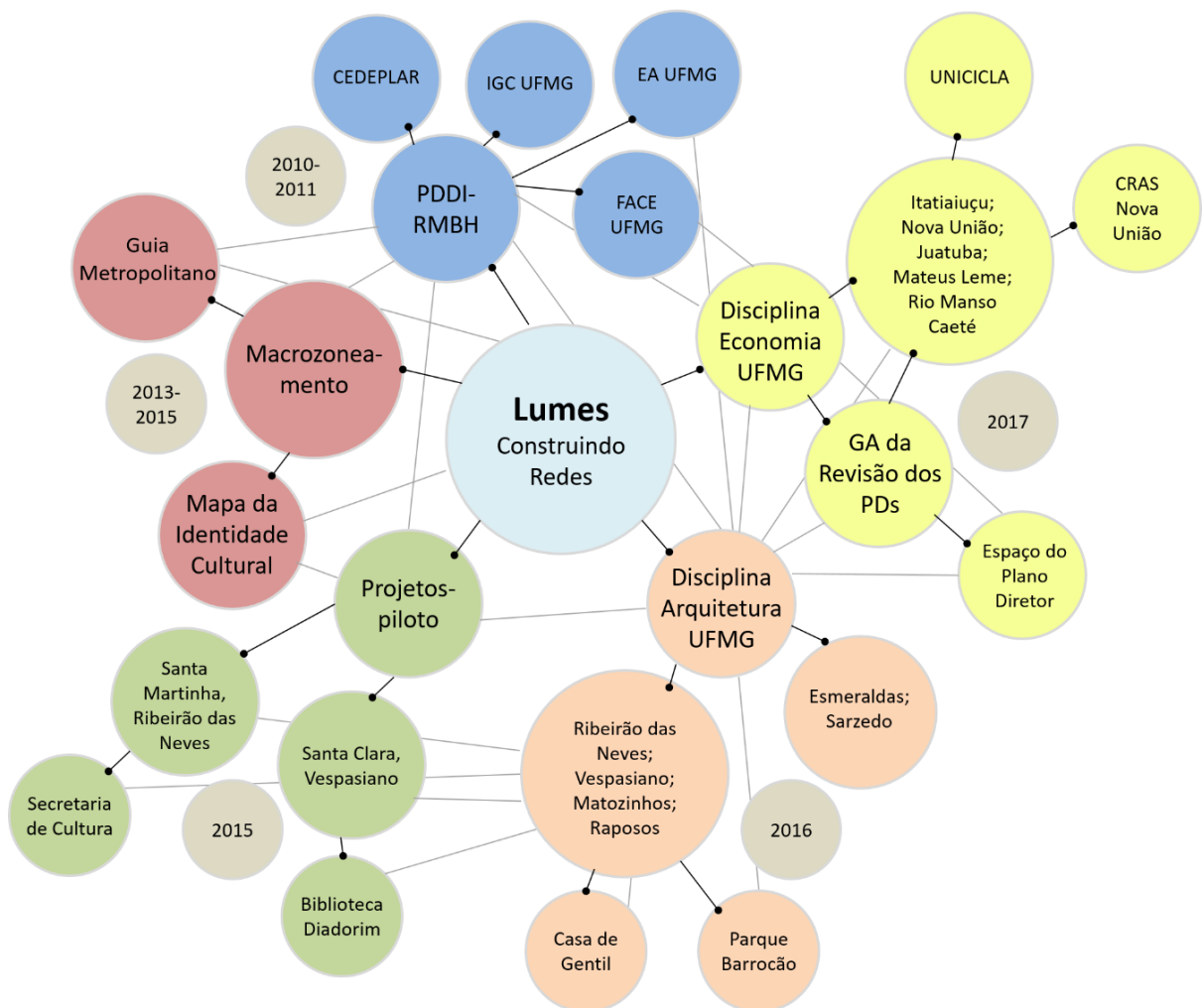
A princípio foram mapeados grupos locais nos municípios da RMBH já envolvidos em algum tipo de prática sociocultural, considerando a grande capacidade de aglutinação e promoção de cidadania dessas práticas. O objetivo era a integração desses locais de produção e difusão de práticas socioculturais do território metropolitano para constituírem uma rede continuada que promovesse, em suas práticas cotidianas, discussões sobre cidadania, planejamento urbano e identidade metropolitana. Essa investigação deu origem ao Mapeamento da Identidade Cultural da RMBH [...]. (FERRARI *et al.*, 2017, p.6).

Os trabalhos entre universidade, sociedade civil organizada e/ou prefeituras possibilitou a implantação de projetos pilotos (Lumes físicos) em Vespasiano e Ribeirão das Neves. Sosa (2018) destaca nas experiências analisadas o papel dos mediadores (ou parceiros, como colocam outros autores), aquelas pessoas da comunidade que introduzem o programa

no seu próprio território, além de fazerem uma articulação entre a escala local e a urbano-metropolitana – principalmente participando dos encontros sobre o PDDI. Para a autora, esses foram figuras chaves “para iniciar o diálogo entre as necessidades e desejos das comunidades (nas quais se inserem e compreendem) e a administração pública no nível metropolitano. São por agora, os únicos pivôs entre a escala local e a metropolitana” (SOSA, 2018, p.143).

Essa rede de pessoas, grupos, instituições e lugares se expande, reforçando a dimensão itinerante dos Lumes. A implementação dos Lumes a partir de 2016 como uma disciplina aberta a toda a comunidade da UFMG<sup>23</sup>, na grade curricular do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, e posteriormente em 2017 na Faculdade de Ciências Econômicas, possibilitou a realização de diversas ações (que serão detalhadas mais adiante).

**Figura 6:** Compreendendo a rede mobilizada pelo Lumes em suas primeiras ações



Fonte: elaborado pela autora, 2022

<sup>23</sup> Ver *Linha do tempo*: relação entre disciplinas ofertadas e ações extensionistas, p.72 dessa pesquisa.

A produção biobibliográfica a partir desse momento – iniciando em Libânio (2017a) e Ferrari *et al.* (2017) –, foca numa avaliação dos avanços e obstáculos dessas ações e seus desdobramentos do planejamento metropolitano, e a expressão “internato metropolitano” irá aparecer diversas vezes, destacando a extensão universitária como uma discussão teórico-prática comum.

Ferrari *et al.* (2017) constroem uma síntese das atividades desenvolvidas pela disciplina em 2016, destacando seus mediadores:

1. Associação Santa Martinha (Ribeirão das Neves) – oferece oficinas de artesanato no tear/ a ação envolveu uma conexão entre atores;
2. Coopervesp (Vespasiano) – cooperativa de catadores de materiais recicláveis/ a ação envolveu proposta de reorganização do espaço e orçamento para a reforma;
3. Feira Saia da Linha (Vespasiano) – feira de artesanato e atividades culturais/ a ação envolveu reorganização das barracas e estratégias de atração dos compradores;
4. Incubadora Criativa (Ribeirão das Neves), com seu nome modificado posteriormente pelos envolvidos para “Projeto CASULO” – ocupação de um imóvel abandonado com o objetivo de fortalecer a cena cultural do município/ a ação envolveu mutirões de limpeza no espaço e organização de uma programação cultural;
5. Parque Barroco (Matozinhos) – ocupação de terreno ocioso para uso de lazer da comunidade e implantação de um parque ecológico/ a ação envolveu discussão do espaço junto com a população e mutirão para plantio de mudas;
6. Vila Vicentina (Raposos) – intenção gerida pelo grupo Casa de Gentil de apropriação de uma antiga vila desocupada/ a ação envolveu levantamento arquitetônico para dar suporte a uma futura proposta de intervenção.

Um dos desafios pontuados pelos autores é a manutenção das redes estabelecidas e sua continuidade de forma autônoma, ainda que a contribuição da disciplina para os Lumes tenha sido justamente essa “mudança da ênfase do programa para a construção de redes entre os atores da RMBH, mais do que na constituição concreta desses espaços-físicos e virtuais” (FERRARI *et al.*, 2017, p.12). Para os autores, também falta aos grupos parceiros refletir sobre a expansão das ações microlocais, entrando de fato no debate do planejamento metropolitano.

Uma tentativa de avançar com os grupos parceiros nesse debate do planejamento metropolitano, podemos inferir, se deu a partir das ações da disciplina ofertada em 2017 na Escola de Economia, voltadas ao apoio da equipe da UFMG que estava envolvida na Revisão dos Planos Diretores de onze municípios da RMBH. O Lumes acompanhou alguns desses municípios (Itatiaiuçu, Nova União, Juatuba, Mateus Leme, Rio Manso, Caeté) por meio dos Grupos de Acompanhamento:

[...] igualitário entre a sociedade civil organizada e os governos municipal, executivo e legislativo—, que realiza reuniões semanais; e a implantação do

Espaço Plano Diretor, uma área, física e virtual, onde os cidadãos podem buscar informações, bem como dar sua opinião e sugestões sobre as prioridades e necessidades do seu município. (LIBÂNIO, 2017a, p.50).

Há também um destaque para as ações do Lumes vinculadas aos projetos de extensão aprovados pela PROEX UFMG (principalmente o de 2017)<sup>24</sup>. Diversos trabalhos relatam a dificuldade das ações em disciplinas por conta dos recursos reduzidos para deslocamento e alimentação, a necessidade de planejar os trabalhos a partir de materiais doados e mão de obra voluntária dos alunos, moradores e colaboradores. Um pequeno avanço foi possibilitado com os recursos do projeto de extensão.

Ferrari *et al.* (2018a), apontam que durante o 2º/2017 a disciplina incluiu em sua carga horária três experiências de imersão em Raposos (município que ofereceu naquele momento condições para a hospedagem dos alunos), que caracterizavam 60% da carga horária da disciplina. Segundo os autores, foram realizadas três imersões de quatro dias cada (de sexta à segunda), de maneira que os alunos pudessem conhecer a realidade local em dias úteis (para conhecer um pouco da rotina diária dos moradores) e nos finais de semana. Neste formato optou-se por concentrar as imersões com apenas 15 dias de intervalo, para evitar a desmobilização tanto da comunidade acadêmica quanto dos parceiros (FERRARI *et al.*, 2019).

Outra experiência possibilitada pelo projeto de extensão foi ação desenvolvida no 2º/2019, quando o tema central foi o Parque Nacional da Serra do Gandarela. Os estudantes, professores e parceiros realizaram uma travessia de cerca de 70km, que saía de Raposos e alcançava o município de Ouro Preto, durante 4 dias de imersão.

A travessia, prática inovadora no âmbito do projeto, objetivou a compreensão, por parte do grupo de caminhantes (discentes, docentes, moradores e ambientalistas), da importância dessa reserva, bem como das disputas em torno de seus recursos naturais, especialmente do minério de ferro e da água, tudo isso com uma abordagem prática, em contato com o ambiente e (geo)ecossistemas da região e com as comunidades que ali habitam. (BARTHOLO *et al.*, 2021, p.137).

As experiências de imersão são citadas em diversos trabalhos – Ferrari *et al.* (2019), Ferrari *et al.* (2020), Bartholo *et al.* (2021), Ferrari e Lopes (2021) – e definida pelos autores como sendo diferente dos trabalhos de campo. A imersão significa “oportunidades de contato mais ampliado com a população local (e entre os próprios alunos), condição esta que tem

---

<sup>24</sup> Ver *Linha do tempo*: relação entre disciplinas ofertadas e ações extensionistas, p.66 desta pesquisa.

contribuído ainda mais para a transformação de todos os envolvidos” (FERRARI *et al.*, 2019, p.3). Além disso,

[...] propicia que alunos de diferentes campos do conhecimento estabeleçam estreito contato durante os módulos de formação, ampliando as redes que se constituem na academia. Além dessa aproximação entre os alunos, o envolvimento com a população local também acontece de forma bem mais intensa do que nas visitas de campo, pois as trocas cotidianas diminuem as barreiras entre os saberes acadêmico e local, facilitando as interlocuções e decisões sobre os processos em curso. Por outro lado, esse formato de trabalho mais aproximado também traz desafios maiores, pelos mesmos motivos. Ou seja, quando algumas barreiras são quebradas e as relações passam a acontecer em ambiente menos hierarquizado as dificuldades para se alcançar os consensos tendem a aumentar, assim como as polarizações. (FERRARI *et al.*, 2019, p.11).

Essa reflexão dos autores sobre os desafios de se alcançar os consensos nas ações revela um posicionamento que demarca também as expectativas de docentes e discentes, uma vez que nessas trocas cotidianas são diminuídas as barreiras existentes entre os saberes acadêmico e local. Esse posicionamento vincula-se ao trabalho do grupo com a vertente da extensão universitária do compartilhamento (FERRARI *et al.*, 2019; FERRARI *et al.*, 2020; BARTHOLO *et al.*, 2021; FERRARI; LOPES, 2021).

Ferrari *et al.* (2019), após uma reflexão sobre a construção da extensão universitária no Brasil, apresentam três vertentes da extensão: a primeira seria o assistencialismo, onde a academia se volta essencialmente para o atendimento das demandas, sem refletir sobre a relação dessas ações e os desejos da equipe de trabalho; a segunda seria o paternalismo, onde a academia impõe seus objetivos à comunidade, com um viés autoritário e vertical; a terceira vertente, a do compartilhamento, pressupõe um alinhamento ou aproximação entre as expectativas e desejos daqueles envolvidos na prática de extensão, “entendendo que esse tipo de vínculo determina um caráter mais autêntico e transformador aos trabalhos de extensão” (FERRARI *et al.*, 2019, p.1).

Ou seja, o alinhamento entre as expectativas da comunidade e do grupo acadêmico foi, desde o princípio, base para as ações de extensão da disciplina. Percebe-se que tais ações corroboram os objetivos iniciais do Lumes, adaptando sua atuação às formas de organização existentes nas comunidades. Em sua vertente de extensão, os Lumes têm o desafio do envolvimento dos alunos com o contexto (social, cultural, econômico, político) local, articulando-os aos parceiros, buscando garantir “uma maior presença nas comunidades

trabalhadas e, com isso, uma visão mais próxima das realidades locais, suas demandas e possibilidades de ação compartilhada” (MONTE-MÓR; LIBÂNIO, 2021, p.77).

Monte-Mór e Libânio (2021), retomam esse histórico do Lumes para destacar os objetivos que perpassam todos os seus momentos: consolidar o sentido de solidariedade e identidade metropolitanas, o sentido de pertencimento, o (re)envolvimento das populações com seus territórios. Também trabalhar na construção do conceito de cidadania metropolitana: sentir-se parte constitutiva de um território e de um espaço social mais amplo, pensar e contribuir para uma integração sócio-espacial mais eficaz.

Nesse sentido, os autores apontam que existe a intenção de dar continuidade às ações do Lumes na UFMG através do Internato Metropolitano, tendo como objetivo a parceria e a colaboração permanente entre universidade e municípios. Tomando como referência o Internato Rural, que acontece nos cursos da área da saúde, o Internato Metropolitano envolveria os cursos ligados às atividades de planejamento (MONTE-MÓR; LIBÂNIO, 2021). Essa possibilidade será destacada mais adiante, no mapeamento três elaborado pela autora.

Por fim, o levantamento da produção acadêmica sobre os Lumes também identificou textos que refletiram sobre os desafios do contexto do isolamento social imposto pela pandemia da Covid-19 (FERRARI *et al.*, 2020; BARTHOLO *et al.*, 2021; FERRARI; LOPES, 2021). Ainda que ações online tenham sido mobilizadas (aulas, encontros com os parceiros, reuniões de trabalho, seminários que proporcionaram diálogos transversais, mobilização via redes sociais, etc.), os autores apontam que as atividades extensionistas são atividades essencialmente presenciais. Suas ações construídas remotamente apresentam uma medida de caráter temporário – nesse caso, compulsório –, mas que eventualmente podem ser incorporadas como apoio às práticas de campo.



### **2.3. Aprendizados a partir das experiências dos Lumes (2016-2019)**

Ao pensar em todo o trabalho de extensão que já vem sendo desenvolvido desde 2016, tracei a seguinte estratégia de pesquisa: (a) a partir da sistematização do material das atividades que já estava disponível, iniciar a investigação sobre como se dão as ações do Lumes; (b) realizar entrevistas e visitas de campo com o objetivo de compreender quais foram as contribuições das ações promovidas pelos Lumes, tanto para os parceiros quanto para os estudantes. Por essa “disponibilidade” me refiro a todo conteúdo dos trabalhos desenvolvido por alunos nos semestres em que a disciplina foi ofertada. O acervo digital da disciplina foi disponibilizado pelo professor Roberto Monte-Mór e pelas professoras Clarice Libânio e Junia Ferrari.

O panorama construído na *primeira linha do tempo* tem a intenção de mostrar a relação entre as disciplinas e o contexto de atuação das ações (os anos, os municípios, os parceiros, as temáticas). As publicações acadêmicas (artigo, livro, dissertação) foram inseridas de modo a situar as reflexões críticas realizadas a partir das ações extensionistas, facilitando a identificação do contexto no qual o trabalho foi produzido. Também é interessante observar quais foram os municípios que permaneceram ao longo do tempo na disciplina, quais os parceiros que foram de certo modo tornando-se mais integrados, e quais ações colaborativas tiveram resultados mais duradouros.

## Linha do tempo: relação entre disciplinas ofertadas e ações extensionistas

(Continua)

### Publicações acadêmicas

Elaboração da Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços públicos e do Programa Lugares de Urbanidade Metropolitana dentro do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH – PDDI-RMBH (2009/2011)

Projeto Macrozoneamento Metropolitano: implantação de projetos-piloto dos LUMES - parceria com Espaço Sociocultural Diadorim, em Vespasiano, para implantação de um LUMES físico (2013/2015)

OS LUMES E A CONSTRUÇÃO COMUM NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS  
Paula Bruzzi Berquó (2014)

MAPEAMENTO DA IDENTIDADE CULTURAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE E A CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO LUMES NA CONSTITUIÇÃO DE UMA CIDADANIA METROPOLITANA  
Alessandra Rocha, *et. al* (2015)

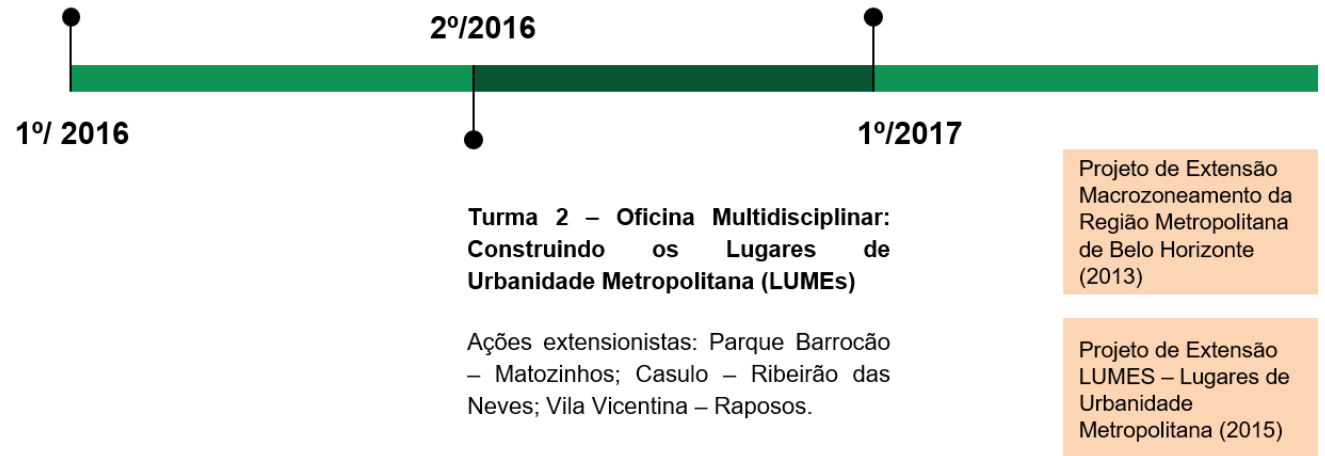
THE UNIVERSITY AND METROPOLITAN PLANNING: AN INNOVATIVE EXPERIENCE  
Roberto Luís de Melo Monte-Mór, *et. al* (2016)

### Turma 1 – Oficina Multidisciplinar: Os LUMEs e a Prática de Planejamento Metropolitano

Ações extensionistas: Coopervesp e Feira Saia da Linha – Vespasiano; Associação Santa Martinha e Incubadora Criativa – Ribeirão das Neves; Parque Barroco – Matozinhos.

### Turma 3 – Oficina Multidisciplinar: Os LUMEs no planejamento metropolitano compartilhado

Ações extensionistas: Vila Vicentina – Raposos; Feira Saia da Linha – Vespasiano; CONVIDA – Sarzedo; IN FOCO – Esmeraldas; Guia metropolitano; Elaboração da Cartilha dos Planos diretores.



Linha do tempo construída a partir da sistematização dos trabalhos encontrados no acervo da disciplina, disponibilizado pelo professor Roberto Monte-Mór e pelas professoras Clarice Libânio e Junia Ferrari. Uma nova proposta de organização dos arquivos foi criada durante o desenvolvimento da pesquisa e adotada pelas novas turmas.

Projeto de Extensão Proposta de assessoramento e apoio das revisões dos Planos Diretores municipais de onze municípios da RMBH (2016)

#### Outros projetos

Guia da Cidadania e Identidade Metropolitana na RMBH  
Clarice Libânio (org.) (2018)

QUANDO A PRÁTICA ACADÊMICA SAI AO TERRITÓRIO: A EXPERIÊNCIA DA OFICINA MULTIDISCIPLINAR: OS LUMES E A PRÁTICA DO PLANEJAMENTO METROPOLITANO - UFMG  
Junia Maria Ferrari de Lima, *et. al* (2017)

TERRITÓRIO, IDENTIDADE E POLÍTICA: REFLEXÕES SOBRE OS LUGARES DE URBANIDADE METROPOLITANA NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO URBANO NA RMBH  
María Florencia Sosa (2017)

REINVENTANDO O URBANO: PRÁTICAS CULTURAIS NAS PERIFERIAS E DIREITO À CIDADE  
Clarice de Assis Libânio (2017)

#### Turma 4 – Formação em extensão universitária: Práticas de Cidadania Metropolitana

Ações extensionistas: Praça Aberta – Raposos.

#### Turma 5 – LUMES: Oficina multidisciplinar para o planejamento metropolitano e local

Ações extensionistas: Escola Estadual – Itatiaiuçu; UNICICLA e Feira de Produtores – Nova União; Atlas Culinário – Juatuba; Serra do Elefante – Mateus Leme; Associação das Artesãs – Rio Manso; Revitalização da Feira – Caeté.

#### Turma 8 – Formação em extensão universitária: diálogos metropolitanos

Ações extensionistas: Oficinas Culturais – Raposos.

#### Turma 9 – Formação em extensão universitária: diálogos metropolitanos

Ações extensionistas: Fórum Lixo e Cidadania – Nova União; Feira das Profissões – Vespasiano; Museu de Sarzedo – Sarzedo.

1º/2018

2º/ 2017

2º/2018

#### Turma 6 – Formação em extensão universitária: Práticas de Cidadania Metropolitana

Ações extensionistas: Praça Aberta – Raposos.

#### Turma 7 – Formação em extensão universitária: Práticas de Cidadania Metropolitana

Ações extensionistas: Mapeamento da Trama Verde Azul em Caeté, Nova União e Sarzedo.

Projeto de Extensão Construindo Lugares de Urbanidade Metropolitana (2017)

REVISÃO DOS PLANOS DIRETORES DE 11 MUNICÍPIOS (2016-2018)

Formação, acompanhamento e consolidação dos Grupos de Acompanhamento, instalação de Espaços plano diretor e da elaboração dos Planos, com envolvimento da sociedade civil e representantes do poder público.

(Continua)

(Continua)

Planejamento Metropolitano e Local: a experiência dos LUMEs e da Trama Verde e Azul na RMBH municípios da RMBH (2018)

Participação e Cidadania Metropolitana: experiências em ação coletiva na RMBH Clarice Libânio (org.) (2019)

**Turma 12 – Práticas em Planejamento Metropolitano e Local: a experiência dos Lumes na RMBH**

Ações extensionistas: Fórum Municipal de Economia Solidária – Nova União; Construindo o Futuro – Vespasiano; Parque Barroco – Matozinhos.

**Turma 13 – Oficina Multidisciplinar: Travessia Parque Nacional da Serra do Gandarela**

Ações extensionistas: Travessia do Parque Nacional Serra do Gandarela – Raposos

LUMES – LUGARES DE URBANIDADE METROPOLITANA - PLANEJAMENTO COMPARTILHADO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE Clarice de Assis Libânio (2019)

A EXTENSÃO EM CONSTRUÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA DE 'IMERSÃO' EM RAPOSOS/MG Junia Maria Ferrari de Lima, *et. al* (2019)

1º/2019

2º/2019

1º/2020

ENSEÑAR A PLANIFICAR EL TERRITORIO VIVENCIANDO EL TERRITORIO. LA EXPERIENCIA DEL TALLER MULTIDISCIPLINAR: "FORMACIÓN DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA: PRÁCTICAS DE CIUDADANÍA METROPOLITANA" (UFMG, BRASIL) Junia Maria Ferrari de Lima, *et. al* (2018)

TERRITÓRIO, IDENTIDADE E POLÍTICA: OS LUGARES DE URBANIDADE METROPOLITANA NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO URBANO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE Maria Florencia Sosa (2018)

**Turma 10 – Práticas em Planejamento Metropolitano e Local: a experiência dos Lumes na RMBH**

Ações extensionistas: Fórum da Juventude – Nova União; Resenha na comunidade – Vespasiano; Parque Barroco – Matozinhos.

**Turma 11 – Formação em extensão universitária: diálogos metropolitanos**

Ações extensionistas: Diálogos sobre mineração – Raposos.

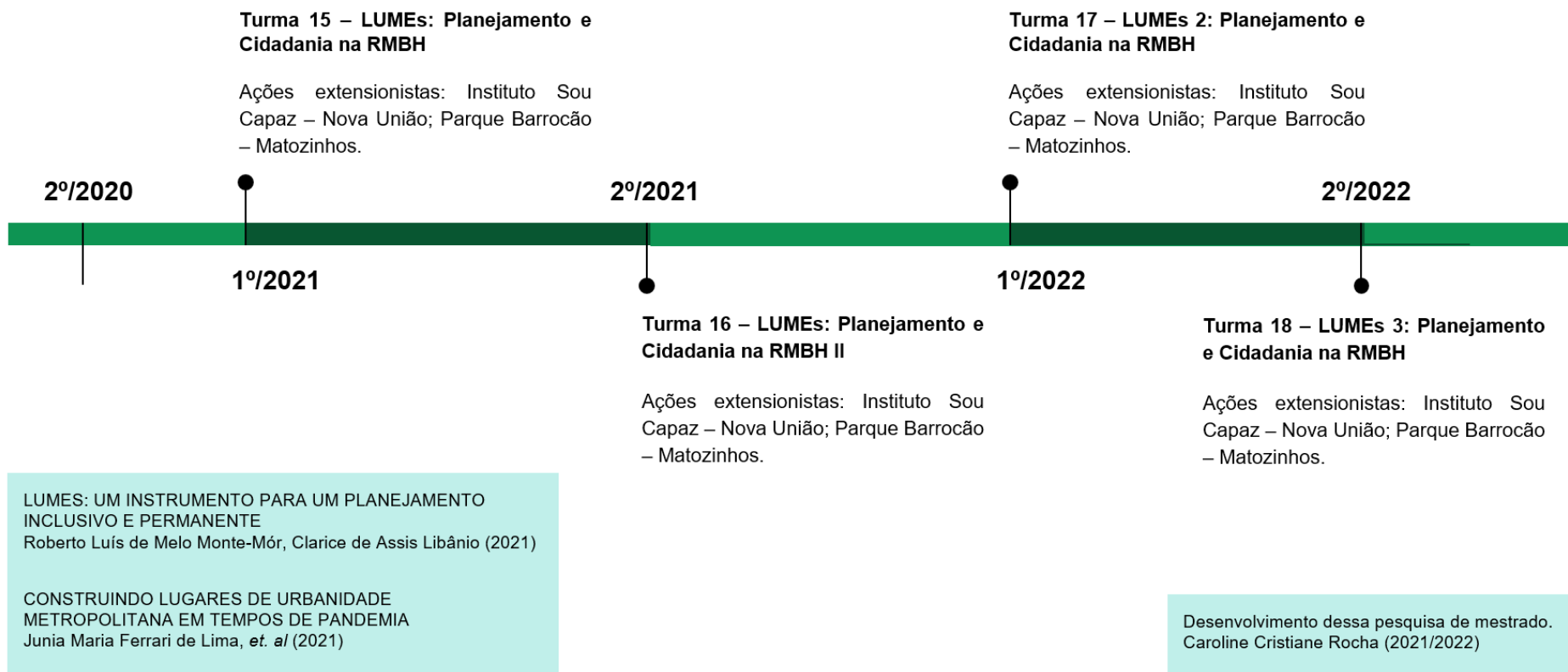
**Turma 14 – Trama Verde e Azul: Interface entre planejamento e projeto no Parque Gandarela**

Ações extensionistas: Seminário online – Raposos.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DIANTE DO COVID-19: ANÁLISE DO PROJETO "CONSTRUINDO LUGARES DE URBANIDADE METROPOLITANA" Junia Maria Ferrari de Lima, *et. al* (2020)

LUMES – Lugares de Urbanidade  
Metropolitana: experiências na RMBH  
Júnia Maria Ferrari de Lima (org.) (2021)

(Conclusão)



Fonte: elaborado pela autora, 2022

A compilação dessas experiências também tem como um dos focos entender quais são os obstáculos que interdita sua continuação. Em quais situações estão os obstáculos que fazem sucumbir experiências que são genuinamente autogestionárias? Tentar costurar as experiências pelos obstáculos significaria olhar as experiências e buscar enxergar o que foi que as impediu de prosseguir. Falar dos obstáculos ajuda a avançarmos nessa forma marginal, de resistência dos Lumes. Analisando as entrevistas realizadas com alunos e parceiros – entrevistas qualitativas com auxílio de um roteiro – é possível pontuar algumas dessas percepções.

A respeito da metodologia, as entrevistas foram realizadas de duas formas: entrevistas presenciais e por videochamada, orientadas pela metodologia da entrevista em narrativa; e formulário enviado via WhastApp<sup>25</sup>. No que diz respeito às entrevistas presenciais e por videochamada, a opção pela entrevista em narrativa veio pela intenção de compreender melhor como as ações foram desenvolvidas e coletar também a história do ponto de vista de seus protagonistas. Esperava-se construir, por meio de uma simples conversa, com falas espontâneas, uma relação de confiança, que pudesse contribuir para a análise dos impactos das ações do Lumes, tanto para os parceiros, quanto para os alunos.

A entrevista em narrativa (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2000)<sup>26</sup> tem um caráter semiestruturado, uma vez que antes da entrevista é necessário a elaboração de perguntas a partir do interesse do pesquisador. Chamadas de “*exmanent questions*”, tais questões não são apresentadas aos informantes, servem como guias e pontos atenção à medida que os relatos abordam as questões de interesse do pesquisador. Como o princípio da entrevista em narrativa é incentivar o entrevistado a rememorar acontecimentos de sua trajetória por meio da narração, o pesquisador elabora as “*immanent questions*”, ou seja, perguntas curtas que remetem ao tema de interesse, mas que não estão engessadas em uma linguagem muito técnica ou em um momento específico da entrevista. Essas perguntas são aquelas as quais “a atenção do entrevistador deve ser focalizada [...] preparando-se para perguntas adicionais no momento apropriado” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2000, p.6).

---

<sup>25</sup> 22 pessoas, entre ex-alunos, bolsistas e parceiros foram sugeridos pelos professores Roberto Monte-Mór e Clarice Libânio. O contato inicial se deu também por intermédio dos professores. Desses, 16 aceitaram participar da pesquisa, sendo livre a escolha do formato: entrevistas presenciais, por videochamada ou via formulário. Ver Anexo C.

<sup>26</sup> A autora teve experiência com a metodologia durante trabalhos de extensão desenvolvidos ainda como estudante de graduação. Ver: ZERLOTINI DA SILVA; ROCHA, 2018.

**Tabela 2:** Relação entre perguntas emanentes e imanentes na metodologia da entrevista em narrativa

<b>Público da pesquisa</b>	<b>Tema de interesse da pesquisa</b>	<b>Perguntas “exmanent questions”</b>	<b>Perguntas “immanent questions”</b>
<b>Parceiro</b>	História/ experiência	Em qual ou quais semestres/ ano você participou do projeto? Qual a sua relação com o projeto? (ex: como você conheceu, como participou, etc.)	Me conta sobre como você conheceu o Lumes e quais as ações que você participou?
	Relação com o município	Como você acha que a experiência com o projeto influenciou a sua relação com o município? (ex.: se você se sente mais engajado nas questões locais, se passou a observar questões no município que antes não observada, passou a exercer mais direitos, etc.)	Você acredita que a experiência com o projeto mudou a sua relação com o município?
	Relação com a universidade	Como você acha que a experiência com o projeto influenciou a sua relação com a Universidade? (ex.: se sua perspectiva sobre a universidade mudou, se passou a conhecer mais proximamente a Universidade, etc.)	Você acredita que a experiência com o projeto mudou a sua relação com a universidade?
	Relação com outras instituições	Você já tinha tido a experiência de ser parceiro de algum outro projeto ou Universidade? Se sim, explicar qual outra parceria já foi realizada. Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto?	Vocês já realizaram outras parcerias com outros projetos? Para você, o que o Lumes poderia ser?
<b>Bolsista/aluno</b>	História/ experiência	Em qual ou quais semestres/ ano você participou do projeto? Qual a sua relação com o projeto? (ex.: como você conheceu, como participou, etc.)	Me conta sobre como você conheceu o Lumes e quais as ações que você participou?
	Impacto na vida acadêmica	Em relação à sua vida acadêmica, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex.: influência na escolha de outras disciplinas extensionistas, modificação na percepção do curso de modo geral, aprofundamento em temáticas socio-ambientais, etc.)	A participação nessa disciplina extensionista mudou a sua vida acadêmica de alguma forma?
	Impacto na vida profissional	Em relação à sua vida profissional, como você acha que a experiência de extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex.: influência na escolha da forma de atuação profissional, se a pessoa passou a estar envolvida com trabalhos voluntários, etc.)	E na sua vida profissional, você acha que o Lumes teve alguma influência?
	Impacto como cidadão	Em relação à sua vida como cidadão, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex.: modificação da sua percepção dos espaços e a sua relação com as pessoas, influência na construção dos seus valores e na noção dos direitos dos cidadãos, mudança da percepção das questões sociais, se passou a realizar alguma atividade de cunho social, etc.) Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto?	Participar dessa disciplina mudou sua visão como cidadão? Qual sua sugestão para melhorar o Lumes e os projetos desenvolvidos na disciplina?

Fonte: elaborado pela autora, 2022

Cabe destacar que as perguntas utilizadas tanto nas entrevistas presenciais e por videochamada, quanto nos formulários enviado via WhastApp (ver Anexo B), basearam-se – com pequenas alterações – no formulário “Construindo Lugares de Urbanidade Metropolitana – EA/UFMG”, disponibilizado pela professora Junia Ferrari e pela aluna Beatriz Bartholo.

O formulário online é parte integrante do projeto de extensão *Construindo Lugares de Urbanidade Metropolitana*<sup>27</sup>, vinculado ao Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG. Como forma de continuar as atividades durante o período de isolamento social (2020-2021), o projeto propôs construir um processo de reflexão das atividades realizadas entre os períodos de 2016/1 e 2020/1. Isso significou uma retomada das informações sobre essas experiências realizadas, considerando o registro de todo o trabalho construído coletivamente. O método proposto pela equipe foi a aplicação de um questionário online, com o intuito de alcançar a participação das pessoas envolvidas no projeto ao longo desses anos, desde alunos a apoiadores, moradores e parceiros, com suas respectivas avaliações e relatos. Pensou-se o formulário em duas etapas: a primeira diz respeito às informações básicas dos participantes e a segunda onde espera-se um relato sobre a sua participação no projeto. Além de um registro qualitativo sobre o projeto, poder-se-ia imaginar sua reestruturação, novos caminhos a se percorrer, continuando a construí-lo coletivamente.

Segundo sistematização realizada por Beatriz Bartholo (disponibilizada para essa pesquisa), foram 41 respostas recebidas de um total de 130 emails enviados. Como os resultados desse trabalho ainda não foram publicados pela equipe do projeto, solicitei autorização para utilizar parcialmente as informações obtidas como dados nas análises sobre os aprendizados obtidos a partir das experiências dos Lumes (ver Anexo D).

Ainda que as respostas obtidas por meio desses diferentes métodos privilegiem a visão subjetiva, colocando as percepções do entrevistado em destaque, acredita-se que é possível construir a partir delas um panorama mais aprofundado das ações, como foi sua organização, seus desafios, a relação com os parceiros. Por esse motivo, suas falas estão entrelaçadas à *segunda linha do tempo*, que é inserida à medida que os entrevistados contam a história. Tal registro também contribui para a organização de um compilado de possibilidades de experiências colaborativas. Por fim, destaca-se nas reflexões de ex-alunos e parceiros sobre essas ações, os impactos da extensão universitária.

---

<sup>27</sup> Projeto coordenado pela professora Junia Ferrari (PROEX-UFMG, 2017).



(Continua)

**MAPA 2: As experiências dos Lumes 2016-2019**  
(mapeando os obstáculos e os avanços)

Entrevistado	Participou como	Em qual período	Em qual município	Entrevista via
1 Juliano	Aluno	2º/2019	Vespasiano	Videochamada
2 Poliana	Bolsista e parceira	1º/2019 e 2º/2019	Vespasiano	Videochamada
3 Bruno	Parceiro	2º/2018, 1º/2019 e 2º/2019	Vespasiano	Videochamada
4 Juliana	Bolsista	2º/2018, 1º/2019 e 2º/2019	Vespasiano e Matozinhos	Formulário
5 Alessandra	Bolsista e aluna	2º/2015 e 1º/2016	Vespasiano	Formulário
6 Filipe Silva	Bolsista e aluno	2º/2018, 1º/2019 e 2º/2019	Sarzedo e Nova União	Formulário
7 Daniel	Bolsista e aluno	1º/2018, 2º/2018 e 1º/2019	Nova União	Formulário
8 Namuetcha	Aluna	2º/2019	Nova União	Videochamada
9 Anderson	Parceiro	2017-2022	Nova União	Presencial
10 Jorge	Parceiro	2017-2022	Nova União	Presencial
11 Mirlaine	Bolsista e parceira	2º/2021 e 1º/2022	Nova União	Presencial
12 Ramon	Bolsista	2º/2019	Nova União	Presencial
13 Deyvid	Aluno	1º/2019	Matozinhos	Formulário
14 Igor	Aluno	2º/2019	Matozinhos	Formulário
15 F.V.	Aluno	2º/2019	Matozinhos	Formulário
16 Pedro	Aluno	1º/2018	Caeté	Formulário

(Conclusão)

**MAPA 2: As experiências dos Lumes 2016-2019**  
(mapeando os obstáculos e os avanços)

Entrevistado	Participou como	Em qual período	Em qual município	Entrevista via
1 Lorena	Aluno	2º/2017	Raposos	Formulário “Construindo Lugares de Urbanidade Metropolitana – EA/UFMG”, disponibilizado pela professora Junia Ferrari e pela aluna Beatriz Bartholo
2 Mirela		2º/2018, 1º/2019, 2º/2019		
3 Fábio		1º/2018		
4 Maria Isabel		2º/2018, 1º e 2º/2019, 1º/2020		
5 C. F.		2º/2018		
6 Cintya		1º/2017, 2º/2017, 1º/2020		
7 Letícia		2º/2018		
8 Lucas		2º/2017, 1º e 2º/2018, 1º/2019		
9 Laís		1º/2018, 2º/2018		
10 Leonardo		2º/2017, 1º/2018		
11 Laura		1º/2019		
12 Lara		2º/2018, 2º/2019		
13 Larissa		1º/2018, 2º/2019		
14 Adolfo		2º/2017, 2º/2018, 2º/2019		
15 Beatriz		2º/2019, 1º/2020		
16 Eribaldo	Parceiro	2º/2017, 1º e 2º/2018, 1º/2019	Raposos	
17 Glauco		2º/2016, 2º/2017, 1º e 2º/2018, 1º e 2º/2019		
18 Sarah		2º/2017, 1º e 2º/2018, 1º e 2º/2019		

Fonte: elaborado pela autora, 2022

É importante destacar que além dos relatos dos entrevistados, as descrições das ações também estão embasadas nas publicações *LUMES – Lugares de Urbanidade Metropolitana: experiências na RMBH* (FERRARI, 2021), e *Participação e cidadania: experiências em ação coletiva na RMBH* (LIBÂNIO, 2019).

#### *Ações em Vespasiano em 2016*

A Coopervesp é uma cooperativa de material reciclável e foi um dos primeiros grupos do município a se aproximar da disciplina. Os alunos começaram os trabalhos por meio da demanda de melhoria do espaço físico da cooperativa. A ação envolveu análise das potencialidades e prioridades dos parceiros, para então chegar a uma proposta de projeto de reforma e também na elaboração de um projeto para captação de recursos.

Junto à Feira Saia da Linha, grupo de artesãos locais que se mobilizaram para construir um movimento de Economia Popular e Solidária em Vespasiano, os alunos realizaram uma ação de apoio à reestruturação do espaço físico da feira, além de discutirem o fortalecimento de parcerias locais e a importância da divulgação dos eventos realizados. Também foi por meio dessas ações que o Lumes estreitou a parceria com a Biblioteca Diadorim, que viria a ser a principal interlocutora da universidade nos semestres seguintes.

No início, a feira acontecia em espaço bem próximo à biblioteca, de maneira a vincular a atividade de comércio de artesanato à prática de leitura. Os artesãos da Feira Saia da Linha visavam, para além do interesse econômico, despertar o interesse da população em relação às ações locais e a cultura de um modo geral. (FERRARI, 2021, p.57).

#### *Ações em Ribeirão das Neves em 2016*

A atuação junto à Associação de Tecelãs do bairro Santa Martinha se deu a partir da demanda das tecelãs de ausência de lojas na região para vender seus produtos. A ação realizada foi buscar formas de divulgação e venda do artesanato produzido, o que permitiu aos alunos trabalhar a valorização da cultura da produção de objetos de artes para venda, além de discutir o tema da Economia Popular e Solidária. Após realizarem um levantamento de campo, com entrevistas e diagnóstico da região, os alunos construíram um plano de ação com o objetivo de fortalecer a rede das artesãs e integrá-las ao mercado de artesanato.

Uma segunda ação realizada foi voltada para o fortalecimento da cena cultural do município. Essa demanda se deu tanto pela presença da Secretaria de Cultura como parceira,

quanto pela aproximação com coletivos e jovens que buscavam apoio para as suas atividades. Em um espaço abandonado no bairro São Pedro, onde duas caixas d'água da COPASA encontravam-se desativadas, a comunidade enxergou um potencial de um espaço para encontros culturais – chamado inicialmente de Incubadora Criativa e, posteriormente, Casulo.

O Lumes contribuiu com as discussões de planejamento das ações que ocorreriam no local, e a revitalização do espaço das caixas d'água foi mobilizada pelos alunos em conjunto com os parceiros. O intuito era reforçar o potencial cultural do espaço e os participantes realizaram um debate sobre suas expectativas, mapeando as habilidades individuais e eventuais demandas por cursos de formação artístico-cultural.

Por fim, alunos e professores, em parceria com a comunidade, realizaram um mutirão de limpeza do espaço Casulo, removendo entulho e fazendo capina. A ação coletiva de apropriação do espaço reforçou as potencialidades do projeto, reativando uma rede de artistas locais que se engajaram no processo, contribuindo para uma gestão comunitária do Casulo.

#### *Ações em Matozinhos em 2016*

A parceria em Matozinhos se deu por meio do Parque Municipal Ecológico do Barroco. Localizado no bairro São Paulo, o parque é uma área de preservação reconhecida pela prefeitura, mas não oficialmente destinada como um parque – apesar do poder legislativo ter apresentado o projeto de Lei que estabelece a criação do parque, o poder executivo não sancionou a lei, alegando problemas jurídicos com o terreno.

Por isso, o Parque Barroco é um movimento da comunidade, e sua aproximação com o Lumes se deu em um primeiro momento com a intenção de elaboração de um projeto para construção de uma Biblioteca-Parque no local. Após o levantamento das demandas e a realização de um mapeamento participativo, notou-se que existiam outras ações possíveis de serem realizadas a curto prazo, sendo a ampliação da visibilidade do parque uma delas.

O grupo então apoiou o coletivo na organização e divulgação de um evento no parque, com plantio de mudas, mutirão limpeza e atividades culturais. A prioridade da ação era a mobilização dos moradores para a valorização do parque e para o cuidado com o espaço. A organização e o engajamento da comunidade surpreenderam positivamente os estudantes, que acompanharam um grande evento no Barroco, com roda de viola, apresentação de poesias e roda de capoeira, além da presença do projeto Manuelzão da UFMG como parceiro.

(Continua)

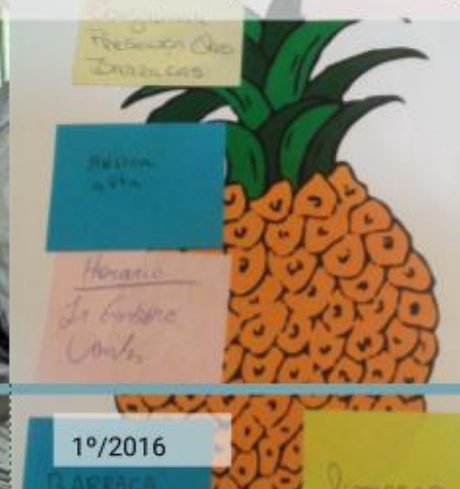
## Linha do tempo: relação entre municípios parceiros e ações extensionistas



1º/2016

### Vespasiano - Coopervesp

Relatório de visita técnica;  
Análise de demandas,  
potencialidades e prioridades;  
Projeto arquitetônico para melhoria  
do espaço;  
Projeto para obtenção de recursos  
para compra de caminhão.



1º/2016

### Vespasiano - Feira Saia da Linha

Atas de encontros com os  
moradores;  
Realização de diagnóstico  
rápido participativo;  
Ações de reestruturação do  
espaço físico da feira;  
Ações de divulgação.



1º/2016

### Ribeirão das Neves - Santa Martinha

Levantamento de campo;  
Realização de entrevistas;  
Relatório técnico de visitas;  
Diagnóstico e propostas;  
Apresentação de plano de ação  
com o objetivo de contruir uma  
rede entre as artesãs.

## MUTIRÃO

### da caixa d'água

**programação**

9h-13h  
Mutirão de limpeza

13h - 14h  
Banquete coletivo

14h - 14h30  
Fala de abertura com Eli professora da Escola de A UPMG, Roberto Luís de Melo professor do curso de Econ e Rodolfo Afalide, secretário da Prefeitura de Ribeirão da

14h30 - 15h30  
O que você gostaria que ocorresse no espaço?  
Oficina para se pensar um atividades permanentes e fe projeto arquitetônico e um espaço.

15h30 - 16h30  
Jen de dança com Rachel M

16h30 - 17h30  
Oficina de persuasão corpora Brey.

17h30 - 18h  
Encerramento.

Endereço: Rua Vital Guimarães, 69



1º/2016

### Ribeirão das Neves - Incubadora Criativa

Ação voltada para intervenção na  
cena cultural;  
Encontro com coletivos;  
Levantamento de local com  
potencialidade;  
Criação de grupo no Facebook;  
Mutirão de limpeza e piquenique.

(Continua)

			
1º/2016	2º/2016	2º/2016	2º/2016
<p><b>Matozinhos - Parque Barrocão</b></p> <p>Apresentação de diagnóstico urbano; Relatórios de campo; Mapeamento participativo; Caminhada no parque; Levantamento de demandas; Possibilidades de projetos paisagísticos para o parque.</p>	<p><b>Matozinhos - Parque Barrocão</b></p> <p>Apoio na divulgação do mutirão; Ação de plantio de árvores no parque; Ação cultural com coletivo de capoeira; Participação do projeto Manuelzão da UFMG.</p>	<p><b>Ribeirão das Neves - Casulo</b></p> <p>Organização de mutirão cultural; Proposta elaborada por quatro grupos: interlocutores; logística; materiais/mão de obra e registro/divulgação; Realização da ação.</p>	<p><b>Raposos - Vila Vicentina</b></p> <p>Contato com o coletivo Casa de Gentil; Proposta de levantamento da antiga Vila Vicentina; Discussão de um projeto de revitalização da edificação; Levantamento do potencial turístico, ambiental e cultural.</p>

Fonte: elaborado pela autora, 2022

### *Ações em Raposos em 2017*

O primeiro contato com Universidade aconteceu ainda durante o 2º/2016, por meio do coletivo Casa de Gentil, com a proposta de mobilização da comunidade para as atividades culturais que aconteciam ali. A primeira ação Lumes no município foi voltada para o levantamento arquitetônico da Vila Vicentina, espaço que está localizado ao lado da Capela de Nossa Senhora do Rosário, e que o coletivo via como potencial para a expansão das atividades de arte e cultura que já aconteciam na sede da Casa de Gentil, no bairro Várzea do Sítio.

Com o objetivo de elaborar um projeto de revitalização da edificação ali existente, fortalecendo seu potencial de apoio para as atividades turísticas, culturais e ambientais almejadas pelo coletivo, os alunos dos Lumes mobilizaram a comunidade para discutir as demandas do espaço. Além do desenvolvimento do projeto arquitetônico durante o 1º/2017, os alunos também buscaram formas de financiamento que pudesse viabilizar a obra.

A proposta do projeto da Vila Vicentina é de ampliar as ações e atividades socioambientais, culturais e econômica do município, fomentando o debate sobre cidadania local e metropolitana. Além disso, o espaço permitirá construir alternativas para o (des)envolvimento endógeno de Raposos com a valorização da cultura local e do meio ambiente. (FERRARI, 2021, p.97).

Mesmo a parceira sendo mantida no semestre seguinte com a Casa de Gentil, o grupo de alunos e professores ampliaram as ações no município. A partir de um primeiro encontro no qual foi incentivado que os moradores contassem um pouco sobre histórias, memórias, práticas tradicionais, e suas percepções particulares sobre Raposos, o grupo percebeu temas que poderiam motivar os trabalhos do Lumes: mobilidade, meio ambiente e o estigma de cidade dormitório.

Cabe ressaltar que durante o 2º/2017 em Raposos foi proposta uma nova metodologia para os trabalhos de extensão: a imersão. Permanecer na cidade por vários dias contribuiu com que os alunos fizessem registros relacionados aos temas trabalhados, e o trabalho final envolveu a elaboração de vídeos sobre o município. Além disso, os alunos apontam vários outros pontos positivos ao trabalho proporcionado pela imersão:

A minha impressão é que essa metodologia [imersão] permitiu um **vínculo mais forte com os moradores, a cidade e até com os próprios colegas**. Me parece que consegui compreender bem o território e as relações estabelecidas ali, melhor do que áreas estudadas nas grandes oficinas do noturno, que em geral são desenvolvidas a partir de visitas de campo. [...] Eu achei a experiência bastante enriquecedora. Gostei muito de conhecer Raposos, a casa de Gentil e alguns moradores da cidade, além de conseguir

colocar em prática ações pensadas em conjunto e reconhecer o valor delas. **Acho que a imersão permitiu um contato intenso entre os alunos e que isso foi primordial para que o nosso trabalho tivesse um resultado tão satisfatório.** (Lorena, anexo D, grifos da autora).

A imersão tem uma ideia diferente das visitas de campo, numa interação mais continuada e focada em um só território. **Com a energia dos alunos posta em um território apenas é possível fazer um esforço maior em eventos e em divulgação de produtos, por exemplo.** Além disso, é possível desenvolver diversos formatos de eventos e conversas e é a forma onde **a negociação com os parceiros e o desenvolvimento de estratégias fica mais evidente como parte do processo da disciplina.** (Cintya, anexo D, grifos da autora).

Imersão - exige uma mobilização intensa de 'produção', no sentido de **viabilizar a imersão é preciso prever e prover demandas materiais e estruturas que muitas vezes não são simples ou imediatas** (transporte, comida, local para guardar pertences, reunir, dormir etc), no campo 'pedagógico' talvez a maior fragilidade é uma questão de engajamento muito desigual (alunos que não participam). (Lucas, anexo D, grifos da autora).

De forma a articular as demandas que surgiram no início do semestre, alunos e parceiros organizaram um grande evento chamado *Praça Aberta* que aconteceu na área central da cidade, na praça da Igreja Matriz. A mobilização se deu com a prefeitura (na liberação do espaço), com feirantes da região (barracas de comida e bebidas) e com o coletivo Casa de Gentil (com música e atividades culturais). A programação envolveu quatro rodas de conversa – depois da mineração; histórias de Raposos; mobilidade; meio ambiente –, além de apresentação de música, artes marciais e forró.

#### *Outras ações construídas durante o 1º/2017 e 2º/2017*

As ações em parceria com a Feira Saia da Linha, em Vespasiano, continuaram no 1º/2017 com o objetivo de fortalecer o projeto no município. Os alunos do Lumes realizaram visitas de campo e registraram as demandas dos feirantes, que tinham como principal intenção provocar o estímulo à produção e à comercialização de produtos artesanais locais. A divulgação da feira foi escolhida como ação para o grupo naquele semestre, uma vez que se compreendeu que essa demanda era essencial para a valorização do projeto e para a atração de novos públicos.

Assim, o grupo da disciplina ficou responsável por pensar um flyer que pudesse ser usado nas redes sociais e também como panfleto impresso. Essa divulgação também deveria sugerir uma nova logomarca que representasse ainda mais a identidade da Feira. (FERRARI, 2021, p.118).



O Espaço ConVida é uma associação comunitária do bairro Masterville em Sarzedo. Os principais objetivos da associação é a promoção da cidadania e espaços de convivência, com a realização de ações socioeducativas e formação de voluntariado. O Lumes se aproximou do grupo a fim de entender as principais demandas e como poderia contribuir nas ações comunitárias que eles já realizavam.

A ação do grupo voltou-se para potencializar as ações da associação por meio da aproximação dos moradores do bairro. De forma inicial, foi aplicado um questionário na região com o objetivo de coletar informações sobre quais eram as atividades que os moradores gostariam que fossem realizadas no espaço. Posteriormente, contribuíram na organização de um evento no Espaço ConVida, de forma a ampliar a aplicação do questionário. O evento contou com a participação de diversos voluntários, o que possibilitou uma série de atividades gratuitas para a comunidade. No total, o grupo de alunos conseguiu aplicar 51 questionários, e suas análises foram entregue posteriormente aos parceiros de Sarzedo.

A parceria do Lumes no município de Esmeraldas aconteceu por meio da Escola InFoco de Ensino Técnico e Economia Popular Solidária. Seus idealizadores vislumbravam a criação de uma rede de fabricantes e vendedores de cosméticos naturais locais e, em um determinado momento de suas trajetórias, começaram a participar do Fórum de Economia Solidária, que acontece na UFMG. Os parceiros tinham a demanda de levar os temas discutidos na universidade para a sua comunidade em Esmeraldas, o distrito de Melo Viana, e por isso fundaram a escola.

A partir do entendimento de que o trabalho de formação da Escola InFoco deveria ser mais divulgado, os alunos organizaram como ação uma Festa Junina com o tema da Economia Solidária. O planejamento do evento então focou em atrair a comunidade, por isso foi proposto a realização da festa na rua da InFoco. As atividades do grupo foram compartilhadas com pessoas da comunidade, como a decoração da rua, a instalação de placas de orientação até o local, a confecção de cartazes, panfletos e a divulgação do evento. Apesar do evento não ter tido um grande número de moradores, como esperado, teve a participação de feirantes que vieram expor seus produtos, o que foi positivo considerando a intenção de articulação da rede local.

O Guia Metropolitano foi uma frente de trabalho que aproximou os Lumes de três municípios do Vetor Oeste da RMBH (Betim, Igarapé e São Joaquim de Bicas) e três municípios do Vetor Norte da RMBH (Lagoa Santa, Santa Luzia e Vespasiano). O principal objetivo era o

mapeamento de agentes culturais que pudessem participar do debate do planejamento compartilhado proposto pelo PDDI-RMBH, na etapa de detalhamento das Zonas de Interesse Metropolitano (ZIMs). Os alunos elaboram um questionário para orientar algumas entrevistas semiestruturadas, onde as questões levantadas relacionavam-se com os temas de: espaço, referências de urbanidade e memória. A ação resultante foi o mapeamento colaborativo a partir de visitas de campo dos alunos e das questões levantadas pelos entrevistados, de forma que a difundir os locais de referência em cada município, fomentando a noção de pertencimento no contexto metropolitano.

A partir do início do processo de revisão dos Planos Diretores de onze municípios da RMBH, coordenado também pela equipe da UFMG, foi possível retomar a ideia inicial dos Lumes enquanto escritórios que apoiariam a elaboração de planos por meio de informações locais, servindo ao mesmo tempo como espaço para difusão das políticas públicas discutidas pela equipe técnica. Nesses municípios, foram instituídos os espaços do Plano Diretor, locais em que as audiências públicas ocorriam de acordo com as demandas do processo de revisão dos PDs, contando com as contribuições do Grupo de Acompanhamento (o GA, composto por membros de sociedade civil).

Nesse cenário, a participação da disciplina se deu com os próprios alunos participando dos Grupos de Acompanhamento, de forma a contribuir com as discussões técnicas, mas principalmente, apoiando a mobilização popular. A ação do Lumes focou na construção de um material que auxiliasse na divulgação do processo de revisão dos PDs, além de apresentar de forma didática a importância da participação da sociedade civil nas audiências públicas. A cartilha *Plano Diretor a importância de pensar a sua cidade* foi elaborada a partir dessa demanda.

Também a partir das reuniões nas equipes responsáveis pela revisão dos PDs surgiam outras frentes de trabalho para o Lumes, como foi o caso de Itatiaiuçu. No município, o grupo buscou contribuir com essa mobilização de forma a envolver estudantes da Escola Estadual Manoel Dias Correa. O grupo de alunos do Lumes organizou diversas dinâmicas para discutir os temas do planejamento urbano com os estudantes da escola. A partir desses encontros, foi possível levantar questões metropolitanas pertinentes ao território, observada nas preocupações dos estudantes em relação ao município. Também se despertou o interesse de alguns jovens a participar das audiências públicas, o que ocorreu como proposta de ação final do grupo.

(Continua)

			
1º/2017	1º/2017	1º/2017	1º/2017
<p><b>Raposos - Vila Vicentina</b></p> <p>Mobilização da comunidade para pensar o projeto coletivamente; Desenvolvimento do projeto arquitetônico; Busca de financiamento; Possibilidades para viabilização do projeto de reforma.</p>	<p><b>Vespasiano - Feira Saia da Linha</b></p> <p>Visitas de campo; Resgistro de demandas; Proposta de nova logo; Ações de divulgação para mobilização da comunidade.</p>	<p><b>Sarzedo - CONVIDA</b></p> <p>Enteder as principais demandas do espaço; Programação de atividades para aproximar a comunidade; Aplicação de questionário na comunidade; Apoio na realização de um evento no local.</p>	<p><b>Esmeraldas - IN FOCO</b></p> <p>Parceria com escola de formação em economia solidária; Necessidade de atividades culturais e ampliar a economia solidária na região; Organização de evento para atrair a comunidade.</p>

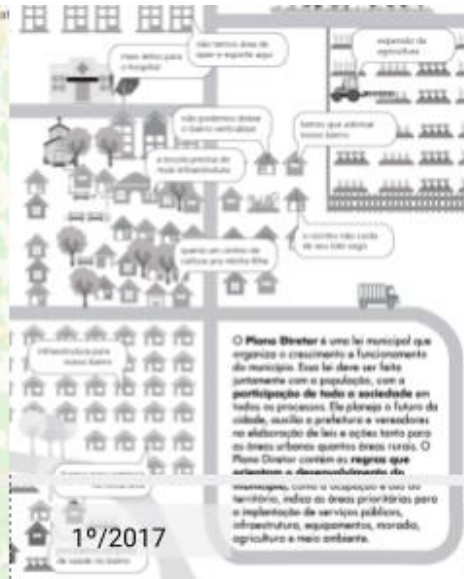
Fonte: elaborado pela autora, 2022

(Continua)



### Guia Metropolitano

Projeto piloto realizado em Betim, Igarapé, São Joaquim de Bicas, Lagoa Santa, Santa Luzia e Vespasiano;  
Levantamento de dados em três ZIMs, 50 entrevistados;  
Produção de mapas colaborativos.



### Cartilha dos Planos Diretores

Início do processo de revisão do PD de onze municípios;  
Demanda de mobilização;  
Divulgar os grupos de acompanhamento, os espaços de discussão e as oficinas;  
Elaboração de cartilha para a divulgação.



### Raposos - Praça Aberta

Relatórios de visita;  
Levantamento de demanda;  
Articulação de coletivos;  
Ações nos eixos de meio ambiente, cultura e mobilidade;  
Elaboração de vídeos para acervo e divulgação.



### Itatiaiuçu - Escola Estadual

Reuniões da equipe de revisão do Plano Diretor;  
Observação das demandas levantadas;  
Escola Estadual como grupo de acompanhamento;  
Dinâmicas com os alunos para discutir planejamento.

### *Ações em Nova União em 2017 e 2018*

Outro município onde a equipe da UFMG ficou responsável pela revisão do Plano Diretor e, tal fato possibilitou a aproximação do Lumes, foi Nova União. Percebendo uma rede construída por vários atores locais – Ho Chi Min (assentamento do MST); Instituto Sou Capaz (em um primeiro momento na figura do CRAS); UNICICLA (cooperativa de catadores de materiais recicláveis); Feira de Produtores (apoiada pela EMATER) –, participando das decisões municipais, os alunos do Lumes partiram “da enorme potência das iniciativas populares locais e [buscaram] fortalecer espaços de diálogo e resolução de demandas comuns, evitando absorver demandas particulares” (LIBÂNIO, 2019, p.56).

Durante o 2º/2017 os alunos trabalharam diretamente com a UNICICLA e a Feira de Produtores. Após visitar a cooperativa e levantar as demandas dos catadores, o grupo percebeu que ações sobre educação ambiental e coleta seletiva eram as mais viáveis a curto prazo. Ao mesmo tempo, ao visitar a Feira de Produtores e levantar os problemas e potencialidades do local, foi possível perceber que a divulgação da feira para a comunidade era uma demanda imediata. Assim, foi proposto uma ação dos Lumes na Feira, de forma a fortalecer a iniciativa (que ocorria todos os sábados na área central do município), além de promover uma articulação da cooperativa com a comunidade. Os alunos divulgaram material sobre coleta seletiva, colaram cartazes sobre educação ambiental e criaram um ponto de coleta seletiva, para incentivar produtores e consumidores da feira a separarem os resíduos.

Continuando o apoio ao Grupo de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor do município, durante o 1º/2018 o trabalho dos alunos da disciplina foi realizar um mapeamento das possibilidades para a Trama Verde e Azul (TVA)<sup>28</sup> em Nova União. Esse mapeamento envolveu visitas de campo e entrevistas com membros do GA. O grupo também realizou uma proposta de proteção ao longo da extensão do Rio Vermelho – principal curso d’água onde se insere a mancha urbana do município –, após verificar uma grande pressão imobiliária às margens do rio que está ameaçando as matas ciliares.

---

<sup>28</sup> A Trama Verde e Azul (TVA) é uma proposta do PDDI-RMBH que foi aprofundada durante o Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH), entre 2013 e 2015, que é um programa da Política Metropolitana Integrada de Uso e Ocupação do Solo do referido plano. Ainda que o PDDI-RMBH já incorporasse a dimensão ambiental em muitas das suas políticas, foi durante o MZ-RMBH que a concepção de um elemento articulador do território metropolitano, tendo as questões ambientais como uma de suas bases, ganhou força. (OLIVEIRA, 2018). A concepção da TVA tem como temáticas orientadoras as zonas de interesse e incentivo patrimonial, fluvial, ambiental e os eixos de mobilidade ativa, além dos espaços produtivos e de produção da segurança alimentar e nutricional. (MONTE-MÓR; LIBÂNIO, 2021).

**As principais ações foram entrevistas a fim de mapear os principais desafios urbanos pelos quais a cidade passava e potencialidades, principalmente no campo cultural, para o envolvimento da comunidade local com o planejamento.** Além disso, foi realizado o mapeamento de antigas ruínas que são remanescentes de períodos passados do desenvolvimento da cidade. (Pedro, entrevista 16, grifos da autora).

Já durante o 2º/2018 os alunos contribuíram na organização do *Fórum Lixo e Cidadania*, atividade realizada pela UNICICLA que reúne lideranças do município, representantes de organizações municipais, estaduais e nacionais, secretarias de saúde e meio-ambiente, para discutir o manejo dos resíduos sólidos e os desafios da gestão municipal do lixo. A partir do fórum, a associação fortalecia suas articulações locais e regionais, por ser um espaço onde era possível compartilhar sua experiência com a eliminação do lixo do município e a implementação da coleta seletiva por meio da cooperativa.

#### *Ação em Vespasiano no 2º/2018*

As ações de formação comunitária que já ocorriam no bairro Santa Clara apontaram para um trabalho junto às escolas públicas locais. A principal demanda era a ausência de informações sobre o acesso ao ensino superior pelos estudantes do ensino médio. Dessa forma, o trabalho se deu em parceria com a Escola Estadual José Gabriel de Oliveira, onde já havia em andamento um cursinho popular. A ação do grupo foi a realização de uma *Feira de profissões*, com a presença de diversos profissionais para debater sobre o tema, além da elaboração de um guia sobre as formas de acesso ao ensino superior.

A ação do Lumes envolveu os estudantes no diálogo com os alunos desse cursinho para construir uma ação que fizesse sentido para comunidade. E o que foi construído nesse semestre foi uma mostra de cursos, que era uma demanda dos alunos, conhecer mais cursos de graduação. Foram alguns encontros durante o semestre, que culminaram num evento chamado “Mostra”, que foi um sábado letivo, em que profissionais de diferentes áreas estiveram na escola, apresentando um pouco da profissão. Foram feitos informativos sobre o sistema de cotas e também bolsas nas universidades privadas. (Bruno, entrevista 3).

#### *Ação em Sarzedo no 2º/2018*

A aproximação do grupo se deu por meio de lideranças locais que já vinham mobilizadas de um processo participativo anterior, o Grupo de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor. O trabalho inicial de levantamento de possibilidades se desdobrou na intenção do grupo em mobilizar a comunidade para a revitalização de um espaço público.

**Nessas reuniões traçamos algumas estratégias e definimos que o que poderíamos fazer e que a comunidade considerava importante era a revitalização do espaço coletivo da praça**, integrada a um museu da cidade onde passa o trem da Vale. A ideia era mobilizar a comunidade por um lado, com apoio da prefeitura, para revitalizar a praça e, por outro, abrir negociação com a Vale para que houvesse transporte de passageiros semelhante ao que ocorre BH-Vitória. (Filipe, entrevista 6, grifos da autora).

No entanto, a prefeitura nos surpreendeu desmobilizando a iniciativa pois não concordou com a proposta e queria que fizéssemos uma análise técnica e um projeto arquitetônico para um espaço de turismo [...]. Havíamos entendido que essa “consultoria” estava fora daquilo que podíamos oferecer, não poderíamos assinar tal projeto e nem mesmo tínhamos estudantes com perfil para um rascunho nesse sentido, mas a prefeitura foi irreduzível e desmobilizou o outro processo também. Nos surpreendemos, mas também **percebemos a presença de uma construção muito vertical por parte do poder público, o que nos ensinou muito sobre democracia e os limites da construção “de baixo para cima” quando nos associamos com atores locais através do Estado**. (Filipe, entrevista 6, grifos da autora).

O desdobramento dessa ação não foi o que o grupo imaginava, uma vez que apesar de conversas para tentar retomar o trabalho, o mesmo foi encerrado. Destaca-se nessa experiência, como bem colocado pelo aluno, os limites e desafios das ações colaborativas quando essas procuram se dar nos espaços institucionalizados. O poder público muitas vezes deixa de lado o trabalho de mobilização e participação comunitária, focando na tecnocracia, perdendo a oportunidade de construir com a população o planejamento local.

### *Ações em Raposos em 2018*

Os trabalhos do Lumes em Raposos retornaram no 1º/2018 a partir da possibilidade de trabalho em três frentes de ação: mobilidade no município, projeto de requalificação da praça da Matriz e resgate da memória local. A imersão dos estudantes no município durante quatro dias possibilitou a realização de conversas e dinâmicas com os moradores a respeito das propostas a serem construídas coletivamente. O grupo que trabalhou com o resgate da memória local, produziu um pequeno documentário reunindo as histórias dos moradores e sua relação com o município, de forma a fortalecer a memória da comunidade de Raposos. Já os grupos que trabalharam a mobilidade no município e o projeto de requalificação da praça Matriz, realizaram diversas entrevistas para entender qual era a opinião dos moradores a respeito da alteração das vias a partir da abertura da praça. Todas as ações foram mobilizadas com apoio dos parceiros Casa de Gentil e da Casa Paroquial da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.

Conheci a partir da pesquisa no site da UFMG como aluno procurei disciplinas de cunho social e gostei muito da ementa da disciplina. **A participação foi através de visitas a cidade para o levantamento histórico através de conversas com os moradores e visitas a diversos lugares**, criação do "projeto praça" na cidade de Raposos que tinha o objetivo de procurar entender a demanda da população local em relação a área de lazer próximo a igreja matriz da cidade. (Fabio, anexo D, grifos da autora).

Já durante o 2º/2018 a imersão dos estudantes no município possibilitou o acompanhamento e o registro de atividades culturais tradicionais, como a Festa da Guarda de Congado. A Casa de Gentil também recebeu ação dos Lumes durante esse semestre, no qual o coletivo comemorava seis anos de existência. A turma se envolveu com os preparativos da festa e contribuiu com as atividades culturais no dia do evento. Uma das atividades foi o cortejo nas ruas do bairro Várzea do Sítio, que envolveu crianças e adolescentes tocando vários instrumentos, atraindo a atenção dos moradores e fortalecendo o coletivo junto à comunidade.

**A turma se dividiu em grupos para realização de ações diversas e, no meu caso, integrei um grupo que buscou documentar um pouco da Festa de Congo e da história da Guarda de Congo de N. S. do Rosário e montar um vídeo com esses registros.** Acompanhamos muitas ações da Festa e entrevistamos os membros da Guarda para o vídeo. Em paralelo, somamos com os grupos voltados para a realização da Festa de 6 anos da Casa de Gentil com a preparação, divulgação e apoio na programação da celebração. (C.F., anexo D, grifos da autora).

A imersão em campo é uma metodologia muito interessante e muito rica por **possibilitar convivência, experiência de outras realidades e uma aproximação maior das pessoas envolvidas no projeto**, é uma troca, uma parceria e isso é essencial para a prática profissional e humana das pessoas. (Letícia, anexo D, grifos da autora).

As propostas e os processos de construção coletiva foram conduzidos pela Professora Júnia e pelos colaboradores da Casa de Gentil, sempre de uma forma bastante horizontal, com muito respeito e diálogo. **Essa metodologia assumiu papel importante no incentivo ao desenvolvimento da autonomia dos alunos participantes para pensar os projetos.** (Lara, anexo D, grifos da autora).

### *Ações em Raposos em 1º/2019*

Durante o 1º/2019 as atividades extensionistas em Raposos passaram a discutir o tema da mineração e seus efeitos na cidade, “tendo como pontos de partida a dimensão dos impactos das barragens de rejeitos sobre o território e a atuação histórica desse setor na região” (FERRARI et al., 2020, p.160). Parceiros importantes envolvidos nessas ações foram as



Escolas Estaduais Dom Cirilo de Paula Freitas, Helena Vieira Gonçalves e Doutor Cícero Correa de Araújo, que cederam espaço para as atividades do Lumes ocorressem com participação dos estudantes. Durante a imersão no município, os alunos do Lumes realizaram entrevistas com os moradores e participaram de debates com grupos do município que lutam pela preservação do Parque Nacional do Gandarela. A discussão sobre a minério-dependência e o risco das barragens foram registrados em vários vídeos como produto da disciplina, que também incluíam o registo do relato dos moradores sobre as potencialidades de Raposos e imagens de áreas de preservação ambiental no Gandarela.

**A extensão nos aproxima de outras realidades e é capaz de aproximar e principalmente humanizar questões e desafios que muitas vezes são abstratos.** Por exemplo, ao conversar com pessoas que vivem sob o risco de rompimento de uma barragem, tenho uma dimensão maior das repercussões violência no dia a dia, diferente da percepção que se tem através do noticiário. (Laura, anexo D, grifos da autora).

Nessas discussões, também foram apresentadas as potencialidades do município que possui uma parte significativa de seu território ocupada pelo Parque Nacional da Serra do Gandarela. Entendendo que naquele momento era importante dar destaque aos aspectos positivos do município, de maneira a apontar caminhos possíveis e alternativos às práticas de mineração, este tema tomou dimensão central na disciplina, contrapondo a riqueza ambiental da região ao discurso histórico da mineração. (FERRARI *et al.*, 2020, p.161).

(Continua)

			
<p>2º/2017</p>	<p>2º/2017</p>	<p>1º/2018</p>	<p>1º/2018</p>
<p><b>Nova União - UNICICLA</b></p> <p>Visita à cooperativa de reciclagem; Levantamento das demandas com o coletivo de catadores; Ações sobre educação ambiental e coleta seletiva; Articulação da cooperativa com a comunidade.</p>	<p><b>Nova União - Feira de Produtores</b></p> <p>Visita à feira e aplicação do diagnóstico rápido participativo; Levantamento de problemas e potencialidades; Proposta de divulgação na comunidade; Ação sobre educação ambiental e coleta seletiva.</p>	<p><b>TVA - Caeté, Nova União e Sarzedo</b></p> <p>Mapeamento das possibilidades para a Trama Verde e Azul; Entrevistas com membros do Grupo de Acompanhamento da Revisão dos Planos Diretores; Participação da comunidade local; Fortalecimento dos Lumes.</p>	<p><b>Raposos - Praça Aberta</b></p> <p>Elaboração de relatórios de pesquisa; Imersão dos estudantes no município; Proposição de dinâmicas com os moradores; Proposta de reconstrução da praça matriz.</p>

Fonte: elaborado pela autora, 2022

(Continua)

<p><b>FÓRUM LIXO E CIDADANIA</b> 12 DE NOVEMBRO 13 H AS 17 H NOVA UNIÃO - MINAS GERAIS</p> <p>LOCAL: CÂMARA DOS VEREADORES DE NOVA UNIÃO AV José Afonso Fernandes, 825, Centro</p> <p>REALIZAÇÃO UNICICLA CRAS</p> <p>APOIO Novo União CIMA cimos AMPMG UFMG</p>			
<p>2º/2018</p> <p>LUMES UFMG</p>	<p>2º/2018</p>	<p>2º/2018</p>	<p>1º/2019</p>
<p><b>Nova União - Fórum Lixo e Cidadania</b></p> <p>Apoio à UNICICLA; Evento que reúne diversas lideranças e instituições em torno do tema do manejo dos resíduos sólido; Destaque para a implementação da coleta seletiva em Nova União por meio da cooperativa.</p>	<p><b>Vespasiano - Feira das Profissões</b></p> <p>Ação junto às escolas públicas locais; Demanda de informações sobre acesso ao ensino superior; Elaboração de um guia sobre SISU, FIES, PROUNI; Organização de evento com convidados.</p>	<p><b>Raposos - Oficinas Culturais</b></p> <p>Imersão dos estudantes no município; Acompanhamento das atividades culturais realizadas no município; Aniversário da Casa de Gentil; Guarda de Congado; Ação no Parque Municipal.</p>	<p><b>Raposos - Diálogos sobre mineração</b></p> <p>Elaboração de relatórios de pesquisa; Entrevistas com os moradores Imersão dos estudantes no município; Discussão sobre a mineração e o risco das barragens; Produção de vídeos.</p>

Fonte: elaborado pela autora, 2022

### *Ação em Nova União no 1º/2019*

A parceria em Nova União se consolidou por meio de uma rede ligada ao terceiro setor e que tinha como pautas principais a juventude, a cultura e o meio ambiente. Os alunos do Lumes entraram em contato com o Jorge, que trabalhava no CRAS de Nova União, com o Anderson, presidente da UNICICLA, e com moradores do assentamento Ho Chi Minh do MST. A intenção do grupo era articular esses atores em torno de um plano de ação em comum, de forma a trabalhar um tema que fosse fortalecer as ações já em andamento dos parceiros.

No MST definimos junto com eles um espaço para que fosse feita uma escolinha e **conseguímos a doação de diversos livros escolhidos por eles para montar uma biblioteca. Eles reformaram o espaço e colocaram lá como uma referência para alfabetização de adultos**, espero que esteja lá ainda. Foi mágico. Para nós da UFMG foi surpreendente conhecer o nível de organização daquelas pessoas que pegaram um engenho abandonado e transformaram aquele espaço numa fantástica comunidade, com muita dignidade mesmo. Inclusive na época estavam com um projeto maravilhoso de reflorestamento em parceria com a CEMIG devido a passagem de torres de fiação e estavam cultivando centenas de milhares de mudas nativas para reflorestamento da região. Nesse processo da biblioteca o CRAS também ajudou muito, foi incrível. (Filipe, entrevista 6, grifos da autora).

Os alunos ainda organizaram o *Fórum da Juventude*, em um dos auditórios da UFMG, um evento que tinha como objetivo principal discutir as possibilidades de acesso à universidade, além de um minicurso sobre empreendedorismo e suas ferramentas, promovida pelos alunos da UCJ (empresa júnior da FACE). O grupo Colmeia também foi convidado para discutir o tema da Economia Solidária, orientando e capacitando as lideranças a levarem a frente os projetos. Foi um momento importante, uma vez que levar os jovens até a universidade contribui para abrir novos horizontes em suas vidas profissionais.

Em meio aos nossos diálogos, nós identificamos essa lacuna do estudo também, de que eles nunca tinham pisado em uma universidade e daí resolvemos juntar o útil ao agradável. Fizemos um seminário para tratar de possibilidades de acesso da universidade dentro da UFMG, num auditório lindo, lotado de jovens que se emocionaram muito com aquele momento. (Filipe, entrevista 6).

Como os projetos sociais já aconteciam de maneira autônoma ao CRAS, o grupo caminhou para a estruturação do Instituto Sou Capaz, visando gerar renda a partir da organização e do empreendedorismo dos jovens. O apoio do Lumes se deu na articulação entre os parceiros e o Programa Polos de Cidadania, da Faculdade de Direito da UFMG, para assessorá-los na construção da pessoa jurídica. Essa foi uma ação que rendeu muitos frutos, uma vez que o Instituto Sou Capaz foi aberto e ampliou os projetos realizados.

Finalmente, como uma outra demanda era dar visibilidade a esses projetos, o grupo decidiu organizar uma ação de inauguração de um Centro de Referência da Juventude. O espaço foi cedido pela prefeitura e o evento aconteceu com a presença de vários jovens do local, onde foi possível ainda realizar um levantamento sobre quais as atividades que eles gostariam que acontecesse naquele espaço.

No paralelo, no território de Nova União corria ainda **a ideia do espaço de referência e decidimos fechar o semestre com uma atividade de inauguração de um Centro de Referência de Juventude de Nova União**. Seria uma “inauguração” porque esse processo leva tempo, mas a ideia principal era ocupar o espaço e montar atividades que aconteciam numa praça que tinha uma antiga escola infantil abandonada. A Prefeitura (sempre muito solícita) liberou o espaço para os jovens e nós fizemos essa mobilização maravilhosa lá com a participação de jovens do MST e também auxílio da UNICICLA. (Filipe, entrevista 6, grifos da autora).

#### *Ação em Vespasiano no 1º/2019*

Em Vespasiano, o trabalho se deu em parceria com a Biblioteca Diadorim, que é uma associação comunitária responsável por diversos projetos sociais na região. A Diadorim tinha sido convidada pela Escola Estadual Francisco Viana para realizar um trabalho com os jovens a respeito de casos de depressão, automutilação e suicídio. E a proposta também foi apresentada ao Lumes.

E aí quando a gente foi reunir com a comunidade, a gente chamou as pessoas para participar e acabou que apenas **os meninos da escola apareceram, super empolgados. E a gente resolveu seguir por esse caminho, de fazer o projeto mais voltado para eles**, entender qual seria a rede de apoio. Em seguida, entramos mais na demanda do Lumes, de entender como era essa dinâmica de planejamento da região e do município. **Fomos correndo atrás do CRAS e de tudo que pudesse ajudar nessa rede de apoio**. A direção da escola também foi um apoio, eles disponibilizam uma sala para os alunos se encontrarem e se organizarem. (Poliana, entrevista 2, grifos da autora).

A ação, então, foi voltada para os encontros entre os estudantes da escola e o grupo de alunos do Lumes. Ainda que no momento do diagnóstico do local, o grupo tenha levantado diversas questões que envolvem a comunidade, o foco continuou nas demandas voltadas para a saúde mental dos estudantes.

Uma coisa que me chamou muita atenção no início foi que eu sinto que **Vespasiano é uma cidade dormitório**. Acho que isso entra até um pouquinho na questão do Lumes, pois pelo que eu vejo, até pela minha realidade de vida, **são pais que precisam trabalhar em tempo integral e os meninos ficam soltos**, na rua ou com algum parente, e eu acho que uma coisa puxa a outra, e para mim isso tem muito a ver com essa demanda ter chegado. Eu consegui

ver com o meu olhar mais voltado para psicologia que isso tem total ligação. (Poliana, entrevista 2, grifos da autora).

E esse segundo projeto, essa segunda intervenção, se deu a partir dessa demanda dos estudantes, de uma escuta que foi levada à frente. Foram feitos alguns encontros com participação dos estudantes da UFMG para que eles pudessem conhecer esse lugar de onde os meninos vinham, a realidade deles e para que pudesse construir uma ação transformadora. Além desse **intercâmbio entre estudantes universitários e alunos do ensino médio**, que era muito legal, eles construíram uma ação concreta na escola. (Bruno, entrevista 3, grifos da autora).

Como forma de ampliar a discussão a respeito do tema, o grupo propôs a realização de um evento chamado *Brota Lá: Resenha na Comunidade*. Todo o planejamento das atividades que aconteceriam no dia do evento foi organizado coletivamente. Uma das propostas relacionava-se com a promoção de um diálogo entre a comunidade e os órgãos municipais. O evento aconteceu no Centro de Artes e Esportes Unificados de Vespasiano e teve participação do Centro de Referência de Assistência Social, além de apresentação de grupos culturais da cidade.

Tivemos esse apoio por parte de alguns órgãos e foi bem legal, não só para os pais que estavam presentes, mas para a gente também, porque nós ouvimos falar no CRAS, mas fica uma coisa abstrata. **E tem muitos tabus também, as pessoas ficam com vergonha de ter acesso a essas coisas e gera um constrangimento, envolve muita coisa até entender que é um direito.** (Poliana, entrevista 2, grifos da autora).

Uma coisa importante para dizer sobre essa experiência é o fato de que, depois desta ação, **os meninos da escola foram participar do seminário de encerramento da disciplina na UFMG e apresentar o que fizeram**. Eu acho que isso tem um poder muito grande, porque a primeira vez que eles entram na universidade e já de uma forma protagonista, para eles tudo foi deslumbramento. Um fato como esse é muito expressivo, e eles também tiveram essa experiência publicada, eles veem o que eles fizeram escrito. (Bruno, entrevista 3, grifos da autora).

### *Ação em Matozinhos no 1º/2019*

Após a parceria estabelecida em 2016, com a disciplina ofertada na Escola de Arquitetura, o Lumes só voltou a atuar em Matozinhos em 2019, já com a disciplina ofertada na Faculdade de Economia. A demanda principal naquele momento envolvia a articulação junto à comunidade dos bairros São Paulo e São José de forma a fortalecer o uso do Parque Municipal Ecológico do Barroco.

Em seguida, em 11/05/2019, realizamos o primeiro encontro com os parceiros em Matozinhos para realização de um diagnóstico participativo. **Os**

**principais problemas descritos pelos participantes foram sistematizados em uma árvore de problemas construída durante o processo de discussão.** Conjuntamente, identificou-se como problema principal em relação ao parque o seu “não reconhecimento” por parte do poder público e da comunidade. **Em seguida, construímos a “árvore de soluções”, com a qual chegou-se em algumas propostas de intervenção.** Além das duas árvores, coletamos informações sobre as redes de relações dos sujeitos presentes, a fim de identificar uma possível rede de apoio para o parque. Observou-se que havia certa centralidade de alguns sujeitos, que estavam mais efetivamente envolvidos com o Parque. Por fim, realizamos **o mapeamento colaborativo, com identificação dos possíveis acessos e rotas de integração do parque à comunidade do entorno.** (Deyvid, entrevista 13, grifos da autora).

Além do diagnóstico participativo, o grupo realizou um encontro na Escola Estadual Professora Vitiza Octaviano Viana, de forma a expandir a discussão para a comunidade, através do alunos, pais e professores.

O segundo encontro foi realizado em 25/05/2019, na Escola Estadual Prof. Vitiza Octaviano Viana, com o objetivo de aproximar as escolas do Parque, demanda identificada durante o primeiro encontro. Após algumas falas e apresentações iniciais, procedeu-se à discussão sobre uma possível intervenção. **Duas propostas foram elencadas: corrida ecológica no entorno do parque, com premiação de participação; e piquenique/aula ecológica dentro do parque, com participação dos alunos das escolas locais.** Democraticamente, a sugestão foi que as duas ações fossem unidas. Procedeu-se ao planejamento das tarefas necessárias para realização do evento, com identificação dos responsáveis por cada uma delas. (Deyvid, entrevista 13, grifos da autora).

As ações construídas colaborativamente foram: caminhada ecológica e evento no parque, de modo que fosse realizada uma caminhada ecológica saindo do centro da cidade até o parque e que terminasse com uma grande festa. A *1ª Caminhada Ecológica Parque Barroço* aconteceu de modo a chamar a atenção da população da cidade e, principalmente do poder público, da necessidade de uso e preservação da área do parque.

Já durante o 2º/2019, dando continuidade nas ações do semestre anterior de incentivo ao uso e a manutenção do Barroço, os alunos participaram de um mutirão para pintura dos pneus e mobiliário do parque.

Os plantios ocorreram em diversos finais de semana, já a pintura dos pneus ocorreu no sábado, dia 26 de outubro de 2019 e contou com a participação de membros do Conselho do Parque, alunos da disciplina Lumes do semestre 2019/2, moradores da região e membros do Poder Legislativo municipal. O evento da pintura foi uma das ações finais escolhidas pelo grupo Matozinhos para o cumprimento da disciplina. (Igor, entrevista 14).

Os alunos também foram estimulados a pensar uma integração das demandas do parque com as diretrizes da TVA<sup>29</sup>. Os parceiros já tinham interesse em fortalecer o movimento envolvendo outros atores (principalmente instituições de preservação ambiental) e colocaram a importância de organizar uma ação para apresentar os potenciais do parque de forma ampla, para toda a comunidade de Matozinhos. A fim de articular esses outros atores, foi proposto o Seminário *Trama Verde e Azul e o potencial do Parque Ecológico do Barroço*.

Outra demanda, trazida pelo Sr. Procópio, possuía escopo mais amplo que o Parque Barroço: **a realização de um seminário, sem caráter rigoroso, conquanto acadêmico, para que importantes atores do cenário social de preservação ambiental e desenvolvimento urbano fossem colocados em contato direto**. O Barroço, todavia, serviu de motivação e exemplo para o seminário [...], a questão jurídica do Parque serve de exemplo do descaso social e ambiental com que os loteamentos foram executados em municípios da RMBH, indicando, no mínimo, que houve elevado grau de negligência da Administração Pública (nomeadamente as gestões municipais de Matozinhos em 1997 e 2006). (Igor, entrevista 14, grifos da autora).

[...] o seminário, planejado como segunda ação final do grupo, se deu aos 30 de novembro de 2019, na Câmara de Municipal de Matozinhos. O evento contou com palestrantes que representaram a UFMG, a Comissão da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, a Agência Metropolitana do Estado de Minas Gerais, a fabricante de cimentos da região (representada por seu diretor de meio ambiente), o Instituto Estadual de Florestas e o Poder Legislativo de Matozinhos. Abordaram-se, dentre outros temas, a Trama Verde e Azul na RMBH, a preservação de cursos d'água e estabelecimento de corredores ecológicos e a função dos Lumes da RMBH. (Igor, entrevista 14).

### *Ação em Nova União no 2º/2019*

Durante o 2º/2019 a parceira com a UNICICLA se fortaleceu. A associação tinha diversas articulações no município e fora dele e desejava realizar um fórum para ampliar a visibilidade da coleta seletiva.

O primeiro passo foi conhecer a comunidade para depois pensar no trabalho final, porque o nosso trabalho final era construir algo em conjunto com a comunidade, mas **não tem como você construir algo sem entender qual o perfil e quais são as demandas daquela comunidade**. Todo mês nós íamos 2 ou 3 vezes por mês para esses encontros com a comunidade e a gente ficou muito próximo da UNICICLA. Também fizemos uma visita ao assentamento do MST para conhecer o pessoal de lá e o trabalho que eles fazem, mas

---

<sup>29</sup> Como Matozinhos não fez parte do grupo dos 11 municípios que passaram pela Revisão dos Planos Diretores, a Trama Verde e Azul (TVA) não foi delimitada com as zonas de uso e ocupação do solo pertinentes aos conceitos de preservação do patrimônio cultural e ambiental, incentivo a uma mobilidade ativa e espaços de produção alimentar. Ainda assim, a disciplina incentivou os alunos a discutirem a TVA no município, uma vez que Matozinhos está inserido na Área de Proteção Ambiental do Carste de Lagoa Santa, uma importante área de proteção ambiental do estado de Minas Gerais.



ficamos realmente muito próximos ao pessoal da UNICICLA, até hoje eu tenho contato. (Namuetcha, entrevista 8, grifos da autora).

A partir da visita à Feira do município, observou-se demanda que os produtores tinham de melhorar seu trabalho. Os alunos do Lumes enxergaram nessa demanda uma oportunidade de trabalhar o tema da Economia Popular e Solidária em Nova União.

Nesse intuito nós articulamos o **I Fórum de Economia Popular e Solidária de Nova União, que contava com diversos atores do município, expandindo CRAS, MST, para pequenos produtores também, feirantes, dona de casa... uma série de outras referências que tinham muito potencial na cidade.** Chamamos algumas referências estaduais e fundamos esse fórum lá. Espero que esteja ativo lá, apesar que a pandemia veio logo na sequência e isso, é claro, dificulta as coisas. A estratégia era associar o fórum à feira da cidade juntando ali: alimentação saudável, cultura, espaço de sociabilidade e, no bastidor, fortalecendo as trocas dos diversos grupos. Nós demos apenas o primeiro passo que foi incentivar o fórum, a UNICICLA esteve à frente do processo e foi muito generosa, a todo momento pensando na cidade. (Filipe, entrevista 6, grifos da autora).

Esse fórum foi organizado em conjunto conosco para poder estruturar essa demanda deles. Nesse fórum, nós levamos uma das professoras da UFMG, Ana Paula Santos Guimarães de Oliveira, que é professora do turismo e da pós-graduação de lazer. Ela nos acompanhou, deu uma palestra falando sobre o turismo de base comunitária e como eles poderiam incorporar o turismo, visto que essa era uma vontade da comunidade, mas não sabiam como. (Namuetcha, entrevista 8).

#### *Ação em Vespasiano no 2º/2019*

O grupo buscou fomentar a economia do bairro onde se localizava a Biblioteca Diadorim, principal parceira do Lumes na época. Os alunos perceberam que na região haviam muitos prestadores de serviços e que os próprios vizinhos desconheciam.

Entendemos que **na região da Diadorim existiam vários pequenos comerciantes, vários trabalhadores informais que atuavam na região**, mas que, de certa maneira, não existia um ecossistema de informação que fizesse com que os próprios vizinhos soubessem do que estava acontecendo ali dentro do bairro. Por exemplo, suponhamos que você teve um problema elétrico em casa, e na sua vizinhança tem um engenheiro eletricista que você não conhece, mas que poderia te ajudar. Então vimos a **oportunidade de movimentar a economia através da troca de informação** entre pessoas ali dentro da comunidade. (Juliano, entrevista 1, grifos da autora).

Os meninos fizeram uma coisa nova, uma coisa relacionada a economia popular e solidária. Os meninos tiveram uma proposta de fazer um catálogo dos empreendedores da região. Eles fizeram um trabalho de campo lá e saíram entrevistando as pessoas na rua, pequenos comércios, para criar um catálogo, com número de telefone, etc., e fizeram em um formato para divulgar em grupo de Facebook, em grupo de WhatsApp. (Ramon, entrevista 12).

Após um trabalho de pesquisa de campo para compreender a microeconomia da região, a ação do grupo voltou-se para o desenvolvimento de um catálogo (digital e físico) para a divulgação dos diferentes comércios e serviços que existiam ali. Também organizaram um workshop sobre empreendedorismo em parceria com a UCJ, que apresentou mais informações sobre o tema, oferecendo ferramentas e soluções para a administração de negócios e seu desenvolvimento, desde o início.

A ideia era que envolver essas pessoas que divulgaram os serviços para que elas pudessem ir no evento de encerramento da disciplina, para conhecer outras pessoas e ter também uma troca de experiências. [...] Então, a proposta foi envolver esses anunciantes em outros grupos, e nós convidamos grupos de capoeira, tivemos apresentações culturais, e **convidamos a Empresa Júnior para falar um pouco de empreendedorismo e economia solidária**. (Bruno, entrevista 3, grifos da autora).

Também teve uma apresentação de capoeira, então juntou umas outras atividades que tinham nas comunidades. **Foi uma coisa bem legal, apesar de ter um problema, que é um problema de todas as feiras, que é a falta de público. Assim tinham os alunos, tinha o pessoal da capoeira, tinha pessoal da feira e tinha mais algumas poucas pessoas assim, sabe? Não sei, pode ser uma questão maior também, né? De participação mesmo, as pessoas não estão participando mais das coisas**. (Ramon, entrevista 12, grifos da autora).

#### *Ação em Raposos no 2º/2019*

As atividades do Lumes em Raposos durante o 2º/2019 deram continuidade ao tema da mineração, e a principal proposta de ação foi a realização de uma *Travessia no Parque Nacional Serra do Gandarela*. O Gandarela possui parte de seu território inserido em Raposos e é diretamente ameaçado pela mineração. Por meio da travessia, os estudantes puderam compreender melhor as potencialidades e conflitos existentes. Ainda em parceria com a Casa de Gentil, os alunos organizaram a atividade, que envolveria um mapeamento do percurso, realizando registros do parque e posteriormente, promovendo a divulgação do mesmo.

Achei que as imersões foram essenciais para que a intensidade da experiência seja significativa. **Estar lá dias seguidos foi muito importante para criar o laço tanto com o território quanto com os moradores**. As imersões também foram essenciais para que a travessia tivesse o significado que teve, isso pessoalmente. Uma coisa é ouvir falar do Parque do Gandarela e outra é atravessá-lo. (Mirela, anexo D, grifos da autora).

Eu gostei muito das metodologias. Acho que elas nos aproximam de maneira ímpar aos assuntos propostos e também se configuram como um dos grandes atrativos para as disciplinas dentro do projeto, do meu ponto de

vista. **Na minha experiência específica, as metodologias foram evoluindo em complexidade (visitas de campo > imersões > travessia), o que eu julgo bem interessante.** Outra coisa muito legal é que as disciplinas tiveram um caráter bastante transversal, o que permitiu tanto o enriquecimento das discussões que antes tínhamos encerrados dentro da EA quanto a participação de pessoas de diversos campos e ocupações. (Adolfo, anexo D, grifos da autora).

Ressalta-se ainda que frente ao isolamento social imposto pela Covid-19, a disciplina promoveu um evento online chamado *Diálogos Metropolitanos: Travessia do Parque Nacional da Serra do Gandarela 2020*, que contou com a participação de cerca de 75 pessoas, dentre elas, estudantes, apoiadores e parceiros das comunidades locais. Nessa oportunidade, foram coletados depoimentos dos participantes bem como sugestões de continuação das ações de forma remota: coleta e registro de histórias de moradores locais; criação de um podcast; realização de visitas virtuais a partir de registros elaborados por visitantes. A disciplina, porém, não teve continuidade no 2º/2020.

(Continua)

			
<p>1º/2019</p>	<p>1º/2019</p>	<p>1º/2019</p>	<p>2º/2019</p>
<p><b>Nova União - Fórum da Juventude</b></p> <p>Aproximação do grupo de jovens que desenvolve diversos projetos no município; Ação realizada na UFMG, em parceria com o Programa Polos de Cidadania e o Grupo Colmeia; Ação de criação do CRJ e apoio ao Instituto Sou Capaz.</p>	<p><b>Vespasiano - Resenha na Comunidade</b></p> <p>Discussão sobre cidadania, participação e mobilização; Articulação dos parceiros Biblioteca Diadorim, Escola Estadual e Centro Educacional Unificado; Promoção do evento "Brota lá!" sobre saúde mental dos jovens.</p>	<p><b>Matozinhos - Parque Barroço</b></p> <p>Demanda: fortalecer o uso comunitário do parque; Integração com as diretrizes da TVA; Articulação com a escola estadual para pensar a ação; Caminhada ecológica para mobilização da comunidade.</p>	<p><b>Matozinhos - Parque Barroço</b></p> <p>Visita ao parque para discutir possibilidades de ação; Oficina de pintura de placas educativas e dos pneus existentes no local; Realização do Seminário Trama Verde e Azul e o potencial do Parque Escológico do Barroço.</p>

Fonte: elaborado pela autora, 2022

(Continua)

 <p><b>I ENCONTRO DO FÓRUM MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE NOVA UNIÃO - MG</b></p> <p>Data: sábado 23/11/2019 Local: Centro cultural - Pa de Bonano Horário: A partir das 8:00 h de manhã</p> <p>Participe com a gente e traga seu produto para apresentar!</p> <p><b>PROGRAMAÇÃO</b></p> <p>8:00 Recepção aos empreendedores e teste coletivo</p> <p>8:30 Roda de conversa com Denis Francisco (Cooper) sobre os princípios da Economia Solidária e da institucionalização do Fórum</p> <p>9:30 Palestra sobre projetos e legislação pertinentes à Economia Popular Solidária, com Maribel (ONG Melhores e Cidadania)</p> <p>10:15 Intervalo aberto para perguntas e debates</p> <p>10:40 Palestra com o Prof. Dra. Ana Raissa Oliveira: Turismo, desenvolvimento regional e desafios urbanos: o receptor turístico como possibilidade para uma gestão compartilhada</p> <p>11:15 <b>2º/2019</b> - Encerramento do fórum e eleição de representantes</p> <p>11:40 Encerramento - Caramelo até a forma de agricultura familiar como ato político</p>	 <p><b>DIADORIM</b> ESPAÇO SOCIO CULTURAL</p> <p><b>2º/2019</b></p>	<h1>TRAVESSIA</h1>  <p><b>15 À 18 DE AGOSTO DE 2019</b></p> <p><b>2º/2019</b> UFMG</p>	<p><b>DIÁLOGOS METROPOLITANOS: TRAVESSIA DO PARQUE NACIONAL SERRA GANDARELA 2020 (ON-LINE)</b></p>  <p>Essa semana estaríamos juntos em mais uma travessia pela Gandarela. Esse ano, porém, a travessia será dentro de nós mesmos, parafraseando Guimarães Rosa.</p> <p>Mesmo separados, a vontade de estar juntos permanece, por isso gostaríamos de propor um grande (e virtual) encontro, vamos?</p> <p>Serão dois dias, o primeiro nesta quinta-feira (11/06) por meio de uma <b>videoconferência</b> pela plataforma Jitsi e o segundo na sexta-feira (12/06) por meio de uma <b>live no Instagram</b>.</p> <p><b>1º/2020</b> UFMG</p>
<p><b>Nova União - Fórum Municipal de Economia Solidária</b></p> <p>Parceria com o Ho Chi Minh, a UNICICLA e os produtores da Feira Agroecológica; Evento sobre Economia Solidária; Discussão sobre o potencial turístico da cidade e geração de renda entre os jovens.</p>	<p><b>Vespasiano - Construindo o Futuro</b></p> <p>Parceria com a Biblioteca Diadorim; Construção de um catálogo para divulgar os comerciantes e prestadores de serviço locais; Oficina de empreendedorismo com jovens da escola da região com apoio da UCJ, da Face.</p>	<p><b>Raposos - Travessia do Parque Nacional Serra do Gandarela</b></p> <p>Parceria com a Casa de Gentil; Travessia do Parque Nacional da Serra do Gandarela, mapeando o percurso e realizando levantamentos e registros; Ações de divulgação do parque; Consolidação do coletivo Permacidade.</p>	<p><b>Raposos - Seminário online</b></p> <p>Promoção de seminário online em parceria com a Casa de Gentil; Rede de discussões e trocas de experiências; Foralecer o sentido de identidade das comunidades próximas (ou integrantes) do Parque Nacional do Gandarela.</p>

Fonte: elaborado pela autora, 2022

### *Entrevistas: percepções gerais*

Muitos alunos começam a disciplina sem saber exatamente do que se trata o Lumes. Escolhem por conta da grade do curso ou por ser ofertada como disciplina livre. Alguns responderam que já haviam ouvido falar da disciplina, e se inscreviam pelo interesse nas práticas de campo e na interdisciplinaridade. Um ponto destacado pelos alunos é que na disciplina tenham alunos de diversos cursos, o que segundo eles, influencia bastante nos projetos. Outro ponto destacado é a construção da disciplina para os alunos compreenderem o contexto do lugar e, a partir daí, proporem ações para fomentar o desenvolvimento urbano no local. Também foi destaque nas falas a autonomia proporcionada pela disciplina e a criatividade empregada nas diversas ações.

Para nós, **uma disciplina que mobiliza vários cursos e associava a teoria e a prática dava o tom daquilo que imaginávamos ser um propósito mais adequado de construção do saber e da vivência universitária.** (Filipe, entrevista 6, grifos da autora).

No mais, eu falo que foi muito bem organizado, os alunos se organizaram em relação ao transporte e alimentação, e foi muito tranquilo, com muita autonomia. **É uma disciplina para quem já está mais avançado, não acho que seja uma disciplina para quem está começando o curso, é preciso ter maturidade.** [...] No Turismo você tem um objetivo e precisa cumprir através de uma metodologia que, inclusive, é teórica, e isso engessa o processo. Diferente do Lumes, em que nós já **sabemos um pouco sobre como conseguir a meta, mas o processo é mais flexível para escolher o núcleo de trabalho e dali desenvolver o projeto.** (Namuetcha, entrevista 8, grifos da autora).

E aí acabou que foi interessante, **porque você vê que os alunos também se envolviam. E o interessante desse trabalho do Lumes é que os alunos se organizam de uma maneira muito autônoma.** O Roberto dá um direcionamento, fala sobre o que é planejamento e cidadania, acho que sejam os dois conceitos fundamentais da disciplina. (Ramon, entrevista 12, grifos da autora).

Eu acho que a disciplina do Lumes também tem esse ponto fundamental, você tem um peso muito grande de juventude fazendo planejamento participativo, sem experiência prévia, né? Sem viés do que que é planejamento. Então **a criatividade fica aberta, ela fica livre assim para os jovens, para poder pensar o que ele quiser, o que resultou em ações muito interessantes.** (Ramon, entrevista 12, grifos da autora).

Sobre as principais dificuldades, a maioria dos entrevistados disseram estar relacionadas aos recursos disponíveis para o desenvolvimento das ações. Além disso, um dos

entrevistados destacou a mobilização e a participação da comunidade nas ações como uma das principais dificuldades. Um dos parceiros enfatizou também que a falta de apoio dos órgãos públicos nos projetos desenvolvidos era um problema enfrentado.

**Cabe se questionar porque que as coisas acabam. Eu acho que são duas coisas, não sei até que medida em que elas estão relacionadas, mas que geram frustração de grande parte dessas iniciativas. Uma é mobilização social, mobilização social é difícil. É difícil mobilizar pessoas.** O Roberto diria que é preciso ter um “diamante”, um líder que realmente coloque ação, se empenhe, que motive as pessoas, que delegue. Uma função de liderança mesmo, geralmente as coisas que dão certo é porque tem essa figura. E aí vem o segundo ponto, que é a gente precisa de trabalhar para sobreviver. **Essas atividades precisam de gerar renda, precisa gerar para além da sobrevivência. Tudo isso tem muito a ver com a economia popular e solidária.** (Ramon, entrevista 12, grifos da autora).

Considero a imersão uma metodologia difícil de ser executada, demanda parceiros, um local para estadia e um trabalho de logística maior. **É também necessário um alinhamento muito firme entre os participantes sobre qual é o papel e postura de um extensionista**, sob risco de tornar as pessoas do território avessas a esse tipo de atividade. (Laura, anexo D, grifos da autora).

Eu acho que Vespasiano tem um potencial muito grande, tem muito espaço e as vezes não é dado a visibilidade que é necessária. Igual a Diadorim mesmo, não era só uma biblioteca. Era um espaço que tinha aula de libras, tinha aula de dança, de muita coisa, sabe? **Muita coisa acontecia ali e eu não via órgão nenhum, ninguém divulgando, era sempre um esforço enorme dos próprios voluntários. Eu sinto que falta esse incentivo**, talvez poderia vir da prefeitura, da secretaria de cultura, dar um suporte maior. **Falta esse apoio principalmente nas regiões periféricas.** (Poliana, entrevista 2, grifos da autora).

A percepção de ausência de recursos aparece novamente quando perguntados sobre sugestões de como melhorar a disciplina: melhor investimento em mobilidade para que os alunos pudessem ir com mais facilidade até as cidades trabalhadas foi um dos pontos levantados. Outros destaques foram: divulgar mais a disciplina para outros cursos, de forma a aumentar a interdisciplinaridade; ter uma rotatividade nas cidades, para que possam surgir novas ideias, novas demandas; ampliar as relações institucionais; estar presente nos territórios por períodos mais longos.

**Eu acho que o Lumes devia ter mais dinheiro. A extensão sem dinheiro fica difícil de fazer.** Para financiar as viagens, o ônibus dos alunos, para trazer as pessoas para cá, tem que pagar passagem, tem que pagar comida. Então, uma questão que seria legal seria o investimento. (Ramon, entrevista 12, grifos da autora).

Mas uma sugestão seria ter **uma teia de instituições**, até mesmo de ensino, em que a gente pudesse integrar com outras instituições, e trazer alunos, por exemplo do CEFET, não se limitando à graduação, podendo ser um projeto de extensão para o técnico, para os alunos do ensino médio, para que também eles possam desenvolver habilidades profissionais, integrando as diferentes instituições, como o IFMG também. Entrando no corporativo, o Sebrae possui iniciativas que talvez tangenciam o que o Lumes faz e que poderiam potencializar o projeto, com alunos também de ensino médio, com cursos específicos e afins. (Juliano, entrevista 1, grifos da autora).

**É importante o Lumes estar presente nos territórios metropolitanos, pois contribui bastante.** Mas cada comunidade ou cada ponto de acesso, vai ter uma pessoa que vai ali mediar as relações e contribuir para ligar determinadas instituições e processos. Necessidade tem muitas, é preciso encontrar parceiros para engajar de forma comprometida. (Bruno, entrevista 3, grifos da autora).

Olha a crítica que eu tenho para fazer, que eu acho que é positiva, é se manter mais presente aqui. **Eu acho que quanto mais vocês estarem aqui presentes, dentro de Nova União, estabelecendo uma relação mais atuante com a gente, eu acho que falta é isso, ter mais assiduidade. Porque para você criar uma sociedade mais justa, mais igualitária, a faculdade poderia ter um espaço dela aqui em Nova União. Aluga um espaço aqui e vem dá aula aqui, vem para cá, você entendeu? Ao invés de ficar só lá dentro de sala de aula, vamos ficar aqui, vamos estudar aqui, aqui que tem que ser uma sala de aula permanente.** (Anderson, entrevista 9, grifos da autora).

Acho que pode entrar nessa definição do médio prazo, do longo prazo, que deixa marcas muito mais consistentes. Nós não podemos ser promotores de eventos, sabe? Tudo tem que ter um norte, não pode ser aquela coisa que nós vamos, porque nós podemos movimentar o final de semana. **Tem que ser uma coisa mais duradoura**, sabe? E a extensão tem esse prazo né, 6 meses, 1 ano, não dá. O que eu vejo é isso, **essa necessidade de ser mais continuado.** (Jorge, entrevista 10, grifos da autora).

**Acho que as interfaces com demais disciplinas correntes do curso e com outros cursos também é um ponto potente que merece não ser perdido de vista** - lembro de imersões que contaram com um compartilhamento de outros grupos de alunos que, por ocasião de outra disciplina (planejamento urbano, mas também colegas da economia), estavam fazendo uma visita de campo e as conversas e trocas foram muito ricas. (Lucas, anexo D, grifos da autora).

**Creio que há necessidade de um maior suporte econômico da Universidade ao projeto**, que proporciona aos alunos a possibilidade de sair da bolha da academia, aproximando-se da realidade concreta da população. (Eribaldo, anexo D, grifos da autora).



Também houve sugestões relacionadas aos obstáculos que as ações dos Lumes enfrentam no formato atual, como disciplina:

Na forma apenas de disciplina optativa, ofertada aos cursos da FACE, entendo que a Lumes RMBH não explora todo potencial de retorno à sociedade que poderia, nem de desenvolvimento aos alunos, em vista de se inserir em corrido semestre. **Acredito que, na forma de projeto de extensão, o trabalho desenvolvido contaria com alunos dedicados a jornadas semanais maiores e por período de vários semestres, o que impactaria positivamente os resultados alcançados, viabilizando a continuidade de projetos mais longos.** A oferta da disciplina, contudo, ainda seria relevante, servindo para formar equipes de trabalho que auxiliariam no desenvolvimento dos projetos em curso, dando subsídio aos extensionistas. (Igor, entrevista 14, grifos da autora).

Acho que o tempo curto, o limite imposto pela disciplina, as imersões acabam seguindo o **calendário acadêmico, às vezes pensar em um projeto paralelo menos vinculado à estrutura da academia** que também aceite voluntários ou organize as parcerias, talvez já até exista essa estrutura, se for o caso pensar na divulgação e incentivo da continuidade. (Letícia, anexo D, grifos da autora).

#### *Entrevistas: impactos na vida acadêmica*

Sobre os impactos na vida acadêmica, as principais contribuições do Lumes ressaltadas pelos alunos foram: a ampliação da sua compreensão da relação universidade-sociedade; o contato com demandas reais, com a realidade da comunidade; a possibilidade de trabalho com áreas distintas da graduação; a relação teórico-prática; a valorização dos processos participativos no planejamento; e a ampliação das práticas acadêmicas.

O Lumes foi **uma maneira de enxergar como posso retribuir para a sociedade o investimento que o Estado tem feito em mim**, o conhecimento que adquiri nesses anos. E o Lumes foi muito importante para que eu enxergasse a universidade assim, me ajudando **identificar a minha função social** como acadêmico de economia. (Juliano, entrevista 1, grifos da autora).

Nós fizemos um encontro em que levamos os alunos para a UFMG, pessoas que nem sabiam que a UFMG era acessível, que podiam entrar ali, é muito chocante. Foi um dia incrível, eles rodaram ali tudo, tiveram um espaço no auditório. **Me abriu a cabeça nesse sentido, de que existem n formas de conectar as pessoas.** (Poliana, entrevista 2, grifos da autora).

Sem dúvida me tornou muito mais que um especialista. Modéstia à parte sou um bom economista, hoje atuo com gestão financeira de um projeto grande. **Mas a extensão me deu acesso a muitas vivências diferentes da minha área de especialização, me deu muita consciência a respeito de participação, da**

carência e da necessidade da integração universidade-comunidade [...]. Porque **quando você vai no MST, na UNICICLA, você descobre que um catador pode ter mais a dizer sobre a cidade e a natureza que um doutor em Economia** formado em Cambridge (sim, isso é um exemplo real) entende? **Essas vivências da extensão abriam um mundo de oportunidades para as pessoas que até então não faziam nada fora da “grade” e do seu interesse de se formar e enriquecer rapidamente.** (Filipe, entrevista 6, grifos da autora).

Foi muito interessante obter os estímulos codificáveis (aulas teóricas) junto de estímulos tácitos (encontros, visitas, conversas), do processo de acumulação de capital, suas mazelas, e tentativas articuladas dentro da sociedade de mitigação dessas mazelas. Isso me ensinou sobre o que é fazer economia, qual **a forma de enxergar a conexão entre as capacitações que um curso superior pode nos dar e como podemos retornar essas capacitações para a sociedade.** (Daniel, entrevista 7, grifos da autora).

Eu acho que tudo trabalha junto. Não tenho como dividir o quão intenso é o impacto deles de maneiras distintas, mas **o fato de ser uma disciplina que vem com foco teórico-prático, já agrega muito, porque você não fica só imaginando como seria aquela situação. Você está ali, vivendo, sentindo, você está colhendo de fato o que é a demanda da comunidade e a sua, porque você não pode chegar se impondo pois ali não é o seu território, não é o seu espaço, ali é um espaço de aprendizagem e troca.** (Namuetcha, entrevista 8, grifos da autora).

Eu vivi a disciplina do Lumes, não foi uma disciplina que eu fui um pouco. Eu vivi, eu senti, eu entrei de cabeça na disciplina porque ela tem muito valor e muito o que agregar. **Ela te provoca realmente a querer estar ali e te mostra que a universidade não está dentro dos quatro muros.** Realmente é uma disciplina que eu recomendo para as pessoas. (Namuetcha, entrevista 8, grifos da autora).

A experiência foi muito importante para **o conhecimento prático sobre os processos participativos de planejamento,** trazendo a consciência da importância do envolvimento da comunidade para que as ações e intervenções propostas sejam efetivas e sua influência seja duradoura. (Deyvid, entrevista 13).

O contato com Raposos e o **trabalho na extensão me influenciaram a perceber o planejamento urbano de forma diferente, especialmente voltado às pessoas e ao meio ambiente,** me influenciando a perseguir a área ambiental e novos cursos na área. (Maria Isabel, anexo D, grifos da autora).

Na época já integrava um grupo de pesquisa e extensão na Faculdade de Direito (voltado para direito à moradia) quando participei da UNI009 e **pude sentir quão diferente era para a comunidade ter um trabalho contínuo** (como na UNI009) em comparação com um trabalho mais pontual como o que tinha visto até a matéria. **Isso abre nossos olhos para a potência da**

**Universidade da porta para fora quando esse esforço é ininterrupto e realmente cria vínculos com o lugar.** (C.F., anexo D, grifos da autora).

A experiência com a extensão mudou completamente minha visão de universidade. Percebi que é possível **aproximação entre academia e sociedade que gere uma relação de troca justa, que permite o crescimento e fortalecimento de ambas.** Me fez acreditar no potencial transformador do conhecimento e da universidade. (Laura, anexo D, grifos da autora).

Particularmente, **eu acredito que a extensão deveria ser a cara da universidade brasileira.** De um modo geral, os produtos e as discussões gerados nas disciplinas que eu tive maior contato com o "objeto de estudo" foram os mais críveis, por assim dizer. **As metodologias utilizadas no projeto (especialmente as imersões) expandem de maneira muito significativa as dimensões nas quais o território pode ser apreendido** e acabam por subsidiar de maneira mais sólida as possíveis propostas de intervenções arquitetônicas e/ou urbanísticas. (Adolfo, anexo D, grifos da autora).

**A imersão no PARNA Gandarela me fez aprofundar na temática de conflitos socioambientais e em ações voltadas para a autonomia dos indivíduos por meio da escolha e outras disciplinas optativas, grupos de estudo e de pesquisas individuais.** A travessia de 2019 me permitiu aprofundar na compreensão do território em conjunto com minha Iniciação Científica em ordenamento territorial e conservação ambiental em 2019 e, posteriormente, também contribuiu para meu ingresso em um outro projeto de extensão denominado "Travessias" do IGC em 2020. Além disso, a participação na disciplina em 2019 contribuiu significativamente para a minha escolha em participar do projeto enquanto bolsista em 2020 e 2021 e conseqüentemente para **a construção de uma bagagem significativa de conhecimento acadêmico dentro dessa temática.** Vale citar também que a extensão me possibilitou participar de diversos eventos acadêmicos e publicar artigos também. (Beatriz, anexo D, grifos da autora).

### *Entrevistas: impactos na vida profissional*

Sobre os impactos na vida profissional, as principais contribuições do Lumes ressaltadas pelos alunos foram: a experiência profissional; a ampliação do conhecimento; o aprendizado de novas habilidades; o envolvimento com projetos de impacto social.

[...] desde o momento que eu entrei, de fato, para o mercado de trabalho, **o Lumes me deu repertório, me trouxe uma vivência importante no âmbito profissional.** Não é um trabalho remunerado, mas é um trabalho e um contato profissional importante, que além de ter gerado repertório, **me proporcionou um amadurecimento muito grande como um profissional.** (Juliano, entrevista 1, grifos da autora).

Como Turismóloga **o projeto veio para agregar saberes, principalmente no âmbito social**, pois o Turismo é uma área que pode interferir diretamente na vida da comunidade local se não for bem planejado. O Lumes, em conjunto com o Turismo, pode ser uma forma de promover a cultura do município, beneficiando os moradores locais e **colocando a Região Metropolitana em evidência**, uma vez que vemos um certo preconceito com municípios periféricos dessa região. (Alessandra, entrevista 5, grifos da autora).

**O principal ganho da extensão foi esse ganho dessas habilidades pessoais. Esse tipo de mobilização, vamos dizer, que conecta a universidade com o exterior, que extrapola o mercado.** Eu acho que sim transformou muito, porque eu não consigo ficar em uma coisa que é só pesquisa, sabe, gosto muito de teorias, mas assim não consigo ficar só nisso, e eu acho que é muito por conta desse papel da extensão. Sair da universidade em si já é um pouco movimento de cidadania também. (Ramon, entrevista 12, grifos da autora).

Dessa forma, **passei a ter um olhar mais abrangente e menos tecnicista sobre a gestão dos espaços urbanos.** Meu interesse em participação de projetos que tenham um impacto social relevante e evidente aumentou, e é nesse tipo de projeto que tenho trabalhado desde então. (Deyvid, entrevista 13, grifos da autora).

Na minha vida profissional, **o Lumes influenciou minha trajetória no intuito de observar com maior atenção as percepções dos cidadãos sobre seus espaços vividos, dimensão que muitas vezes falta ao planejamento oficial**, como percebi estagiando na Prefeitura de Belo Horizonte. (Pedro, entrevista 16, grifos da autora).

Sinto que a experiência contribuiu para construir um senso de responsabilidade e sensibilidade na profissão; olhar para além das cidades grandes e capitais e reconhecer como **as possibilidades profissionais podem ser mais necessárias e aproveitadas efetivamente em cidades médias/pequenas** e como a atuação profissional nestes locais precisa ser diferente do que se espera em uma cidade grande. (C.F., anexo D, grifos da autora).

Reforçou o aprendizado de manter atenção no que não aparece nas formas técnicas já consagradas - **as presenças do mundo real, cotidiano, vivido que o mapa não dá conta de representar** e, por isso, corre o risco de esquecer, de não considerar etc. (Lucas, anexo D, grifos da autora).

Foi extremamente importante para ampliar minha visão pessoal e profissional. Diferente das matérias obrigatórias do curso, por meio das disciplinas de extensão, tive a oportunidade de **viver experiências que exigiram além do fator profissional, lidar com o agente ser humano, atuar em sociedade e com a sociedade, adotar estratégias de diálogo, encarar desafios imprevisíveis são alguns dos fatores que fizeram parte desta experiência.** (Laís, anexo D, grifos da autora).

Muito foi mexido dentro de mim, **os desejos por uma atuação mais social foram evidenciados e multiplicados. Passei a buscar cada vez mais disciplinas e projetos que desafiam os diálogos com outros saberes**, com novas percepções de construção das cidades, que buscam esvaziar pré-conceitos e formar novos olhares mais sensíveis, que incentivam a criatividade e a percepção lúdica a fim de ampliar as visões de desenvolvimento social. (Lara, anexo D, grifos da autora).

### *Entrevistas: impactos na vida como cidadão*

Quando perguntados se as experiências do Lumes tinham de alguma forma impactado na sua vida como cidadão, as principais contribuições do Lumes ressaltada pelos alunos foram: a ampliação da sua compreensão de cidadania; o conhecimento sobre a RMBH; a articulação dos temas urbanização e meio ambiente; a percepção da importância das políticas públicas; o despertar para a mobilização.

E o Lumes foi muito importante para que eu me identificasse como uma parte cidadã de um todo, que possui missões e deveres e que **precisa contribuir com o meio social para que ele se desenvolva**. É uma compreensão de que o desenvolvimento do meu bairro depende de mim também. Acho que a compreensão de cidadania foi o principal aprendizado. (Juliano, entrevista 1, grifos da autora).

O projeto foi importante para minha construção pessoal de valores sim, foi onde eu **pude conhecer muitas riquezas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, sair da bolha acadêmica e ir para campo, tendo contato com diferentes tipos de pessoas e perspectivas de vida**. Sempre participei de trabalhos de cunho social e o projeto Lumes apenas potencializou esse trabalho. (Juliana, entrevista 4, grifos da autora).

Eu acho que **o Lumes é uma experiência de planejamento urbano que abre os olhos para as possibilidades de vivermos em um mundo urbano, mas em harmonia com a natureza e com nós mesmos**. E além de projetar onde queremos chegar, o Lumes também já propõe um processo para desde já a gente articular essa chegada. Alguém pode achar contraditório né? Mundo urbano e natureza, mas não precisa ser assim. E esse tema de integrar nosso modo de vida com a natureza é cada vez mais urgente. Acredito que cada vez mais é nossa única alternativa, precisamos de muita gente profissional envolvida nessa temática. **Vou pegar emprestado uma ideia do Ailton Krenak, se eu for definir o que acho do Lumes, diria que é uma das boas ideias para adiar o fim do mundo**. (Filipe, entrevista 6, grifos da autora).

[...] **pude atestar ainda mais a minha convicção em projetos sociais igualitaristas, que visam a diminuição da desigualdade financeira como meio para diminuir a desigualdade social**. Foi uma experiência que me ensinou como defender isso teoricamente e meios para atuar em

transformações no meu próprio ambiente. (Daniel, entrevista 7, grifos da autora).

Então isso **te abre, também, um campo de visão, que às vezes só a universidade mesmo possibilita**, porque eles estão ali, e muitas vezes ninguém sabe deles e o que eles fazem, mas eles têm uma participação inimaginável na vida da comunidade, não só deles, mas extrapola a fronteira de Nova União, e vem a Belo Horizonte. (Namuetcha, entrevista 8, grifos da autora).

**Cada espaço da Região Metropolitana tem as suas demandas e as suas possibilidades, suas potencialidades**, que muitas vezes ficam submersas porque é difícil ter contato com esse público, com essa comunidade. Só indo lá mesmo para entender. Muitas vezes a gente consome o que eles produzem, não sabemos que são eles que produzem. (Namuetcha, entrevista 8, grifos da autora).

Como cidadã eu posso futuramente ajudar de certo modo a mobilização. Porque assim, as vezes os cidadãos aqui não são muito ativos, de pedir algum direito que ele tem, sabe? **Então o Lumes, apesar de ser uma matéria mais voltada para o urbano, eu penso que a pessoa se torna mais ativa, ela cria mais conhecimento, ela vê o que tem de direito**. (Mirlaine, entrevista 11, grifos da autora).

**Recomendo fortemente que outros cursos de pós-graduação e graduação incluam mais disciplinas de extensão**, especialmente as que envolvam participação da comunidade, para a construção de uma consciência cidadã nos alunos da UFMG. (Deyvid, entrevista 13, grifos da autora).

Muito além dos conhecimentos com os quais tive o primeiro – e infelizmente breve – contato, a experiência extensionista com os Lugares de Urbanidade Metropolitana **me trouxe um novo ideal de desenvolvimento, de crescimento de cidades em consonância, ou seja, em trama com as estruturas naturais originárias**. (Igor, entrevista 14, grifos da autora).

Após o contato com a disciplina, passei a ter uma percepção diferente das questões sociais, **sobretudo as de pertencimento e participação no espaço urbano**, e como o planejamento urbano pode influir nessa sensação de pertencimento. (Maria Isabel, anexo D, grifos da autora).

Pude notar uma alteração significativa na (re)inversão de valores e narrativas em favor de grupos geralmente invisibilizados pela narrativa hegemônica. **A compreensão de questões sociais e do funcionamento de espaços e realidades que não teria contato caso não fosse a disciplina**. [...] Nas visitas de campo, **podemos ter uma visão de vários territórios numa mesma disciplina, podendo fazer comparações, aproximações e distanciamentos abrindo caminho para o entendimento de que a RMBH é vasta e diversa**. Podemos também trabalhar com demandas diferentes, assim, os alunos tem uma gama variada de ações para desenvolver. Também promove o

intercâmbio entre os parceiros que passam a conhecer iniciativas em outros municípios. (Cintya, anexo D, grifos da autora).

Despertou muito minha atenção para o custo, as dificuldades e os problemas da participação no campo da política, por exemplo, quando pensamos participação para a elaboração e avaliação de projetos públicos, leis e etc. **Para além da importância e da necessidade da participação social, popular, é fundamental perceber as condições em que a participação é possível e a intensa mobilização, engajamento, pedagogia que isso envolve.** (Lucas, anexo D, grifos da autora).

Influenciou muito positivamente, principalmente trazendo maior lucidez sobre maneiras de atuar profissionalmente. **Me ensinou o quanto é importante considerar a estrutura social, cultural e natural de espaços antes de fazer qualquer intervenção.** Avaliar os fatores que podem ser significativos, **ouvir pessoas, buscar o histórico, entender como funciona o espaço e qual o papel que desempenha na perspectiva da sociedade.** A experiência me trouxe mais sensibilidade e consciência social. (Laís, anexo D, grifos da autora).

#### *Entrevistas: contribuições para os municípios e parceiros*

Quando perguntados sobre quais eram as principais contribuições das atividades de extensão para as comunidades e instituições, os entrevistados ressaltaram que: há um reconhecimento das instituições parceiras por trabalharem com a universidade; as ações possibilitam a ampliação da discussão de temas técnicos junto à comunidade; reforçam as potencialidades existentes nos municípios.

Eu acho que foi muito bom para o Diadorim e para a comunidade a presença da UFMG, porque eu acho que **gera, de alguma forma, reconhecimento da Instituição Diadorim e também da população, de que a universidade está ali presente.** Uma pena foi ter acontecido a pandemia, pois estávamos numa crescente. (Bruno, entrevista 3, grifos da autora).

**A extensão já possibilita que eles tenham acesso a questões que outrora não tinham, ajudando realmente a ampliar a visão deles para questões que, muitas vezes, ficam retidas para quem estuda,** porque é muito fácil para a gente ler, para a gente entender. Mas quem realmente vai usufruir disso, que é o morador do município, não tem acesso [...]. **Eu vejo a extensão universitária como um elo, como a possibilidade de unir esses dois e realmente fazer a roda girar e fazer o processo caminhar.** (Namuetcha, entrevista 8, grifos da autora).

Então, um dos pontos que eu vejo que você tem em um trabalho de extensão é **a oportunidade de levar para a comunidade aquilo que está sendo fomentado dentro da universidade, e a comunidade vai trazer para a**

**universidade o que está sendo fomentado ali em campo.** A partir dali, não só para os projetos de extensão, mas também abre a possibilidade para que a própria comunidade queira estar dentro da universidade, apresentar projetos, desenvolver trabalhos. É um trabalho de formiguinha, mas o fato da nova geração ter essa consciência, eu acho que já é um ganho imenso. (Namuetcha, entrevista 8, grifos da autora).

**Porque o Lumes instiga a gente a pensar diferente. Ele dá oportunidade da gente ter uma noção diferenciada a respeito do que é pensar cidade.** Cidade é um conceito criativo, é um conceito de oportunidades, não um conceito de estagnação. A cidade está sempre em movimento. (Jorge, entrevista 10, grifos da autora).

Eu acredito muito no terceiro setor. Eu acho que o terceiro setor, junto com a universidade, assume um poder mesmo do conhecimento, conhecimento é poder, não é? **Aí sim a gente tem condição de mudar as microesferas, sabe? A micropolítica fazendo a diferença.** (Jorge, entrevista 10, grifos da autora).

**O olhar externo trazido por alunos e professores nos ajuda a enxergar melhor o lugar onde vivemos.** As demandas relacionadas à apresentações e aulas me fizeram estudar minha cidade e compreende-la melhor. (Glauco, anexo D, grifos da autora).

A experiência com o projeto **me ajudou a reforçar o valor das potencialidades que temos em Raposos**, a importância da coletividade e também a reascender a esperança por trazer tantas presenças e vivências para somar com a gente. (Sarah, anexo D, grifos da autora).

Além disso, os entrevistados também destacaram o importante papel da academia para toda a sociedade, e como as ações extensionistas são essenciais para garantir a presença da universidade nos territórios.

Então, eu acho que **é importante ter a presença da universidade aqui, continuamente. Eu acho que deveria ter mais presença desses estudantes.** Porque assim, você vai aprender, tem que ser na prática, não adianta o camarada sentar lá na cadeira lá, ficar com o professor e não ver a realidade nua e crua. É importante os estudantes estarem envolvidos diretamente, na prática, com o que é que acontece na região. (Anderson, entrevista 9).

Eu vejo isso na prática, a sociedade como um todo ela carece de conhecimento. **Então, ter estudantes aqui em Nova União, você acaba respirando um ambiente acadêmico. É esse tipo de gente que a gente quer aqui. É esse tipo de pessoa que a gente quer que ocupe os espaços de Nova União. Estudantes universitários, gente que vem trazer conhecimento, gente que vai absorver conhecimento. Gente que vai agregar no nosso meio.** Então eu acho que para a comunidade é importante sim ter a presença do Lumes. (Anderson, entrevista 9, grifos da autora).



E o que o projeto de extensão, na minha visão, dá enquanto formação é a capacidade de falar com qualquer pessoa. É você ter a possibilidade de desenvolver um diálogo afinado com pessoas que têm o poder de decisão e influenciar positivamente pelo conhecimento que você tem. **O Lumes enquanto projeto de extensão tem essa legitimidade, tem a bandeira da UFMG, tem o reconhecimento acadêmico.** Então o Lumes trazendo uma análise mais aprofundada sobre o município foi o que me fez crer que é muito mais fácil do que a gente imagina, não é nada complexo se tiver alguém que orquestre bem uma participação social correta. (Jorge, entrevista 10).

Que pega ali o saber popular, a cultura, o conhecimento acadêmico de outros. **Que na comunidade tem outros conhecimentos, só às vezes não é institucionalizado, mas a pessoa bebeu de academia de outra forma.** E muitos moradores veem essa segurança (na academia) que muitas vezes ela não vê no poder público, de que ela tem voz e vez e pode participar. (Jorge, entrevista 10, grifos da autora).

E foi uma coisa muito interessante, porque não foi à universidade, chegando com uma proposta para uma comunidade. Mas foi **a universidade escutando uma proposta da comunidade e em torno disso, tentando auxiliar essa comunidade. Eu acho que isso é o que diferencia o Lumes, essa escuta ativa. A universidade está aqui para escutar, e não a universidade está aqui para indicar, para planejar, para dizer o que vocês têm que fazer.** (Ramon, entrevista 12, grifos da autora).

**Trouxe um maior engajamento da comunidade com relação às questões que afetavam a cidade** (meio ambiente, preservação de patrimônio tombado, cultura, qualidade de vida, circulação urbana...). **Criou uma ponte de diálogo e relação entre a comunidade (paróquia) e a academia, especialmente despertando nos jovens a perspectiva do saber continuado.** Pessoalmente, como presbítero, contribuiu para a superação de pré-conceitos de ambas as partes. (Eribaldo, anexo D, grifos da autora).

Agregou novas pessoas, **ampliou os espaços de atuação, divulgou o projeto, possibilitou novas oportunidades,** despertou e trouxe novos e importantes olhares para o nosso território. (Sarah, anexo D, grifos da autora).

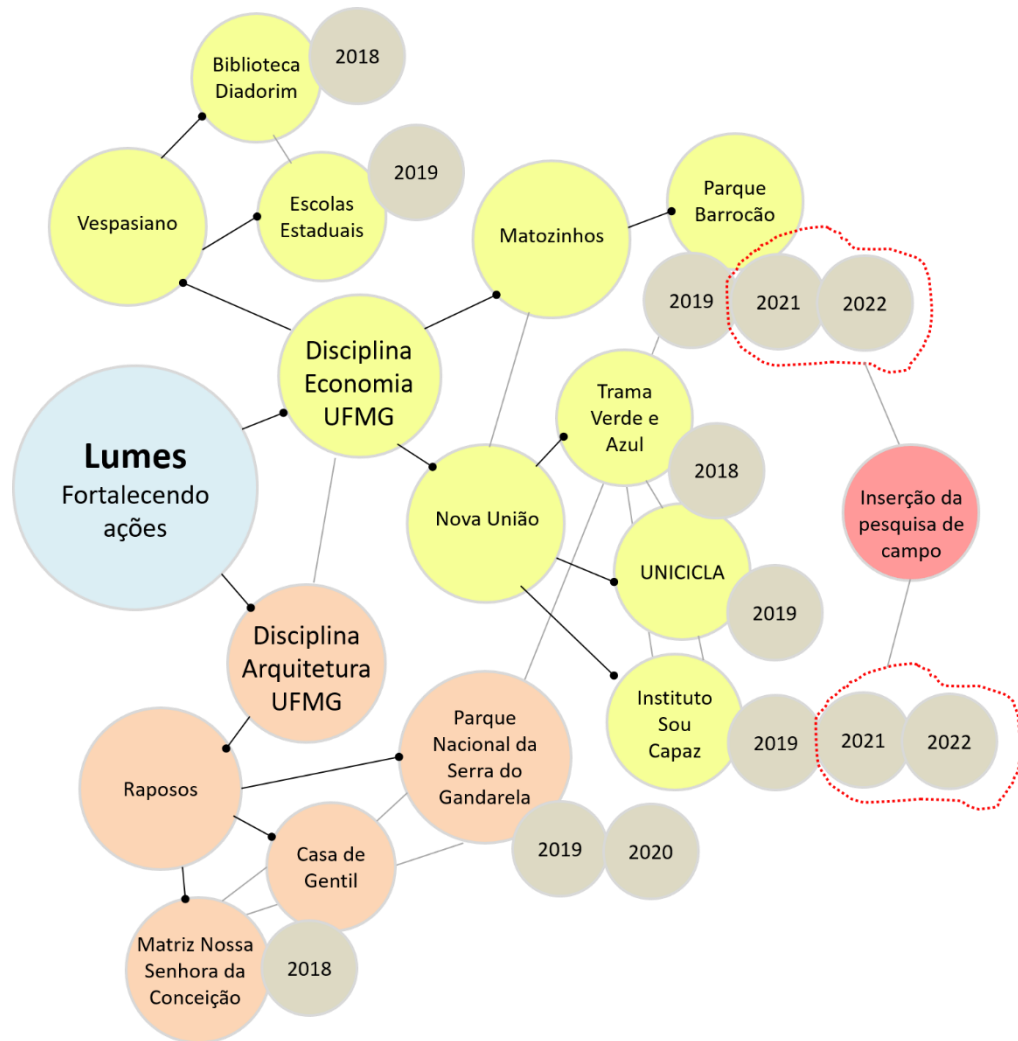
#### **2.4. O campo: prática, reflexão, prática (2021-2022)**

De forma complementar às entrevistas realizadas, a pesquisa de campo também se deu buscando compreender as contribuições das ações promovidas pelos Lumes, permanecendo como plano de fundo a questão da relação universidade-participação no planejamento. A princípio, as visitas de campo foram estruturadas para acontecer de forma mais pontual, em alguns dos municípios que já vinham sendo parceiros nas ações extensionistas. Entretanto, a partir de uma reorientação da pesquisa para um aprofundamento na discussão da extensão universitária, acompanhei a disciplina dos Lumes durante quatro semestres (2021-2022).

Esse tópico apresenta algumas reflexões a partir do acompanhamento da disciplina *LUMEs – Planejamento e Cidadania na RMBH* (turmas 15, 16, 17 e 18), que teve ações práticas nos municípios de Matozinhos e Nova União. O trabalho exigiu uma dimensão participante da pesquisa, e me posicionei como facilitadora das ações extensionistas, contribuindo na mediação dos alunos e parceiros. Dessa maneira, participar da disciplina significou: (a) conhecer os municípios e observar suas potencialidades e fragilidades; (b) envolver os parceiros e ampliar sua rede de mobilização e engajamento em demandas comuns; (c) e elaborar e executar projetos que fortalecessem o planejamento compartilhado por meio das ações locais.

Mesmo durante sua fase virtual (as aulas aconteceram de forma remota no primeiro e segundo semestre de 2021, e semipresencial durante o primeiro semestre de 2022, devido à pandemia da Covid-19), esse acompanhamento contribuiu para que eu pudesse entender melhor a dinâmica dessas relações entre os estudantes e os parceiros. De modo geral, a disciplina apresenta dois momentos: o primeiro está relacionado à pesquisa de informações sobre os municípios trabalhados, complementada pelas visitas de campo para conhecimento dos territórios e dos parceiros locais; o segundo diz respeito à elaboração do plano de ação, organizado coletivamente e a partir das demandas dos parceiros e do interesse de pesquisa dos alunos, seguido do planejamento e execução das ações de curto prazo. Nos momentos de discussão coletiva das propostas, sempre é reforçado que o objetivo do trabalho é envolver os moradores no processo de planejamento das ações. Assim, os alunos dedicam grande parte do tempo da disciplina realizando reuniões com esses parceiros, momentos em que as propostas são fortalecidas e ampliadas ou reorientadas.

**Figura 7:** Ações continuadas por meio da disciplina Lumes



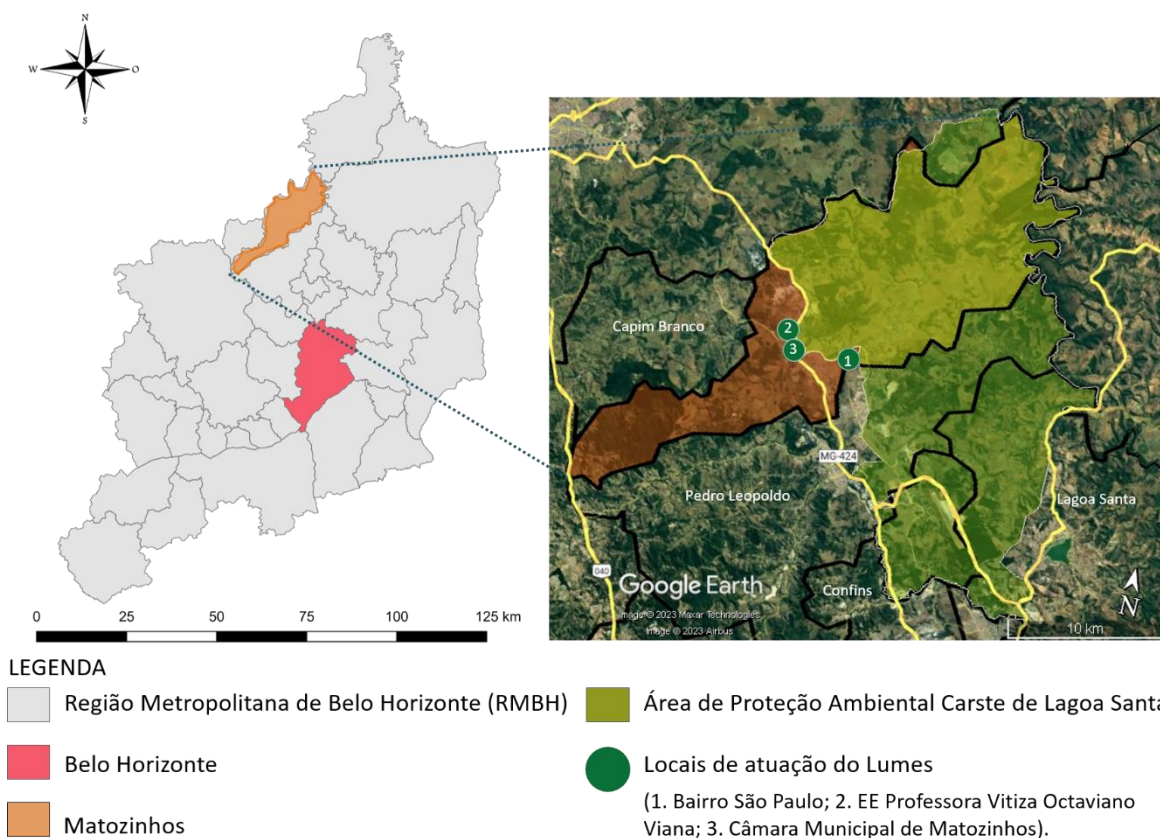
Fonte: elaborado pela autora, 2022

A proposta da disciplina é identificar junto com os parceiros as demandas da comunidade e agir. Espera-se, por meio dos relatos apresentados, conseguir transparecer o papel da extensão universitária no fortalecimento dessas ações comunitárias. É possível perceber uma transformação, ainda que em pequena escala, por meio dos processos participativos incentivados nas práticas dos Lumes. Dessa forma, uma pequena ação mostra caminhos para o planejamento macro. Os grupos acompanhados mostram-se capazes de ampliar sua autonomia para construir espaços de discussão continuada do planejamento urbano em seus territórios, tornando a política urbana mais próxima das especificidades locais. E os estudantes, futuros agentes técnicos, reconhecem nas ações realizadas (de aproximação, de participação) um modelo de planejamento mais adequado para um trabalho que se pretenda transformador, e que possa contribuir, quem sabe, para a superação das injustiças sociais e ambientais.

### Matozinhos – Parque Barroco

Matozinhos situa-se no vetor norte da RMBH, região com processo de acentuada transformação urbana, principalmente relacionada ao Aeroporto Internacional de Confins, além da crescente ocupação residencial, expandindo as zonas urbanas sobre antigas áreas rurais. Formado por duas regiões administrativas – o distrito sede de Matozinhos e o distrito de Mocambeiro –, possui como principal via de acesso a rodovia MG-424, próximo da qual o tecido urbano se expande. O último censo do IBGE, realizado em 2010, apontava cerca de 33.955 matozinhenses, e a estimativa em 2021 é de 38.469 habitantes (IBGE, 2021).

**Figura 8:** Inserção do município de Matozinhos na RMBH



Fonte: elaborado pela autora, 2022. Base cartográfica: IBGE e ADRMBH, 2017

O município possui um território de 252.453km<sup>2</sup>, sendo grande parte desse território pertencente à Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa. A relevância do Carste no município é confirmada pela própria configuração das suas unidades de conservação, que apresentam grande riqueza espeleológica e arqueológica, associada à predominância de rocha calcária.

A região é formada por rochas calcárias que oferecem uma grande variedade de grutas, como a Cerca Grande, Porções e Balé, e que apresentam artes

rupestres contando em detalhes a ocupação milenar da região. São espaços importantes para toda a humanidade, tombados pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. [...] No distrito [de Mocambeiro] há três conjuntos paisagísticos tombados – o Sítio Arqueológico Cerca Grande, Conjunto Arqueológico e Paisagístico de Porções e o Conjunto Histórico e Paisagístico da Fazenda da Jaguará. (LIBÂNIO, 2018, p.139).

Sobre a configuração espacial de Matozinhos, observa-se as principais aglomerações urbanas que formam os bairros da região central e a fragmentação da malha urbana com o surgimento de bairros mais recentes, ainda desconectados da centralidade do município. Como foi apresentado anteriormente, os parceiros do Lumes em Matozinhos são os idealizadores e voluntários do Parque Municipal Ecológico do Barroão, área de preservação reconhecida pela prefeitura, mas não oficialmente destinada como um parque. O Barroão está localizado em um desses bairros periféricos, o bairro São Paulo, que se encontra ainda sem acesso a infraestruturas básicas, como vias pavimentadas e soluções de drenagem urbana. O Parque está a aproximadamente 4,5 quilômetros do centro de Matozinhos e 6,0 quilômetros do distrito de Mocambeiro, apresentando-se como potencial espaço integrador do município, além de ser uma área de proteção ambiental de 13,4 hectares.

**Figura 9:** Inserção do Parque Municipal Ecológico do Barroão em Matozinhos



**LEGENDA**

■ Parque Municipal Ecológico do Barroão

● Locais de atuação do Lumes

(1. Bairro São Paulo; 2. EE Professora Vitiza Octaviano Viana; 3. Câmara Municipal de Matozinhos).

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Durante o 1º/2021, a disciplina trabalhou a demanda de fortalecimento do Parque Ecológico do Barroão. Os parceiros trouxeram como possibilidades de ação promover a visibilização do parque nas redes sociais, ampliar o atendimento ao público por meio de implantação de infraestruturas e mobilizar a discussão na comunidade sobre a importância dos espaços de lazer, práticas de esporte e cultura. A partir disso, a equipe organizou as demandas em três eixos, para então planejar as ações possíveis: (i) expansão e manutenção da estrutura física; (ii) articulações institucionais; (iii) ações comunitárias.

Considerando ainda a impossibilidade de ir a campo, os alunos entregaram como produto final aos parceiros um cronograma prevendo ações específicas para cada um dos eixos, além de pesquisas realizadas a respeito das soluções de drenagem para o Parque. Os alunos do semestre seguinte se apoiaram nesse planejamento e buscaram detalhar melhor o cronograma proposto, ainda num contexto de ensino remoto.

Dessa forma, durante o 2º/2021 os alunos e parceiros trabalharam em três frentes de ação: a primeira, relacionada ao interesse dos parceiros em divulgar as atividades realizadas no Barroão, foi a criação de página na rede social Instagram; a segunda, relacionada à estratégia de atrair as escolas da região para o parque, foi a elaboração de uma revista, com conteúdo diverso, que atendia tanto as escolas de nível fundamental quanto de nível médio; e a terceira frente de ação foi a realização de um seminário online, onde os parceiros puderam ampliar suas articulações institucionais.

**Figura 10:** Entrega da revista elaborada aos parceiros



Fonte: José de Castro Procópio, jan. de 2022.

O seminário “Prosas sobre o Barroço e outras potencialidades de Matozinhos” contou com mais de 30 pessoas, dentre as quais estavam representantes do poder público, pessoas ligadas às unidades de preservação e conservação do município, parceiros das escolas da região, articuladores culturais, além dos alunos e os voluntários do Parque Barroço. O seminário proporcionou reflexões a respeito das atividades já desenvolvidas no parque, apresentando um panorama da mobilização comunitária que vem sendo realizada desde 2010. Foi possível debater quais horizontes futuros gostaríamos de alcançar, principalmente relacionado a valorização do Barroço como patrimônio natural e cultural do município – potencial de implantação da TVA em Matozinhos integrando o Barroço às unidades de conservação já existentes.

Essas discussões foram levadas à frente pela turma do 1º/2022, onde as ações elencadas para continuação foram o engajamento comunitário na temática do patrimônio e a sensibilização do visitante por meio de práticas educativas. Nesse sentido, contribui com a elaboração de uma linha do tempo do parque, evidenciando as ações que a comunidade e seus parceiros vem realizando. Essa linha do tempo foi entregue em formato de banner, impresso em lona, de forma que pudesse ser fixado ao ar livre, próximo à entrada do parque.

Ainda em contexto de regime semi-presencial, as visitas de campo aconteceram em menor quantidade, e seguindo todas as medidas de segurança recomendadas. Tal aproximação possibilitou um avanço nos processos de debate e planejamento das ações entre alunos e parceiros. E foram observados resultados mais concretos, amadurecidos a partir do que vinha sendo desenvolvido nos semestres anteriores. Os alunos se engajaram no desenvolvimento de materiais que seriam fundamentais na ação realizada posteriormente.

As propostas foram a elaboração de placas de identificação para a vegetação existente no Barroço e também um mapa turístico da região, mostrando como o parque pode se articular a outros pontos de interesse do município. As placas fizeram parte de uma ação de curto prazo relacionado à proposta das trilhas interativas, uma forma de aproximar as escolas ao parque. Já o mapeamento interativo foi imaginado como uma forma de valorizar o potencial regional do parque. A dinâmica envolveu um mapeamento interativo com as pessoas que estavam no local no dia da ação (jovens e crianças), e alguns desses ressaltaram que ainda não conheciam alguns pontos turísticos de destaque de Matozinhos. Para avançar no mapeamento, algumas sugestões como acrescentar informações históricas e características gerais de acesso aos pontos turísticos foram elencadas.

Figura 11: Diagrama com os produtos finais elaborados pela turma



(a) Banner Linha do Tempo; (b) Mapa Pontos Turísticos, Culturais e Ecológicos de Matozinhos; (c) Placas de identificação da vegetação do Barroão. Fonte: acervo da disciplina Lumes, 1º/2022.

Figura 12: Ação da disciplina no Barroão no 1º/2022



Fonte: acervo da disciplina Lumes, 1º/2022.



Durante o 2º/2022, já em um contexto de aulas presenciais, os alunos propuseram organizar o projeto do Barroço de uma forma mais sistematizada, para que os parceiros pudessem avançar no diálogo com a prefeitura a fim de efetivar a implantação do parque. Os alunos indicaram como ação de curto prazo escrever um portfólio de atuação do projeto do Barroço, incluindo seus objetivos e principais desafios: O plano de gerenciamento de escopo. Indicaram como possibilidade de continuidade a estimativa de custos para a implantação das ações e um planejamento a longo prazo que poderia ser estabelecido a partir desse caminho bem fundamentado.

A ação aconteceu no formato de um seminário presencial, na Câmara dos Vereadores. Os estudantes organizaram os momentos de fala de cada um dos convidados e por fim apresentaram o material desenvolvido na disciplina. A falas começaram com o vereador Sidirley Bento, pontuando a necessidade de projetos para além da preservação ambiental, ou seja, vinculando o parque às ações de cultura e de mobilização dos moradores do bairro (que também reivindicam outras melhorias). Segundo ele, o Parque Barroço é mais que um espaço de sustentabilidade, é um espaço das famílias dos bairros São Paulo e São José, reforçando o envolvimento que as pessoas já têm com o local.

Já a liderança José de Castro Procópio destacou que o município tem papel relevante dentro da temática da preservação, principalmente por conta dos diversos sítios arqueológicos existentes. O Parque Barroço poderá se articular com o turismo ecológico, arqueológico, cultural e histórico – principalmente pela localização do parque entre a área central de Matozinhos e o distrito de Mocambeiro. Além de ser um espaço de integração, que promove enriquecimento do entorno, saúde e sociabilização da comunidade. Para ele, é necessário a construção da ideia de que o parque é de interesse público, tem um valor social, ambiental e cultural.

Um dos pontos levantados pelos alunos é que o parque precisa de infraestrutura e que para poder captar recursos é necessário resolver os processos judiciais em torno do terreno – chamado de gerenciamento de riscos: imbróglgio judicial, infraestrutura e investimento. Um dos grandes desafios do parque é que a tutela do terreno é do município, mas a propriedade é da imobiliária responsável pelos parcelamentos dos bairros São Paulo e São José. Para a voluntária Fernanda Martins Correa, a disputa vai além do “pedaço de terra”, a disputa seria pelo significado daquele espaço.

Fernanda apontou como foi importante introduzir nas atividades do parque mecanismos de acolhimento, como o café da manhã comunitário e o bazar solidário. Essas ações têm como objetivo o desenvolvimento humano por meio do diálogo – escuta atenta das necessidades das pessoas que frequentam o espaço e muitas vezes estão em situação de vulnerabilidade. Para ela, uma das principais dificuldades do espaço é o reconhecimento da importância do parque para a população de Matozinhos. Educação ambiental também implica a valorização do que é o próprio município, dos locais de cultura e lazer que são de direito da população. “Por isso é importante descolar dessa ideia do terreno, uma vez que o território é o que queremos”, destaca Fernanda.

Ficou evidente durante o seminário que o Parque Barroço já possui um público e ações bem estruturadas. A questão principal seria potencializar tais ações, que acontecem de forma voluntária pelos parceiros. Ampliar as parcerias e conseqüentemente os recursos, seriam os principais objetivos almejados. Dessa forma, dar visibilidade às possibilidades que o Barroço já promove é também alcançar um lugar de fala nas decisões de planejamento para aquela área. Os participantes do seminário destacaram a necessidade de um diálogo mais próximo dos gestores do poder executivo, uma vez que eles já têm grande abertura com o legislativo, porém esbarram na ausência de destinação de recursos. Por fim, decidiu-se pela criação de uma Comissão do Parque Barroço, um grupo de pessoas que ficaria responsável por ampliar o documento elaborado, apontando os detalhamentos necessários.

**Figura 13:** Ação da disciplina no Barroço no 2º/2022



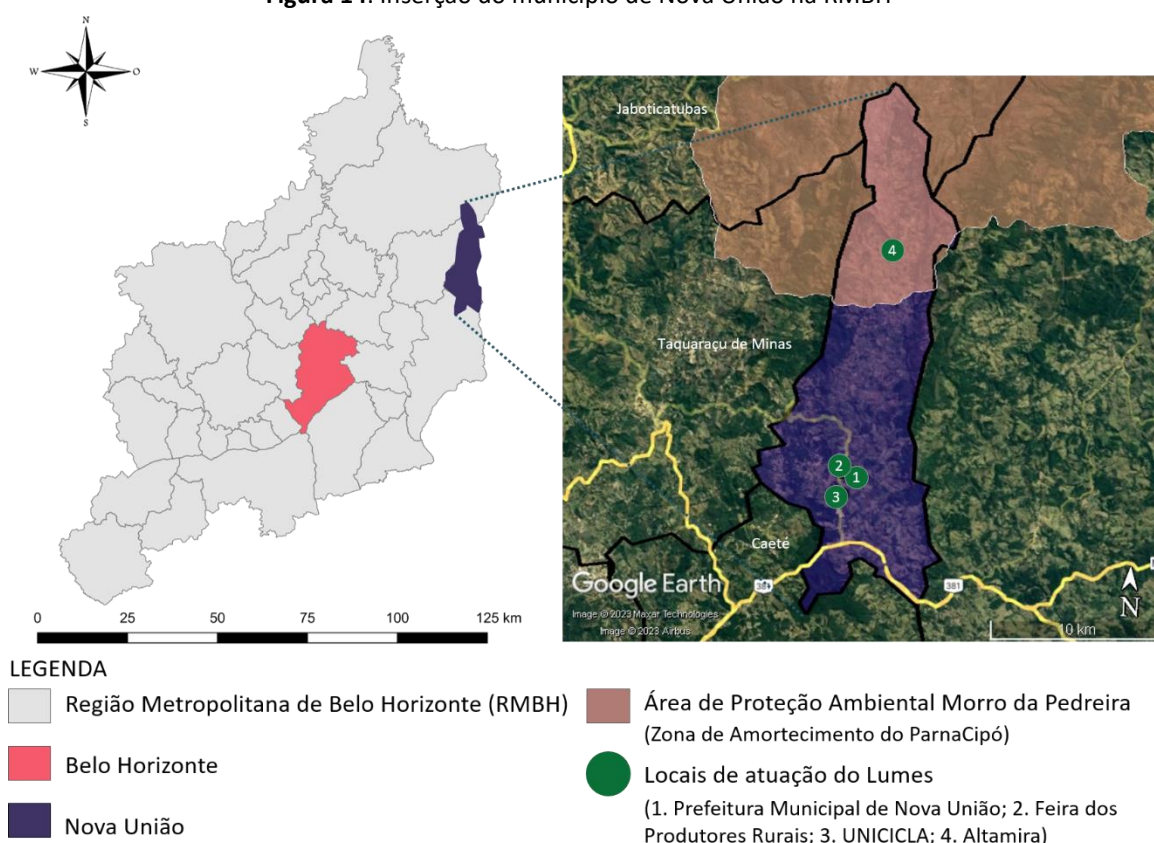
Fonte: acervo da disciplina Lumes, 2º/2022.

### Nova União – Instituto Sou Capaz

Nova União é um município do vetor leste da RMBH, região historicamente sem ações indutoras efetivas de desenvolvimento urbano. Esta situação é observada, por exemplo, no ineficiente sistema de transporte intrametropolitano, bem como pela precária infraestrutura viária da rodovia BR-381. É um dos municípios com maior percentual de população rural da RMBH. Além da sede do município, compõem seu território de 172.131 km<sup>2</sup> as regiões de Altamira, Baú, Bernardo, Carmo, Arraial dos Lopes, Monte Horeb, Nova Aparecida e Santo Antônio.

Nos últimos anos, seu crescimento tem sido impactado pelos processos de urbanização das periferias que se expandem a partir de Belo Horizonte, através da criação de chacreamentos voltados para moradias de lazer e final de semana. Estes são favorecidos pelo potencial de turismo ecológico em torno do patrimônio natural do município, que está inserido no contexto do Parque Nacional da Serra do Cipó. (LIBÂNIO, 2018, p.149).

**Figura 14:** Inserção do município de Nova União na RMBH



Fonte: elaborado pela autora, 2022. Base cartográfica: IBGE e ADRMBH, 2017

O último censo do IBGE, realizado em 2010, apontava cerca de 5.555 nova-unienses e a estimativa em 2021 é de 5.739 habitantes (IBGE, 2021). Tal fato revela uma baixa taxa de crescimento do município, o que é relacionado também à ausência de investimentos públicos

para atratividade de indústrias e empresas. A população precisa se deslocar para Belo Horizonte para acessar serviços públicos (especialmente na área da saúde), conseguir empregos e até mesmo para comercialização dos produtos agrícolas gerados no município.

A atividade agrícola é a principal atividade econômica do município, sendo o cultivo de banana em larga escala sua grande representante. É importante realçar que vários produtores locais têm buscado a alternativa agroecológica, com a produção de orgânicos, “como é o caso do entorno da localidade de Altamira e dos Assentamentos do MST – Assentamento João Pedro Teixeira (295 hectares e 16 famílias) e Assentamento Ho Chi Minh (1.500 hectares e 37 famílias)” (LIBÂNIO, 2018, p.151). Essa atividade está também relacionada ao grande potencial para o ecoturismo que Nova União possui, em decorrência de seu patrimônio ambiental (cachoeiras, rios e serras). Impedir que a monocultura de banana alcance as áreas de preservação ambiental tem sido um dos principais pontos levantados pelos parceiros junto ao Lumes.

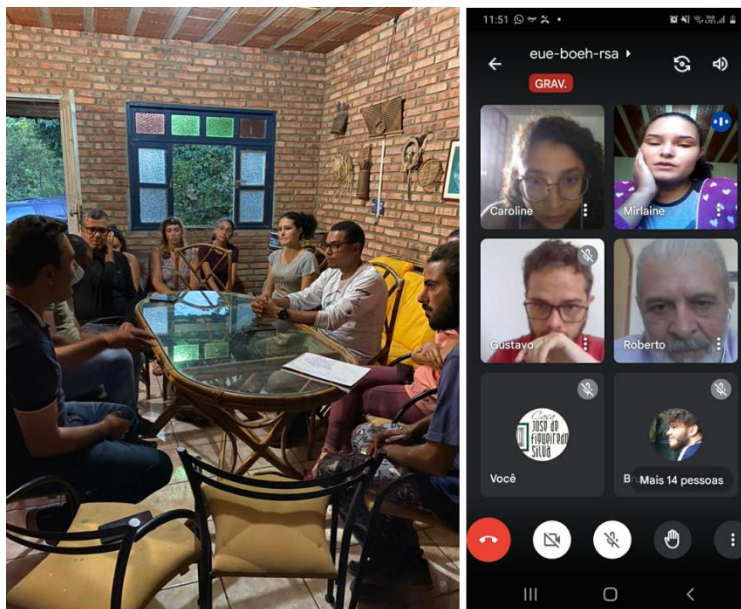
Como discorrido no capítulo anterior, a parceria do Lumes em Nova União se deu principalmente devido à presença da equipe da UFMG no município, responsável pela revisão do Plano Diretor. As ações comunitárias mobilizadas por grupos como UNICICLA e Instituto Sou Capaz (ISC) foram crescendo ao longo dos anos, o que permitiu a parceria com o Lumes em diversos momentos.

Durante o 1º/2021 os alunos se envolveram na pesquisa das diretrizes de planejamento da Trama Verde e Azul (TVA) previstas durante a revisão do Plano Diretor de Nova União. O levantamento mostrou que o município investe poucos recursos em projetos culturais e ambientais, além de apresentar entraves em áreas prioritárias, como saúde e educação. Discutindo com os parceiros quais eram as principais demandas, a equipe elencou como prioridades pensar uma articulação entre o Fórum Lixo e Cidadania (organizado pela UNICICLA) e as atividades do Instituto Sou Capaz (como aulas de música e teatro voltados para os jovens). Nesse processo, avançou-se na estratégia de divulgação de ambas as ações, além de sugerir capacitação dos voluntários através de parcerias com o SEBRAE.

A ação proposta foi a produção de um material sintetizando potencialidades de ambos os grupos, indicando caminhos para as futuras ações. Um ponto que foi importante para o semestre seguinte foi a ideia de fortalecer o potencial turístico da região, juntamente com a necessidade da geração de renda para os jovens. Essa discussão avançou no 2º/2021 junto com o Instituto Sou Capaz, quanto toda a equipe passou a se interessar no estudo dos casos

das moedas sociais e dos bancos comunitários. A ideia seria implementar uma moeda em Nova União que beneficiaria os produtores e prestadores de serviço da região, bem como os voluntários do ISC.

**Figura 15:** Discussões sobre as possibilidades da moeda social



Fonte: acervo da disciplina Lumes, 2º/2021.

A ação proposta foi desenvolver ferramentas que pudessem contribuir com o objetivo da moeda social, divulgando a ideia para além da disciplina, em conversas com outros possíveis interessados. Viu-se a oportunidade de expandir o debate trazendo os produtores que já eram parceiros do Instituto, organizando um catálogo para fortalecer a economia local. A equipe propôs então a construção de dois catálogos, um sobre os voluntários e outro sobre os produtores. O catálogo sobre os voluntários poderia ser utilizado como ferramenta para captação de recursos provenientes de declaração de imposto de renda de empresas do município, além de divulgar os jovens que estão à frente dos projetos do Instituto para todo o município. Já o catálogo sobre os produtores poderia ser uma ferramenta para que o ISC recebesse recursos de possíveis doadores. Dessa forma, iniciou-se um trabalho de coleta de dados para construção desses catálogos. Foi utilizado um modelo de formulário disponibilizado pelo grupo Colmeia Solidária, da UFMG, que desenvolve trabalho extensionistas vinculados à Economia Solidária.

**Figura 16:** Catálogos de voluntários e produtores elaborados pela turma



Fonte: acervo da disciplina Lumes, 2º/2021.

De forma a indicar caminhos para tal ação foi realizado o seminário online “Ações para fortalecimento da economia local de Nova União”, onde os parceiros do ISC tiveram um espaço para fala, juntamente com os alunos da disciplina, para apresentar o andamento dos projetos. Nesse seminário estavam presentes produtores do município convidados a integrar o catálogo, então foi uma oportunidade de ampliar o debate, a partir do relato das experiências de cada um. O tema da moeda social não continuou no semestre seguinte, mas o grupo entendeu que foi uma semente para ampliar a atuação, tanto da universidade quanto dos parceiros, em ações voltadas para o fortalecimento do potencial turístico da região.

Desse modo, a proposta no 1º/2022 foi desenvolvida a partir da ideia de um Circuito Turístico e Ecológico de Nova União. Para a ação de curto prazo, uma vez que as medidas de distanciamento já estavam sendo flexibilizadas, foi definido o mapeamento colaborativo, que seria base para a elaboração do Mapa Turístico de Nova União. O mapeamento contou com

um grupo diverso, pessoas de diferentes atuações e idades, mobilizadas pelos parceiros do ISC.

Uma das atividades promovidas pelo ISC é o projeto Rumo Espinhaço, no qual são realizadas trilhas periodicamente na região da Serra do Cipó. Os guias são os próprios voluntários do Instituto, que além de terem se capacitado para exercer tal atividade, também integram o Conselho do Parque Nacional da Serra do Cipó. Esse conhecimento abrangente do local foi determinante para o mapeamento de cursos d'água, pontos de apoio a caminhantes, pontos de apoio ao turista como restaurantes e pousadas, além de indicar no mapa onde eram as trilhas que o Rumo Espinhaço realiza as caminhadas.

Ficou definido que a validação dos ícones com os parceiros locais era uma atividade fundamental para a continuidade do mapeamento. Alguns acréscimos eram necessários, como a inserção das estradas, a delimitação do Rio Vermelho. Um dos avanços imaginados é a inserção dos produtos caseiros na plataforma Google Maps, de forma a ampliar a visibilidade dos produtores e fomentar o turismo gastronômico na região.

**Figura 17:** Ação da disciplina junto ao ISC no 1º/2022



Fonte: acervo da disciplina Lumes, 1º/2022.

Já no 2º/2022 outro projeto do ISC ganhou força na parceria com o Lumes: o projeto Tijolinho, no qual são atendidas crianças e adolescentes para a realização de atividades de leitura e brincadeiras lúdicas, seguindo os princípios da arte-educação. A demanda ainda se vinculava a ações do semestre anterior, uma vez que a intenção era continuar o mapeamento da região. Porém, os parceiros entenderam que seria interessante o desenvolvimento de um jogo para as crianças, com a temática ambiental, envolvendo perguntas sobre a fauna e a flora

da região. Os alunos tiveram o desafio de pensar o jogo desde a sua conceituação, sendo necessário discutir com os parceiros a jogabilidade, as regras, o design. A ação imaginada para ambas as demandas (mapeamento e jogo) foi a realização de uma imersão da turma no município.

**Figura 18:** Jogo elaborado pela turma para o Projeto Tijolinho



Fonte: acervo da disciplina Lumes, 2º/2022.

A equipe se preparou para passar dois dias em Nova União, sendo o primeiro dia participando de atividades na área central e no segundo dia realizando uma trilha na Serra do Cipó, saindo de Altamira. Além dos projetos do ISC, que já é parceiro de longa data do Lumes, foi possível visitar o Assentamento do MST Ho Chi Minh e também conhecer o Cine Bicudo, que fica em Altamira, ampliando as possibilidades de atuação dos Lumes futuramente.

**Figura 19:** Trilha realizada com o Projeto Rumo Espinhaço



Fonte: Jorge Luiz, nov. de 2022.



A oportunidade de ficar um tempo maior no lugar do que as visitas de campo geralmente proporcionam, foi de fato definidora para o envolvimento dos alunos na disciplina e nas propostas de continuidade imaginadas. Foi uma experiência de troca cultural, de conhecimentos e de outras formas de viver na RMBH. Ainda que todo o processo anterior tenha sido necessário para que os alunos chegassem até a imersão de forma a contribuir com aquela localidade, o momento de estar ali abre inúmeras possibilidades. O contato com as áreas de preservação da Serra do Cipó, com os sabores da região, com as atividades sociais e culturais dos parceiros, tudo isso foi uma maneira de falar sobre o planejamento de forma mais próxima da realidade. Além de aproximar os próprios estudantes uns dos outros, proporcionando relações que muitas vezes não se dão em um ambiente de sala de aula.

(Continua)

Linha do tempo: relação entre municípios parceiros e ações extensionistas			
 <p>UM GUIA PARA VOCÊ SER UM BOM EXPLORADOR</p> <p><b>SENTA QUE LÁ VEM HISTÓRIA LUMES-MG</b></p> <p>1º e 2º/2021</p> <p><b>E MAIS!</b> Presença e nos livros   pág. 28</p>	 <p><b>CATÁLOGO DE VOLUNTÁRIOS</b></p> <p>MUNICÍPIOS DE NOVA UNIÃO</p> <p>INSTITUTO SOU CAPAZ   LUMES</p> <p>1 e 2º/2021   MOEDA SOCIAL</p>	 <p>1º/2022</p>	 <p>1º/2022</p>
<p><b>Matozinhos - Parque Barroço</b></p> <p>Proposta de divulgação das ações no Parque nas redes sociais e construção de uma revista; Organização de Seminário online sobre Patrimônio de Matozinhos e Unidades de Conservação.</p>	<p><b>Nova União - Instituto Sou Capaz</b></p> <p>Estudo sobre moedas sociais e organização de Seminário online sobre o fortalecimento da economia local; Proposta de criação de um catálogo dos voluntários do Instituto Sou Capaz e do produtores locais.</p>	<p><b>Nova União - Instituto Sou Capaz</b></p> <p>Discussão de ações voltadas para o fortalecimento do potencial turístico da região; Mapeamento colaborativo para elaboração do Mapa Turístico de Nova União.</p>	<p><b>Matozinhos - Parque Barroço</b></p> <p>Elaboração de placas de identificação para a vegetação existente no Barroço; Mapeamento colaborativo e elaboração de um mapa turístico da região.</p>

Fonte: elaborado pela autora, 2022

(Conclusão)



2º/2022

### **Nova União - Instituto Sou Capaz**

Desenvolvimento de um jogo sobre a fauna e flora da região;  
Valorização das potencialidades do município pelas crianças;  
Trabalho realizado junto com o Projeto Tijolinho (arte-educação).



2º/2022

### **Matozinhos - Parque Barroão**

Visita ao parque para discutir possibilidades de ação;  
Caminhada no parque e conversa com os parceiros;  
Levantamento de demandas e definição de atividades de curto, médio e longo prazo.



2º/2022

### **Nova União - Instituto Sou Capaz**

Realização de uma imersão no município (dois dias);  
Visita ao Cine Bicudo em Altamira e ao Assentamento Ho Chi Minh;  
Trilha no Parque Nacional da Serra do Cipó com o Projeto Rumo Espinhaço.



2º/2022

### **Matozinhos - Parque Barroão**

Desenvolvimento do Plano de Gerenciamento de Escopo: material com um detalhamento das ações do Barroão, seus objetivos e principais desafios;  
Realização de Seminário na Câmara dos Vereadores.

A group of hikers is seen on a rocky trail in a mountainous landscape. The hikers are wearing various outdoor gear, including hats and backpacks. The trail is composed of large, flat rocks and is surrounded by green grass and shrubs. In the background, there are rolling hills and mountains under a blue sky with scattered white clouds. The overall scene is bright and sunny.

## PARTE 3

### Continuidades

As experiências de outros modos de se fazer planejamento nas ações de extensão universitária: o corpo no lugar, ouvir a população e fazer junto.

### 3.1. Mapeando atores, construindo redes

A discussão a respeito da importância da extensão universitária foi colocada diversas vezes ao longo deste texto, com a contribuição de vários autores e também no plano de fundo das experiências apresentadas anteriormente. Retomamos neste capítulo algumas pontuações sobre o tema para reforçar o contexto no qual estão inseridos os grupos que mencionaremos mais a frente, que trabalham com a extensão nas universidades, seja na graduação ou na pós-graduação.

A prática de extensão universitária brasileira, segundo Mayorga (2021), começa a se formalizar a partir da metade do século XX. A autora destaca que as primeiras experiências no país terão um caráter assistencialista, fundamentada na ideia de beneficiar grupos sociais compreendidos pelos técnicos como carentes. “Essas relações não se caracterizavam pela interação dialógica com outros setores da sociedade, mas se dava a partir da noção de ajudar aqueles que vivem em condições menos favoráveis” (MAYORGA, 2021, p.17).

A partir dos movimentos de vários setores da sociedade brasileira pela democratização do país (pós-ditadura militar, como já foi discorrido), organizou-se também um forte debate sobre o papel da universidade. A participação dos estudantes foi fundamental nessa construção<sup>30</sup>, uma vez que foram eles os principais atores a promover críticas sobre esse posicionamento exclusivamente assistencialista, provocando uma outra perspectiva para a universidade: a promoção da cidadania e garantia de direitos.

Questionava-se o lugar encastelado, elitista e muitas vezes arrogante nas interações estabelecidas e uma recorrente dificuldade de essa instituição se reconhecer como parte da sociedade que se materializava na ideia de levar conhecimentos, saberes, práticas para fora da universidade. A universidade estava sendo convocada a fazer essa construção em conjunto com a sociedade. (MAYORGA, 2021, p.18).

Ferrari *et al.* (2018a), discutem as mudanças da política brasileira de extensão universitária que ocorreram a partir da década de 1970, quando os questionamentos de Paulo Freire promoveram uma mudança radical nos trabalhos extensionistas, na medida em que se adotou os preceitos da educação não formal ou popular:

---

<sup>30</sup> A União Nacional dos Estudantes (UNE) já havia iniciado o debate na década de 1960 sobre a reforma universitária no país (por ocasião da discussão do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), realizando em Salvador o Seminário Nacional da Reforma Universitária. Mesmo durante o período da ditadura militar, os estudantes mantiveram-se mobilizados, e suas pautas e propostas elaboradas foram posteriormente implementadas na Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5.540 de 1968), e contribuiu no avanço das concepções de extensão nos anos seguintes. Ver: <https://www.ufmg.br/cevex/linha-do-tempo/>.

que se baseia principalmente na teoria de Paulo Freire e busca promover a integração e a participação dos sujeitos na construção da sociedade por meio de uma educação comprometida com a conscientização e a politização do aluno, que somente através do conhecimento e compreensão da realidade poderá agir sobre ela (Freire, 1998). (FERRARI *et al.*, 2018a, p.1573).

A partir das contribuições de Paulo Freire, a extensão reconhece que a construção da sociedade ocorre por meio da participação e da integração, de tal forma que o aluno, ao compreender a realidade, torna-se capaz de transformá-la. A extensão volta-se para o atendimento das organizações e populações, com um sentido de troca de saberes acadêmico e popular, considerando que o sujeito é ativo e, portanto, constrói o conhecimento de forma compartilhada. Assim, as camadas populares deixaram de ser o objeto para se tornarem o sujeito da ação extensionista. E a extensão torna-se instrumento de “democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades” (FORPROEXT, 2012, p.10).

A Política Nacional de Extensão Universitária – PNEU – do Brasil foi publicada em 2012, reafirmando alguns princípios já considerados no Plano Nacional de Extensão de 1999, elaborado e aprovado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, além de incluir outros que buscavam transformá-la em uma ferramenta essencial para as universidades públicas, para o enfrentamento dos novos desafios da sociedade, “com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social” (FORPROEXT, 2012, p.17).

Boaventura de Sousa Santos já ressaltava em 2004 que a área de extensão nas universidades teria um papel muito significativo, considerando um futuro próximo de crises humanitária e ecológica sem precedentes. Segundo o autor, a universidade deveria conferir uma nova centralidade às atividades de extensão e

concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural. (SOUSA SANTOS, 2011, p.54).

Frente a essas mudanças tão necessárias, a PNEU aponta a universidade como parte ativa e positiva, por meio da extensão universitária, comprometida com a relevância e abrangência social das ações realizadas. Além da potencialidade de sensibilizar estudantes, professores e demais envolvidos para os problemas sociais, a extensão também melhora a

capacidade técnica e teórica desses atores, justamente por trabalhar diretamente com a realidade. Dessa forma, esses se tornam capazes tanto de oferecer subsídios aos governos na elaboração das políticas públicas, quanto de implementá-las e avaliá-las enquanto profissionais em suas áreas de atuação. (FORPROEXT, 2012).

Considerando essa ressignificação proposta pela PNEU, Andrade (2017) aponta que existem limites e possibilidades. Como limites a autora destaca, dentre outros, o financiamento instável, a estrutura acadêmica rígida com currículos pouco flexíveis e o peso inferior dos trabalhos de extensão nas pontuações que avaliam o desempenho acadêmico. Como potencialidades, a autora considera que as cinco diretrizes para as ações de extensão universitária descritas no Plano englobam a diversidade de atividades possíveis na extensão: a interação dialógica; a interdisciplinaridade e interprofissionalidade; a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão<sup>31</sup>; o impacto na formação do estudante<sup>32</sup> e o impacto e transformação social.

Apesar do campo da extensão abranger uma vasta área de serviços que vai desde o atendimento e envolvimento com grupos sociais populares e suas organizações, movimentos sociais, comunidade locais e regionais, à assistência aos governos locais, ao setor público e ao setor privado, é importante reforçar que, o objetivo principal deve ser direcionado a resolver os problemas de exclusão e da discriminação social [...]. (ANDRADE, 2017, p.5).

Atuando diretamente nas mazelas sociais, tanto nas cidades como nos espaços para além dela, a universidade reafirma seu papel na produção de um conhecimento que deve abranger múltiplos campos de saberes. Sousa Santos (2011) aponta a pesquisa-ação e a ecologia de saberes como áreas que se situam na procura de uma reorientação sólida da relação universidade-sociedade. Segundo o autor, a pesquisa-ação consiste “na definição e execução participativa de projetos de pesquisa, envolvendo as comunidades e organizações sociais populares a braços [ou integradas] com problemas cuja solução pode beneficiar o

---

<sup>31</sup> Artigo 207 da Constituição Federal de 1988: "As universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

<sup>32</sup> A curricularização da extensão, ou creditação (curricular) da extensão, estratégia prevista no Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010), foi regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, na qual se define, no artigo 4º, que: "As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos". (Para ver na íntegra acesse: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808)).

resultado da pesquisa” (SOUSA SANTOS, 2011, p.55). Ou seja, são pesquisas que buscam a articulação entre os interesses sociais e os interesses científicos.

Sobre a ecologia de saberes, o autor considera “uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade”, ou seja, uma promoção de diálogos entre o saber científico e os saberes populares (tradicionais, urbanos, camponeses, indígenas, etc.), “cuja partilha [...] serve de base à criação de comunidades epistêmicas mais amplas que convertem a universidade num espaço público de interconhecimento onde os cidadãos e os grupos sociais podem intervir sem ser exclusivamente na posição de aprendizes” (SOUSA SANTOS, 2011, p.57).

Sendo o Planejamento Urbano um campo de estudos essencialmente interdisciplinar, podemos inferir que todo esse avanço institucional e de reorientação epistemológica da extensão universitária alinha-se com a perspectiva de inclusão social nas decisões sobre a cidade. Como foi discorrido na primeira parte da pesquisa, ainda há que se superar diversos obstáculos para que alcancemos de fato um planejamento participativo. Porém, vemos como os trabalhos desenvolvidos pela extensão contribuem para avançarmos no *como* planejar, no sentido elaborado por Limonad *et. al.* (2018):

O como deve pressupor o caminho, o processo de elaboração e não o plano ou proposta acabada em si. O como deve servir como meio de superação de antagonismos, como instrumento de educação, de conscientização e de inclusão social, através do efetivo envolvimento dos cidadãos, que fazem daquela proposta, sua proposta. Essa não é uma tarefa fácil, uma vez que práticas arraigadas estimulam o planejamento da participação no planejamento como meio de legitimação de propostas, e não como forma de inclusão social. (LIMONAD, *et al.*, 2018, p.18).

Ao refletir sobre as contribuições da universidade ao sistema de planejamento urbano e regional<sup>33</sup>, Monte-Mór (2012) coloca que, apesar das limitações burocráticas do sistema público e da própria universidade, a experiência pedagógica que aí se dá tem “[...] expressivos impactos internos e externos na formação de pessoas, na produção de conhecimento e na construção de um debate cidadão” (MONTE-MÓR, 2012, p.97), uma vez que a mobilização e a aprendizagem social tornam-se elementos centrais no processo de planejamento. Dessa forma, considera-se o engajamento social uma estratégia para buscar a realização de objetivos

---

<sup>33</sup> No contexto da elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH).



comuns – sociais, políticos, econômicos, de transformação ambiental –, e todo movimento que fortaleça tal engajamento, como a extensão, é fundamental.

Pensando no desafio que é construir uma prática de planejamento que seja voltada para as demandas apresentadas pela população, e que fortaleça a autonomia das comunidades, de modo a criar caminhos para o compartilhamento de saberes entre universidade e sociedade, cabe ainda trazer outros exemplos de trabalhos, que assim como o Lumes, acreditam no potencial transformador da extensão universitária. Não se pretendeu fazer uma pesquisa aprofundada sobre o tema, mas sim apresentar brevemente algumas outras formas de se fazer extensão no campo da arquitetura e do urbanismo. As experiências desde a academia, apresentadas a seguir, são construídas por metodologias que coadunam com as práticas do Lumes. Dessa forma, espera-se apontar algumas continuidades possíveis, mapeando esses atores, e talvez, possibilitando a conexão dessas redes.

Uma característica em comum dos grupos é a atuação a partir da assessoria técnica, por compreenderem que as práticas concebidas buscam uma abordagem mais crítica e política e menos assistencialista (portanto, diferente da assistência técnica). Muitas vezes são os professores vinculados a esses grupos os responsáveis por trazer o tema da ATHIS<sup>34</sup> e da habitação social para os seus cursos. Grupos de pesquisa e extensão que colocam estudantes de graduação e de pós-graduação frente a situações reais da atividade profissional, fortalecendo também o debate crítico sobre o papel do arquiteto e urbanista frente a vulnerabilidade social e o cerceamento de direitos das populações.

---

<sup>34</sup> Lei Federal 11.888/2008: Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social.

### MOM, EA/UFMG

O grupo MOM – Morar de Outras Maneiras, vinculado à Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)<sup>35</sup>, é um grupo de pesquisa que busca uma abordagem crítica da produção do espaço cotidiano. Desde 2004 o MOM vem fazendo pesquisa com diversos grupos, tendo como objetivo principal “compreender contradições sócio-espaciais e investigar práticas de assessoria técnica que possam apoiar e ampliar a autonomia coletiva de grupos sócio-espaciais (organizados ou não) dissidentes ou marginalizados” (BALTAZAR; KAPP, 2021, p.13).

Dessa forma, o trabalho envolve tanto a investigação teórica quanto o desenvolvimento de metodologias para atendimento a comunidades onde há demandas por intervenção no território. A partir de um debate coletivo e uma mediação dos técnicos, são elaboradas interfaces, que contribuem para a formação de grupos sócio-espaciais, incentivando sua autonomia. Segundo Kapp, Baltazar e Morado (2008), o conceito de interface relaciona-se a pensar a arquitetura enquanto processo, e não enquanto produto. Propõe-se pensar o uso da interface como alternativa à prática formal, heterônoma e normativa da arquitetura, apoiando-se em uma lógica indeterminista e não prescritiva, com o foco no espaço.

Recuperando a discussão de Reyner Banham (1999) e o termo “*modo architectorum* – a reprodução de prescrições não ditas e não questionadas”, Baltazar (2020) coloca que a prática colonizadora da arquitetura pode ser percebida no uso do desenho como instrumento de dominação. Superar essa prática de projeto é possível, segundo a autora, se considerarmos o exercício da arquitetura como uma ferramenta. A interface possibilita a construção dessas ferramentas, mediando a tomada de decisões coletivas, sem determinar o que é melhor ou não, abrindo possibilidades para o engajamento das pessoas na produção de seus próprios espaços. Seu uso está relacionado a uma provocação capaz de envolver os atores, tornando-os participantes ativos numa ação coletiva.

A partir das experiências de assessoria técnica do grupo MOM, Baltazar e Kapp (2016) apontam algumas diretrizes para a superação do processo convencional de projeto a partir da criação de ferramentas (interfaces) que contribuam para a construção coletiva dos espaços.

---

<sup>35</sup> A autora teve contato com o grupo por meio da disciplina *Arquitetura como interface*, ofertada à pós-graduação e ministrada pela professora Ana Paula Baltazar. Ilustramos as experiências do MOM na UFMG, mas podemos lembrar de outras iniciativas que trabalham com a extensão na universidade, como o PRAXIS, o LabUrb, ambos da EA/UFMG, o Colmeia Solidária, vinculado à FACE/UFMG e o AUÊ!, do IGC/UFMG.

Essas diretrizes estão relacionadas a: assimetria assumida; abertura para algum ganho de autonomia em vez da criação de novas dependências; rumo à autonomia coletiva; ampliação do imaginário versus pressupostos abstratos; e retomada do político, fomentando as discussões e os conflitos. Para o MOM é necessário assumir que existe uma assimetria entre técnicos e assessorados, e o uso de interfaces contribuiria para a decodificação do conhecimento técnico: kits de desenhos, mapas e maquetes interativas, jogos, entre outros. O processo de trabalho com as interfaces permite a aproximação com as comunidades e o engajamento dos indivíduos com o processo de projeto. (BALTAZAR; KAPP; 2016).

**Figura 20:** Exemplo de interface produzida pelo grupo – jogo Ocupe na Ocupação Paulo Freire



Fonte: BALTAZAR; KAPP, 2016, p.17

Uma vez que as interfaces são propostas pelos técnicos (assimetria assumida), considera-se importante avaliá-las segundo seus graus de: abertura (escuta atenta e compreensão do contexto); mediação (reconhecimento e requalificação da demanda); participação e ganhos de autonomia (como ela vai ser conquistada coletivamente a partir da interface); e agenciamento político (abrindo possibilidade para uma ação direta e uma mobilização continuada). (BALTAZAR; KAPP, 2016). Discutir essas formas de atuação faz-se necessário frente ao desafio de romper com a imposição do saber técnico sobre o popular, optando, assim, por práticas participativas que possibilitam descentralizar as tomadas de decisões.

### *Periférico, FAU/UnB*

Outro grupo que atua com a extensão universitária é o Grupo de Pesquisa e Extensão “Periférico, trabalhos emergentes” da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília<sup>36</sup>, criado em 2013 e institucionalizado em 2016, de forma a atender uma grande demanda de projetos sociais que o escritório modelo de arquitetura e urbanismo – EMAU/CASAS da FAU/UnB – não conseguia suprir. O grupo busca trabalhar “temas marginais”, aqueles pouco abordados nos cursos de arquitetura e urbanismo, envolvendo trabalhos finais de graduação que objetivam a participação da comunidade na elaboração dos projetos. (ANDRADE, 2017). Desde então, o Periférico vem atuando em vários territórios do Distrito Federal e entorno, com o desenvolvimento de pesquisas e assessoria técnica envolvendo as comunidades

no campo e na cidade (Reforma Urbana e a Reforma Agrária), integrados no formato de “pesquisa-ação” por meio de metodologias ativas e mobilização social, com uma visão “transdisciplinar” e “transescalar”, abrangendo movimentos populares (Movimento Sem Terra - MST, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST), comunidades da periferia, associações de moradores, entidades ambientalistas bem como comunidades camponesas e comunidades tradicionais. (ANDRADE, *et al.*, 2019, p.202).

O Periférico atua em diversos campos, abordando a assessoria técnica em projetos de habitação popular, de urbanismo participativo, de regularização fundiária, de equipamentos comunitários, espaços públicos, parques urbanos e circuitos culturais. O retorno à comunidade do que é desenvolvido pela universidade é feito por meio de um caderno técnico, que tem como principal objetivo fortalecer a luta desses atores frente aos órgãos públicos (como secretarias municipais, Ministério Público, IPHAN, INCRA, entre outros). (ANDRADE *et al.*, 2019).

**Figura 21:** Processo de projeto junto à comunidade – Assentamento Pequeno William do MST



Fonte: ANDRADE, 2017, p.7

<sup>36</sup> Atualmente o grupo se encontra vinculado ao Programa de Pós-graduação da FAU/UnB, por meio da residência multiprofissional em CTS – Ciência, Tecnologia e Sociedade (pós-graduação *Lato Sensu* + extensão).

A contribuição do grupo de pesquisa e extensão está principalmente na mobilização e empoderamento das associações sociais e movimentos populares, uma vez que objetiva transformar a linguagem da política cognitiva, desenvolvendo processos de ensino com metodologias ativas e de inclusão social, buscando alcançar a tecnociência solidária:

A tecnociência solidária, conforme conceitua Dagnino (2019), é uma decorrência cognitiva da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico [...] e de um acordo social [...] ensejam no ambiente produtivo, um controle [...] e uma cooperação [...]. É uma integração da tecnologia social com a economia solidária. (ANDRADE, *et al.*, 2019, p.196).

Por sua vez, o conceito de tecnologia social, vinculado também a Dagnino (2019), está relacionado a todo método ou técnica simples, de baixo custo, de fácil aplicabilidade e de impacto social, criada para solucionar alguma demanda do coletivo. Andrade *et al.* (2019) destacam que no campo da arquitetura e do urbanismo, o planejamento participativo é considerado uma forma de tecnologia social, uma vez que “faz uso de técnicas que visam aproximar a população do projeto por meio de métodos de trabalho participativos e conhecimento antropológico da realidade [...], construindo uma lógica mais próxima ao cidadão” (ANDRADE *et al.*, 2019, p.205).

Esse envolvimento da população e a inclusão de outros saberes nos processos de projeto é tomado como inovação tecnológica, uma vez que frente a precariedade, produto da ausência de políticas públicas em áreas de moradia da população de baixa renda, são visíveis práticas emergentes capazes de contribuir na transformação dos lugares. Dessa forma, a metodologia do grupo visa em grande parte a troca de experiências entre a comunidade e o meio acadêmico. De acordo com Andrade *et al.* (2019), o processo de projeto do Periférico é dividido em 5 etapas que são inter-relacionadas:

(1) análise do contexto físico e social com envolvimento da população local de acordo com as dimensões da sustentabilidade; (2) elaboração e sistematização de padrões espaciais e de acontecimentos a partir das informações levantadas; (3) oficinas de participação, mapas mentais, mapas afetivos e jogo dos padrões (4) construção de cenários, propostas alternativas do estudo preliminar para tomada de decisão (5) entrega do caderno técnico ilustrado. (ANDRADE *et al.*, 2019, p.14).

*PEU, DAU/PUC Minas*

O grupo de extensão, pesquisa e ensino Produção do Espaço Urbano nos Brasis<sup>37</sup>, vinculado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, trabalha com ações de planejamento colaborativo, mediante ao que é requerido pelos assessorados, buscando fortalecer o poder de decisão do morador sobre seu território, a partir do seu conhecimento e experiência. O trabalho do grupo PEU baseia-se na fricção entre o conhecimento e a experiência dos moradores que autoproduzem seu território, e dos técnicos, neste caso, professores e alunos, com o objetivo de reconhecer a cultura da autoprodução e disseminar os processos de formação que surgem do atrito entre técnicos e moradores durante a assessoria técnica. (ZERLOTINI; CANUTO; OLIVEIRA, 2020).

Para o grupo PEU, as atividades de extensão possibilitam trabalhar diretamente nos territórios, em diferentes processos de negociações entre técnicos e moradores, buscando romper com a ideia hegemônica de que os saberes técnicos prevalecem sobre os saberes populares. O processo de escuta e requalificação da demanda possibilita experimentar o uso de metodologias que tem como objetivo principal o fortalecimento da autonomia dos assessorados.

Sob a angústia da inexistência, no Brasil, de estudos sistemáticos da chamada urbanização informal que desvendem as escolhas e as razões das escolhas técnicas de seus produtores diretos e de uma tradição de assessoria técnica direta, o EI vem investigando e experimentando metodologias, tecnologias e práticas pedagógicas diversas desde 2002. (ZERLOTINI *et al.* 2018, p.124).

Trata-se não só de investigar o que distancia os técnicos da autoprodução do espaço, mas também de superar paradigmas de urbanização que empobrecem o cotidiano e degradam a vida. (ZERLOTINI *et al.* 2018). Dessa forma, a incompletude da urbanização segundo o modelo hegemônico faria do espaço autoproduzido um campo privilegiado para a investigação e a experimentação tanto de metodologias e processos de projeto, quanto de técnicas e práticas de construção.

---

<sup>37</sup> A equipe de professores, alunos e colaboradores que hoje constituem o grupo do CNPq denominado Produção do Espaço Urbano nos Brasis, trabalhou no Escritório de Integração do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas (EI) durante o período de 2015-2020. Os trabalhos de extensão citados aqui referem-se a esse período, no qual o EI dedicou-se principalmente às práticas de assessoria técnica direta a grupos sociais organizados. A autora trabalhou no EI no período de 2016-2018, como extensionista e aluna de iniciação científica.

**Figura 22:** Um dos trabalhos do grupo PEU – levantamento sócio-espacial na Ocupação Esperança



Fonte: ZERLOTINI; ROCHA, 2018, p.14

A fim de se conquistar uma desierarquização de saberes, a linguagem cumpre a função de principal ferramenta de aproximação entre saber técnico e saber popular (ZERLOTINI; CANUTO; OLIVEIRA, 2020). Portanto, o uso de ferramentas colaborativas, ou interfaces, relatados nas experiências compartilhadas, diz respeito a uma discussão sobre como o conhecimento produzido na universidade pode ser apropriado.

#### *Programa de Pós-Graduação RAU+E/UFBA*

A extensão universitária também ocorre no âmbito da pós-graduação. A experiência da Residência em Arquitetura e Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia (RAU+E/UFBA) propõe capacitação aos profissionais recém-formados e aos gestores públicos, integrando atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em atividade desde 2013 como pós-graduação *lato sensu*, a Residência tem conteúdo teórico voltado para temas como produção do espaço, políticas urbanas, projetos de urbanização, de arquitetura e metodologias para projetos participativos. O objetivo principal da RAU+E/UFBA é colocar em prática a Lei Federal 11.888/2008 – Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social –, visando capacitar profissionais e cidadãos para viabilizar projetos inovadores inseridos nesse tema.

Tem como objetivo principal, viabilizar, de forma sistemática, assistência técnica pública e gratuita em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, voltada para comunidades carentes e municípios demandantes, ampliando a inserção social da universidade pública, por meio de atividades integradas de ensino-pesquisa-extensão na pós-graduação, para capacitação profissional, implementação e inovação de projetos nessas áreas, contribuindo para uma

melhor qualidade de moradia, desenvolvimento social e ampliação de cidadania. (GORDILHO SOUZA, 2013, p.10).

Os estudantes passam um período de oito a dez meses realizando trabalho de campo, com atividades práticas como: discussões com a comunidade, coleta de dados, oficinas, seminários e práticas projetuais com engajamento das comunidades envolvidas – métodos e técnicas de participação comunitária, com base em atividades de extensão. Um dos grandes desafios enfrentados pela residência é a falta de remuneração dos profissionais durante o período de capacitação, como ocorre nas residências da área da saúde. Como trabalho final, o profissional elabora um projeto assumindo a responsabilidade técnica e entrega à comunidade parceira. (GORDILHO SOUZA, 2013).

O contexto da proposta de residência parte do esgotamento do padrão urbanístico do século XX, que remete à herança escravista da exclusão social e da terra; ao ciclo industrial e migração rural, segregação e exclusão urbanística nas cidades; à insuficiência de infraestrutura para comunidades rurais remanescentes; e à ampla precariedade na habitabilidade e vulnerabilidade sociais e ambientais. Pensando nessa superação dos modelos modernistas e considerando as novas demandas sociais, o grupo aponta para os desafios para um novo ciclo urbano: bem-estar e segurança no ambiente de viver. Para isso, deve-se reconhecer a complexidade do ambiente construído e as práticas de resistências propositivas relacionadas ao pertencimento nas territorialidades.

O que se coloca para os profissionais é a importância da apreensão dos modos de vida para as transformações socioespaciais propostas. Tem-se, portanto, a pretensão de atividades inovadoras, em propostas compartilhadas e de autogestão, além do potencial de replicação da experiência, “incentivando novas possibilidades de cooperação, fomento e troca de experiências entre instituições com atuação em áreas de interesse social, viabilizando uma maior inserção social da universidade” (GORDILHO SOUZA, 2013, p.15).

Para o grupo idealizador da residência, o papel da extensão acadêmica na residência profissional, além do conhecimento crítico compartilhado, é fortalecer um aprendizado prático coletivo voltado para a atuação social. Por um lado, retorna para a sociedade uma prática profissional muito mais capaz de apresentar tecnologias adequadas nas diversas situações existentes. Por outro, demanda apoio das suas instituições de representação, de municípios e órgãos públicos, para viabilizar de forma tangível as transformações propostas.



### **3.2. A construção de uma extensão metropolitana: caminhos possíveis**

Essa pesquisa dedicou-se a um estudo sobre o Lumes, originalmente instituído como um programa do PDDI-RMBH, mas que vem se inserindo na extensão universitária por meio de disciplinas nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais – no 1º/2023 será ofertado o curso para a turma 19. Um dos principais objetivos dessa dissertação, além de apresentar o histórico das ações dos Lumes e jogar luz à discussão das potencialidades da extensão em, de fato, oferecer ferramentas para alcançarmos um outro modelo de planejamento, foi apresentar uma proposta de continuidade para o projeto.

Discutir os caminhos possíveis para os Lugares de Urbanidade Metropolitana – tanto aqueles que já existem como aqueles que ainda estão por se formar – parece um tanto quanto pretencioso, já que, como já foi defendido aqui, não são os planos que devem moldar os lugares, mas sim as experiências cotidianas das pessoas. Porém, acredito que seja uma reflexão interessante para o fechamento dessa pesquisa.

O primeiro ponto é: caminhos possíveis para os Lumes estão relacionados à ampliação do seu potencial de ação local, o que pode se dar por meio de um Programa de Extensão. Um dos desafios dos Lumes é permanecer de forma mais consistente nos territórios, ampliando sua capacidade de atuação através da conexão de mais atores, sejam eles institucionais ou não. Para isso, é fundamental garantir uma maior aproximação dos estudantes nos territórios, com mais tempo de visitas de campo, em ações de curto, médio e longo prazo.

O trabalho que já é reconhecido pelos parceiros, como podemos perceber por meio dos relatos e formulários respondidos, uma vez que o apoio da universidade às iniciativas populares legitima as ações da sociedade civil frente ao poder público, poderia ser ampliado com um maior aporte de recursos da universidade. Tal proposta se insere também como continuidade das iniciativas de pós-planejamento imaginadas pelo PDDI, como um esforço para se implantar um processo de planejamento metropolitano permanente na RMBH.

Ou seja, com apoio financeiro para o transporte, estadia e alimentação dos alunos, os trabalhos poderiam ser desenvolvidos integralmente nos territórios, fomentando cotidianamente a rede de ações locais, construindo uma parceira sólida entre a universidade e a população metropolitana. Os municípios também poderiam oferecer contrapartidas, numa espécie de programa de estágio nas secretarias de planejamento, meio ambiente, cultura, obras, entre outras. Os alunos do Lumes poderiam passar um período trabalhando

com o poder público, e contribuindo para essa articulação entre ele e os grupos sociais organizados.

Esse caminho, na verdade, já foi apontado por outros autores e discutido nos capítulos anteriores. É a perspectiva do Internato Metropolitano, que parte da referência já consolidada na universidade do Internato Rural, onde cursos da área da saúde desenvolvem trabalhos de extensão em municípios de pequeno porte, com apoio das secretarias, que oferecem alojamento e alimentação aos alunos. Essas atividades funcionam como um estágio integral, principalmente nos Centros de Saúde, tendo um grande impacto na formação dos alunos.

O Internato Metropolitano se estruturaria como um instrumento de parceria e colaboração entre a universidade e os municípios metropolitanos, tendo como cursos envolvidos aqueles ligados às atividades de planejamento. O principal desafio do Lumes, que seria suprido pelo aporte do Programa, é o efetivo envolvimento dos alunos junto aos parceiros. Garantir uma maior presença nos municípios trabalhados e uma visão mais abrangente das demandas locais é um dos principais objetivos dessa proposta de imersão dos alunos. Espera-se com isso ampliar as ações compartilhadas e conectar de forma mais efetiva as redes existentes nos territórios.

O segundo ponto é: a partir do momento em que se implanta o Programa de Extensão, com apoio financeiro e institucional para a realização das atividades nos municípios, é possível estabelecer parcerias entre os grupos que já possuem experiências com a extensão universitária e que tem como objeto de pesquisa e prática temas relacionados ao planejamento urbano. Essa proposta contribui diretamente para uma formação transdisciplinar dos estudantes, além do incentivo à pesquisa de soluções inovadoras para os espaços urbanos.

Essa experiência poderia se dar em vários municípios, o que abrange a área de atuação para diferentes campos do conhecimento. Por exemplo, municípios que já receberam ações dos Lumes (parceiros em algum momento das disciplinas): Belo Horizonte, Caeté, Esmeraldas, Itatiaiuçu, Juatuba, Mateus Leme, Matozinhos, Nova União, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Manso, Sarzedo e Vespasiano. Além dos municípios que participaram do processo de Revisão dos Planos Diretores Municipais, onde a equipe da UFMG estabeleceu contato com diversos atores por meio dos Grupos de Acompanhamento. Ou seja, são realidades bem diversas, que poderiam ser trabalhadas em grupos de pesquisa e extensão, ou até mesmo vinculados a outras disciplinas.

Destaca-se ainda a concordância da proposta com a Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, onde os projetos pedagógicos deverão se adequar para garantir um percentual mínimo na carga horária dos cursos para as atividades de extensão (curricularização da extensão). Por isso, é oportuno integrar grupos (grupos de pesquisa, cursos e até mesmo institutos) que trabalham com temas transversais ao planejamento urbano, contribuindo para efetiva integração das ações de ensino, pesquisa e extensão na universidade. Entendemos que o Lumes pode ser um elo, construindo uma rede de ações extensionistas coordenadas na RMBH.

O terceiro e último ponto apresentado nesse breve mapeamento de caráter propositivo, imaginando possibilidades de continuação das ações dos Lumes, é: retomar o macrozoneamento proposto pelo PDDI, principalmente as diretrizes propostas pela Trama Verde e Azul, é uma forma de conferir aos Lumes um protagonismo na discussão ambiental dentro da metrópole.

Após as definições do Plano Metropolitano, o Macrozoneamento é o instrumento que permite organizar as diversas áreas que são interesse comum para a Região Metropolitana, tornando-se o elemento de síntese espacial das propostas. Por meio do Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH)<sup>38</sup>, elaborado entre 2013 e 2015, também pela UFMG, foram estabelecidas diretrizes de uso e ocupação dessas áreas por meio de parâmetros que poderiam ser transformados em legislação.

A equipe de trabalho do MZ-RMBH buscou identificar zonas de importância metropolitana e restringir o macrozoneamento a elas, em vez de abranger todo o território metropolitano. Foram definidas duas categorias: Zonas de Interesse Metropolitano – ZIMs, territórios delimitados em que o interesse metropolitano prevalece sobre o local; e Áreas de Interesse Metropolitano – AIMs, entendidas como porções do território voltadas para a implementação de políticas de interesse metropolitano. Tanto as ZIMs quanto as AIMs foram construídas com a colaboração da população através da cartografia participativa realizada em oficinas públicas. (COSTA; COSTA; MONTE-MÓR, 2021).

---

<sup>38</sup> Parte da Política de Uso e Regulação do Solo do PDDI-RMBH, o Macrozoneamento foi um processo construído em conjunto com a sociedade civil. Por esse motivo, os Lumes desempenharam um papel importante na articulação com os municípios da RMBH para garantir a organização da participação popular e uma ampla divulgação das informações técnicas discutidas.

As AIMs possuíam uma abordagem mais ampla, onde pensou-se a implementação de políticas e programas que se encontravam fragmentados entre os diferentes eixos temáticos do PDDI. Ao se discutir a reestruturação socioterritorial durante o processo do MZ-RMBH, iniciou-se a proposta de concepção de um elemento articulador do território metropolitano, tendo as questões ambientais como uma de suas bases fortes. Daí surgiu a *Trama Verde e Azul*<sup>39</sup> (OLIVEIRA; COSTA, 2018).

A proposta de um planejamento para uma Trama Verde e Azul (TVA) da RMBH teve por referência não somente as dimensões da vegetação e das águas, mas a partir do interesse de se articular as políticas de recursos hídricos e áreas verdes protegidas com questões culturais e de mobilidade urbana. Dessa forma, a TVA amplia a noção de sustentabilidade, agregando também a produção de espaços de convívio e de valorização da vida quotidiana, buscando promover a conectividade entre áreas ambientalmente importantes. (COSTA; COSTA; MONTE-MÓR, 2021).

A reestruturação territorial metropolitana fundamentada na noção de sustentabilidade, em sentido amplo, busca, por um lado reforçar espaços de centralidade e de urbanidade potenciais ou existentes, especialmente nas periferias metropolitanas. E, por outro lado, constitui um esforço de pensar a totalidade do espaço metropolitano no qual a natureza se incorpore à urbanização e à sua expansão, privilegiando cursos d'água, áreas verdes, agrícolas, espaços culturais e de fruição, materializados em rede, numa trama, bem como experiências, saberes e práticas dos moradores metropolitanos que contribuam para a manutenção, reinvenção e recuperação destes espaços. (LIMONAD, MONTE-MÓR; COSTA, 2018, p.9).

Por esse sentido amplo proposto pela TVA, entendemos que as ações dos Lumes são capazes de contribuir, seja pela proteção ambiental de áreas já reconhecidas, seja por contribuir no mapeamento de outras áreas sugeridas pela população, pelos usos comunitários já existentes. Um dos caminhos para a extensão é trabalhar o tema da TVA nos municípios parceiros. Podemos destacar três casos nos quais os Lumes já trabalharam com áreas de proteção ambiental (relacionando, inclusive, as áreas de preservação com atividades de cultura, economia popular e mobilidade): Área de Proteção Ambiental do Carste de Lagoa Santa (parceiro – Matozinhos); Parque Nacional da Serra do Cipó (parceiro – Nova União); Parque Nacional da Serra do Gandarela (parceiro – Raposos).

---

<sup>39</sup> A Trama Verde Azul é inspirada em uma proposta francesa de planejamento territorial na antiga região minerária de *Nord Pas-de-Calais*, no norte da França. (OLIVEIRA; COSTA, 2018).

A emergência climática nos traz a necessidade de repensar nossos modos de produção e consumo, como eles têm se mantido, quais seus custos sociais e ambientais. Ações conjuntas entre governos e cidadãos podem trazer soluções à emergência climática, mas não somente isso. Não há superação das desigualdades sem redistribuição da produção. Não há decisões pautadas no bem comum em uma democracia que atende apenas aos interesses do capital. Não há possibilidades de recuperação ambiental em um modelo econômico que privilegia a acumulação e não a reprodução ampliada da vida.

Portanto, entende-se que é urgente fortalecer outros saberes, outras práticas, outras formas de produção, outras economias. É necessário apreender dos movimentos de luta, que preconizam a recuperação de uma relação com a natureza e a criação de uma conciliação entre os povos, considerando suas diferenças em torno de uma unidade. É possível ter múltiplos e diversos atores engajados em um projeto comum, mas é preciso garantir espaços de participação popular. Um planejamento urbano comprometido com esse engajamento popular pode contribuir para que os movimentos espontâneos transitem para uma solução real das questões coletivas. Como Andrade (2017), acredita-se que o planejamento urbano está relacionado com a vontade do coletivo:

A disciplina de urbanismo sempre teve como vocação a transformação social, melhorar a qualidade de vida das populações mais necessitadas e reduzir as desigualdades sociais. Porém essa vocação política foi desaparecendo com o tempo a favor do capitalismo especulativo dominante, como o que ocorre hoje. [...] Porém, acredita-se que a arquitetura da cidade tem uma estreita relação com o modo de vida das pessoas, que está relacionado com o poder político e econômico, com a vontade do coletivo, do social e do comum, com o público e a permanência no futuro. (ANDRADE, 2017, p.9).

Essas possibilidades de projetos para o comum estão relacionadas à construção da confiança e dos vínculos entre os diversos agentes atuantes no espaço. Por isso, olhar para os diversos engajamentos que emergem, ainda que em uma realidade social tão inóspita, ajuda a compreender como o engajamento em um projeto comum perpassa por conviver com a virtualidade, aquilo que ainda está por vir, mas já influencia o presente. Os Lumes têm atuado nesse sentido, e sua continuidade dependerá das possibilidades que se abrem na extensão universitária, mas também para além da própria universidade.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. *The origins of Postmodernity*. London: Verso, 1998.

ANDRADE, Liza Maria Souza de. *Periférico, trabalhos emergentes: participação social na elaboração de projetos de arquitetura e urbanismo nos TFGs da FAU/UnB*. In: ENCONTRO NACIONAL ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., 2017, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ENANPUR, 2017. v. 17, n. 1, p. 1-22. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2099/2078>. Acesso em: ago. 2022.

ANDRADE, Liza Maria Souza de; LEMOS, Natália Silva; MONTEIRO, Maria Emília; LOUREIRO, Vânia Raquel Teles. Adequação sociotécnica para projetos de urbanismo participativo do grupo de pesquisa e extensão Periférico: táticas urbanas como tecnologia social, dimensões da sustentabilidade, padrões espaciais e de acontecimentos e construção de cenários. In: ENCONTRO NACIONAL ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., 2019, Natal. *Anais...* Natal: ENANPUR, 2019. v. 18, n. 1, p. 1-28. Disponível em: <http://xviiienanpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1594>. Acesso em: ago. 2022.

ANDRADE, Liza Maria Souza de; LOUREIRO, Vânia Raquel Teles; LENOIR, Juliette Anna Fanny; LEMOS, Natália da Silva Lemos. Extensão e tecnociência solidária: periférico no DF e entorno. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo* (PUCMG), v. 26, n. 38, p. 189-234, 1º sem. 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/22188/16320>. Acesso em: set. 2022.

AVRITZER, Leonardo. *O Orçamento Participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte*. In: Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. Evelina Dagnino (org.). São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.17-46.

BALTAZAR, Ana Paula. Não existe arquitetura decolonial porque não existe ensino de arquitetura decolonial porque não existe arquitetura decolonial. *Redobra Laboratório Urbano*, UFBA, nº 15, ano 06, 2020, p. 121–136. Disponível em: [http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2020/15/8-REDOBRA\\_15-Ensaio\\_Ana\\_Paula\\_Baltazar.pdf](http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2020/15/8-REDOBRA_15-Ensaio_Ana_Paula_Baltazar.pdf). Acesso em: ago. 2022.

BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. Assessoria técnica com interfaces. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 4., 2016, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ENANPARQ, 2016, v.1, p. 1-23. Disponível em: <https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2022/S22-01-BALTAZAR,%20A;%20KAPP,%20S.pdf>. Acesso em: set. 2022.

BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke (eds.). *Moradia e outras margens: volume 1*. Belo Horizonte: MOM, 2021. Disponível em: [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/01\\_biblioteca/arquivos/Kapp\\_Baltazar\\_2021\\_moradia\\_outras\\_margens\\_v1\\_web.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/01_biblioteca/arquivos/Kapp_Baltazar_2021_moradia_outras_margens_v1_web.pdf). Acesso em: dez. 2022.

BANHAM, Reyner, A black box: the secret profession of architecture. In: *A critic writes: essays by Reyner Banham*, Berkeley; Los Angeles; London: Univ. of California Press, 1999, p. 292–99.

BARTHOLO, B. R.; FREITAS, D. M. de; LIMA, J. M. F. de; CHIQUITO, E. de A.; MELO, A. C. V. de; SANTANA, M. I. T.; PEREIRA, G. L. Construindo Lugares de Urbanidade Metropolitana em tempos de pandemia: desafios e estratégias para continuidade da Extensão Universitária. *Revista da*

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 126–147, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/26712/29327>. Acesso em ago. 2022.

BAUMAN, Zygmunt. *Legisladores e intérpretes: sobre a modernidade, pós-modernidade e intelectuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. p.137-202.

BERQUÓ, Paula Bruzzi. *Os Lumes e a construção comum nas regiões metropolitanas brasileiras*. In: XII Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación, Lima, Peru. XII Congreso ALAIC, 2014.

BITTENCOURT, Eduardo Moutinho Ramalho; ROCHA, Caroline Cristiane. As contradições nas políticas públicas na favela: pobreza, urbanização e ideologia. In: ENCONTRO NACIONAL ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., 2019, Natal. *Anais...* Natal: ENANPUR, 2019. v. 1, p. 1-23. Disponível em: <http://xviiienanpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1222>. Acesso em: set. 2022.

CAMPOS, Clarissa; MARTÍNEZ, Miguel A. Squatting activism in Brazil and Spain: Articulations between the right to housing and the right to the city. In: GRASHOFF, Udo. *Comparative Approaches to Informal Housing Around the Globe*. London: UCL Press; University College London, 2020.

CANTELMO, W.; LOBO, C.; HORTA, C.; GARCIA, R. A. Território e territorialismo: a abrangência conceitual e a noção de poder. In: *Caderno de Geografia*, v.25, p. 343-367, n.44, 2015. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/9669/8011>. Acesso em: jun. 2022.

CASTRIOTA, Rodrigo. Urbanização planetária ou revolução urbana? De volta à hipótese da urbanização completa da sociedade. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Recife, v.18, p.507-523, n.3, set.-dez. 2016. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5291/pdf>. Acesso em: mai. 2022.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. E nas metrópoles: quem planeja o território? Breve contribuição ao debate a partir da experiência recente de Belo Horizonte. In: RIBEIRO, A.C., LIMONAD, E., GUSMÃO, P.P. (org.) *Desafios ao planejamento*. Rio de Janeiro: ANPUR; Letra Capital, p.75-94, 2012.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Natureza e cidade na periferia: ampliando o direito à cidade. In: *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Geraldo Magela Costa; Heloisa Soares de Moura Costa; Roberto Luís de Melo Monte-Mór (org.). Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p.41-54

COSTA, Geraldo; COSTA, Heloisa; MONTE-MÓR, Roberto. Rooting metropolitan planning in critical theory and participatory practices: A university planning experience in Belo Horizonte, Brazil. *Revista plaNext – next generation planning*. v.11: 44-61. 2021. Disponível em: <https://journals.aesop-planning.eu/index.php/planext/article/view/14/73>. Acesso em set. 2022.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. In: Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. Evelina Dagnino (org.). São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.9-16.

FERRARI, Junia (org.). *LUMES – Lugares de Urbanidade Metropolitana: experiências na RMBH – Belo Horizonte*: Escola de Arquitetura da UFMG, 2021.

FERRARI LIMA, Júnia Maria; SOSA, María Florencia; OLIVEIRA, Lais Grossi; FREITAS, Ana Paula Oliveira. Quando a prática acadêmica sai ao território: a experiência da Oficina Multidisciplinar: Os

LUMES e a prática do planejamento metropolitano – UFMG. In: ENCONTRO NACIONAL ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., 2017, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ENANPUR, 2017. v. 17, n. 1, p. 1-13. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/2143/2122>. Acesso em ago. 2022.

FERRARI LIMA, Júnia Maria; SOSA, María Florencia; GRECO, Luisa Lopes. *Enseñar a Planificar el Territorio Vivenciando el Territorio. La experiencia del taller multidisciplinar: “Formación de Extensión Universitaria: prácticas de ciudadanía metropolitana”*. In: VIII Encuentro de Docentes e Investigadores en Historia del Diseño, la Arquitectura y la Ciudad Córdoba, 2018, Córdoba. VIII Encuentro de Docentes e Investigadores en Historia del Diseño, la Arquitectura y la Ciudad Córdoba, 2018, p.1569-1578. 2018a.

FERRARI LIMA, Júnia Maria. Participação, integração e cidadania: processos em construção. In: LIBANIO, Clarice. (Org.). *Guia Cidadania e Identidade Metropolitana na RMBH*. 1aed. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2018, p. 236-240. 2018b.

FERRARI LIMA, Júnia Maria; RIERA, Hernan Espinoza; ZANATTA, Lucas Yuri Alves. A EXTENSÃO EM CONSTRUÇÃO: Uma experiência de ‘imersão’ em Raposos/MG. In: ENCONTRO NACIONAL ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., 2019, Natal. *Anais...* Natal: ENANPUR, 2019. v. 1, p. 1-19. Disponível em: <http://xviiienanpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1460>. Acesso em: ago. 2022.

FERRARI, Junia Maria Lima; BARTHOLO, Beatriz Ribeiro; SANTANA, Maria Isabel Teresa; COELHO, Helena Carvalho. Desafios e possibilidades da extensão universitária diante do COVID-19: análise do projeto “Construindo Lugares de Urbanidade Metropolitana. *Revista Científica Foz*, São Mateus, Espírito Santo, v.3 n.1, p. 152-175, jan./jul. 2020. Disponível em: <https://revista.ivc.br/index.php/revistafoz/article/view/177>. Acesso em: set. 2022.

FERRARI, Junia; LOPES, Marcela. A extensão como oportunidade de aproximação e de ação política: Reflexões em torno de duas experiências no Brasil. In: AUGUM, Asociación de Universidades Grupo de Montevideo. *Universidades Comprometidas con el Futuro de America Latina*. Santiago, Chile. *Anais...* IV CONGRESO DE EXTENSIÓN UNIVERSITÁRIA – AUGM, Santiago, Chile, 2021. p. 450-468.

FERREIRA, Joelson; FELÍCIO, Erahsto. *Por terra e território: Caminhos da revolução dos povos no Brasil*. Arataca: Teia dos Povos, 2021.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus-AM, Brasil. Maio, 2012.

FRIEDMANN, John. *Planificación en el ámbito publico*. Madri, Ministerio para las administraciones publicas. 1991.

FRIEDMAN, John. Toward a Non-Euclidian Mode of Planning. *APA Journal*, p. 482-486, ago/1993.

GORDILHO SOUZA, Angela. *Assistência Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia: Avanços Institucionais*. In: 6. *Projetar – O Projeto como Instrumento para a Materialização da Arquitetura: ensino, pesquisa e prática*. Salvador: 2013.

GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. *A questão metropolitana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. HARVEY, David. Do Administrativismo ao Empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In.: HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume Editora (2. ed), p.163-190, 2006.



JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Narrative interviewing. London: London School of Economics, Methodology Institute. *LSE Research Online*, 2000. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/2633/1/Narrativeinterviewing.pdf>. Acesso em abr. 2022.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula; MORADO, Denise. Architecture as critical exercise: little pointers towards alternative practices in architecture. *Field: a free journal for architecture*, vol. 2, n. 1, out 2008, p. 7–30. Disponível em: [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02\\_babel/textos/kapp-baltazar-morado-architecture-critical-exercise.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_babel/textos/kapp-baltazar-morado-architecture-critical-exercise.pdf). Acesso em: mai. 2022.

KAPP, Silke. Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, v. 14, n. 28, p. 463-483, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/14818/10805>. Acesso em: jun. 2022.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. The paradox of participation: a case study on urban planning in favelas and a plea for autonomy. *Bulletin of Latin American Research*, v. 31, pp. 160–173, 2012.

KAPP, Silke. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. São Paulo, v.20, n.2, p.221-236, mai.-ago. 2018. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5605/pdf>. Acesso em: set. 2022.

LEFEBVRE, Henri. *O direito   cidade*. São Paulo: Documentos, 1968.

LEFEBVRE, Henri. *Critique of Everyday Life: The One-Volume Edition*. London, Verso, 1977 [2014]. (Volume II, cap 3 - The Specific Categories, p. 328-391; cap. 5 - The Theory of Accumulative and Non-Accumulative Processes, p. 418-434).

LIBÂNIO, Clarice. (org.). *Guia Cidadania e Identidade Metropolitana na RMBH*. 1aed. Belo Horizonte: Favela   Isso A , 2018.

LIBÂNIO, Clarice de Assis. *Lugares de Urbanidad Metropolitana (Lumes). Planeamiento compartido y enfrentamiento de la pseudoparticipaci n en la Región Metropolitana de Belo Horizonte, Brasil*. LIMAQ, v. 4, p. 33-54, 2017a.

LIBÂNIO, Clarice de Assis. Lugares de Urbanidade Metropolitana - Planejamento compartilhado e extensão universitária na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL ASSOCIA O NACIONAL DE P S-GRADUA O E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., 2019, Natal. *Anais...* Natal: ENANPUR, 2019. v. 1, p. 1-23. Disponível em: <http://xviiienganpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=884>. Acesso em: ago. 2022.

LIBÂNIO, Clarice de Assis (org.). *Participa o e cidadania: experiências em a o coletiva na RMBH*. Belo Horizonte: Favela   Isso A , 2019.

LIBÂNIO, Clarice de Assis. *Reinventando o urbano: práticas culturais nas periferias e direito   cidade*. Tese (doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2017b.

LIBÂNIO, Clarice de Assis; MONTE-M R, Roberto Luís. *LUMEs – Places of Metropolitan Urbanity: planning, democratization and construction of citizenship in the Metropolitan Region of Belo Horizonte – RMBH*. IV World Planning Schools Congress, Rio de Janeiro, 2016. p.1321-1324

LIMONAD, Ester. Muito além do jardim: planejamento ou urbanismo, do que estamos falando? In: COSTA, G.M.; COSTA, H.S.M.; MONTE-MÓR, R.L.M. (org.). *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2015.

LIMONAD, Ester; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo; COSTA, Heloisa Soares de Moura. O Brave New World? Considerações sobre experiências presentes para um futuro próximo. In: XV Coloquio Internacional de Geocrítica. LAS CIENCIAS SOCIALES Y LA EDIFICACIÓN DE UNA SOCIEDAD POST-CAPITALISTA, Barcelona. *Anais...* Barcelona: Universidade de Barcelona, 2018. v.1. p.1-20.

LYOTARD, Jean-Francois. *Defining the postmodern*. In: Daring, Simon. The cultural studies reader. Psychology Press, 1986.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In O. B. F. Arantes, C. B. Vainer & E. Maricato (Eds.), *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos* (p. 121-192). Petrópolis: Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, Ermínia; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Construindo a Política Urbana: participação democrática e o direito à cidade. *As metrópoles e a questão social brasileira*, 2007.

MAYORGA, Claudia. Reflexões sobre a integralização da extensão nos currículos de graduação. *Interfaces - Revista de Extensão da UFMG*, [S. l.], v. 9, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/37719>. Acesso em: nov. 2022.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgent planning: situating radical planning in the global south. *Planning Theory*. V. 8 (1), 2009.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.18, n.3, p. 363-377, set-dez, 2016. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5499/4751>. Acesso em: mai. 2022.

MIGNOLO, Walter. Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. A questão urbana e o planejamento urbano-regional no Brasil contemporâneo. In. DINIZ, C.C.; LEMOS, M.B. (org.) *Economia e Território*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p.429-446, 2005.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: Diniz & Crocco (Eds.), *Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes* (pp. 61-85). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. *O que é o urbano no mundo contemporâneo?* Texto para discussão do CEDEPLAR, n. 281, 2005.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Planejamento Metropolitano em Belo Horizonte: uma experiência universitária. In: RIBEIRO, A.C., LIMONAD, E., GUSMÃO, P.P. (org.) *Desafios ao planejamento*. Rio de Janeiro: ANPUR; Letra Capital, 2012. p. 95-112.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (org.) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur. p. 169-181, 1994.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Utopias Urbanas e Outras Economias. In: VIEGAS, M.; ALBUQUERQUE, E. (ed.). *Alternativas para uma crise de múltiplas dimensões*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, Coleção População e Economia, 2018. Disponível em: <https://cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2021/06/Alternativas-para-uma-crise-de-multiplas-dimensoes.pdf>. Acesso em: set. 2022.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento, complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano (In.) COSTA, G. M; COSTA, H. S. M; MONTE-MÓR, R. L. M. *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p.55-69.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo; COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa de Moura; MELO, Marcos Gustavo Pires de. The university and metropolitan planning: an innovative experience. *Nova Economia*. 2016, v. 26: 1133-1156. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/3952/2038>. Acesso em: ago. 2022.

MONTE-MÓR, Roberto Luís; LIBÂNIO, Clarice de Assis. Lumes: um instrumento para um planejamento inclusivo e permanente. In: *Planejamento territorial volume 2: reflexões críticas e práticas alternativas*. LIMONAD, Ester; MONTEIRO, João C.; MANSILLA, Pablo (org.) *et al*. São Paulo: Editora Max Limonad, 2021. p.58-82.

MOUFFE, Chantal. *The affects of democracy*. Geneva Graduate Institute, 19 de fevereiro de 2018. 1 vídeo (95 min). *Live*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VuPC10SZ8nU>. Acesso em 20 out. 2022.

NASCIMENTO, Alexandre Sabino do. Recife, a noiva da revolução: entre os circuitos espaciais da inclusão/exclusão e a resistência urbana contemporânea. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.17, n. 3. Recife, p.49-67, set-dez/2015. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5153/4699>. Acesso em: mai. 2022.

OLIVEIRA, Ana Mourão. Uma nova aposta para a articulação metropolitana. In: LIBANIO, Clarice. (org.). *Guia Cidadania e Identidade Metropolitana na RMBH*. 1aed. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2018, p. 271-279.

OLIVEIRA, Ana Mourão; COSTA, Heloisa Soares de Moura. A trama verde e azul no planejamento territorial: aproximações e distanciamentos. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n.3, p. 538-555, 2018. Disponível em: [https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5663/pdf\\_1](https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5663/pdf_1). Acesso em set. 2022.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: ed. CLACSO, 2005.

QUIJANO, Anibal. *Coloniality and modernity/rationality*. In.: *Cultural Studies*, 21: 2, 168 – 178, 2010.

RANDOLPH, Rainer. A nova perspectiva do planejamento subversivo e suas (possíveis) implicações para a formação do planejador urbano e regional – o caso brasileiro. *Scripta Nova Revista Electrónica*

de *Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. v. 12, n. 270 (98), ago. 2008. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/1522>. Acesso em: mai. 2022.

RANDOLPH, Rainer e GOMES, Pedro H.O. A Contribuição da Cartografia Subversiva para o planejamento do espaço social. Caminhos para uma reflexão a respeito de “subversões” concretas. *Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. v. 14, n. 331 (29), ago. 2010. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/1680>. Acesso em: mai. 2022.

ROCHA, Alessandra; LARES, Ana; LAZZARINI, Júlia; SOARES, Matheus Santos. *Mapeamento da identidade cultural na Região Metropolitana de Belo Horizonte e a contribuição do projeto LUMES na constituição de uma cidadania metropolitana*. Belo Horizonte, 2015 [manuscrito].

ROCHA, Caroline Cristiane; BITTENCOURT, Eduardo Moutinho Ramalho. Território em produção: contribuições ao desenho urbano a partir da morfologia autoconstruída. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, 3., 2018, Salvador. *Anais...* Salvador: URBFAVELAS, 2018. Disponível em: <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2018a/ARQUIVOS/GT1-395-202-20180820183901.pdf>. Acesso em: set. 2022.

ROCHA, Caroline Cristiane; BITTENCOURT, Eduardo Moutinho Ramalho. Morfologia urbana autoproduzida: interfaces do desenho urbano na urbanização de assentamentos informais. In: JEUNON, Franca Arenare; LOBATO, Wolney; HANRIOT, Sérgio de Moraes. (org.). *Livro de Destaques de Iniciação Científica*. 26ed. Belo Horizonte: PUC Minas, 2019, v. único, p. 177-194.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. *Reforma urbana: por um novo modelo de planejamento e gestão das cidades*. Rio de Janeiro: FASE/ UFRJ-IPPUR, 1995. 144p.

SILVA, Carla Almeida. Os fóruns temáticos da sociedade civil: um estudo sobre o fórum nacional de reforma urbana. In: *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Evelina Dagnino (org.). São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.143-186.

SILVA, Karen; ANDRADE, Liza; LENOIR, Juliette. Tecnologia Social, Inovação e Urbanismo Participativo: novas ferramentas de democratização e popularização do conhecimento científico do grupo Periférico. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 6., 2021, Brasília. *Anais...* Brasília: ENANPARQ, 2021, v.1, p. 2762-2781. Disponível em: [http://enanparq2020.com.br/wp-content/uploads/2021/10/14-07\\_-EIXO-1\\_-DIAGRAMA%CC%A7A%CC%83O-ENANPARQ-FN.pdf](http://enanparq2020.com.br/wp-content/uploads/2021/10/14-07_-EIXO-1_-DIAGRAMA%CC%A7A%CC%83O-ENANPARQ-FN.pdf). Acesso em: set. 2022

SILVA, Margarete Maria de Araújo. *Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras*. Tese (doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2013.

SILVEIRA, Ricardo de Jesus. *Planejamento urbano participativo: a experiência de Cambé-PR*. Universidade Estadual de Londrina, 1989.

SOJA, Edward W. *Postmodern geographies: The reassertion of space in critical social theory*. London: Verso, 1989.

SOJA, Edward W. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford: Backwell, 2000.

SOSA, María Florencia. Território, identidade e política: reflexões sobre os Lugares de Urbanidade Metropolitana no contexto do planejamento urbano na RMBH. *In: ENCONTRO NACIONAL ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL*, 17., 2017, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ENANPUR, 2017. v. 17, n. 1, p. 1-17. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2287/2266>. Acesso em: ago. 2022.

SOSA, María Florencia. *Território, identidade e política: os Lugares de Urbanidade Metropolitana no contexto do planejamento urbano na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2018.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Um Discurso sobre as Ciências*. Edições Afrontamento: Porto, 1987.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. 3. ed. Cortez, São Paulo, 2011. Original de um texto para Debate sobre a Reforma Universitária, realizado em 2004.

SOUZA GORDILHO, Angela Maria. Urbanismo neoliberal, gestão corporativa e o direito à cidade: impactos e tensões recentes nas cidades brasileiras. *Cadernos Metrópole*, v. 20, p. 245-265, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/FWkVqLT6dG6GZXZT8JyZtmr/#>. Acesso em: out. 2022.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora*. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p.412-430.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre o espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. *In: Castro et al (org.). Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Com o Estado apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *Revista Cidades*, v. 7, n. 11, p.13-47, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TEIXEIRA, Ana Carolina Wanderley. *Região metropolitana: instituição e gestão contemporânea, dimensão participativa*. Belo Horizonte: Fórum, 2008. 205p.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; FREITAS, Daniel Medeiros de. Planejamento metropolitano e grandes projetos urbanos: concepção e descaminhos da política de novas centralidades na RMBH. *Cadernos Metrópole*, v.22, n.47, p.61-84, jan-abr, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4703>. Acesso em: jun. 2022.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *Dois momentos do planejamento metropolitano em Belo Horizonte: um estudo das experiências do PLAMBEL e do PDDI-RMBH*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

UFMG/PUCMINAS/UEMG. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Estudos setoriais integrados*. v. 3. Belo Horizonte, abril de 2010. Disponível em: [www.rmbh.org.br](http://www.rmbh.org.br). Acesso em: fev. 2022.

UFMG/PUCMINAS/UEMG. *Sumário Executivo - Relatório Final – PDDI-RMBH*. Belo Horizonte, abril de 2011 (2011a). Disponível em: [www.rmbh.org.br](http://www.rmbh.org.br). Acesso em: fev. 2022.

UFMG/PUCMINAS/UEMG. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Propostas de Políticas Setoriais, Projetos e Investimentos Prioritários (v.1)*. Belo Horizonte, 2011 (2011b). Disponível em: [www.rmbh.org.br](http://www.rmbh.org.br). Acesso em: fev. 2022.

UFMG/PUCMINAS/UEMG. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Propostas de Políticas Setoriais, Projetos e Investimentos Prioritários (v.2)*. Belo Horizonte, 2011 (2011c). Disponível em: [www.rmbh.org.br](http://www.rmbh.org.br). Acesso em: fev. 2022.

UFMG/PUCMINAS/UEMG. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Propostas de Políticas Setoriais, Projetos e Investimentos Prioritários (v.4)*. Belo Horizonte, 2011 (2011d). Disponível em: [www.rmbh.org.br](http://www.rmbh.org.br). Acesso em: fev. 2022.

VAINER, C. B. Utopias urbanas e o desafio democrático. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 105, p.25-31, jul-dez, 2003. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/173/149>. Acesso em: jun. 2022.

XAVIER, Marcos. Lugar, Pluralidade da Existência e Democracia. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.20, n.3, p. 506-521, set-dez, 2018. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5678>. Acesso em: mai. 2022.

ZERLOTINI DA SILVA, Viviane; ROCHA, Caroline Cristiane. Levantamento sócio-espacial: para compreender a autoprodução do espaço. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 5., 2018, Salvador. *Anais...* Salvador: ENANPARQ, 2018, v.1. Disponível em: <https://www.anparq.org.br/enanparq-v.php>. Acesso em: set. 2022.

ZERLOTINI, Viviane; PENNA, Alícia Duarte; BITTENCOURT, Eduardo Moutinho Ramalho; LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. Como Projetar com Pessoas que Vivem em Áreas Socialmente Vulneráveis? *Cadernos de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*, v.18, n.1, jan-jul 2018. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/view/2018.1.Zerlotini/7220>. Acesso em: jun. 2022.

ZERLOTINI, Viviane; CANUTO, Júlia Fernandez; OLIVEIRA, Ana Clara Souza de. A linguagem como instrumento de comunicação nos processos de assessoria técnica direta. In: *Extensão PUC Minas – Reconfiguração de saberes, fazeres e querereres*. Ev'Ângela Batista Rodrigues de Barros (org.). Belo Horizonte: PUC Minas, p.87-97, 2020.

**APÊNDICE A – Tabela 3: Análise comparativa das diferentes abordagens teórico-  
metodológicas**

**Tabela 3:** Análise comparativa das diferentes abordagens teórico-metodológicas

Referência no mapa	Discussão geral do texto	Definição do Lumes	Objetivos do Lumes	Desdobramentos do Lumes e outras articulações teórico-práticas
PDDI, 2011	O Volume 4 do PDDI apresenta a descrição do Programa de Mobilização Social para Implementação do Plano Metropolitano: LUMEs - Lugares de Urbanidade Metropolitana.	Os Lumes seriam escritórios locais de monitoramento e retroalimentação do Plano Metropolitano. Deveriam possuir uma estrutura mínima (sala, computador e um funcionário responsável), e serem implementados como equipamentos sociais.	Função de um banco de dados, que tanto colhe quanto oferece dados sobre o Plano, organizando e difundido o conhecimento produzido e garantindo a participação dos vários agentes metropolitanos.	Projetos integrantes do programa: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto de Comunicação Social: difusão de informações acerca do planejamento em uma linguagem acessível (mídia digital e impressa);</li> <li>• Projeto de Capacitação Técnica e Comunitária: formação da cidadania metropolitana através de cursos, seminários e oficinas dirigidas às demandas locais (integra-se aos projetos de extensão da UFMG);</li> <li>• Projeto de Acompanhamento e Controle Social: facilitação para que a sociedade civil organizada monitore a implementação do plano (agenda de programas e projetos).</li> </ul>



MONTE-MÓR, 2012	Apresenta a experiência do PDDI-RMBH como uma experiência nova e muito expressiva no planejamento metropolitano.	Apresenta o conceito de Lugar Metropolitano: “uma articulação entre as múltiplas escalas da RMBH a partir do entendimento do lugar como síntese [...]. Trata-se de espaço vivido e impregnado de densidade cultural, imagética, simbólica e histórica.” p.104	“[...] o Plano propõe a utilização do conceito de Lugar Metropolitano com o objetivo de fortalecer a proposta de criação de <i>novas centralidades microrregionais intermunicipais</i> , além de intervir também na <i>construção e reconhecimento da identidade metropolitana.</i> ” p.104	É possível articular o Lumes na discussão da escala microlocal, que o autor aponta como uma das escalas trabalhadas no plano. “A menor escala urbana associada à vida cotidiana e à possibilidade da produção autônoma do espaço é a Escala Microlocal. É constituída por recortes espaciais passíveis de serem intensamente vivenciados no cotidiano. Esses recortes são, em ordem crescente de tamanho, a unidade habitacional, o quarteirão, o sub-bairro e o bairro. É a escala em que há maior possibilidade de interação política e de participação popular direta sobre as decisões que afetam o cotidiano, a qualidade de vida e a produção e regulação do espaço.” p.104
BERQUÓ, 2014	Lugares de Urbanidade Metropolitana < Programa de Mobilização Social para Implementação do Plano Metropolitano < Política de Democratização dos Espaços Públicos < Eixo Urbanidade	Promovendo a articulação social e pretendendo-se construir um trabalho coletivo e um sistema autogestionado, os Lumes seriam fonte de indicadores para as políticas e ações do PDDI-RMBH.	“Os LUMES, enquanto Lugares de Urbanidade Metropolitanos pretendem constituir locais dinâmicos, vividos, nos quais seria possível experimentar e comunicar a diferença e a pluralidade urbana. Representariam, assim, importantes instrumentos para que a implantação do Plano seja feita de maneira	Os Lumes seriam espaços de valorização e manifestação da cultura cotidiana. Ainda que seu objetivo inicial era a construção desse banco de dados dinâmico, os Lumes já pretendiam abrigar “atividades de extensão universitária e ações culturais de atores coletivos e institucionais.” p.6

			participativa e integrada, de maneira coerente com a diversidade e as especificidades locais dos vários territórios metropolitanos.” p.12	
ROCHA, 2015	O texto é uma apresentação dos resultados do trabalho: Mapeamento da Identidade Cultural da RMBH, onde o grupo pesquisou o perfil cultural da RMBH, e contribuiu para a elaboração de um guia e a criação de um mapa colaborativo online.	O Lumes surge a partir do desejo de fortalecimento de uma rede de centralidades ampliada, uma área urbana acessível com concentração diversificada de emprego, comércio e serviços, além de equipamentos de cultura e lazer.	Identificar os traços identitários comuns e difundir o conceito de cidadania metropolitana; ferramenta de planejamento metropolitano; espaços físicos e virtuais de troca de informações e divulgação; levantamento de dados junto às prefeituras; envolver os diversos agentes públicos e privados; estabelecer uma rede de troca de informações; ampliar e fortalecer a participação da universidade e da sociedade civil; implantar uma extensão acadêmica, destinada aos alunos da UFMG, como uma espécie de internato metropolitano.	O Lumes vinculou-se, nesse período, às discussões do Macrozoneamento RMBH (2014). A equipe dos Lumes realizou visitas de campo para levantar informações que caracterizavam os municípios e sua identidade cultural. O principal produto desses trabalhos é a matriz do perfil cultural dos municípios metropolitanos, que embasou a elaboração posterior do guia. Os trabalhos entre sociedade civil, universidade e prefeituras possibilitou a implantação de projetos pilotos (Lumes físicos) em Vespasiano e Ribeirão das Neves.

LIBÂNIO, 2016	Apresenta o Lumes no PDDI e sua articulação com a universidade.	A perspectiva do Lumes é a cidadania metropolitana. Considera o planejamento como um processo de aprendizagem social. Um processo de troca e convergência de saberes – científico e do senso comum.	A UFMG começou a implementar o programa Lumes, para organizar e disseminar informações e conhecimentos sobre a produção do PDDI, garantindo participação e integração de diferentes agentes.	O Lumes pretende contribuir para o planejamento metropolitano a partir da consolidação da pesquisa e extensão com a Universidade. Desenvolvimento de três projetos: <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Lumes virtual</li> <li>2. Lumes territoriais</li> <li>3. Internato metropolitano</li> </ol>
MONTE-MÓR, 2016	Os autores entendem o PDDI como uma experiência inovadora, principalmente por buscar a construção de um processo de planejamento, contínuo e democrático, que apresente uma abordagem transdisciplinar, a partir de uma leitura crítica do território e de uma cooperação entre governo e universidade.	Os Lumes se inspiraram no programa Pontos de Cultura criado pelo então Ministro da Cultura do governo Lula, Gilberto Gil, em 2004, que “criou uma rede de localidades para promover a cultura popular, desde residências a organizações comunitárias, como ‘pontos de do-in para ativar o corpo social do Brasil’ (Gil, 2003).” p. 1142	Os Lumes “são um dos mecanismos que se tem tentado como um novo processo local e metropolitano de participação permanente e engajamento dessas populações. [...] representa um tentativa de incluir o mundo acadêmico – professores e estudantes universitários – dentro do processo de planejamento metropolitano de Belo Horizonte.” p. 1142	Os Lumes também “focam no fortalecimento de grupos culturais que tentam criar oportunidades em economia social, popular e solidária, experiências de agroecologia urbano-rural e outras formas de organização comunitária para a produção e consumo.” p.1143.  Em 2017, as ações da disciplina ofertada na Escola de Economia foram voltadas para o apoio à equipe da UFMG que estava envolvida na revisão dos Planos Diretores de onze municípios. Para esse trabalho, foram criados os Espaço do Plano Diretor (físico e virtual), e esperava-se que esses lugares se tornassem Lumes após o término do processo de revisão, abrindo desse modo, caminho para o compromisso constante da universidade.

SOSA, 2017	A autora entende que não existe um modelo para os Lumes e que cada um depende do contexto no qual ele está inserido, das características locais, da comunidade envolvida. Para a autora, os Lumes, ao permitir a participação na escala do “espaço vivido”, garante uma melhor participação cidadã e consequentemente uma melhor qualidade de democracia.	Entende os Lumes como uma articulação entre as reflexões críticas do planejamento e as práticas transformadoras da práxis.  “[...] é uma política urbana que permite fazer uma leitura (dialética) das escalas: como projeto de impacto metropolitano assentado na escala local e como projeto de impacto local assentado na escala metropolitana.” p.6	Reforça o objetivo do programa Lumes na construção de uma identidade metropolitana, gerada a partir do fortalecimento de identidades locais.	Experiências dos Lumes: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaço físico: bibliotecas e telecentros;</li> <li>• Espaço virtual: portal web, sistemas de informações, mapeamentos colaborativos;</li> <li>• Itinerante: criação de redes de trabalho, internato metropolitano, guia metropolitano.</li> </ul> <p>“[...] sempre concebidos como espaços articuladores entre diversos atores: agentes políticos, gestores públicos, sociedade civil, universidades, movimentos sociais, conselhos etc.” p.13</p>
FERRARI, 2017	Lumes: disciplina que é utilizada como instrumento para uma formação mais crítica e pragmática da prática universitária nas comunidades do território metropolitano. Discute sobre a extensão universitária, instituída como Artigo 20 da Lei Básica da Reforma Universitária (Lei n. 5.540/68), e que determina a aproximação das	O trabalho aborda a implementação dos Lumes a partir de 2016 como uma disciplina aberta a toda a comunidade da UFMG, a partir da grade curricular do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo: <i>Oficina Multidisciplinar: Os LUMEs e a prática do planejamento metropolitano</i> . A partir de 2017 tornou-se também projeto de extensão.	A disciplina baseia-se na noção de aprendizado mútuo de Friedmann (1993).  “Os alunos são convidados a abandonar a visão tecnicista tradicionalmente presente nas práticas de planejamento e também nas práticas acadêmicas, propondo uma nova forma, onde o conhecimento tenha relação com os lugares em questão, seu	Sistematização de como se deu a disciplina: “[...] algum ator da comunidade local entra em contato com os professores e voluntários envolvidos com o Projeto e, a partir de reuniões de discussão, são apresentadas as demandas dos grupos, bem como sua história, ideais e intenções. A disciplina contribui de forma diferenciada para cada uma dessas demandas, respeitando os limites e potencialidades levantados. Nessa troca são desenvolvidas propostas de ações para potencializar os grupos no sentido de sua maior

	<p>instituições de ensino superior e a comunidade. A Constituição de 1988, em seu Artigo 207, vai reforçar o caráter indissociável entre os três pilares: Ensino, Pesquisa e Extensão.</p>	<p>“as aproximações conquistadas ao longo do tempo tem demonstrado, cada vez mais, o papel importante da Universidade junto aos movimentos sociais nas lutas por justiça social, inclusão, moradia, diversidade, dentre outros.” p.4</p>	<p>cotidiano e seus atores.” p.7</p>	<p>consolidação e inserção nas discussões sobre as questões locais e metropolitanas.” p.8</p> <p>Recursos: recursos reduzidos, apoio no deslocamento, ações a partir de materiais doados e mão de obra voluntária dos alunos, moradores e colaboradores.</p>
LIBÂNIO, 2017a	<p>Aborda a experiência piloto dos Lumes em 5 municípios (Vespasiano, Matozinhos, Esmeraldas, Ribeirão das Neves e Raposos) e a proposta de implantação dos Lumes nos 11 municípios (Baldim, Caeté, Capim Branco, Itatiaiuçu, Juatuba, Mateus Leme, Nova União, Rio Manso, São Joaquim de Bicas, Sarzedo e Vespasiano) da Revisão dos Planos Diretores (espaço do Plano Diretor).</p>	<p>Os Lumes “assumem formatos e dimensões variadas, segundo o perfil de cada território, suas demandas, parceiros potenciais e processo de construção das intervenções.” p.34</p> <p>Suas contribuições estão principalmente em ampliar a voz dos cidadãos sobre as decisões acerca de seu território; fomentar a prática de discussão política nos municípios; provocar um sentimento de pertencimento ao território.</p>	<p>Aborda o Lumes dentro do PDDI, como um espaço para difundir informações e conhecimentos produzidos na implantação do Plano Metropolitano.</p> <p>“O programa atua transcendendo os limites municipais e articulando as diversas escalas de poder no território. Busca, no final, ir mais fundo nos mecanismos e processos de participação, integração, cooperação e articulação supramunicipal, e romper com os processos de pseudoparticipação no planejamento metropolitano.” p.42</p>	<p>As principais linhas de ações do Lumes, desde 2014, estão relacionadas às demandas sociais e culturais das localidades. Desenvolvimento do Mapa da Identidade Cultural e do Guia Metropolitano por meio de visitas de campo, realização de entrevistas e aplicação de questionários de forma online: mapeou-se organizações sociais e associações ativas, conselhos, projetos, calendário de festas locais, artistas, etc. Segundo a autora, este estudo ajudou a compreender e tratar o perfil de formação histórica e principalmente a identidade cultural da RMBH, disseminando as rotas culturais, ambientais e turísticas, ou seja, os pontos de interesse de urbanidade metropolitana na RMBH.</p>

LIBÂNIO, 2017b	Discute as possibilidades de atuação do Lumes e apresenta algumas das experiências que aconteceram até então.	O Lumes foi iniciado como forma de organizar e difundir informações sobre o PDDI-RMBH. Se estruturam e atuam em três dimensões. Primeira dimensão: presencial e física; instalação de espaços Lumes nos municípios. Segunda dimensão: virtual; difusão dos dados e construção de mapas colaborativos. Terceira dimensão: itinerância e articulação interescolar; realização de cursos, processos formativos e oficinas.	As experiências dos Lumes têm o foco na mobilização e participação popular no planejamento e nas políticas públicas. “Mais que deter-se na conceituação teórica ou construção de um projeto de cidade ideal, faz-se importante pensar, em termos práticos, como avançar em busca da garantia do direito à cidade e do enfrentamento da segregação socioespacial nas metrópoles contemporâneas.” p.198	Apresenta três ações: 1) Mapa da identidade cultura e guia metropolitano: levantamento de dados em campo e online, questionários e entrevistas semiestruturadas. Construção de um mapa interativo da identidade cultural da RMBH no site do PDDI e publicação do Guia Cidadania e Identidade Metropolitana na RMBH. 2) Extensão universitária e internato metropolitano: disciplina da UFMG em formato de oficina multidisciplinar, com carga horária dividida entre conteúdos teóricos e ação prática. Os alunos realizam pesquisas de campo, ações de planejamento compartilhado e intervenção urbana junto com os moradores e instituições de cada território. 3) Revisão dos Planos Diretores: participação do Lumes no grupo de acompanhamento e a implantação do Espaço Plano Diretor (ações de mobilização comunitária).
SOSA, 2018	Apresenta as ações dos Lumes propostas em disciplinas como estudos “que propõe uma visão ‘de baixo para cima’ ( <i>bottom-up</i> ) do planejamento e como a concretização do	A hipótese da autora é que um programa de política pública como o Lumes pode contribuir no processo de formação e reforço da identidade metropolitana. Lumes como um	A autora defende que os espaços propostos no contexto do Lumes “apresentam-se como potenciais promotores da formação de identidades locais; [...] promovem uma	Disciplinas ofertadas na EA UFMG: “Oficina Multidisciplinar: Os LUMES e a prática do planejamento metropolitano” 1º/2016 “Oficina Multidisciplinar: Construindo

	discurso de aprendizado mútuo, ao ter a capacidade de incorporar o conhecimento local na construção de políticas metropolitanas.” p.66	instrumento para a construção de uma identidade social metropolitana, senso de pertencimento.	participação social mais engajada quando ligados às tomadas de decisão vinculadas aos espaços do cotidiano”. p.15  Isso possibilitaria, segundo a autora, ir além das demandas iniciais e vislumbrar processos que levem à politização e aproximação com o sistema político-administrativo.	os Lugares de Urbanidade Metropolitana (LUMEs)” 2º/2016  “Oficina Multidisciplinar: Os LUMEs no planejamento metropolitano compartilhado” 1º/2017  “Formação em Extensão Universitária: Práticas de Cidadania Metropolitana” 2º/2017  Experiências: o LUME Espaço Cultural Casulo em Ribeirão das Neves; o LUME Parque Municipal Barroco em Matozinhos; a Feira Saia da Linha em Vespasiano.
FERRARI, 2018a	O texto objetiva relatar a experiência da disciplina Lumes na Escola de Arquitetura. Temas trabalhados: cultura, cidadania, meio ambiente, política, entre outros.	A disciplina Lumes busca uma experiência de aprendizagem onde tanto os alunos como a comunidade realizem práticas que “os capacitam a se organizarem para atingir os objetivos comunitários e aprendem por meio de uma melhor compreensão da vida cotidiana e das relações sociais a ela circunscritas.” p.1574	As diretrizes metodológicas e formas de trabalho se ajustam as demandas e necessidades.  “A ideia era aprofundar a prática do conhecimento compartilhado a partir de uma maior proximidade entre os atores. Com isso, alunos e professores envolvidos diretamente no cotidiano do município poderiam acumular um conhecimento impossível de ser alcançado apenas pelo viés teórico.” p.1575	Durante o 2º/2017 a disciplina incluiu em sua carga horária três experiências de imersão em Raposos, o que caracterizavam 60% da carga horária da disciplina (36h). Ainda assim, as autoras destacam alguns obstáculos: manter as redes construídas nas experiências; conseguir um compromisso responsável de todos os envolvidos que garanta o prosseguimento das ações; poucos recursos destinados à extensão; calendário acadêmico que dificulta um maior compromisso por parte dos alunos.

FERRARI, 2018b	Reforça o papel do Lumes para alcançar um dos “objetivos centrais do planejamento metropolitano, tal como pensado desde o PDDI/RMBH, [que] é a construção de sujeitos do planejamento, em lugar de objetos do planejamento, ou seja, um planejamento para a emancipação e desalienação.” p.233	A disciplina foi criada como oportunidade para se “identificar potenciais Lumes, ou seja, lugares que pudesse promover discussões sobre o planejamento urbano, cidade e metrópole, envolvendo cidadãos, universidade e poder público num esforço conjunto.” p.236	“[...] Mesmo não estando alinhadas diretamente a alguma temática de planejamento (as demandas vinham de áreas ligadas à cultura, ao meio ambiente, à geração de renda, dentre outras), essas parcerias possibilitaram a construção de ações compartilhadas, práticas socioculturais ou intervenções integradas de urbanismo colaborativo e que se traduziram em experiências inovadoras, modificando e ampliando a ideia inicial do projeto.” p.236	Apresenta os desafios das trocas cotidianas promovidas pelas interlocuções promovidas na disciplina: “Ou seja, quando algumas barreiras são quebradas e as relações passam a acontecer em ambiente menos hierarquizado as dificuldades para se alcançar os consensos tendem a aumentar, assim como as polarizações.” p.238.
----------------	--	---	---	---



LIMONAD, 2018	Discutem como superar as desigualdades promovidas pelo desenvolvimento técnico-científico. A hipótese seria a partir de uma ação que contribua para a emancipação social e política. Trazem o trabalho do PDDI como uma prática social transformadora.	Segundo os autores, o PDDI se estrutura a partir de duas vertentes principais: a TVA e os Lumes.  “Os Lumes [...] vêm sendo implementados desde 2013 através de múltiplas ações articuladas da Universidade Federal de Minas Gerais com organizações e espaços comunitários dos municípios metropolitanos – bibliotecas públicas e privadas, centros comunitários, associações e movimentos populares.” p.15	Expandir as bases de informação para um planejamento participativo e a construção do sentido de cidadania metropolitana, ativando ações coletivas que possam contribuir para a implementação de políticas públicas. Procura-se apostar no papel e na legitimidade da universidade em seu envolvimento com a sociedade.  “O objetivo final é criar um Estágio Metropolitano regular, isto é, um processo permanente de ensino e extensão que garanta aos estudantes de graduação de diversos cursos a possibilidade de trabalharem diretamente nos Lumes, dando apoio aos vários grupos” p.16	Entendem que os Lumes funcionam enquanto um meio de instrumentalização e formação de estudantes e técnicos e também servem de meio de emancipação social e de conscientização cidadã, através das ações implementadas localmente. Reforçam que a continuidade das ações depende também da intencionalidade e abertura do Estado para uma participação social ampla.
---------------	--	---	--	---

LIBÂNIO, 2019	Apresenta a realização de projetos-piloto Lumes em cinco cidades (Esmeraldas, Matozinhos, Raposos, Ribeirão das Neves e Vespasiano) e o acompanhamento do processo de revisão dos Planos Diretores Municipais em 11 cidades.	Os Lumes “Assumem formatos e dimensões variados, de acordo com o perfil de cada território, suas demandas, parceiros potenciais e processos de construção das intervenções.” p.2	Objetivos dos Lumes: - contribuir para a disseminação do conceito de cidadania metropolitana; - promover o diálogo e a cooperação entre os agentes metropolitanos; - fortalecer a governança metropolitana; - contribuir para a construção da autonomia e da emancipação social; - formar os alunos na temática interdisciplinar do planejamento metropolitano; - trazer a linguagem do planejamento para o cotidiano dos cidadãos.	Ações Lumes: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Guia Metropolitano: visa mapear, conhecer e disseminar as rotas culturais, ambientais e turísticas, mas também, e principalmente, os pontos de urbanidade e de interesse metropolitano no território da RMBH;</li> <li>• Revisão dos Planos Diretores: grupo de acompanhamento e espaço do plano diretor (material desenvolvido: Cartilha do Plano Diretor – 2017);</li> <li>• Extensão universitária e internato metropolitano: quatro projetos de extensão PROEX UFMG aprovados (2013, 2015, 2016, 2018).</li> </ul>
FERRARI, 2019	Apresenta a ação de extensão possibilitada pela disciplina Diálogos Metropolitanos, da Escola de Arquitetura, no município de Raposos. A disciplina é vinculada ao projeto de extensão Lugares de Urbanidade Metropolitana, na qualidade de módulo de formação em extensão.	Um dos desdobramentos dos Lumes, a disciplina ofertada na EA é vinculada a um projeto de extensão e pode ser cumprida como eletiva, formação complementar ou outra categoria diferente das disciplinas obrigatórias. Possibilita a experiência de um número mais ampliado de discentes, inclusive de períodos e cursos diferentes.	Os objetivos dessa articulação entre a disciplina e o projeto de extensão está em obter maior disponibilidade de recursos; possibilitar a integralização de créditos para os alunos; planejar a atuação em apenas um município (aquele que oferecesse condições para a realização da imersão).	A disciplina proporciona a imersão (diferente dos trabalhos de campo, já comuns nos cursos de arquitetura e urbanismo). A imersão é uma oportunidade de contato mais ampliado com a população local. A experiência de imersão ocorreu em três momentos (2017/02/; 2018/01; e 2018/02): se optou por uma escala mais reduzida, na comunidade da Várzea do Sítio (localidade da Casa de Gentil). As ações buscaram por

		Essas ações se referem a um período pós disciplina 'Construindo os Lugares da Urbanidade Metropolitana (LUMES)' (2016/01; 2016/02; e 2017/01).	“Os relatos que trazemos para esta discussão são frutos das experiências firmadas entre o Projeto 'Práticas de Cidadania Metropolitana' (a partir da disciplina/módulo de Formação em Extensão - Diálogos Metropolitanos) e uma Organização da Sociedade Civil (OSC) de nome Casa de Gentil, localizada no município de Raposos-MG, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).” p.10	viabilizar formas mais compartilhadas de trabalho, considerando que as demandas locais deveriam estar em sintonia como os desejos e possibilidades do grupo.
FERRARI, 2020	Discute o projeto de extensão “Construindo Lugares de Urbanidade Metropolitana” que buscou maneiras de dar continuidade às ações com a comunidade de Raposos, parceira desde 2016, ainda que em contexto do isolamento social imposto pela pandemia da Covid-19.	Os Lumes ampliados em ações do projeto de extensão:  “Ou seja, a ação compartilhada associada ao conhecimento de todos os envolvidos como forma de transformação social. Alinhadas a esse princípio, as disciplinas extensionistas vinculadas ao projeto incentivam ações pactuadas entre todos os envolvidos (comunidades parceiras e	Os objetivos principais da imersão são a aproximação dos estudantes com a realidade local e a execução de ações em conjunto com a comunidade.  “A permanência nos locais - imersões - demonstrou ser uma potente forma de criação de vínculos efetivos e de proporcionar a compreensão da realidade local, além de	Atividades de imersão em Raposos a partir do 2º/2017. No 1º/2019, as atividades extensionistas passaram a discutir o tema da mineração e seus efeitos na cidade. No 2º/2019 o tema central foi então o Parque Nacional da Serra do Gandarela, e a ação desenvolvida foi uma travessia de cerca de 70km, que saía de Raposos e alcançava o município de Ouro Preto, durante 4 dias de imersão.

		academia) apostando sempre no compartilhamento como opção de trabalho.” p.157	oportunidade de aprendizado e crescimento pessoal para todos os envolvidos e, portanto, não pode ser substituída. As atividades extensionistas remotas são, assim, uma medida de caráter temporário, impulsionadas por condições extremas e inéditas, mas que podem ser incorporadas à prática extensionista como apoio às atividades presenciais.” p.172	
FERRARI, 2021a	Como referencial teórico, discute o histórico da extensão universitária e os vieses assistencialista, paternalista e o compartilhamento. Como estudo de caso, apresenta o desenvolvimento do projeto de extensão <i>Construindo Lugares de Urbanidade Metropolitana</i> (visitas de campo e imersões) e seus desafios frente a pandemia.	Reforça a importância da imersão dentro das ações do projeto de extensão.  “As imersões potencializaram de modo significativo os diálogos estabelecidos, amenizando barreiras entre estudantes da UFMG e moradores a partir da vivência no cotidiano dos territórios parceiros. É importante destacar também o modo como a experiência de imersão possibilitou o estreitamento dos vínculos com a comunidade local e	Nesse formato proposto pela disciplina, é possível observar os objetivos dos Lumes.  “A travessia, prática inovadora no âmbito do projeto, objetivou a compreensão, por parte do grupo de caminhantes (discentes, docentes, moradores e ambientalistas), da importância dessa reserva, bem como das disputas em torno de seus recursos naturais, especialmente do minério de ferro e da água,	Disciplina de formação transversal de caráter extensionista (2020) <i>Trama Verde-Azul: interface entre planejamento e projeto no Parque Gandarela</i> . Nessa disciplina ocorreram encontros remotos com moradores de Raposos, Morro Vermelho (distrito de Santa Bárbara) e André do Mato Dentro (distrito de Caeté). Evento online “Travessia do Parque Nacional da Serra do Gandarela”.

		<p>rendeu trocas valiosas em atividades para além da disciplina. A percepção foi de que o trabalho coletivo e em torno do mesmo objetivo fortaleceu laços que ultrapassaram a universidade e se tornaram mais permanentes.” p.134</p>	<p>tudo isso com uma abordagem prática, em contato com o ambiente e (geo)ecossistemas da região e com as comunidades que ali habitam. A travessia foi realizada dentro do Parque, num percurso entre Raposos e Ouro Preto (aproximadamente 70 km), entre os dias 14 e 18 de agosto de 2019.” p.137</p>	
FERRARI, 2021b	<p>Abordam duas experiências extensionistas da Escola de Arquitetura, a fim de discutir as metodologias e as ferramentas de trabalho, e a sua capacidade de construir processos compartilhados.</p>	<p>Princípios norteadores das ações das experiências extensionistas dos Lumes: a realidade não é algo pronto, mas um contínuo processo de experimentação; perspectiva do sujeito ativo que constrói o conhecimento; criação de vínculos e relações de confiança. As autoras discutem a prática do compartilhamento, do encontro entre as demandas da população e os desejos do grupo acadêmico (alunos e professores).</p>	<p>Novamente, discorrendo sobre o formato de imersão, cujos objetivos corroboram com as ações dos Lumes. A permanência dos alunos permitiu a criação de uma relação de confiança de forma mais rápida. As trocas cotidianas também diminuem as barreiras existentes entre os saberes acadêmico e local. Aumento do envolvimento dos alunos com o contexto (social, cultural, econômico, político).</p>	<p>Parceiro dos Lumes em Raposos: Casa de Gentil (Rua Sergipe, Várzea do Sítio). O trabalho do grupo visa a mobilização do público jovem e infantil.  “A Casa de Gentil está oficialmente instalada na Várzea do Sítio desde 2012, voltada para a promoção de atividades ligadas à música e cultura dum modo geral, além do espaço de convivência para leituras, lazer e encontro.” p.462</p>

MONTE-MÓR, 2021	Retomam a concepção dos Lumes no PDDI, sobre expandir as bases de informação para um planejamento participativo e permanente. Discutem sobre os desafios do planejamento urbano frente as desigualdades e as crises urbanas. Nesse contexto, reforçam a importância da ampliação de direitos. “O direito à cidade sintetiza o direito à cidadania, à participação política, à festa e à cultura, ao poder e à riqueza coletiva, concentrados nas cidades, e hoje também, nas novas centralidades urbanas.” p.62	Adaptação dos Lumes às formas de organização já existentes nas comunidades. “Pretendia – e segue pretendendo, pois se encontra em andamento – ser um instrumento de mobilização permanente da sociedade e dos municípios para atuar na implantação das diretrizes e ações propugnadas pelas políticas, programas e projetos do planejamento metropolitano” p.59	Objetivos dos Lumes: consolidar o sentido de solidariedade e identidade metropolitanas, o sentido de pertencimento, o (re)envolvimento das populações com seus territórios. Também trabalhar na construção do conceito de cidadania metropolitana: sentir-se parte constitutiva de um território e de um espaço social mais amplo, pensar e contribuir para uma integração sócio-espacial mais eficaz.	A equipe dos Lumes trabalhou no sentido de propor, testar e consolidar metodologias de planejamento participativo e inclusivo. Projetos-pilotos dos Lumes: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ribeirão das Neves, em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura;</li> <li>• Matozinhos, com apoio da Câmara de Vereadores;</li> <li>• Vespasiano, através do espaço sociocultural Diadorim, uma organização da sociedade civil.</li> </ul> Existe a intensão de dar continuidade às ações do Lumes na UFMG através do Internato Metropolitano, tendo como objetivo a parceria e a colaboração permanente entre universidade e municípios.
COSTA, 2021	Discutem a contribuição da experiência do PDDI para a teoria crítica do planejamento no Sul Global. O envolvimento de professores e estudantes resultou em inovadoras metodologias de planejamento, considerado	“Os LUMEs também desempenhariam um papel importante na organização da participação e da informação em estreita associação com os municípios; na verdade, isso só aconteceu na fase seguinte, quando	A ação dos Lumes foi central para a metodologia adotada nos Grupos de Acompanhamento durante a revisão dos Planos Diretores. Formado de 12 a 16 membros, metade do poder público e metade representantes da sociedade civil, o GA se	Apresentam uma breve cronologia dos Lumes: um grupo de mobilização social organizava os seminários e produziam discussões teatrais sobre os conceitos e as propostas do planejamento. Criação dos Lumes com a inclusão de práticas em dois cursos (Arquitetura e Economia). Após a entrega do PDDI, iniciou-se a

	um grande processo participativo.	desenvolvemos os Planos Diretores locais.” p.49	reunia no espaço chamado Espaço do Plano Diretor, cedido pela prefeitura. Esse grupo era permanentemente assistido por técnicos da UFMG. Esses espaços, pretendia-se, seriam Lumes. Um local de acesso público, para informar a população sobre todo o processo.	revisão de 11 Planos Diretores de municípios da RMBH.
--	-----------------------------------	---	--	---

Fonte: elaborado pela autora, 2022

## APÊNCIDE B – Formulário elaborado para realização da pesquisa

Entrevista abril – 2022

Pesquisa: Processos participativos no planejamento metropolitano: os LUMEs como método colaborativo

Discente: Caroline Cristiane Rocha

Orientador: Roberto Luís de Melo Monte-Mór

Olá, estou realizando minha pesquisa de mestrado a respeito dos LUMEs, discutindo como a extensão universitária pode contribuir para processos de planejamento urbano mais colaborativos, junto à comunidade. Gostaria muito de conversar com você a respeito da sua experiência com o LUMEs. Nesse documento utilizo o questionário elaborado pela professora Junia Ferrari que tem o objetivo de levantar, de forma qualitativa, qual foi o impacto das ações dos LUMEs na formação dos alunos. Suas respostas serão inseridas de forma integral no texto da minha dissertação. Agradeço muito sua participação!

### PARTE 1

Nome completo:

Contato email/ telefone:

Qual sua área de atuação (ou curso):

Como você participou do projeto?

- Aluno
- Parceiro
- Professor
- Morador
- Outros

### PARTE 2

- Em qual ou quais semestres/ ano você participou do projeto?

- Em qual ou quais municípios você trabalhou?

- Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)



### PARTE 3

- Conte como foi a experiência (as ações realizadas, os parceiros envolvidos, as dificuldades encontradas, etc.).

- Em relação à sua vida acadêmica, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha de outras disciplinas extensionistas, modificação na percepção do curso de modo geral, aprofundamento em temáticas socio-ambientais, etc.)

- Em relação à sua vida profissional, como você acha que a experiência de extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha da forma de atuação profissional, se a pessoa passou a estar envolvida com trabalhos voluntários, etc.)

- Em relação à sua vida como cidadão, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: modificação da sua percepção dos espaços e a sua relação com as pessoas, influência na construção dos seus valores e na noção dos direitos dos cidadãos, mudança da percepção das questões sociais, se passou a realizar alguma atividade de cunho social, etc.)

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto (ou disciplina)?

- Você participaria de novo do projeto (ou disciplina)? Justifique sua resposta.

- Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto (ou disciplina)?

### PARTE 4

Você autoriza ser citado caso essas informações sejam publicadas?

- Sim, autorizo utilizar meu nome
- Sim, anonimamente
- Não

## APÊNDICE C - Entrevistas realizadas pela autora<sup>40 41</sup>

### Entrevista 1

#### Juliano de Azevedo Fernandes – bacharel em Ciências Econômicas

*Entrevista realizada via videochamada no dia 26/04/2022.*

#### Caroline

Estou fazendo a minha pesquisa de mestrado sobre o Lumes e gostaria de discutir com você um pouco sobre como é a extensão e como ela pode contribuir para um planejamento urbano mais colaborativo. Para isso, me conte qual o seu curso e como você conheceu e se relacionou com a disciplina.

#### Juliano

Eu me formei em Economia em maio de 2021 e **participei do Lumes no segundo semestre de 2019**. Eu conheci o projeto pela grade do curso, vi que era uma disciplina extensionista, mas me matriculei sem saber exatamente o que era o Lumes e foi muito legal.

#### Caroline

E com qual município você teve maior contato durante a disciplina?

#### Juliano

No meu semestre eram 3 municípios: Nova União, Matozinhos e Vespasiano. O município que desenvolvemos o projeto foi **Vespasiano, com a Biblioteca Diadorim**, que acho que foi uma das primeiras a participar do Lumes. A grande proposta era desenvolver a urbanidade dentro de alguns polos, de algumas regiões diversas, e escolhemos trabalhar em Vespasiano.

#### Caroline

Como foi sua experiência com o município de Vespasiano e os parceiros?

#### Juliano

---

<sup>40</sup> A publicação dos nomes dos entrevistados foi autorizada e está registrada nos formulários originais enviados ou nas gravações realizadas.

<sup>41</sup> Os destaques em negrito correspondem a trechos que influenciaram diretamente na análise desenvolvida no capítulo 2.3 desta dissertação. Das 16 respostas obtidas, 11 foram respondidas por alunos e 5 por parceiros.

Uma característica do curso é que é uma matéria para dois ou três colegiados diferentes, então tem **pessoas de diversos cursos**. Isso influencia bastante nos projetos. O meu grupo era formado predominantemente por **alunos de administração pública e economia**, então as soluções que a gente propôs eram voltadas para o meio administrativo-econômico. Um ponto interessante do Lumes é que a disciplina é uma construção, com início, meio e fim, então primeiramente  **você entende o contexto, a cultura do lugar e, a partir daí, propõe atividades de melhoria que pudessem fomentar o desenvolvimento urbano naquele lugar**. Tivemos um momento bacana para conhecer a Diadorim, que foi muito interessante, por ser um projeto cíclico, ou seja, acontecia todo semestre, desenvolvemos um projeto do zero. O grupo anterior teve ações mais voltadas à saúde mental, já o meu grupo buscou **meios de fomentar a economia da região do bairro da Diadorim**. Então essa dinâmica de cursos diferentes influencia muito no projeto.

Nossa ideia foi a seguinte: entendemos que **na região da Diadorim existiam vários pequenos comerciantes, vários trabalhadores informais que atuavam na região**, mas que, de certa maneira, não existia um ecossistema de informação que fizesse com que os próprios vizinhos soubessem do que estava acontecendo ali dentro do bairro. Por exemplo, suponhamos que você teve um problema elétrico em casa, e na sua vizinhança tem um engenheiro eletricitista que você não conhece, mas que poderia te ajudar. Então vimos a **oportunidade de movimentar a economia através da troca de informação** entre pessoas ali dentro da comunidade.

**Caroline**

Quais as ações realizadas e as principais dificuldades enfrentadas?

**Juliano**

O Lumes é um projeto voluntário, então todo o recurso empregado é voluntário. Em cidades como Matozinhos e Nova União tinham conexões com prefeituras e instituições que talvez pudessem promover recursos maiores. Na Diadorim, **o principal desafio foi desenvolver praticamente um projeto com recursos zero**, pois a biblioteca é uma associação de voluntários, então não tínhamos recursos para utilizar e também não identificamos uma oportunidade/necessidade de captar recursos externos. Sempre existe a possibilidade de buscar parcerias e prefeituras, mas tentamos buscar soluções dentro da própria região, então acho que este foi o principal desafio, mas também um dos principais alicerces para a gente

desenvolver o projeto. Por ter praticamente recursos zero, nós precisávamos entender como o ecossistema e a economia funcionavam para tomar a melhor decisão possível.

Para isso, a comunicação entre o grupo precisou estar bem alinhada e o objetivo muito bem definido para que o esforço tivesse retorno, porque o resultado do projeto dependia diretamente disso. Foi muito importante **também bater de porta em porta e conversar com cada um para entender a realidade da região**, e entender a realidade dos membros da Biblioteca Diadorim e como funcionava a estrutura lá dentro, e o que a gente podia aproveitar. Utilizamos uma escola pública da região também para fazer uma parte da ação.

Desenvolvemos um **catálogo digital e físico com diferentes serviços e uma descrição breve dos mesmos, com o contato das pessoas**. Tivemos, também, um workshop de empreendedorismo na escola, ou seja, divulgamos esse workshop na região, primeiramente para as pessoas que iam participar do catálogo. A comunidade utilizou daquele espaço para divulgar o próprio trabalho e isso foi muito importante, por exemplo, teve o pessoal do bazar que foi, teve o pessoal da capoeira que foi. Também fizemos uma parceria com o pessoal da UCJ, da UFMG, para que eles pudessem participar do **workshop e passar algumas orientações, dando dicas sobre empreendedorismo**. A UCJ (Empresa Júnior da Faculdade de Ciências Econômicas) possui uma estrutura empresarial muito interessante, assim como um conhecimento sobre o tema empreendedorismo, mesmo que inicial, e eles foram parceiros na hora de transmitir esse conhecimento para as pessoas da região. Por exemplo, tivemos designer gráficos, pessoas da área da publicidade que já tinham o próprio negócio, mas tinham dificuldade de desenvolver. E o pessoal da UCJ foram responsáveis por escutar e oferecer ferramentas, soluções e dicas de como administrar o negócio, mesmo que do início.

### Caroline

No primeiro momento, vocês estavam entendendo a microeconomia da região, e no momento da ação apareceram empreendedores que precisavam de uma certa mentoria. Vocês sentiram que nesse momento do workshop, o público se ampliou? Foi um público novo?

### Juliano

Não sei se o termo “público novo” é correto, pois todo mundo era do bairro, e teoricamente as pessoas já faziam parte do nosso espaço amostral, do grupo que a gente queria atingir. Mas sim, foram pessoas que talvez não tiveram uma participação tão ativa no catálogo. Não

saberia dizer que todas as pessoas que participaram do workshop estavam no catálogo e vice-versa, porque tivemos esses diferentes momentos da ação.

### Caroline

Entrando numa parte mais subjetiva da sua experiência com a extensão, me conta um pouco em relação à sua vida acadêmica. Essa participação nessa disciplina extensionista mudou a sua vida acadêmica de alguma forma, ou mudou seu posicionamento dentro do seu curso de economia?

### Juliano

É um pouco difícil tentar mensurar isso, porque o semestre seguinte foi de pandemia, então não tive muito parâmetro de comparação, principalmente dentro do meio acadêmico, porque a estrutura das aulas foi interrompida, sendo pouco mais de 6 meses sem aula. Acho que isso influenciou indiretamente minha tomada de decisão, porque só fui tomar decisões acadêmicas 7 ou 8 meses depois e minha monografia já estava “engatilhada”. **O principal impacto do Lumes foi entender o posicionamento de uma instituição acadêmica dentro de uma comunidade**, pois a maioria das pessoas não têm compreensão disso. Um exemplo, é um aluno da universidade pública, ele não estuda de graça. Na verdade, é um investimento que o Estado está fazendo em educação. Então o Lumes foi **uma maneira de enxergar como posso retribuir para a sociedade o investimento que o Estado tem feito em mim**, o conhecimento que adquiri nesses anos. E o Lumes foi muito importante para que eu enxergasse a universidade assim, me ajudando **identificar a minha função social** como acadêmico de economia.

### Caroline

E na sua vida profissional, você acha que o Lumes teve alguma influência?

### Juliano

Teve sim. Hoje eu trabalho na Cervejaria AmBev, já estou lá há quase dois anos e meio, e desde o momento que eu entrei, de fato, para o mercado de trabalho, **o Lumes me deu repertório, me trouxe uma vivência importante no âmbito profissional**. Não é um trabalho remunerado, mas é um trabalho e um contato profissional importante, que além de ter gerado repertório, **me proporcionou um amadurecimento muito grande como um profissional**. Partimos de uma premissa de recursos zero, então foi **preciso se desafiar e se desenvolver**

para poder entregar uma solução que fosse palpável para a sociedade. Até hoje, no meio corporativo, entrevistas, e apresentações diversas, eu sempre falo do Lumes porque foi uma construção de repertório importante.

Um outro ponto muito importante do Lumes no âmbito profissional é a possibilidade de compreensão de uma unidade econômica minúscula, como um bairro, e **ter essa compreensão de uma unidade para poder ter uma compreensão de um todo**. Se não fosse pelo Lumes, talvez eu não teria conhecimento de como funciona a unidade econômica de um bairro mais afastado da região metropolitana. E isso teria um impacto quase direto no meu trabalho hoje. Porque, por exemplo, eu não ia ser capaz de desenvolver um plano de ativação de marca, para uma região x ou y que está com dificuldade de desenvolver uma marca por estar em uma região fora do meio urbano.

**Caroline**

O principal objetivo da disciplina e do projeto, é desenvolver essa urbanidade desses locais menores, para além de Belo Horizonte. E aí a gente também entra na questão da cidadania metropolitana. Eu queria saber de você como você se vê como um cidadão metropolitano a partir dessa experiência. Isso mudou sua visão como cidadão?

**Juliano**

Eu acho que mudou a minha percepção. Como meu curso era de Economia, o Lumes me ajudou a ter uma compreensão, mesmo que de cidadão, do funcionamento da economia de uma cidade, e **qual a minha participação como cidadão, como unidade social**, seja econômica ou não, dentro desse sistema coexistente. E o Lumes foi muito importante para que eu me identificasse como uma parte cidadã de um todo, que possui missões e deveres e que **precisa contribuir com o meio social para que ele se desenvolva**. É uma compreensão de que o desenvolvimento do meu bairro depende de mim também. Acho que a compreensão de cidadania foi o principal aprendizado.

**Caroline**

Por fim, o que você daria de sugestão para melhorar o Lumes e os projetos desenvolvidos na disciplina?

**Juliano**

A percepção que eu tive é que como os recursos são poucos no Lumes, e como é uma universidade federal, o máximo que podia ser feito já estava sendo feito. Tínhamos um ônibus para rodar nas cidades e já tinha um planejamento desse momento. Para que a disciplina se desenvolva, honestamente acho que não depende do que acontece dentro da sala de aula. Eu acho que é uma **conversa muito mais institucional, e é preciso recursos financeiros**. E esse trabalho que você está fazendo será uma ótima maneira de mostrar isso, não só para a instituição, mas para a sociedade acadêmica como um todo. Eu realmente acredito que para o Lumes, hoje, dentro do que é possível para ele se desenvolver, já se faz tudo que poderia ser feito. **O que pode ser melhorado seria um investimento maior em mobilidade, porque são cidades um tanto quanto longínquas**. Seria interessante que cada um dos grupos tivesse uma van para ir até as cidades, e isso gera até uma segurança maior. Eu tenho um pouco de dificuldade de falar como poderia ser melhor dentro do que já acontece, porque realmente, para melhorar, eu acho que a gente precisa de forças exógenas.

#### Caroline

Sobre essas relações institucionais que você citou, você fala de outras além da UFMG?

#### Juliano

Muitos alunos do Lumes eram da Fundação João Pinheiro, porque era uma grade aberta para uma outra instituição. E para ser bem sincero, o Lumes deveria ser uma matéria obrigatória para um aluno de administração pública. Porque é exatamente o momento em que **o aluno vai estar em campo, vivendo uma situação em um ambiente público em que ele precisa desenvolver uma solução, seja ela qual for, com recursos públicos**. Eu não consigo imaginar nada que pudesse melhorar que não tenha relação com mais investimento. Mas uma sugestão seria ter **uma teia de instituições**, até mesmo de ensino, em que a gente pudesse integrar com outras instituições, e trazer alunos, por exemplo do CEFET, não se limitando à graduação, podendo ser um projeto de extensão para o técnico, para os alunos do ensino médio, para que também eles possam desenvolver habilidades profissionais, integrando as diferentes instituições, como o IFMG também. Entrando no corporativo, o Sebrae possui iniciativas que talvez tangenciam o que o Lumes faz e que poderiam potencializar o projeto, com alunos também de ensino médio, com cursos específicos e afins.

## Entrevista 2

### Poliana Vasconcelos Dias – bacharel em Psicologia

*Entrevista realizada via videochamada no dia 04/05/2022.*

#### Caroline

Eu sou a Caroline, faço mestrado na arquitetura e minha pesquisa é sobre o Lumes. Quero discutir como a extensão pode contribuir para um planejamento mais participativo, mais colaborativo, e como isso tem que nascer durante a formação dos planejadores, seja na área da economia, da administração pública, da arquitetura. E aí, eu queria saber um pouquinho de você, como você conheceu o projeto, qual a sua área, e como você se encaixa nisso tudo?

#### Poliana

Eu sou da psicologia, não tinha nada a ver com a área de vocês, mas acho que no final, tudo se encaixa. Mas eu fiz quatro períodos de arquitetura, e depois fui mudando o meu caminho para a psicologia. Meu primeiro contato com o Lumes foi na minha cidade mesmo, eu moro em **Vespasiano**, e tenho um amigo que é psicólogo e ele já tinha esse contato com o pessoal do Lumes por conta da Diadorim, que é uma biblioteca comunitária que já fechou. **Eu tive contato com o pessoal do Lumes em um dos encontros que aconteceu no meu bairro, e eu fui buscar saber do que se tratava.** Eu já estava no início da minha vida acadêmica na UFMG, e achei muito legal, primeiro por ser um projeto que eu não conhecia, por ser novo. Até então, eu só tinha tido contato com projeto de extensão na área de educação e algumas coisas da psicologia mesmo. Eu achei interessante porque era um projeto que não tinha nada a ver, nem com a educação, nem com a psicologia, e estava olhando para a população da região.

O projeto de extensão do Lumes foi de **janeiro a dezembro de 2019**, basicamente um ano. No projeto tinha três cidades, sendo elas Vespasiano, Matozinhos e Nova União, e como **eu já estava envolvida em Vespasiano**, eu fiquei por lá, pois na época ainda morava lá. Eu achei ótimo participar porque já era um público que eu estava acostumada, já conhecia o pessoal da região e aí veio a demanda, e não foi nada forçado a ser voltado para a psicologia. Alguns meses antes da gente apresentar a proposta para a população, um grupo de alunos de uma escola lá da região, onde eu estudei, chegaram até o Bruno, que é o meu amigo psicólogo e falaram que precisavam de uma ajuda, pois estavam tendo muitos casos de automutilação e suicídio entre os jovens da escola. E aí quando a gente foi reunir com a comunidade, a gente



chamou as pessoas para participar e acabou que apenas **os meninos da escola apareceram, super empolgados. E a gente resolveu seguir por esse caminho, de fazer o projeto mais voltado para eles**, entender qual seria a rede de apoio. Em seguida, entramos mais na demanda do Lumes, de entender como era essa dinâmica de planejamento da região e do município. **Fomos correndo atrás do CRAS e de tudo que pudesse ajudar nessa rede de apoio.** A direção da escola também foi um apoio, eles disponibilizam uma sala para os alunos se encontrarem e se organizarem.

### Caroline

E aí o movimento ganhou força com outros parceiros, certo? A Biblioteca Diadorim tem alguma relação com essa escola?

### Poliana

Não, ela é uma biblioteca independente que sempre esteve aberta para a população como um todo. Mas eu acho que o ambiente que eles tinham mais contato era onde aconteceu o último encontro, que é o CEU, um centro de convenções, que funcionava como uma biblioteca também, mas também funciona como um ponto de encontro desses jovens, e a prefeitura toma conta, tem pessoas que ficam lá, disponíveis para eles.

Mas o que percebemos nesse movimento é que falta muito esse apoio psicológico na escola, que é super importante, mas infelizmente a gente não encontra em escolas públicas. É importante falar que **a escola está em um bairro periférico** que recebe alunos do fundamental e médio, e são alunos de todas as esferas. É uma escola que sempre foi muito marcada e rotulada como se tivesse os piores alunos e é muito triste porque eles vão tomando posse daquilo, e acaba virando uma bola de neve.

**Durante um período (1º/2019) fizemos esses encontros com os meninos da escola.** Como não tinha formação ainda, não podia auxiliar como psicóloga, eu ia como uma parceira do programa. Tínhamos uma sala onde os meninos se reuniam, e eles faziam cartazes de prevenção ao suicídio, tentando dar uma força e passar uma mensagem do tipo “você não está sozinho”.

### Caroline

Quando você fala “os meninos”, você está falando dos alunos da própria escola ou do grupo da disciplina do Lumes?

### Poliana

Teve esse grupo de jovens que iniciaram o projeto de “resgate” e trouxeram a demanda para a disciplina. Eles iniciaram o projeto, e tinham esse apoio da escola, mas quando a direção da escola mudou, não disponibilizaram mais a sala. Na época eles ficaram bem abalados com a notícia e teve que acabar. Teve um movimento de tentar continuar, mas não funcionou e eles acabaram desanimando. E um desses meninos do grupo acabou cometendo suicídio logo depois que acabou o projeto. Todos ficaram em choque e foi muito triste, porque é um tema muito delicado, e apesar de ele estar envolvido com o tema, nem sempre a gente sabe. Eu acho que essa é a maior dor, principalmente de quem está na psicologia, é você não saber o que vai acontecer, e a qualquer momento, pode acontecer alguma coisa.

### Caroline

Você comentou que quando vocês chegarem, vocês tentaram puxar as demandas da comunidade, e por ser um bairro periférico, poderiam ter surgido outras temáticas. Por exemplo, a falta de ônibus, falta de saneamento básico, falta de espaço público. Por que você acha que teve um apelo maior para os estudantes tratarem desse assunto da depressão e do suicídio? Você acha que ter um grupo já engajado nesse trabalho facilitou discutir essa demanda ou você acha que teve algo a mais?

### Poliana

Uma coisa que me chamou muita atenção no início foi que eu sinto que **Vespasiano é uma cidade dormitório**. Acho que isso entra até um pouquinho na questão do Lumes, pois pelo que eu vejo, até pela minha realidade de vida, **são pais que precisam trabalhar em tempo integral e os meninos ficam soltos**, na rua ou com algum parente, e eu acho que uma coisa puxa a outra, e para mim isso tem muito a ver com essa demanda ter chegado. Eu consegui ver com o meu olhar mais voltado para psicologia que isso tem total ligação. Eu lembrei que em um dos períodos, tivemos uma demanda diferente. Teve um semestre que trabalhamos mais voltados para o pessoal dos comércios da região. Mas eu falo dos dois semestres com os meninos **porque fiquei vinculada e acompanhei para além da disciplina**.

Mas tivemos esse semestre voltado para os comerciantes da região para tentar fortalecer os pequenos comércios (2º/2019). Então nós nos dividimos em grupos e cada um pegou um ponto de referência que tinha mais comércio para tentar apresentar o projeto, perguntar se podíamos fazer uma cartilha, porque esse era o objetivo: fazer uma cartilha com os contatos

de todo mundo e distribuir pela comunidade. Fizemos a cartilha impressa, mas rodou ela muito online também, foi uma ação que teve muito impacto.

**Caroline**

Nessa ação com os alunos da escola, vocês procuraram entender como era essa rede que poderia apoiar esse grupo que estava se formando, por exemplo, vocês buscaram o CRAS. Eu queria entender como foi esse contato com os parceiros e com o poder público?

**Poliana**

Esse contato não foi muito difícil de conseguir porque Vespasiano não é uma cidade muito grande, e todo mundo se conhece, então eu e o Bruno já tínhamos o contato das pessoas do CRAS, a assistente social do CRAS é uma amiga pessoal. Mas eu não sei se seria tão fácil se não fosse esse fato, porque eu sinto que as coisas são muito morosas e burocráticas de uma forma geral. **Fizemos um evento final, e essa amiga assistente social falou um pouco sobre como era o serviço do CRAS.** Um detalhe importante é que o convite foi estendido aos pais dos alunos também, mas os pais não foram, somente dois ou três pais da escola inteira foram, e o grupo de alunos e cerca de cinco alunos a mais. Tivemos esse apoio por parte de alguns órgãos e foi bem legal, não só para os pais que estavam presentes, mas para a gente também, porque nós ouvimos falar no CRAS, mas fica uma coisa abstrata. **E tem muitos tabus também, as pessoas ficam com vergonha de ter acesso a essas coisas e gera um constrangimento, envolve muita coisa até entender que é um direito.**

**Caroline**

E isso tem tudo a ver com essa cidadania, que é um dos eixos principais do Lumes, que é fortalecer essa cidadania. E isso passa por conhecer nossos direitos, como direito de participar de um conselho, de uma decisão de zoneamento, no caso do planejamento urbano. E até reivindicar espaços, como os alunos queriam um espaço na escola para desenvolver o projeto deles.

**Poliana**

Foi muito triste porque ficamos pensando que se tivéssemos continuado, talvez isso não teria acontecido, mas não cabia no momento a gente ficar se questionando “e se?”. As pessoas geralmente não levam a sério o tema suicídio, e assim acaba passando sem as pessoas perceberem que existem muitas formas de ajudar, e não só com apoio psicológico. Talvez com

**um espaço que substituiria até uma terapia**, pois poucos jovens hoje em dia tem o acesso a terapias, e às vezes esse suporte vem de outras formas.

### Caroline

Agora eu queria saber mais em relação a você. Como esse trabalho, dentro da universidade, dentro da extensão, influenciou suas decisões, como foram suas escolhas acadêmicas após essa participação? E depois em relação a sua vida profissional, influenciou sua atuação no mercado de trabalho? E finalmente, como extensão pode ter te influenciado e mudado a sua percepção como cidadã?

### Poliana

Foi muito bom, porque foi a primeira extensão que eu tive contato com a atuação da psicologia. **Dentro do meu percurso de toda a faculdade eu não estive tão perto da realidade** da psicologia, eu nem imaginava o que me esperava. A situação do suicídio foi muito impactante, mas apesar disso, tudo foi muito positivo para mim, como futura psicóloga. Para saber medir a minha força e os meus limites, porque eu tive que lidar com todas essas questões. Eu sou eternamente grata por ter achado esse caminho do Lumes e acho que abriu muita minha mente nesse sentido também, de entender que a psicologia por si só não basta. **Entender que é uma rede mesmo, que é preciso dessa rede de apoio, de suporte, tanto da família, quanto da escola, quanto dos órgãos públicos.** Porque sozinho não dá, principalmente nessa realidade, sabe? Nós fizemos um encontro em que levamos os alunos para a UFMG, pessoas que nem sabiam que a UFMG era acessível, que podiam entrar ali, é muito chocante. Foi um dia incrível, eles rodaram ali tudo, tiveram um espaço no auditório. **Me abriu a cabeça nesse sentido, de que existem n formas de conectar as pessoas.**

Em relação a minha vida profissional, minha vida foi tomando um rumo um pouco diferente. Depois dessa experiência do Lumes eu comecei a trabalhar no RH Júnior, que é uma empresa Júnior que tem dentro da UFMG, dentro da psicologia. Nós trabalhamos fazendo consultorias, recrutamentos, atendendo mesmo as empresas. E eu acabei conseguindo um emprego nessa área de RH, **mas tento também não desvincular dessa área humana, dando atenção à inclusão.** Inclusão de mulheres, de pessoas pretas, de pessoas com deficiências. Então eu tento levar essas experiências que eu tive também no Lumes, tentar ter um olhar mais delicado, mais humano, dar oportunidade. Tem muita galera boa que tem poucas oportunidades, mas que está aí pronta para aprender.

Caroline

Eu acho que isso que você falou sobre as oportunidades tem muito a ver com o fato de Vespasiano ser uma cidade dormitório, ou seja, que muitas vezes as pessoas têm que sair do lugar delas para poder conseguir oportunidades, tem que fazer essa movimentação. Eu queria entender também se essa experiência mudou a sua relação com o seu próprio município. Você vê que há possibilidade de Vespasiano crescer de outra forma, a partir dessa inclusão?

Poliana

Eu acho que Vespasiano tem um potencial muito grande, tem muito espaço e as vezes não é dado a visibilidade que é necessária. Igual a Diadorim mesmo, não era só uma biblioteca. Era um espaço que tinha aula de libras, tinha aula de dança, de muita coisa, sabe? **Muita coisa acontecia ali e eu não via órgão nenhum, ninguém divulgando, era sempre um esforço enorme dos próprios voluntários. Eu sinto que falta esse incentivo**, talvez poderia vir da prefeitura, da secretaria de cultura, dar um suporte maior. **Falta esse apoio principalmente nas regiões periféricas**. Eu sei que no centro de Vespasiano acontecem algumas ações culturais, mas eu sinto que falta apoio para as ações que acontecem fora do centro. Tem tanta coisa legal que acontece que poderia ter visibilidade maior.

Caroline

Quais as suas críticas e sugestões para o projeto?

Poliana

Eu acho que uma coisa legal de acontecer seria uma divulgação maior do Lumes. Ter uma **divulgação mais forte da disciplina para outros cursos**. Poderia ter mais vagas para mais pessoas, de cursos diferentes. Também poderia ter **rotatividade nas cidades**, por exemplo, nesse semestre conseguiu firmar um grupo ali em Vespasiano, no próximo semestre vamos para outra cidade. Para espalhar, porque tem outros temas para explorar, e acho que o objetivo maior seria **conseguir deixar uma marca por meio do projeto e que as pessoas da comunidade continuassem**. Tentar fortalecer esses grupos para que eles se tornem independentes. Acredito que isso abriria portas para ter mais apoio, em outros lugares, tem prefeituras que talvez apoiaria mais, por exemplo. Tem Lagoa Santa, Santa Luzia, muitas cidades que dariam para fazer trabalhos legais.

Caroline

Às vezes a gente acha positiva a longevidade, quer dizer que o grupo está muito conectado, ele é um parceiro permanente. Por outro lado, de certa forma, ele pode estar dependente das ações do Lumes.

**Poliana**

Acho que pode ficar maçante para as pessoas da comunidade mesmo. Ao mesmo tempo a equipe do Lumes pode manter um acompanhamento, por exemplo, uma vez ao ano, realizar uma visita ao projeto, para saber o que está acontecendo. Acho que dessa forma surgem novas ideias.

### **Entrevista 3**

**Bruno Márcio de Castro Reis – mestre em Ciências Sociais**

*Entrevista realizada via videochamada no dia 05/05/2022.*

**Caroline**

Você pode me contar um pouco sobre você, sua formação e como você conheceu o projeto e se envolveu com Lumes?

**Bruno**

Meu nome é Bruno, eu sou psicólogo de formação. Concluí a graduação em 2011 pela PUC, e na sequência, fiz um mestrado em Ciências Sociais, também na PUC, de 2012 a 2014. Tenho outras formações de pós-graduação na área da gestão pública e da educação. Atualmente, eu trabalho em uma escola privada como orientador educacional, acompanhando adolescentes em questões pedagógicas relacionadas aos estudantes, também atendimento às famílias.

Eu sempre estive envolvido com **movimentos de juventude e movimentos sociais, então, em Vespasiano**, que é a cidade onde eu moro, eu participei por um bom tempo de uma organização chamada **Diadorim, que é uma associação, uma organização civil sem fins lucrativos**. O Diadorim completou 20 anos em 2021 e eu participei de parte dessa história, tanto como membro da comunidade que frequentava o espaço, como da equipe de coordenação. A partir de 2016, passei a participar de uma forma mais direta das reuniões da equipe de coordenação e então desenvolvi alguns projetos, inclusive em parceria com o

Lumes. Em 2011, quando eu ainda estava na graduação, eu participei de muitas reuniões da Frente Pela Cidadania Metropolitana, por estar sempre envolvido com movimentos sociais, as causas foram se conectando. E ali o Diadorim estava presente, além de outras várias organizações, e se discutiu muito a questão do Plano Diretor da cidade, e **o Lumes vem, também, nesse sentido de colaborar com planos diretores mais participativos que colaborem para a dimensão da cidadania metropolitana.**

**Caroline**

E aí, a partir de 2016, você começou a ter um contato maior com o Lumes junto com o Diadorim?

**Bruno**

Sim, em 2016 eu participei mais ativamente do Diadorim. Com o Lumes, foi a partir de **2018 até 2020** e fizemos algumas ações durante esse período.

**Caroline**

Você estava vinculado à disciplina como um parceiro, e não com um estudante, correto?

**Bruno**

Isso, eu até tive interesse em me inscrever, mas por questões de trabalho não me inscrevi. Mas **eu participava como um representante da comunidade, que viabilizava um campo de extensão da disciplina**, fazendo uma certa articulação na comunidade e ao mesmo tempo, recebia os estudantes.

**Caroline**

Você pode me contar um pouco sobre as ações de 2018 e 2019? Quais foram as principais dificuldades? E como foi essa relação dos estudantes chegando aí em Vespasiano e o impacto disso na comunidade?

**Bruno**

De um modo geral, a primeira ação em 2018 foi junto a uma escola pública, chamada Escola Estadual José Gabriel de Oliveira, porque naquele momento era o objetivo do Lumes fazer algo junto às escolas. O Diadorim mapeou uma escola pública da comunidade e a convidou para participar de uma reunião com o Lumes. Essa escola foi escolhida também pois havia

uma ação relacionada a um cursinho popular, e nós **nos aproximamos para colaborar e potencializar essa ação voluntária, de cidadania, e que casava com os objetivos do Lumes**. Esse cursinho foi iniciativa de uma professora que fazia de forma voluntária e tinha participação dos estudantes. A ação do Lumes envolveu os estudantes no diálogo com os alunos desse cursinho para construir uma ação que fizesse sentido para comunidade. E o que foi construído nesse semestre (2º/2018) foi uma mostra de cursos, que era uma demanda dos alunos, conhecer mais cursos de graduação. Foram alguns encontros durante o semestre, que culminaram num evento chamado “Mostra”, que foi um sábado letivo, em que profissionais de diferentes áreas estiveram na escola, apresentando um pouco da profissão. Foram feitos informativos sobre o sistema de cotas e também bolsas nas universidades privadas.

### Caroline

Como vocês entraram em contato com esses alunos do cursinho preparatório? Como foi essa construção de novos parceiros além da associação Diadorim? Teve um apoio da escola?

### Bruno

Sim, eu já tinha um relacionamento com a escola, porque é na região em que eu moro, então eu já havia tido um vínculo muito curto com a escola de trabalho em 2016, porque eu dei aulas em 2016, e desde então, eu mantinha um relacionamento com a escola, participando de alguns seminários e contribuindo em algumas atividades. E no cursinho, já haviam me chamado para participar, dando aula e conduzindo oficinas. E diante dos objetivos do Lumes e do trabalho que já vinha sendo feito também com o Diadorim, casamos essas possibilidades e o pessoal acolheu bem.

Em 2019, tivemos outras ações, mantendo a proposta de fazer parceria com escolas e abranger outras. Eu havia sido chamado por um diretor da escola em que estudei no ensino médio, a Escola Estadual Francisco Viana, e ele disse que havia um grupo de estudantes que queria conversar, porque eu era psicólogo e queriam expor uma situação. Em resumo, eles tinham feito um projeto a partir de uma demanda de um professor, que tinha como finalidade **criar um espaço de escuta dos alunos dessa escola**. Eles identificaram que havia muitos casos de depressão, uso de drogas e automutilação, e queriam fazer algo. Eu acolhi o que eles disseram e falei que seria importante que eles fossem até o Diadorim falar sobre o tema, e a proposta foi apresentada ao Lumes. E esse segundo projeto, essa segunda intervenção, se deu



a partir dessa demanda dos estudantes, de uma escuta que foi levada à frente. Foram feitos alguns encontros com participação dos estudantes da UFMG para que eles pudessem conhecer esse lugar de onde os meninos vinham, a realidade deles e para que pudesse construir uma ação transformadora. Além desse **intercâmbio entre estudantes universitários e alunos do ensino médio**, que era muito legal, eles construíram uma ação concreta na escola. No fim do semestre foi feito um evento chamado **“Brota Lá: Resenha na Comunidade”** e teve participação do CRAS e apresentação de grupos culturais da cidade. E também houve parceria com o outro grupo da UFMG que falaram um pouco sobre saúde mental e adolescência. Uma das ações do dia foi a construção de um mural para os meninos colocarem recados e palavras de incentivo, e no dia eles levaram e fizeram uma roda conversa. Foram alunos da escola e também pessoas da comunidade, foi bem legal.

### Caroline

Você disse que teve essa possibilidade de convidar outras pessoas. Como foi chegar até o CRAS, por exemplo? Como eles aceitaram e participaram da ação?

### Bruno

Nós conversamos com os estudantes para pensar na programação e quem poderia ser convidado, provocando os alunos a pensar, mas também apresentando possibilidades, porque era, também, uma oportunidade deles ligarem pontos. Mas os contatos foram feitos por um conjunto de pessoas, então foi construído assim o caminho, com intermediações, mas juntos. Os alunos da UFMG fizeram alguns convites e os alunos da escola também fizeram. O espaço onde o evento aconteceu se chama Centro de Artes e Esportes Unificado, um equipamento público, e que nós tínhamos acesso e tranquilidade de reservar. Uma coisa importante para dizer sobre essa experiência é o fato de que, depois desta ação, **os meninos da escola foram participar do seminário de encerramento da disciplina na UFMG e apresentar o que fizeram**. Eu acho que isso tem um poder muito grande, porque a primeira vez que eles entram na universidade e já de uma forma protagonista, para eles tudo foi deslumbramento. Um fato como esse é muito expressivo, e eles também tiveram essa experiência publicada, eles veem o que eles fizeram escrito.

### Caroline

E como foi a ação do segundo semestre de 2019?

### Bruno

Nós fizemos uma ação diferente, porque embora tenha sido muito interessante fazer o projeto em escolas, nós vimos como dificuldade envolver o corpo técnico da escola, professores e diretores, por conta da disponibilidade de tempo. Diante dessa dificuldade de participação institucional da escola, nós pensamos um outro caminho. E aí fizemos uma outra ação também interessante chamada **“Construindo o Futuro”**, inspirada no trabalho de uma artista chamada Lala Deheinzelin, que fala sobre a necessidade de pensar futuros desejáveis. A provocação que ela faz em sua obra é: o que nós estamos desejando? O que nós estamos criando como possibilidade? Uma provocação se estamos criando futuros que nós desejamos.

E nós chamamos a comunidade para conversar sobre isso, e foram encontros de preparação e um dia de evento. Durante o processo, **vimos a possibilidade de fomentar a economia local**, e então fizemos um catálogo digital e impresso de produtos e serviços, ou seja, uma espécie de contatos de trabalhadores e de prestadores de serviço, e também alguns órgãos públicos que fosse interessante divulgar o contato. Foi uma ação concreta de favorecer a divulgação das pessoas, como por exemplo, manicure, oficina, coisas informais, mas úteis, e telefones públicos, como o da prefeitura, da secretaria de limpeza urbana. A ideia era que envolver essas pessoas que divulgaram os serviços para que elas pudessem ir no evento de encerramento da disciplina, para conhecer outras pessoas e ter também uma troca de experiências. Nós envolvemos uma outra iniciativa da UFMG chamada Empresa Júnior, que prestou uma assessoria para o Diadorim no aspecto de organização. Então, a proposta foi envolver esses anunciantes em outros grupos, e nós convidamos grupos de capoeira, tivemos apresentações culturais, e **convidamos a Empresa Júnior para falar um pouco de empreendedorismo e economia solidária**. Reforçamos também por meio do catálogo as ações do Diadorim que naquele período ofertava um grupo de terapia comunitária, bazar, curso de Libras, e tinha um projeto chamado “Português para todos”, iniciativa de uma professora que acompanhava estudantes que desejassem se preparar para o vestibular.

### Caroline

Você acha que essas várias frentes de trabalho que aconteciam nesse espaço comunitário foram fortalecidas por essa parceria com o Lumes? Depois elas tiveram continuidade e conseguiram mais engajamento da comunidade?

**Bruno**

Eu acho que foi muito bom para o Diadorim e para a comunidade a presença da UFMG, porque eu acho que **gera, de alguma forma, reconhecimento da Instituição Diadorim e também da população, de que a universidade está ali presente**. Uma pena foi ter acontecido a pandemia, pois estávamos numa crescente. Até tentamos pensar em uma alternativa que fosse online, mas era difícil pensar em algo que nos conectasse de forma online com o público geralmente vulnerável, sobretudo no primeiro semestre de 2020. A pandemia foi um fator decisivo, e então acabamos não avançando para algo que se concretizasse. O Diadorim comemorou 20 anos de existência e teve períodos que contava com funcionários, tinha financiamento de projetos, e também teve outros períodos que era a base de voluntariado mesmo. O espaço funcionava na propriedade de um dos sócios, então não cobrava aluguel, e o espaço era também uma biblioteca, que emprestava livros para a comunidade, tinha espaço para reuniões, para que os cursos acontecessem. E enquanto tinha funcionário, ele permanecia aberto. A partir do momento que já não tinha financiamento para funcionário, o espaço abria ocasionalmente. É muito difícil manter uma organização, sobretudo de forma formalizada, com financiamento. Hoje está fechado totalmente e os livros foram destinados para outras instituições.

**Caroline**

Você também falou que, de uma certa forma, existe um reconhecimento quando a universidade está por perto apoiando. Então você acredita que essa relação do trabalho que a extensão faz pode mudar a percepção das pessoas em relação à universidade?

**Bruno**

Para mim, tem muito também de um processo que fiz enquanto estudante da universidade, eu também participei de extensão durante a minha formação, e achei muito importante, e desejei que um dia isso pudesse chegar na minha cidade. Talvez já até tivesse, mas eu não tinha conhecimento disso. Falava-se somente de alguns bairros de Belo Horizonte, mas Vespasiano não estava entre as pesquisas. Foi um período de expansão em Vespasiano no sentido de chegar muitas coisas que antes não chegavam ali na região, e eu vejo que **a extensão contribui muito, principalmente no desenvolvimento dessa dimensão política. O Lumes, para além das ações em si, trabalha muito o espírito de pertencimento, de cidadania, e de empoderamento. Não só das pessoas, mas também da comunidade**. Tínhamos muito

claro que esse fortalecimento da comunidade e das redes não deve ser algo centralizado ou algo que gerasse dependência, isso era nosso objetivo. Por isso, as atividades eram sempre muito coletivas. Acho que esse espírito está presente em quem quer que conte um pouco dessas experiências.

### Caroline

Depois desse período de aulas remotas, estamos voltando com algumas ações de extensão. Gostaria de saber se você tem críticas e sugestões de como o projeto pode melhorar e como essa atuação pode ser cada vez mais efetiva, tanto para a comunidade quanto para os alunos extensionistas, que irão viver essa experiência.

### Bruno

Eu acho muito importante e necessário. Hoje não temos mais o Diadorim, mas o que eu puder contribuir, pode entrar em contato comigo. Atualmente eu fui chamado pelo diretor da Escola Francisco Viana para conversar com os meninos sobre o mercado de trabalho e para contribuir com o itinerário formativo do novo ensino médio. Me chamaram para assumir uma formação mensal, como voluntário, junto aos meninos e eu fiquei muito feliz. Além de mim, outras pessoas também foram convidadas e isso pode ser um reaquecimento desses laços. **É importante o Lumes estar presente nos territórios metropolitanos, pois contribui bastante.** Mas cada comunidade ou cada ponto de acesso, vai ter uma pessoa que vai ali mediar as relações e contribuir para ligar determinadas instituições e processos. Necessidade tem muitas, é preciso encontrar parceiros para engajar de forma comprometida.

### Caroline

Seria uma forma, então, de ampliar as ações e ampliar as conexões através de novos parceiros?

### Bruno

Falando de Vespasiano, que é onde eu vivo, me toca muito a questão da escola. Hoje eu trabalho em escola particular, mas a escola pública não sai da minha cabeça. O que fazer e como estar presente, somar forças. Por exemplo, a questão do novo ensino médio eu acho complexo. Não podemos ser pessimistas, mas é um pouco trágico, depois de uma pandemia, criou-se um abismo entre particular e público, e com o novo ensino médio, ficou realmente difícil. Não é objetivo do Lumes escolarizar e tornar-se uma disciplina de escola. Mas de

repente, dentro desses itinerários ter algum diálogo. Enfim, talvez lá em Vespasiano a gente consiga uma reaproximação, e dialogar com essa nova geração de professores, mas talvez em outros lugares seja o caso de pensar. Hoje o cenário está muito complexo e, ao mesmo tempo, carente de informação, que é necessária.

#### **Entrevista 4**

**Juliana Ribeiro de Aquino – bacharel em Arquitetura e Urbanismo**

*Entrevista realizada via formulário, respondido no dia 16/05/2022.*

**- Como você participou do projeto?**

- Aluno
- Parceiro
- Professor
- Morador
- Outros: bolsista Lumes UFMG**

**- Em qual ou quais semestres/ ano você participou do projeto?**

2018/2; 2019/1 e 2019/2.

**- Em qual ou quais municípios você trabalhou?**

Vespasiano e Matozinhos.

**- Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)**

Conheci o projeto através do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, onde fiz 1 ano de mobilidade e tive acesso a oportunidade de tentar uma bolsa no programa do LUMEs. Fui bolsista por três semestres, tendo trabalhado com os municípios de Vespasiano e Matozinhos.

**- Conte como foi a experiência (as ações realizadas, os parceiros envolvidos, as dificuldades encontradas, etc.).**

Em Vespasiano trabalhamos com a Biblioteca Comunitária Diadorim e ASPAV e também fizemos um trabalho com os alunos da Escola Estadual José Gabriel de Oliveira sobre o acesso ao ensino superior com uma feira de profissões.

Já em Matozinhos fizemos um trabalho de 2 semestres com os voluntários e lideranças do Parque do Barroço. Tendo organizado uma passeata em prol do parque, plantação de mudas, projeto de mobiliário urbano para o parque, além de um passeio com os alunos e comunidade para conhecer as pinturas rupestres existentes na região.

- Em relação à sua vida acadêmica, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha de outras disciplinas extensionistas, modificação na percepção do curso de modo geral, aprofundamento em temáticas socio-ambientais, etc.)

O projeto LUMEs foi essencial para o final da minha vida acadêmica, me deu fontes inesgotáveis de aprendizado junto a população local dos municípios trabalhados.

- Em relação à sua vida profissional, como você acha que a experiência de extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha da forma de atuação profissional, se a pessoa passou a estar envolvida com trabalhos voluntários, etc.)

Em relação a vida profissional, o projeto me ajudou a entender melhor o caminho que gostaria de seguir, não continuei na vida acadêmica, mas levo comigo tudo o que aprendi com Roberto, Clarice e tantos parceiros e parceiras que conhecemos no decorrer do trabalho.

- Em relação à sua vida como cidadão, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: modificação da sua percepção dos espaços e a sua relação com as pessoas, influência na construção dos seus valores e na noção dos direitos dos cidadãos, mudança da percepção das questões sociais, se passou a realizar alguma atividade de cunho social, etc.)

O projeto foi importante para minha construção pessoal de valores sim, foi onde eu **pude conhecer muitas riquezas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, sair da bolha acadêmica e ir para campo, tendo contato com diferentes tipos de pessoas e perspectivas de vida.** Sempre participei de trabalhos de cunho social e o projeto Lumes apenas potencializou esse trabalho.

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto (ou disciplina)?

Achei delicioso cada momento em que passei na disciplina, tendo a troca com os alunos e com a comunidade, acredito que o Lumes tem um papel importantíssimo dentro da universidade e deve cada vez mais se expandir.

- Você participaria de novo do projeto (ou disciplina)? Justifique sua resposta.

Com certeza. Sinto saudades dos sábados intensos e agitados na correria desenvolvendo os projetos com a população.

- Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto (ou disciplina)?

Não tenho crítica para fazer, acredito que o projeto não deva acabar e sim buscar melhorar e **inserir cada vez mais a população em comunicação com a universidade.**

## Entrevista 5

**Alessandra da Silva Rocha – bacharel em Turismo**

*Entrevista realizada via formulário, respondido no dia 16/05/2022.*

- Como você participou do projeto?

- Aluno**
- Parceiro
- Professor
- Morador
- Outros: a princípio como bolsista no projeto, em seguida como aluna.**

- Em qual ou quais semestres/ ano você participou do projeto?

Segundo semestre 2015, primeiro semestre 2016.

- Em qual ou quais municípios você trabalhou?

Vespasiano.

- Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)

O Lumes teve início a partir do projeto Macrozoneamento onde era bolsista, em seguida fui convidada a participar do projeto Lumes e após participei como aluna.

- Conte como foi a experiência (as ações realizadas, os parceiros envolvidos, as dificuldades encontradas, etc.).

Como bolsista foram realizadas pesquisa in loco nos municípios da Região Metropolitana, onde mapeamos o perfil de cada município através de entrevistas com as secretarias das cidades no âmbito do Saúde, Educação, Social, Lazer e Cultura.

Já como aluna, a partir do projeto de uma Feira de Artesanato, **auxiliamos na implantação da Feira incentivando as artesãs a mostrarem seus trabalhos**, não somente para a população local e sim tentar criar uma rede de comunicação entre as demais cidades da Região Metropolitana.

- Em relação à sua vida acadêmica, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha de outras disciplinas extensionistas, modificação na percepção do curso de modo geral, aprofundamento em temáticas socio-ambientais, etc.)

Ter participado do projeto Lumes influenciou na escolha da disciplina eletiva, pois ajudou a ver os municípios com outro olhar em relação a cultura, principalmente.

- Em relação à sua vida profissional, como você acha que a experiência de extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha da forma de atuação profissional, se a pessoa passou a estar envolvida com trabalhos voluntários, etc.)

Como Turismóloga **o projeto veio para agregar saberes, principalmente no âmbito social**, pois o Turismo é uma área que pode interferir diretamente na vida da comunidade local se não for bem planejado. O Lumes, em conjunto com o Turismo, pode ser uma forma de promover a cultura do município, beneficiando os moradores locais e **colocando a Região Metropolitana em evidência**, uma vez que vemos um certo preconceito com municípios periféricos dessa região.

- Em relação à sua vida como cidadão, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: modificação da sua percepção dos espaços e a sua relação com as pessoas, influência na construção dos seus valores e na noção dos direitos dos



cidadãos, mudança da percepção das questões sociais, se passou a realizar alguma atividade de cunho social, etc.)

Como cidadã o Lumes trouxe um olhar mais cuidadoso para a Região Metropolitana, pois por residir na RMBH já tinha a percepção do quão "esquecido" eram os municípios, pois são vistos pela maioria como lugares distantes e sem cultura alguma. Porém, após o projeto, percebemos que os transportes deixam a desejar, por exemplo, na época do campo em um dos municípios o último ônibus durante a semana para Belo Horizonte era às 14:30, o que dificultava bastante o deslocamento dos habitantes, porém não havia olhares para realizarem melhorias.

Vimos também que **a cultura é muito presente, principalmente em relação as festas tradicionais** que estão ficando esquecidas ao longo do tempo e que essas regiões mantêm e fazem o possível para propagar essa cultura, como Congado, Folia de Reis, Boi da Manta, dentre outras.

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto (ou disciplina)?

Foi o melhor projeto que fiz parte, pois me permitiu o contato com diversas culturas, a diversidade cultural presente em cada município é algo impressionante e emocionante.

- Você participaria de novo do projeto (ou disciplina)? Justifique sua resposta.

Participaria sim, pois o projeto além da cultura tem a vertente social que nos faz refletir e ter uma nova visão para com os indivíduos.

- Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto (ou disciplina)?

O projeto/disciplina são maravilhosos, porém éramos limitados na área de pesquisa por **falta de colaboração** de alguns poucos municípios.

## Entrevista 6

**Filipe Augusto Rodrigues Silva – bacharel em Ciências Econômicas**

*Entrevista realizada via formulário, respondido no dia 28/04/2022.*

- Como você participou do projeto?

- **Aluno**
- Parceiro
- Professor
- Morador
- **Outros: monitor da disciplina**

- Em qual ou quais semestres/ ano você participou do projeto?

2º/2018, 1º/2019 e 2º/2019.

- Em qual ou quais municípios você trabalhou?

Sarzedo e Nova União.

- Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)

Conheci o Lumes através da fama que a disciplina adquiriu no meio em que eu convivia, que eram pessoas ligadas às dinâmicas participativas da universidade: o PET, o Diretório Acadêmico da FACE, o Diretório Central de Estudantes e alguns outros coletivos que participavam muito da vida estudantil no período. Tínhamos contatos com diversas disciplinas e faculdades através desses grupos e fomos adquirindo consciência da importância da nossa participação na dinâmica social e também da transdisciplinaridade na construção do saber. Para nós, **uma disciplina que mobiliza vários cursos e associava a teoria e a prática dava o tom daquilo que imaginávamos ser um propósito mais adequado de construção do saber e da vivência universitária.**

- Conte como foi a experiência (as ações realizadas, os parceiros envolvidos, as dificuldades encontradas, etc.).

As experiências foram todas carregadas de aprendizados que trago comigo até hoje. Em Sarzedo, onde comecei, nos associamos a prefeitura e a algumas lideranças locais que vinham mobilizadas de um processo participativo anterior, se não me engano através da reformulação do Plano Diretor. Foram conversas iniciais muito boas onde levantamos possibilidades, umas três, e logo após a prefeitura se ausentou de algumas reuniões-chaves devido a demandas da gestão. **Nessas reuniões traçamos algumas estratégias e definimos que o que poderíamos**

**fazer e que a comunidade considerava importante era a revitalização do espaço coletivo da praça**, integrada a um museu da cidade onde passa o trem da Vale. A ideia era mobilizar a comunidade por um lado, com apoio da prefeitura, para revitalizar a praça e, por outro, abrir negociação com a Vale para que houvesse transporte de passageiros semelhante ao que ocorre BH-Vitória.

No entanto, a prefeitura nos surpreendeu desmobilizando a iniciativa pois não concordou com a proposta e queria que fizéssemos uma análise técnica e um projeto arquitetônico para um espaço de turismo que era um plano antigo da gestão, onde havia um espaço verde muito interessante com potencial turístico, mas estava abandonado pois nem se quer havia água devido a atividade mineradora. Havíamos entendido que essa “consultoria” estava fora daquilo que podíamos oferecer, não poderíamos assinar tal projeto e nem mesmo tínhamos estudantes com perfil para um rascunho nesse sentido, mas a prefeitura foi irredutível e desmobilizou o outro processo também. Nos surpreendemos, mas também **percebemos a presença de uma construção muito vertical por parte do poder público, o que nos ensinou muito sobre democracia e os limites da construção “de baixo para cima” quando nos associamos com atores locais através do Estado**. Percebemos que a máquina estatal detinha algum nível de poder e influência em cima dessas lideranças, que eram, de alguma forma, favorecidas na gestão em andamento seja com cargos ou outros tipos de relações de favorecimento e não iriam abrir mão disso para uma experiência passageira com agentes externos. Após esse episódio, houveram algumas conversas de avaliação e tentativas para retomar os trabalhos no semestre seguinte, mas os atores estatais foram irredutíveis no que “queriam da UFMG”. Basicamente ou apresentávamos uma consultoria ou não tinha “por que” para eles. Entendemos do nosso lado que, se não houvesse diálogo e participação comunitária, também não tinha “por que” para nós e a parceria foi suspensa.

No semestre seguinte **redirecionamos a parceria para Nova União através de uma rede de contatos muito interessante ligada ao terceiro setor e tinha como pauta principal a juventude, cultura e meio ambiente**. Os principais atores ligados ao nosso projeto no período foram o CRAS Nova União, na figura do Jorge, uma grande liderança muito ativa e criativa; a UNICICLA, uma associação de catadores e catadoras que possui uma experiência fantástica e uma liderança muito carismática que é o Anderson; e o MST, no Assentamento Ho Chi Minh. Por trás dessas três siglas tinha muita gente se movimentando e muita experiência

interessante que já estava acontecendo. O CRAS possuía um grupo de jovens fantástico. A UNICICLA era super articulada e tinha um acordo pioneiro com a prefeitura para que eles fizessem a coleta seletiva da cidade, algo que na época era único, se não for até hoje. O MST tinha diversos projetos, mas uma carência muito grande na área da educação, tanto para crianças quanto para adultos – que possuíam baixíssima escolaridade. **Nosso papel ali foi articular esses movimentos em torno de um plano de ação comum, com todo mundo ajudando todo mundo.**

No MST definimos junto com eles um espaço para que fosse feita uma escolinha e **conseguimos a doação de diversos livros escolhidos por eles para montar uma biblioteca. Eles reformaram o espaço e colocaram lá como uma referência para alfabetização de adultos**, espero que esteja lá ainda. Foi mágico. Para nós da UFMG foi surpreendente conhecer o nível de organização daquelas pessoas que pegaram um engenho abandonado e transformaram aquele espaço numa fantástica comunidade, com muita dignidade mesmo. Inclusive na época estavam com um projeto maravilhoso de reflorestamento em parceria com a CEMIG devido a passagem de torres de fiação e estavam cultivando centenas de milhares de mudas nativas para reflorestamento da região. Nesse processo da biblioteca o CRAS também ajudou muito, foi incrível.

Com o CRAS tínhamos uma ponte muito direta. O CRAS era muito ativo e transcendia muito o que se espera da instituição. Eram muitas parcerias, muitos jovens envolvidos e muita atividade acontecendo. Nós avaliamos que naquele cenário era importante ter um espaço de referência para aquelas atividades: tinha grupo de capoeira, de canto, de percussão, eles faziam shows, faziam estudos, fundavam grêmios escolares – algo muito especial mesmo. Nós dissemos a eles que eles precisavam marcar presença na cidade como jovens e ter um espaço de juventude ali. Levamos a experiência do Centro de Referência da Juventude de BH pois a juventude ali não tinha um local de referência para suas atividades e sempre pensava em sair de lá porque, além do pouco acesso a estudo e trabalho, não viam muitos ambientes de integração social também. Em meio aos nossos diálogos, nós identificamos essa lacuna do estudo também, de que eles nunca tinham pisado em uma universidade e daí resolvemos juntar o útil ao agradável. Fizemos um seminário para tratar de possibilidades de acesso da universidade dentro da UFMG, num auditório lindo, lotado de jovens que se emocionaram muito com aquele momento. No paralelo, no território de Nova União corria ainda **a ideia do**

**espaço de referência e decidimos fechar o semestre com uma atividade de inauguração de um Centro de Referência de Juventude de Nova União.** Seria uma “inauguração” porque esse processo leva tempo, mas a ideia principal era ocupar o espaço e montar atividades que aconteciam numa praça que tinha uma antiga escola infantil abandonada. A Prefeitura (sempre muito solícita) liberou o espaço para os jovens e nós fizemos essa mobilização maravilhosa lá com a participação de jovens do MST e também auxílio da UNICICLA.

Nós também trabalhamos muito com a UNICICLA, foi nosso foco no semestre seguinte. Eles estavam precisando de uma reforma no galpão, mas também tinham uma visão política e social muito diferenciada. Eram menos “só eles” e pensavam muito na cidade. Tinham diversas articulações com fóruns de economia popular e associação de catadores de diversos locais, inclusive Belo Horizonte e até nacionalmente. **Eles puxavam diversos fóruns para tratar com a prefeitura estratégias de coleta seletiva e reciclagem, traziam muita experiência de fora, cuidavam da saúde das famílias trabalhadoras, algo muito forte também.**

Nesse semestre – foi meu último – nós fizemos algo muito interessante. Nós nos apoiamos nessa generosidade da UNICLA e na rede de apoio que a associação tinha construído para poder articular tudo isso dentro de um mesmo espaço. Fazendo com que a cidade pudesse contar com um espaço de trocas e de fortalecimento mútuo, incluindo trocas fora da cidade também. Nesse intuito nós articulamos o **I Fórum de Economia Popular e Solidária de Nova União, que contava com diversos atores do município, expandindo CRAS, MST, para pequenos produtores também, feirantes, dona de casa... uma série de outras referências que tinham muito potencial na cidade.** Chamamos algumas referências estaduais e fundamos esse fórum lá. Espero que esteja ativo lá, apesar que a pandemia veio logo na sequência e isso, é claro, dificulta as coisas. A estratégia era associar o fórum à feira da cidade juntando ali: alimentação saudável, cultura, espaço de sociabilidade e, no bastidor, fortalecendo as trocas dos diversos grupos. Nós demos apenas o primeiro passo que foi incentivar o fórum, a UNICICLA esteve à frente do processo e foi muito generosa, a todo momento pensando na cidade. Foram experiências muito boas e na minha visão esse fórum fechou o ciclo com chave de ouro.

- Em relação à sua vida acadêmica, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha de outras disciplinas extensionistas,

modificação na percepção do curso de modo geral, aprofundamento em temáticas socio-ambientais, etc.)

Sem dúvida me tornou muito mais que um especialista. Modéstia à parte sou um bom economista, hoje atuo com gestão financeira de um projeto grande. Mas **a extensão me deu acesso a muitas vivências diferentes da minha área de especialização, me deu muita consciência a respeito de participação, da carência e da necessidade da integração universidade-comunidade**, das possibilidades de construção do mundo urbano que vivemos e também foi um despertar para compreender que a tragédia da cidade x natureza era uma escolha mal aconselhada de gestores do capital ao longo de décadas. Uma escolha aconselhada por uma ciência altamente especializada que via um carro como a oitava maravilha do mundo, fonte de diversos encadeamentos produtivos e geração de riqueza e espaço urbano, mas não via a destruição da natureza no mesmo processo – levando a gente a esse caos aí de hoje em dia. Na ideia de especialização, eles eram aconselhados por economistas que diziam: o meio ambiente é uma externalidade (não entra na minha conta), pergunta isso aos ambientalistas. E pelo visto não perguntaram né? Ou não gostaram da resposta.

Enfim, sou muito grato a extensão e a transdisciplinaridade e isso me levou a ter compreensões e escolhas diferentes de meus colegas em termos profissionais. Muitos colegas hoje estão em mineradoras, grandes bancos e etc., mas nem olhavam para o lado na universidade, nem cumprimentavam o porteiro, ou uma faxineira, acho que isso tem a ver com outras coisas também, mas vi muita gente mudar de postura ao longo do Lumes. Porque **quando você vai no MST, na UNICICLA, você descobre que um catador pode ter mais a dizer sobre a cidade e a natureza que um doutor em Economia** formado em Cambridge (sim, isso é um exemplo real) entende? **Essas vivências da extensão abriam um mundo de oportunidades para as pessoas que até então não faziam nada fora da “grade” e do seu interesse de se formar e enriquecer rapidamente.**

- Em relação à sua vida profissional, como você acha que a experiência de extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha da forma de atuação profissional, se a pessoa passou a estar envolvida com trabalhos voluntários, etc.)

Para se ter uma ideia do abismo dessas escolhas, hoje eu atuo no processo de reparação pelo rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, que ocorreu em Brumadinho. Esse projeto conta com uma equipe de quatrocentos profissionais e diversas equipes transdisciplinares, fora um processo participativo intenso junto às pessoas atingidas. Nós não fazemos porque somos sabidos, nós geramos condições dos atingidos e atingidas terem acesso a informação de qualidade através de uma Assessoria Técnica Independente (independente da Vale). Claro, isso vem de outros processos também, como eu citei, eu já tinha uma bagagem anterior e foi como conheci o Lumes, mas acho que **o Lumes também foi muito decisivo na minha formação e minhas escolhas profissionais, porque me deu muita bagagem: muita base teórica, muita vivência e muito contato e isso proporcionou uma segurança profissional de atuar como um bom economista fora do circuito “mainstream”.**

- Em relação à sua vida como cidadão, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: modificação da sua percepção dos espaços e a sua relação com as pessoas, influência na construção dos seus valores e na noção dos direitos dos cidadãos, mudança da percepção das questões sociais, se passou a realizar alguma atividade de cunho social, etc.)

Acho que acima falei um pouco disso também. Em relação a processos democráticos e participativos minha bagagem vem de antes, mas o Lumes me proporcionou muita base de teoria e prática que me ajudou a confirmar esse caminho para que eu pudesse estar onde estou hoje. Acho que é incrível você fazer uma disciplina dessa e depois observar o funcionamento de uma cidade. As dinâmicas regionais. Tudo isso ganha vida e sentido de ser. As vezes a gente acha que algo está dando errado por que ninguém sabe ou não está vendo. Pelo contrário, tudo fruto de planejamento. Podemos discutir a qualidade desse planejamento? Sim, devemos. A cidade não precisa ser esse ambiente hostil. Mas essa consciência ainda é pouco difundida né? Existem espaços diferenciados, mas no geral as pessoas estão preocupadas em sobreviver. Principalmente aquelas que podem mudar algo.

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto (ou disciplina)?

Foram três semestres de muitas trocas, amizades, pessoas que eu tenho contato até hoje. Conheci muitas realidades diferentes. E foi um processo que me traz um laço teórico, de vivência, consciência, mas também um laço afetivo muito grande. Eu acho que **o Lumes é uma**

**experiência de planejamento urbano que abre os olhos para as possibilidades de vivermos em um mundo urbano, mas em harmonia com a natureza e com nós mesmos.** E além de projetar onde queremos chegar, o Lumes também já propõe um processo para desde já a gente articular essa chegada. Alguém pode achar contraditório né? Mundo urbano e natureza, mas não precisa ser assim. E esse tema de integrar nosso modo de vida com a natureza é cada vez mais urgente. Acredito que cada vez mais é nossa única alternativa, precisamos de muita gente profissional envolvida nessa temática. **Vou pegar emprestado uma ideia do Ailton Krenak, se eu for definir o que acho do Lumes, diria que é uma das boas ideias para adiar o fim do mundo.**

- **Você participaria de novo do projeto (ou disciplina)? Justifique sua resposta.**

Com certeza, acho que esqueci algumas coisas importantes já. Também o processo, o Lumes como é um processo, de um semestre para o outro surgem mais pesquisas, mais experiências de extensão, lançam mais teorias ao redor do mundo e o Lumes vai se renovando, se lapidando. Tenho certeza que se eu fosse fazer hoje teria várias surpresas boas novamente.

- **Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto (ou disciplina)?**

Eu sempre falei com Roberto que gostaria de ver o Lumes atuando em comunidades periféricas de Belo Horizonte. Tentei fazer um lobby para onde eu moro, mas acabou não sendo possível, apesar de termos desenvolvido um estudo interessante na faculdade de Arquitetura em uma disciplina de mestrado lá. **Acho que a periferia e a universidade estão falando línguas diferentes ainda, e essa aproximação iria quebrar muitos paradigmas e seria uma troca muito proveitosa para universidade e para essas comunidades.** Belo Horizonte está cheio de experiências maravilhosas dentro de comunidades que são invisibilizadas. E essa troca poderia trazer para a pauta do planejamento um pouco mais de chão (às vezes tenho receio de algumas propostas que não tem embasamento na urgência daquilo que o povo vive e precisa) pelas urgências de grande relevância social e ambiental. E, por outro lado, poderia trazer para essas experiências um pouco mais de voz e um pouco mais de força, porque elas são a cara do Lumes, mas estão isoladas e correm risco de não prosperarem.



## Entrevista 7

**Daniel Galdino Netto – bacharel em Ciências Econômicas**

*Entrevista realizada via formulário, respondido no dia 18/05/2022.*

- Como você participou do projeto?

- **Aluno**
- Parceiro
- Professor
- Morador
- **Outros: bolsista**

- Em qual ou quais semestres/ ano você participou do projeto?

2018, de março a julho como aluno e de agosto a março de 2019, como bolsista de extensão.

- Em qual ou quais municípios você trabalhou?

Nova União.

- Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)

Conheci o projeto nas optativas ofertadas pelo colegiado do curso, que me interessou por ser aos sábados, seguindo um desejo que tinha de frequentar o campus UFMG ao máximo durante aquele período da minha vida. Foi nesse semestre que conheci o professor que mais me educou para além dos livros. Dado o bom relacionamento durante o primeiro semestre, ele me convidou para ser bolsista extensionista. Meu trabalho continuaria na cidade onde eu já havia atuado, Nova União. Como bolsista, pude trazer os **jovens do Instituto Sou Capaz para dentro da UFMG, onde puderam ter um minicurso de administração financeira para pequenos negócios, provida pelos alunos da UCJ**. Além disso, auxiliamos na organização do Fórum Lixo e Cidadania, que reúne lideranças do município, representantes de organizações municipais, estaduais e nacionais, secretarias de saúde e meio-ambiente, para discutir o manejo do lixo e preocupações com a limpeza da cidade.

- Conte como foi a experiência (as ações realizadas, os parceiros envolvidos, as dificuldades encontradas, etc.).

As ações aconteceram de maneira fluida, com organização financeira adequada, disponibilidade e interesse de todos os alunos e parceiros e muito sucesso! Mas, infelizmente, senti na época **o quão difícil era para aquelas pessoas verem a esperança de uma ajuda maior, que a UFMG não tem capacidade para dar, que é uma dedicação exclusiva para o desenvolvimento da juventude da cidade**. Acredito que essa era a maior angústia trazida inclusive pelos jovens: que nos perguntavam se tínhamos como arcar com os custos iniciais de um projeto transformador do noticiário local, ou seja, um grande potencial não podendo ser ajudado por uma instituição tão grande! Ou até mesmo pelo diretor do CRAS, que gostaria de ter um auxílio mais intensivo por parte da UFMG, porque aquelas **visitas e projetos descontinuados não eram a solução para eles**.

- Em relação à sua vida acadêmica, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha de outras disciplinas extensionistas, modificação na percepção do curso de modo geral, aprofundamento em temáticas socio-ambientais, etc.)

É muito interessante isso, porque eu gosto muito de lembrar o êxtase da transformação do meu olhar para o mundo durante o aprendizado. Foi muito interessante obter os estímulos codificáveis (aulas teóricas) junto de estímulos tácitos (encontros, visitas, conversas), do processo de acumulação de capital, suas mazelas, e tentativas articuladas dentro da sociedade de mitigação dessas mazelas. Isso me ensinou sobre o que é fazer economia, qual **a forma de enxergar a conexão entre as capacitações que um curso superior pode nos dar e como podemos retornar essas capacitações para a sociedade**.

- Em relação à sua vida profissional, como você acha que a experiência de extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha da forma de atuação profissional, se a pessoa passou a estar envolvida com trabalhos voluntários, etc.)

Acho que o impacto foi mais sobre a vida pessoal e acadêmica. Procurei seguir outras atividades profissionais.

- Em relação à sua vida como cidadão, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: modificação da sua percepção dos espaços e a sua relação com as pessoas, influência na construção dos seus valores e na noção dos direitos dos

cidadãos, mudança da percepção das questões sociais, se passou a realizar alguma atividade de cunho social, etc.)

Bom, frente a essas experiências no Lumes, onde construí relações com jovens de uma cidade onde mais de 50% da população é assistida por programas de apoio do governo, **pude atestar ainda mais a minha convicção em projetos sociais igualitaristas, que visam a diminuição da desigualdade financeira como meio para diminuir a desigualdade social**. Foi uma experiência que me ensinou como defender isso teoricamente e meios para atuar em transformações no meu próprio ambiente.

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto (ou disciplina)?

Foi uma experiência marcante, da qual levo ótimas lembranças e uma relação distante, mas cordial, com uma das minhas inspirações de vida, Roberto Monte-Mór.

- Você participaria de novo do projeto (ou disciplina)? Justifique sua resposta.

Sim!! Gostaria de reencontrar as pessoas e seus projetos que eu acompanho de longe, pela internet, que vejo que floresceram e dão muitos frutos hoje em dia, na cidade de Nova União.

- Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto (ou disciplina)?

Acredito que seja mais interessante descrever mais sobre o projeto nas ementas, para evitar a confusão de alunos, sobre como os projetos são tocados.

## Entrevista 8

### Namuetcha Silva Ricardo – mestre em Turismo

*Entrevista realizada via videochamada no dia 11/05/2022.*

#### Caroline

Me conta um pouco sobre sua formação e como você conheceu o Lumes?

#### Namuetcha

A minha participação no Lumes foi bem por acaso. Eu estava me formando, e precisava de uma disciplina livre. Então eu me inscrevi em várias e a única que realmente teve vaga foi o Lumes, eu caí de paraquedas.

Caroline

Você não tinha ouvido falar ainda?

Namuetcha

Não. Eu sou formada em turismo, na época eu estava cursando a graduação, e uma das principais professoras, por quem eu tenho o maior carinho e que eu mais acompanhei na graduação, a Diomira, foi orientanda do professor Roberto. Só que na época eu não sabia que ele estava ministrando essa disciplina, e quando contei para ela, ela me incentivou a fazer a disciplina, mas eu não tinha ideia de como funcionava. Desde o início foi apresentado que a **carga horária era mais voltada para a prática, mas que também tinham os encontros para discutir de fato a teoria, e depois levar para a prática**. E o mais bacana disso é que a gente teve essa organização desde o início e a turma foi dividida em diferentes polos. Cada grupo foi para um município e eu fiquei com o município de **Nova União**.

O primeiro passo foi conhecer a comunidade para depois pensar no trabalho final, porque o nosso trabalho final era construir algo em conjunto com a comunidade, mas **não tem como você construir algo sem entender qual o perfil e quais são as demandas daquela comunidade**. Todo mês nós íamos 2 ou 3 vezes por mês para esses encontros com a comunidade e a gente ficou muito próximo da UNICICLA. Também fizemos uma visita ao assentamento do MST para conhecer o pessoal de lá e o trabalho que eles fazem, mas ficamos realmente muito próximos ao pessoal da UNICICLA, até hoje eu tenho contato. Eles **desenvolvem um trabalho lá com os catadores de materiais recicláveis**, é um trabalho muito intenso lá na região. Nós participamos da Feira que tem no município, fomos lá para conhecer e entender como era o fluxo da cidade. E a partir desse momento, vimos que a demanda era fazer um fórum que pudesse reunir toda a comunidade em torno de um propósito de trazer para eles novas abordagens de trabalho, porque muitos são produtores independentes. Então, **como essa produção independente poderia ser melhor organizada e gerar melhores frutos para a própria comunidade?**

Esse fórum foi organizado em conjunto conosco para poder estruturar essa demanda deles. Nesse fórum, nós levamos uma das professoras da UFMG, Ana Paula Santos Guimarães de Oliveira, que é professora do turismo e da pós-graduação de lazer. Ela nos acompanhou, deu uma palestra falando sobre o turismo de base comunitária e como eles poderiam incorporar o turismo, visto que essa era uma vontade da comunidade, mas não sabiam como. Eles tinham

essa demanda, de não querer um turismo de massa, e como ele tem muitas cachoeiras, tem um ecoturismo muito forte por estar na região da Serra do Cipó, eles têm uma demanda de estruturar isso de uma maneira que seja mais condizente com o perfil da comunidade. Então a professora Ana Paula fez uma palestra para eles, e foi muito bacana.

Nesse fórum também foi passada a possibilidade de uma empresa estrangeira se instalar na região, e eles estavam preocupados em como isso impactaria a vida e a produção deles, porque eles tinham muita produção de produtos agrícolas como banana, alface, morango, entre outros. E foi discutido como que isso poderia, talvez, contribuir ou não, para a comunidade. Então foi **um fórum que todo mundo foi conversando para ver quais as perspectivas eles tinham ali na comunidade**. Esse fórum foi articulado em parceria com os alunos, porque nós levamos uma professora com o conhecimento, fizemos dinâmica com eles lá no meio do processo. Eu desenvolvi um jogo, que era um quebra-cabeças, e eles tinham que montar em grupos, e no final, esse quebra-cabeça era um mapa da região. E aí, eles descobriram quais eram os principais pontos dessa região e perceberam que **eles eram o principal ponto da região, e que tudo dependia deles trabalhando de maneira articulada**.

Foi um diálogo muito produtivo e essa foi a nossa principal ação. Mas eu acho que tudo isso só foi possível devido à gente conhecer de fato a região. O Fernando já tinha um conhecimento prévio, já tinha trabalhado e conhecia o pessoal da região, do MST e da UNICICLA, então só fomos nos incorporando. Nós íamos, no mínimo, duas vezes por mês para conversar com a comunidade, e eles nos receberam muito bem. Eles já tinham uma noção de como funcionava a disciplina, tanto que tem um espaço cultural lá que foi reformado com o apoio dos alunos da disciplina em 2018, e isso já levou muita esperança para eles, criou um vínculo. O Anderson da UNICICLA comentou que queria que nós fizéssemos **algo que fosse produtivo e que desse continuidade, algo com o propósito de contribuir**, e não só para ganhar pontos na disciplina. A partir daí veio a demanda do Fórum, que era algo que eles precisavam, mas não sabia como se articular e reunir as pessoas. No fim, todos gostaram e foi bem proveitoso. Só não demos continuidade no início do ano de 2020 por causa da pandemia, mas a nossa intenção era ter feito mais um fórum, trazer as demandas que eles trouxeram no fórum para a prática, porque a gente teria esse vínculo.

Meu processo na disciplina foi esse, eu não tive a oportunidade de continuar, mas **espero depois poder voltar**, porque é uma disciplina que eu tenho muita gratidão. Foi quando de fato

eu conheci, por exemplo, o MST, que eu estive do lado do pessoal e conheci as demandas, as práticas deles, o outro lado da moeda. E foi incrível. A comunidade é quase 80% rural, então as práticas e as vivências do pessoal são muito diferentes. Então isso **te abre, também, um campo de visão, que às vezes só a universidade mesmo possibilita**, porque eles estão ali, e muitas vezes ninguém sabe deles e o que eles fazem, mas eles têm uma participação inimaginável na vida da comunidade, não só deles, mas extrapola a fronteira de Nova União, e vem à Belo Horizonte.

**Caroline**

Esse Fórum foi ao mesmo tempo, os produtores, junto com a cooperativa, e os catadores da UNICICLA e outras pessoas de fora?

**Namuetcha**

Exatamente. Tinham pessoas de fora muito importante que o pessoal conseguiu levar. Além do pessoal da UNICICLA, do MST, diversos produtores da região. Não tinham tantas pessoas, mas todos que estavam lá entendiam muito do assunto e da demanda.

**Caroline**

E essa atividade aconteceu no primeiro ou segundo semestre de 2019?

**Namuetcha**

Aconteceu no último final de semana de novembro de 2019.

**Caroline**

Esse trabalho que vocês tinham intenção de continuar se fortaleceu e isso gerou algum desdobramento, acredito. Hoje, falando sobre fortalecer o turismo na região, temos o grupo Rumo ao Espinhaço, que estou acompanhando agora por causa da pesquisa. Então eu acho que pode ter sido um “empurrão” para a iniciativa.

**Namuetcha**

Na verdade, o Rumo ao Espinhaço já existia, mas não estava articulado. Isso é normal, porque existem várias questões administrativas e legislativas que impedem que isso seja feito. O fato dele estar ali no conjunto do Espinhaço e fazer parte daquele circuito, não necessariamente faz com que ele tenha verba para desenvolver o trabalho. Então muitas vezes não tem uma gestão especializada, o que demanda muito, porque **muitas vezes a comunidade quer trabalhar o turismo, pois sabem dos recursos e dos atrativos que possuem. Mas eles não**

**tinham a estrutura necessária**, e muitas vezes, nem quem ocupa o cargo tem o conhecimento para desenvolver isso. Esse foi um dos pontos que a Ana Paula levantou na época. Enfim, eles tinham conhecimento desses atrativos, mas não tinham a estrutura formada para poder desenvolver o projeto no território.

### Caroline

Entrando no tema específico da minha pesquisa, que é a extensão universitária, como a extensão pode contribuir para essas práticas de planejamento colaborativo, como esse trabalho em uma disciplina extensionista influenciou na sua vida acadêmica, profissional e também como cidadã?

### Namuetcha

Eu acho que tudo trabalha junto. Não tenho como dividir o quão intenso é o impacto deles de maneiras distintas, mas **o fato de ser uma disciplina que vem com foco teórico-prático, já agrega muito, porque você não fica só imaginando como seria aquela situação. Você está ali, vivendo, sentindo, você está colhendo de fato o que é a demanda da comunidade e a sua, porque você não pode chegar se impondo pois ali não é o seu território, não é o seu espaço, ali é um espaço de aprendizagem e troca.**

Então de uma maneira geral, trabalhar ali com o MST, que é um movimento que está o tempo inteiro na mídia, mas a partir dos olhos da mídia e não a partir do que eles realmente são. Então, entender o lado deles, estar ao lado deles é algo que não tem tamanho, que não tem como dimensionar na minha vida, porque eu realmente passei a olhar com outros olhos, porque a partir do momento que você tá de frente para televisão, você fica à mercê da televisão. E aí veio essa disciplina para mostrar o outro lado da moeda e realmente ampliar esse campo de visão e sair daquela caixinha, entendendo que o mundo está muito além do que nos apresentam, na maioria das vezes.

**É uma disciplina de um valor cultural inimaginável**, porque você está o tempo inteiro em contato com uma comunidade que se distanciava muito das minhas práticas sociais, por ser uma comunidade rural, simples, comparado ao que a gente vivencia aqui na capital. O acesso é dificultado em diversas questões, desde a educação, política, alimentação, e até a saúde. Entender esse outro aspecto deles, **porque a Região Metropolitana não é tudo a mesma coisa. Cada espaço da Região Metropolitana tem as suas demandas e as suas possibilidades,**

**suas potencialidades**, que muitas vezes ficam submersas porque é difícil ter contato com esse público, com essa comunidade. Só indo lá mesmo para entender. Muitas vezes a gente consome o que eles produzem, não sabemos que são eles que produzem.

Uma das coisas que acho mais potente é que no início da pandemia, em março, quem segurou a barra em Nova União foi o pessoal do MST, que tinha produção. Eles fizeram cestas básicas e uma produção bacana e distribuíram, principalmente, para os catadores e o pessoal da UNICICLA. Eu venho do turismo, então já tinha tido contato com disciplinas práticas, teórico-práticas, porque a gente tem essa demanda no curso, e eu gosto muito de **estar em contato com a comunidade, com a cultura, com os hábitos, com as vivências, com as necessidades**. Foi realmente muito interessante, principalmente porque estou tratando de algo que está muito próximo a mim, e ao mesmo tempo muito distante de mim. Então foi uma aproximação muito saudável.

**Caroline**

Então o Turismo tem esse histórico extensionista, certo?

**Namuetcha**

Eu fiz pelo menos dois ou três campos por ano no Turismo. Fui para Diamantina, a Serra do Espinhaço, São Paulo. É natural do curso, porque para desenvolver projetos de turismo em uma região, eu preciso conhecer a região, a demanda e o perfil da região e do público que vai visitar.

**Caroline**

Já que você teve essa possibilidade de trabalhar a extensão em outros momentos, você consegue ver alguma diferença do Lumes? Há algo que poderia ser melhorado ou algo que foi muito positivo e que deve ser conservado na disciplina?

**Namuetcha**

**Ter um objetivo desde o início é muito importante, porque senão você chega no município e fica perdido.** Por exemplo, se não fosse o Fernando na minha época, eu não sei o que meu grupo teria feito, porque ele já tinha uma noção do que fazer ou não na cidade, e com quem conversar. Sem o direcionamento dele, nós ficaríamos perdidos. Essa é uma diferença do Turismo, darei como exemplo a disciplina de Marketing Turístico. A gente desenvolve um plano de turismo para uma região, mas eu já saio com esse objetivo para desenvolver em



determinado território. Eu já tenho o que desenvolver ali e isso já contribui muito. Essa **questão da organização é muito importante, seria interessante já ter isso fixado no início do semestre para as turmas.**

No mais, eu falo que foi muito bem organizado, os alunos se organizaram em relação ao transporte e alimentação, e foi muito tranquilo, com muita autonomia. **É uma disciplina para quem já está mais avançado, não acho que seja uma disciplina para quem está começando o curso, é preciso ter maturidade.** Agora comparado ao Turismo, a gente já começa o curso, desde o início, sabendo o que você precisa fazer, então não tem como fazer muito fora daquilo. A autonomia não é tão aproveitada quanto no Lumes, porque às vezes tudo é muito engessado. No Turismo você tem um objetivo e precisa cumprir através de uma metodologia que, inclusive, é teórica, e isso engessa o processo. Diferente do Lumes, em que nós já **sabemos um pouco sobre como conseguir a meta, mas o processo é mais flexível para escolher o núcleo de trabalho e dali desenvolver o projeto.**

#### Caroline

Você vê, então, que te trouxe uma nova perspectiva de como trabalhar o planejamento? Porque querendo ou não, no planejamento urbano também se trabalha o turismo, acredito que na época da disciplina você entrou em contato com essas discussões do planejamento colaborativo e a mobilização social para pensar a Região Metropolitana a partir da escala local. Isso fez sentido para você?

#### Namuetcha

Para mim, na verdade, reafirmou muitos pontos, como esse distanciamento do Turismo em relação às outras políticas e demais secretarias, ou a exclusão do Turismo em vista de políticas que são realizadas, pela falta de preparo do pessoal. Muitas vezes as pessoas querem, mas não sabem por onde ir, e ali ficou muito claro que a comunidade tinha um desejo, mas não tinha o apoio e nem estrutura necessárias por parte de nenhum dos órgãos. Isso reforçou o que eu já vejo no Turismo há algum tempo, que é essa **necessidade de realmente incorporar o Turismo de maneira mais efetiva, no processo de formação do planejamento da região.** Tanto que eles não têm um plano municipal de turismo lá, eles querem trabalhar com turismo, mas não têm um plano municipal de turismo, e sem isso eles não têm verba.

**A extensão já possibilita que eles tenham acesso a questões que outrora não tinham, ajudando realmente a ampliar a visão deles para questões que, muitas vezes, ficam retidas para quem estuda, porque é muito fácil para a gente ler, para a gente entender. Mas quem realmente vai usufruir disso, que é o morador do município, não tem acesso porque eles não saem de lá para isso. O percentual de escolaridade lá é muito baixo, então o conhecimento não volta, o que a gente sabe daqui, fica aqui, e o que eles sabem de lá, fica lá. Eu vejo a extensão universitária como um elo, como a possibilidade de unir esses dois e realmente fazer a roda girar e fazer o processo caminhar.**

Um dos pilares da universidade é justamente promover a educação, a inclusão. É trazer a comunidade para dentro da universidade. Então, um dos pontos que eu vejo que você tem em um trabalho de extensão é **a oportunidade de levar para a comunidade aquilo que está sendo fomentado dentro da universidade, e a comunidade vai trazer para a universidade o que está sendo fomentado ali em campo.** A partir dali, não só para os projetos de extensão, mas também abre a possibilidade para que a própria comunidade queira estar dentro da universidade, apresentar projetos, desenvolver trabalhos. É um trabalho de formiguinha, mas o fato da nova geração ter essa consciência, eu acho que já é um ganho imenso.

Eu vivi a disciplina do Lumes, não foi uma disciplina que eu fui um pouco. Eu vivi, eu senti, eu entrei de cabeça na disciplina porque ela tem muito valor e muito o que agregar. **Ela te provoca realmente a querer estar ali e te mostra que a universidade não está dentro dos quatro muros.** Realmente é uma disciplina que eu recomendo para as pessoas.

## Entrevista 9

**Anderson Viana – presidente da UNICICLA**

*Entrevista realizada presencialmente no dia 05/03/2022.*

**Caroline**

Eu queria primeiramente entender como você conheceu o projeto do Lumes, me conta um pouquinho desse início.

**Anderson**

Então, o projeto do Lumes eu conheci através da mobilização que foi feita na época para a **revisão do Plano Diretor** do município de Nova União. Porque a equipe da agência metropolitana, eles vieram aqui. Aliás, a agência contratou a UFMG para poder fazer essa revisão do Plano, fazer o trabalho da parte técnica, não é? E juntamente com essa equipe, veio o Lumes. Se não me engano, foi o professor Monte-Mór. Ele veio aqui, ele e a Clarice Libânio. Ela veio e aí aplicou as matérias, cada um é de uma especialidade. Foi assim que eu conheci, através dessa primeira visita.

### Caroline

Como que você começou a participar das ações? Me conta um pouco como foi essas ações do projeto Lumes, como que foi sua relação com essas ações?

### Anderson

Então, no primeiro momento foi feita uma **visita na UNICICLA** para conhecer o espaço, conhecer o nosso trabalho. A primeira visita, foi feita em 2018. Nessa primeira visita, eles conheceram um pouco o trabalho e me apoiaram também na realização do **Fórum Lixo e Cidadania**. Então assim eles me ajudaram também, na verdade, o fórum já existia, mas eu achei interessante envolver os Lumes também, nesse segundo momento. E teve um momento também que a gente se reuniu no pé de banana, que teve até, se eu não me engano, uma reunião do **fórum de economia popular solidária**. A gente tentou alavancar isso aqui, mas não conseguiu. Esse grupo do Lumes, que é o mesmo grupo que veio e na época a gente tinha feito uma reunião. A gente queria que se formasse essa economia solidária aqui. Mas só que o trem não vingou ainda, sabe? Assim ainda está caminhando. É o meu sonho, tentar alavancar isso aqui, eu espero que no futuro breve a gente consiga. Então assim, teve essa relação do Fórum Lixo e Cidadania, teve a visita na UNICICLA, teve um dia que eu acompanhei eles na **Feira Livre** que tem aqui na cidade, da agricultura familiar.

### Caroline

É somente de agricultura, então é só verdura, fruta, orgânicos assim?

### Anderson

Até que orgânicos eu acho que não. É lamentável, mas aqui em Nova União tem um problema sério com essa questão do agrotóxico. Tem muita gente aqui que usa, né? Então, assim, mas é feira livre. Tive esse momento com eles. Se não me engano, eles produziram um material na

época sobre a região, juntamente com a Clarice eles publicaram um livro (Guia da Cidadania e Identidade Metropolitana na RMBH). Eu acredito que boa parte do **Lumes ajudou na captação de informações para o conteúdo do livro**. Fala de vários **pontos turísticos da cidade**, fala da UNICICLA, fala das tradições daqui. E o Lumes a gente sempre trocou ideia, tinha um grupo do whatsapp aqui e então eu achei bacana, estar envolvido com esses estudantes.

### Caroline

Nesse sentido, você entende que esses projetos de extensão universitária eles mudam a sua visão em relação à universidade? O que a universidade significava para você antes e quando os estudantes começaram a se aproximar, do município, da comunidade, das ações de vocês, mudou a sua visão em relação à universidade?

### Anderson

Na verdade, eu já tinha uma visão da faculdade da forma que eu já imaginava mesmo, sabe. Então assim, só mesmo concretizou o que eu pensava, né? **Então, eu acho que é importante ter a presença da universidade aqui, continuamente. Eu acho que deveria ter mais presença desses estudantes. Porque assim, você vai aprender, tem que ser na prática, não adianta o camarada sentar lá na cadeira lá, ficar com o professor e não ver a realidade nua e crua. É importante os estudantes estarem envolvidos diretamente, na prática, com o que é que acontece na região.** É importante o estudante conhecer Nova União, conhecer a agricultura da banana, conhecer a produção de banana, visitar o barracão de produtores. É importante, os estudantes estarem visitando aqui a parte turística daqui da cidade, né? Eles estarem desenvolvendo algum trabalho aqui. É importante conhecer o nosso trabalho da UNICICLA, que é protagonista aqui na região. Enfim, e ver os potenciais que a cidade tem. É importante os estudantes estarem envolvidos com Nova União, e com a prática. E com a Região Metropolitana como um todo. Não adianta só Nova União. Acho que a UFMG faz um papel importantíssimo. É importante conhecer. Conhecer ali o monumento da Serra da Piedade, visitar lá, visitar outros espaços, entendeu? É importante. Eu acho que isso agrega.

### Caroline

Você viu que isso o projeto proporcionava para os estudantes. E qual é o benefício que você vê para a comunidade? Assim, em relação à própria comunidade? Que isso que você citou, é benefício para o aluno. O aluno vai conhecer, vai entender a realidade, vai aplicar o seu

conhecimento em uma coisa real, sem ficar fantasiando uma realidade que não existe. Mas o inverso, é positivo também?

**Anderson**

É positivíssimo, porque a sociedade em si, ela carece de conhecimento. Eu vejo isso na prática, a sociedade como um todo ela carece de conhecimento. **Então, ter estudantes aqui em Nova União, você acaba respirando um ambiente acadêmico. É esse tipo de gente que a gente quer aqui. É esse tipo de pessoa que a gente quer que ocupe os espaços de Nova União. Estudantes universitários, gente que vem trazer conhecimento, gente que vai absorver conhecimento. Gente que vai agregar no nosso meio.** Então eu acho que para a comunidade é importante sim ter a presença do Lumes. Até porque, o pessoal tem a cabeça muito fechada as vezes. Então você traz esse povo com umas ideias bacanas, com as ideias novas, as pessoas vão abrindo, não é? Poxa, tem uma turma que veio aqui, conversou com a gente, eu acho que o morador se sente valorizado. Por exemplo, estou dando essa entrevista aqui, eu estou me sentindo valorizado. **Porque o que a gente trabalha, o trabalho que a gente faz, está sendo reconhecido, está sendo falado, está sendo lembrado, está sendo levado para o espaço acadêmico. Tem coisa melhor que isso?**

**Caroline**

E sua relação com o município, dessa relação do projeto, tanto com o que você atua mais diretamente quanto os outros que você está envolvido, você vê que a relação da prefeitura, enquanto um órgão que regula as coisas, mudou? O Lumes ser um parceiro traz alguma relevância dentro dessa relação da prefeitura com os projetos?

**Anderson**

Olha, na verdade, eu acho que essa relação UNICICLA, Lumes, só fortalece o nosso nome, principalmente o nosso trabalho de catadores. Então eu acho isso superpositivo também. Agora, a questão do poder público é, obviamente, que o gestor vai enxergar que a gente é mais capaz. “Poxa, o grupo tá com uma equipe da UFMG junto. A UNICICLA tá se desenvolvendo.” Então eu acho que eles enxergam a gente assim, que a gente está se desenvolvendo e se capacitando de uma certa forma. E indiretamente outros órgãos públicos começam a enxergar, não só a prefeitura. O Ministério Público, o governo de Minas, a Semad, a Sedese (secretarias), a Defensoria pública. Isso traz seriedade para o trabalho. **É esse tipo de relacionamento que cria um ambiente favorável para o nosso nome poder se estabelecer.**

**Então, eu acho que a UNICICLA cresce muito estando envolvida com a UFMG, com o Lumes, com os estudantes.**

**Caroline**

Pensando no que você já falou, que as vezes não sabemos o que está acontecendo no lugar, e que o sentido da extensão também é proporcionar isso, fazer com que o aluno chegue até o lugar. Você vê que o projeto tem conseguido avançar nisso, você tem algumas críticas em relação a essa atuação? Alguma sugestão?

**Anderson**

Olha a crítica que eu tenho para fazer, que eu acho que é positiva, é se manter mais presente aqui. **Eu acho que quanto mais vocês estarem aqui presentes, dentro de Nova União, estabelecendo uma relação mais atuante com a gente, eu acho que falta é isso, ter mais assiduidade. Porque para você criar uma sociedade mais justa, mais igualitária, a faculdade poderia ter um espaço dela aqui em Nova União. Aluga um espaço aqui e vem dá aula aqui, vem para cá, você entendeu? Ao invés de ficar só lá dentro de sala de aula, vamos ficar aqui, vamos estudar aqui, aqui que tem que ser uma sala de aula permanente.** Então, é essa crítica que eu tenho.

**Caroline**

E isso faz todo sentido dentro do que a gente pensa como o planejamento tem que acontecer, próximo mesmo da comunidade e das pessoas.

**Anderson**

Porque alguns governos não tem a mente aberta sabe? Eu acredito que alguns governantes pensam que quanto menos a sociedade aprender, quanto menos a sociedade entender das coisas é melhor para eles, é o governo que domina. Então ter os estudantes de forma permanente ajuda na formação da sociedade. É isso que eu penso, sabe?

**Caroline**

E é um grande aprendizado também para os estudantes, né?

**Anderson**

Claro, você imagina uma estudante de sociologia, por exemplo, que não entende nada de povos tradicionais. Você imagina esses caras aí? “Eu nunca fui na comunidade quilombola, eu nunca fui numa tribo indígena, eu nunca fui num povo nativo mesmo lá de Nova União, que

está no campo lá, eu não sei como é que esse cara vive”. **Então assim, que formação é essa? É importante, a pessoa está ali, envolvido, isso faz parte do desenvolvimento humano mesmo.**

**Caroline**

O Lumes está previsto como um programa dentro de uma política pública. Para além dessa burocracia, de estar escrito dentro do planejamento que ele é uma política pública de implementação de espaços, de discussão, de participação, para além disso, o Lumes poderia ser o que é mais?

**Anderson**

O eu acho que é a interação, né? Eu acho que tem que ter isso, **o Lumes seria uma espécie de elo entre a faculdade e a sociedade como um todo. Um elo entre o estudante e o campo.**

**Caroline**

E talvez uma rede? Porque você citou várias coisas que vocês conseguiram vincular à UNICICLA, várias instituições, pessoas que vocês conseguiram beneficiar. Isso é uma rede que está sendo construída?

**Anderson**

É uma rede, uma rede de parceiros, uma rede de instituições, onde uma vai contribuir com a outra, né? A UNICICLA está no meio dessa rede e isso é importante demais.

**Caroline**

Acho que quando você fala elo, me lembra muito isso. Hoje a gente está aqui com uma ação do Instituto Sou Capaz, no Projeto Tijolinho, mas às vezes tem várias outras pessoas que podem se conectar a essa ação de forma diferente.

**Anderson**

Uma outra coisa é que a visita dos alunos anteriores foi no sábado. Eu até entendo que é por causa da agenda escolar, da faculdade e tal. Mas eu acho que eles tinham que ter vindo durante a semana, para eles verem o trabalho sendo realizado na prática (dos catadores da UNICICLA). Então eu achei ruim a visita no sábado porque não tinha ninguém no galpão. Ninguém estava trabalhando nesse dia, estava todo mundo de folga. Durante a semana eles poderiam ter visto o trabalho sendo feito, sabe? Então eu senti falta foi disso, mas no mais foi bem bacana.

Caroline

E hoje na cooperativa ainda tem pessoas que participaram nessa época?

Anderson

A maioria está lá ainda. A gente não tem essa rotatividade. Quem tá lá são os mesmos da fundação, alguns entraram depois, mas a maioria é tudo da fundação. É muito triste quando a entidade tem uma turma, depois sai, depois volta de novo. A entidade não se estabelece, a visão dela o tempo todo está mudando. Quando você já tem um grupo unido ali, a entidade passa a ser representativa, ela passa a se posicionar melhor diante da sociedade. O trabalho nosso é focado muito no desenvolvimento humano, sabe? Para mim o que importa não é o dinheiro em si que eles vão ganhar, mas sim a forma com que eles vão evoluindo ali. Eu me lembro assim que tinha gente que trabalhava comigo que não abria a boca para nada. Hoje já chega numa reunião, já consegue se expressar. Hoje ela se sente parte integrante da sociedade. A UNICICLA de fato tem esse poder de transformar as pessoas, transformar a realidade de vida das pessoas. Eu acho que esse trabalho que a gente faz de fato é isso. O que eu aprendi com a UNICICLA tem acrescentado muito na minha vida pessoal, melhorou muito as relações. Eu nunca imaginava na minha vida sentar com um deputado, sentar com um promotor de justiça, um juiz. Eu achava que aquilo era uma realidade distante da minha. E hoje não, hoje eu sento com o empresário, eu negocio com ele numa mesa. Eu participo de encontros com outras cooperativas.

Caroline

O Jorge falou uma coisa que achei superinteressante, que quando o projeto veio (Lumes) ficou claro que as coisas eram mais fáceis do que se imaginava, esse contato com os representantes do poder público.

Anderson

E aqui em Nova União tudo isso é muito distante das pessoas. Então você pega um promotor de justiça, para eles é coisa de outro mundo. É justiça, tem medo. Eu acho que foi um grande aprendizado para mim até agora, está sendo. Acredito que a gente vai aprender muita coisa ainda. **E a UNICICLA, por ser hoje uma organização da sociedade civil, ela sabe se posicionar, sabe ocupar os espaços. Sabe chegar, por exemplo, em uma Câmara Municipal e ter voz lá. Sabe chegar num Conselho de Meio Ambiente e ter voz ali, sabe? Porque antigamente não tinha voz. Agora, por exemplo, no Subcomitê de Bacias do Rio das Velhas a gente tem**



cadeira. É bacana fazer parte e saber que você vai ser ouvido e que às vezes a sua opinião vai ser respeitada, né? Isso também é democracia.

## Entrevista 10

**Jorge Luiz – presidente do Instituto Sou Capaz**

*Entrevista realizada presencialmente no dia 05/03/2022.*

**Caroline**

Gostaria que você me contasse um pouquinho como que você conheceu o projeto Lumes.

**Jorge**

No planejamento do PDDI, lá em Nova Lima, através de uma exposição do trabalho no CAIC. Lá eu conheci o professor Roberto e a proposta de trabalho dele, a partir daí, entendi melhor como funcionava. Como eu trabalhei nas prefeituras de Rio Acima e agora aqui em Nova União, já quase 10 anos aqui, eu participei dos processos de planejamento. Eu participei do grupo de acompanhamento da formação do **Plano Diretor Municipal de Nova União**.

**Caroline**

O projeto Lumes começou a atuar a partir desse momento, junto com esse grupo de acompanhamento?

**Jorge**

No **grupo de acompanhamento (GA) daqui de Nova União**, como já estava bem mais desenvolvida a proposta do PDDI, eu consegui vislumbrar mais, entender mais a fundo do que era o Lumes, entender como funciona a trama verde azul, compreender como que é o planejamento urbano e a mobilidade social necessária que a arquitetura trabalha. É difícil a gente poder entender isso, né? Porque a arquitetura para todo mundo normalmente é um edifício. Isso mudou muito a concepção que eu tinha. Em 2013 eu acabei tendo contato e conhecendo um pouco mais sobre isso na pós-graduação em Administração Pública lá na PUC. Então isso ajudou também a melhorar a noção sobre planejamento urbano e aí eu fui interessando. E isso me interessa bastante porque toca o desenvolvimento social das pessoas. Eu parto do princípio de que a assistência social deve ter uma noção mais ampla do que é o

ser humano, não só reducionista, no sentido de benefício, mas sim a promoção humana do desenvolvimento humano, enquanto capacidades, potencialidades, **emancipação**.

E o Lumes, quando chegou na elaboração do Plano Diretor, eu vi que aqui em Nova União seria um ponto estratégico, porque o desenvolvimento urbano aqui, com a duplicação da BR-381, melhorou demais, a mobilidade ficou muito melhor, a gente teve mais possibilidades. Só que em termos de gestão eu não posso dizer o mesmo. O Plano Diretor que foi aprovado há 2 anos e meio atrás pelo GA não foi aprovado pela Câmara de Vereadores. Mas por outro lado, **o conhecimento sobre o município nesses momentos de estudo do Lumes para o Plano Diretor aumentou. A gente teve a oportunidade de conhecer melhor a extensão territorial de Nova União, eu pude analisar os dados da cidade.**

**Porque o Lumes instiga a gente a pensar diferente. Ele dá oportunidade da gente ter uma noção diferenciada a respeito do que é pensar cidade. Cidade é um conceito criativo, é um conceito de oportunidades, não um conceito de estagnação. A cidade está sempre em movimento.** Para Nova União pensamos possibilidade de coisas diferentes. A ligação de Nova Aparecida com Nova União é um grande desafio. A carga produtiva que o Carmo tem na produção de banana é um grande desafio também, em relação ao escoamento. A gente tem que melhorar essa noção do desenvolvimento urbano enquanto oportunidades, e eu acho que as oportunidades vêm pela criação, pela criatividade, pela inventividade, por se atualizar com as demandas sociais e fazer essa participação social acontecer mesmo.

### Caroline

Como que você acredita que essa experiência do Lumes contribuiu para a sua relação com o município? Você citou muito o grupo de acompanhamento, não é? E após esse grupo de acompanhamento, a partir do momento que o Lumes vira um projeto de extensão, você acredita que essa aproximação com o projeto do Lumes mudou a sua visão em relação ao município?

### Jorge

Eu sempre fui extensionista, então eu tive uma experiência boa. **E o que o projeto de extensão, na minha visão, dá enquanto formação é a capacidade de falar com qualquer pessoa. É você ter a possibilidade de desenvolver um diálogo afinado com pessoas que têm o poder de decisão e influenciar positivamente pelo conhecimento que você tem. O Lumes**

enquanto projeto de extensão tem essa legitimidade, tem a bandeira da UFMG, tem o reconhecimento acadêmico. Então o Lumes trazendo uma análise mais aprofundada sobre o município foi o que me fez crer que é muito mais fácil do que a gente imagina, não é nada complexo se tiver alguém que orquestre bem uma participação social correta. Se a gente tiver ligado aos conselhos e as instituições do terceiro setor, a governança social que é necessária para administração pública acontecer. O problema é que muita gente não quer ouvir o povo. Infelizmente a gente vê esse exemplo aqui. Eu não entendo porque que uma deliberação de conferência, não tem validade. Às vezes, outras transformações, outras ideias, outros empreendimentos, outras oportunidades surgiriam, mas infelizmente nós não cumprimos a lei.

#### Caroline

Você acredita que essa experiência com o projeto mudou a sua relação com a universidade? Me explica melhor o que é que você entende por essa legitimidade, esse reconhecimento acadêmico que você citou.

#### Jorge

Os movimentos que a gente vê hoje, às vezes não é um movimento social, é uma ação social condicionada, que são pessoas que se unem em torno de uma visão que foi criada por algum grupo, ou por alguém, para fazer a manipulação da conduta delas. Elas saem às ruas ou elas protestam sobre determinada coisa e na verdade elas estão sendo manipuladas, porque as necessidades sociais delas continuam não sendo supridas. O Estado continua sendo omissivo do mesmo jeito.

**Então o Lumes cumpre essa função de promover a participação social metodologicamente. De pensar a cidade, de acordo com o conceito da pólis, da ágora onde a pessoa tinha voz.** Se a gente for ver bem, hoje a gente tem mais oportunidade de falar e ser ouvido do que antes. Aí nós precisamos fazer valer essa voz. **O Lumes é fundamental porque a relação da Cátedra, que tem a liberdade do conhecimento, sem ter a imposição de um governo x ou y, você pode desenvolver um conhecimento e ver até onde ele vai dar.** Essa liberdade a gente precisa inculcar na mentalidade de municípios pequenos. Dá a chance de criar inovações dentro do município, que muitas vezes as pessoas pensam assim “vou criar não, porque aqui é pequeno, não vou criar não, porque aqui ninguém vai querer, não vou criar não, porque aqui não vai dar certo”. A metodologia do Lumes ela dá essa liberdade de criação, então ela cumpre a função

da cátedra. Ela dá a chance de haver a troca fundamental da extensão que é **o papel de cumprir para além dos muros da universidade uma relação de conhecimento construtivista.**

**Caroline**

E isso para quem está estudando, né?

**Jorge**

Justamente. Que pega ali o saber popular, a cultura, o conhecimento acadêmico de outros. **Que na comunidade tem outros conhecimentos, só às vezes não é institucionalizado, mas a pessoa bebeu de academia de outra forma.** E muitos moradores veem essa segurança (na academia) que muitas vezes ela não vê no poder público, de que ela tem voz e vez e pode participar. No GA isso foi muito claro. Às vezes uma pessoa precisa simplesmente falar sua ideia. Limitar o diálogo é também impor que aquela pessoa que não quis ouvir muitas vezes é que tem poder, é a que realmente deve construir as coisas. Já com a construção de uma metodologia técnica não. Você chega, escuta o que a dona Maria vai falar e você identifica algo que nenhum intelectual até o momento pensou. Isso é o conhecimento acadêmico aplicado metodologicamente da maneira certa para lidar com a comunidade. **Cidade precisa de ser construída em cima das diferenças, em cima das necessidades diferentes, dos perfis diferentes, das famílias diferentes, das regiões diferentes.** Eu acredito muito no terceiro setor. Eu acho que o terceiro setor, junto com a universidade, assume um poder mesmo do conhecimento, conhecimento é poder, não é? **Aí sim a gente tem condição de mudar as microesferas, sabe? A micropolítica fazendo a diferença.**

**Caroline**

E atuando no terceiro setor, você já teve a oportunidade de realizar outras parcerias com outros projetos?

**Jorge**

Na UFMG mesmo, né? O Fórum da Música tem essa parceria com a Faculdade de Música. Como que a gente conseguiu? Indo lá e conversando: olha, nós estamos com essa ideia aqui, desenvolvendo esse trabalho, gostaríamos muito de ter vocês somando. Nós temos empoderamento, nós temos engajamento, nós temos a confiança das pessoas. A mãe deixou os meninos tudo aí (Projeto Tijolinho). Estão aí, os meninos estão andando livre, tranquilo, sem preocupação.

Caroline

Essa relação de parceria não é somente com instituições né, também são pessoas físicas, pessoas que se interessam em se voluntariar.

Jorge

As pessoas entendem, numa comunidade ainda com um desenvolvimento pequeno, que a responsabilidade da promoção humana é do poder público. Eles entendem que o poder público tem a responsabilidade de prover. **Na verdade, o poder público tem a responsabilidade de dar condição e de fazer as pessoas desenvolverem expertises.** Com isso ele desonera a máquina pública, ele cria oportunidades para as pessoas, dá a chance dela se desenvolver livremente e quebra o ciclo do de 4 em 4 anos. No Instituto a gente constrói junto, é um coletivo, a gente tem autonomia. Não é simplesmente “tem um projeto social acontecendo”. **É esse projeto só acontece porque eu quero que aconteça. Esse projeto só acontece porque eu tomo as rédeas da situação. Eu planejo junto, eu faço junto.** Agora nós precisamos de fazer os instrumentos de participação social serem validados. Eu acredito muito no terceiro setor. Eu sou obstinado no Instituto Sou Capaz, quero muito que dê certo, que gere renda para os meninos. E já está acontecendo sabe? A gente está organizado, com pessoas que pensam parecido, com pessoas que querem fazer a diferença. Essa percepção, essa sensibilidade, ela é necessária dentro do terceiro setor. O foco é o desenvolvimento das pessoas. Por isso a gente não pode abrir mão dessa **parceria com o Lumes, porque a cada semestre a gente desenvolve um pouco mais a nossa forma de pensar.** A gente entende que as parcerias legitimam o trabalho, elas ampliam o horizonte das pessoas.

Caroline

O que você vê que podia ser mudado no Lumes enquanto esse projeto de extensão? Quais sugestões e críticas que você faz?

Jorge

O que eu aprimoraria é a vontade do resultado. A faculdade mexe muito com a gente nesse sentido, eles querem mostrar que teve um resultado no período x, **quando na verdade esse movimento social ele é muito atemporal, não tem como prever, mostrar um serviço assim.** Acho que pode entrar nessa definição do médio prazo, do longo prazo, que deixa marcas muito mais consistentes. Nós não podemos ser promotores de eventos, sabe? Tudo tem que ter um norte, não pode ser aquela coisa que nós vamos, porque nós podemos movimentar o

final de semana. **Tem que ser uma coisa mais duradoura**, sabe? E a extensão tem esse prazo né, 6 meses, 1 ano, não dá. O que eu vejo é isso, **essa necessidade de ser mais continuado**.

**Caroline**

E quando você fala continuado é, mesmo mudando as turmas, manter um mesmo projeto?

**Jorge**

**Você ter um projeto onde outras pessoas possam dar sequência.** Na hora que a pessoa entra na disciplina, ela entende o que está fazendo, aonde está entrando, qual que é a proposta de trabalho. Ela pode propor outras coisas, mas a gente tem que ter **o foco de desenvolver esses projetos que se não eles ficam só em ideias**. Por exemplo, será que implantar **moeda social** aqui hoje vai dar mais autonomia para as pessoas acessarem as oportunidades que a própria comunidade gera, movimentar uma economia local, gerar possibilidade de outras pessoas entrarem na roda do consumo consciente, que observe o crescimento do outro enquanto parceiro, não como concorrente? Será que a gente tem condição de implantar uma economia solidária, que faça com que as pessoas se veem diferente, com maior reconhecimento naquilo que fazem? Para a gente estudar isso, nós vamos precisar de tempo, um semestre não dá, sabe?

**Caroline**

E o que você acha que o Lumes poderia representar enquanto esse programa dentro de uma política pública, como ele foi proposto no PDDI? Você vê que o Lumes pode deixar de ser apenas um projeto de extensão e virar realmente um espaço de discussão do município?

**Jorge**

Eu acho que aí tem que evoluir a mentalidade. O que poderia levantar essa bandeira é a eficiência do Plano Diretor. **Se o Plano Diretor fosse palpável às pessoas e elas entendessem a função dele de modo a querer que ele aconteça**. Acho que a maior prova da ação de um desenvolvimento integrado é ter um Plano Diretor pensado nessa lógica. Aí as pessoas vão compreender melhor.

## Entrevista 11

### Mirlaine Souza – voluntária do Instituto Sou Capaz

*Entrevista realizada presencialmente no dia 05/03/2022.*

#### Caroline

Me conta como você conheceu o projeto Lumes?

#### Mirlaine

Bom, a princípio eu entrei no Instituto Sou Capaz. Já tem um tempo que a ideia nasceu, uns cinco anos, mas que oficializou mesmo tem menos de um ano. Com a oportunidade de participar dessas ações, o Jorge me disse que teria uma chance de fazer parte de um projeto extensão com a UFMG. Então eu procurei saber mais e acabei entrando. Então foi mais porque o Jorge me incentivou, perguntou se eu queria participar.

#### Caroline

O projeto do Lumes você já tinha ouvido falar dele nesse período de cinco anos de atuação do Instituto? Quais foram as ações do Lumes que você participou?

#### Mirlaine

Na verdade, eu não conhecia.

#### Caroline

Então, nesse período de 2017, 2018, você não participou daquelas ações do projeto?

#### Mirlaine

Eu sei que o pessoal da UFMG esteve em Nova União, só que eu não participei na época.

#### Caroline

Então me conta como que você começou o trabalho no Instituto Sou Capaz. Qual é a trajetória do Instituto?

#### Mirlaine

Eu entrei no instituto após conhecer um projeto que eu estava realizando, que era o **Fórum da Música**. Então é a partir daí que eu entrei para participar. Depois eu fui convidada para ser secretária do Instituto Sou Capaz, ajudando o próprio instituto. Então antes eu participava,

mas assim não tinha um vínculo exatamente com o instituto. Mas depois eu passei a ser voluntária.

**Caroline**

Nesse período que você participava do Fórum da Música, você conseguia perceber o que era o Lumes?

**Mirlaine**

No início eu fiquei sem entender. Eu sabia que o Instituto tinha essa questão de elaborar projetos sociais, mas eu não fazia ideia desse projeto de extensão. **Porque para mim, na UFMG, a pessoa só tinha aulas ali. Então eu percebi que isso de projeto de extensão era mais de ajudar essa coisa de mobilização. Então seria uma coisa de extrema importância.**

**Caroline**

Com essa experiência com o Lumes, discutindo o planejamento, como que isso tem impacto na sua relação com o município? Como que isso tem impacto na sua relação com o lugar que você vive? Você entende que isto te traz um outro olhar para essas questões cidadãs?

**Mirlaine**

Eu vejo que é uma oportunidade. Além disso, dessa realização pessoal, eu penso que pode agregar no meu conhecimento. **Como cidadã eu posso futuramente ajudar de certo modo a mobilização. Porque assim, as vezes os cidadãos aqui não são muito ativos, de pedir algum direito que ele tem, sabe? Então o Lumes, apesar de ser uma matéria mais voltada para o urbano, eu penso que a pessoa se torna mais ativa, ela cria mais conhecimento, ela vê o que tem de direito.** Além do dever, que todo mundo já sabe qual é, mas tem os direitos, que nem todos sabem, né?

**Caroline**

E essa experiência com o projeto tem mudado sua relação com a universidade? Você percebe que a universidade tem realmente um impacto no município? Como você vê essa aproximação da universidade através do Lumes? O que você acha disso?

**Mirlaine**

Eu tenho certeza que é uma proposta muito bacana. Porque aqui não tem muitos recursos, não tem muitas oportunidades de cursos, não tem muita oportunidade de estágio, então assim, esse impacto da UFMG trazendo essas coisas assim para um lugar pequeno mesmo.



Muita gente fala assim, Nova União é um lugar pequeno, não tenho coragem de morar não. Mas tem muitas coisas belas. Como você viu, o **Rumo Espinhaço**, tem muitas cachoeiras bonitas, né? Além da natureza, deveria ter um projeto, alguma coisa. Eu acho que a UFMG tem grande chance de trazer alguma coisa bacana para Nova União.

**Caroline**

E dentro do Instituto Sou Capaz, vocês têm uma perspectiva de ter outras instituições como parceiras, como hoje vocês são do Lumes? Outras instituições com as quais vocês poderiam formar uma rede? Você vê isso sendo possível dentro do instituto?

**Mirlaine**

Eu acredito que sim, porque cada dia tem a formação de novos projetos, então consequentemente, cada projeto pode trazer um parceiro que já tinha ou que tem em mente. Além disso, tem os empreendedores, né? Como o **catálogo** que a gente fez, tem por exemplo, o bar da Sandra, que é uma parceira. Então, **a cada mobilização que a gente faz, a cada passeio (Projeto Rumo Espinhaço) a gente pode conquistar mais parceiros, formar uma rede.**

**Caroline**

O que você acha que poderia melhorar no projeto do Lumes? Quais as críticas que você tem ao projeto de extensão?

**Mirlaine**

No início eu tinha até alguma crítica sim, mas depois ao conhecer todos vocês, eu passei a não ter mais. Eu achava que era muito exigente o curso para falar a verdade, mas depois eu fui conhecendo e entendendo mais. Agora sugestão seria trazer alguma coisa para Nova União, para ajudar mais pessoas, expandir suas oportunidades. **Porque não é todos que conhecem o que a UFMG faz.**

**Caroline**

Quando você fala expandir, seria dentro da própria universidade, com outros cursos de graduação ou para gente trazer mais pessoas de outras formações, ou você fala dentro do município, para os moradores conhecerem o projeto.

**Mirlaine**

**Expandir mais para as pessoas, para trazer conhecimento para o pessoal de Nova União,** além de trazer esse curso. Muita gente aqui procura um curso para fazer e não tem. E divulgar também.

**Caroline**

O que você acha que o Lumes poderia representar dentro do município? Assim? Você imagina o Lumes como algo além de um projeto de extensão?

**Mirlaine**

Tenho muita convicção que sim, porque se divulgar bastante, eu acredito que esse projeto possa crescer e que as pessoas consigam ter parceiros que ajudem esse projeto e consequentemente o projeto vai crescer, vai ter mais pessoas procurando e aí, com certeza, **pode acontecer de ir para outras cidades também.** Acredito muito porque tem potencial. Tem professores bons, tem a equipe toda, pessoas que realmente ajudam.

**Caroline**

E eu acho que é isso que você falou, o Lumes pode ter mais parceiros. O que Nova União tem feito em outras áreas né, não só dentro, por exemplo, das ações com os jovens, mas dentro da produção de alimentos, dentro da geração de emprego e renda.

**Mirlaine**

**Qualquer projeto para se fortalecer precisa de parceiro, porque não é fácil.**

## **Entrevista 12**

**Ramon da Silva Torres – doutorando em Economia**

*Entrevista realizada presencialmente no dia 29/04/2022.*

**Caroline**

Me conta, como que você conheceu o projeto de extensão? Como que você chegou até o projeto do Lumes?

**Ramon**

Eu já sabia que o Roberto dava essa disciplina há muitos anos. Eu tinha tido colegas que tinham feito essa disciplina, muitas pessoas que eu tinha ouvido falar, mas eu mesmo nunca tinha

feito na graduação. Ainda estava no meu primeiro ano de mestrado, nesse momento, e estava procurando experiência de trabalho. Na verdade, eu tinha tido pouca experiência de trabalho durante a minha graduação. E dentro disso, eu procurei o Roberto, que tinha sido meu orientador na graduação e eu perguntei a ele se ele não precisava de ajuda em algum projeto e ele me falou dos Lumes, que poderia ser uma oportunidade de estágio. Seria uma espécie de monitoria, organizar as viagens de campo que teriam, junto com os alunos, passar orientações para os alunos e fazer uma parte de interlocução também com esses agentes de cada município. Na época, a gente estava trabalhando com Matozinhos, Vespasiano e Nova União. Isso durante o segundo semestre de 2019, sendo que algumas dessas atividades eram uma continuação do primeiro semestre de 2019.

### Caroline

Me conta um pouco, como que foi a sua experiência, as ações que você participou, além dessa organização como estagiário? Você se envolveu nas ações em si, esteve presente nos trabalhos de campo, teve contato com os parceiros?

### Ramon

Envolvia ter que conversar com esses agentes locais para organizar a ida dos alunos, para ver o que que a gente ia fazer. Porque no começo os alunos chegam “crus” na disciplina, eles não fazem ideia do que é, não fazem ideia do que é cidadania urbana, sabe? Alguns inclusive chegam com um certo espírito oportunista também, no sentido de que é uma disciplina aos sábados, tem que cumprir créditos, etc. Ao mesmo tempo, o Roberto é uma pessoa encantadora, não é? Então ele acaba encantando os alunos e foi muito engraçado assim, porque eu me empolguei com aquilo de novo. E aí acabou que foi interessante, **porque você vê que os alunos também se envolviam. E o interessante desse trabalho do Lumes é que os alunos se organizam de uma maneira muito autônoma.** O Roberto dá um direcionamento, fala sobre o que é planejamento e cidadania, acho que sejam os dois conceitos fundamentais da disciplina. O planejamento participativo, isso de trazer a comunidade, de trazer agentes locais para fazer o planejamento. Eu vejo o Lumes em conexão também com um outro grupo que tem aqui na faculdade, de economia popular e solidária, que é o Colmeia.

**Eu acho que a disciplina do Lumes também tem esse ponto fundamental, você tem um peso muito grande de juventude fazendo planejamento participativo, sem experiência prévia, né? Sem viés do que que é planejamento. Então a criatividade fica aberta, ela fica livre assim**

**para os jovens, para poder pensar o que ele quiser, o que resultou em ações muito interessantes.** As ações na escola em Vespasiano, por exemplo, de repente os meninos da graduação se aliam aos meninos do ensino médio, ensino fundamental, para discutir depressão da escola. E foi uma coisa muito interessante, porque não foi à universidade, chegando com uma proposta para uma comunidade. Mas foi **a universidade escutando uma proposta da comunidade e em torno disso, tentando auxiliar essa comunidade. Eu acho que isso é o que diferencia o Lumes, essa escuta ativa. A universidade está aqui para escutar, e não a universidade está aqui para indicar, para planejar, para dizer o que vocês têm que fazer.** E isso não deixa de ser uma relação cheia de conflitos, porque muitas vezes a comunidade espera exatamente isso. Espera que a universidade chegue e diga, espera que a universidade chega e resolva os problemas.

**Caroline**

Você pode aprofundar um pouco nessas ações dos alunos em Vespasiano?

**Ramon**

No primeiro semestre de 2019, eu não sei exatamente como, se deu essa aproximação com a escola e com o líder comunitário Bruno. No momento em que a gente voltou, no segundo semestre, já havia essa dificuldade da gente chegar lá, com alunos totalmente novos, com quase 15 pessoas totalmente diferentes das outras 15 anteriores. Somou-se a isso uma outra dificuldade que era os alunos, que estavam engajados no semestre anterior, pararam de se engajar. E aí ficou muito difícil de dar continuidade ao trabalho realizado no semestre anterior. Pegou, vamos dizer assim, carona nessa articulação com a escola, mas acabou sendo outra coisa depois. Ai que vem isso da liberdade, da criatividade. Os meninos fizeram uma coisa nova, uma coisa relacionada a economia popular e solidária. Os meninos tiveram uma proposta de fazer um catálogo dos empreendedores da região. Eles fizeram um trabalho de campo lá e saíram entrevistando as pessoas na rua, pequenos comércios, para criar um catálogo, com número de telefone, etc., e fizeram em um formato para divulgar em grupo de Facebook, em grupo de WhatsApp.

Ao mesmo tempo, eles fizeram uma feira na escola parceira e levaram uma pessoa da Empresa Júnior para falar de marketing digital, para as pessoas que estavam lá. Também teve uma apresentação de capoeira, então juntou umas outras atividades que tinham nas comunidades. **Foi uma coisa bem legal, apesar de ter um problema, que é um problema de todas as feiras,**

que é a falta de público. Assim tinham os alunos, tinha o pessoal da capoeira, tinha pessoal da feira e tinha mais algumas poucas pessoas assim, sabe? Não sei, pode ser uma questão maior também, né? De participação mesmo, as pessoas não estão participando mais das coisas.

**Caroline**

E como foram as ações em Matozinhos?

**Ramon**

No semestre que eu estava foi uma atividade de pintura dos pneus no Parque Barroirão. Lá no Barroirão tem muito essa mobilização pelo Procópio, ele conseguia mobilizar pessoas, levar gente, algumas famílias. E aí teve essa atividade de pintura dos pneus que ele conseguiu. E assim, é incrível como que ele consegue mobilizar a comunidade para alocar trabalho naquilo, transformar aquilo num sonho coletivo ali, das pessoas da região, e ao mesmo tempo ter esse envolvimento da universidade.

**Caroline**

E em Nova União, você conseguiu acompanhar as ações?

**Ramon**

Consegui, a ação lá foi um curso de formação em economia solidária. Eles pegaram o contato da Chica, acho que com o Colmeia, que é uma das lideranças do Fórum de Economia Solidária de Minas Gerais, talvez até do Brasil. Mas acho que esse tema não foi para frente. **Cabe-se questionar porque que as coisas acabam. Eu acho que são duas coisas, não sei até que medida em que elas estão relacionadas, mas que geram frustração de grande parte dessas iniciativas. Uma é mobilização social, mobilização social é difícil. É difícil mobilizar pessoas.** O Roberto diria que é preciso ter um “diamante”, um líder que realmente coloque ação, se empenhe, que motive as pessoas, que delegue. Uma função de liderança mesmo, geralmente as coisas que dão certo é porque tem essa figura. E aí vem o segundo ponto, que é a gente precisa de trabalhar para sobreviver. **Essas atividades precisam de gerar renda, precisa gerar para além da sobrevivência. Tudo isso tem muito a ver com a economia popular e solidária.**

**Caroline**

Sobre os impactos da extensão, estar em contato com a extensão universitária influenciou seus próximos passos na vida acadêmica, teve impacto na sua vida profissional?

### Ramon

Não somente essa do Lumes, mas a minha primeira experiência de extensão, ainda na graduação, me ajudou muito, no sentido de aprender a me organizar. A extensão me ensinou a trabalhar, a usar minha criatividade. Eu lembro que eu coordenava financeiramente esse projeto e o Roberto me dava instruções gerais do que eu deveria fazer e eu tinha que correr atrás daquilo. Era um desafio muito grande, por exemplo, atender o telefone, resolver as coisas pelo telefone. Então foi muito importante nesse sentido de aprendizado de trabalho. Talvez eu não consigo explicitar essa transformação porque desde cedo na universidade que eu vivi com extensão. Então, assim, quando eu cheguei no Lumes eu já estava muito mais acostumado, muito mais ágil nesse trato com os agentes, nessa questão de comunicação, de mobilização, sabe? **O principal ganho da extensão foi esse ganho dessas habilidades pessoais. Esse tipo de mobilização, vamos dizer, que conecta a universidade com o exterior, que extrapola o mercado.** Eu acho que sim transformou muito, porque eu não consigo ficar em uma coisa que é só pesquisa, sabe, gosto muito de teorias, mas assim não consigo ficar só nisso, e eu acho que é muito por conta desse papel da extensão. Sair da universidade em si já é um pouco movimento de cidadania também.

### Caroline

Esse contato com a Região Metropolitana através da extensão foi um impacto positivo? Você consegue ver uma mudança proporcionada pela extensão na sua relação com a cidadania metropolitana?

### Ramon

Isso me gerou um questionamento, que é ainda não resolvido. Porque, ao mesmo tempo, eu ter ido lá, eu ter participado dessas questões, estar ali presente, coisas terem sido feitas por intermédio de mim, mobilizando, conversando com os alunos, orientando, apesar disso, eu ainda me questiono sobre essa questão de uma cidadania metropolitana. Eu me questiono sobre a validade desse conceito, sobre o que que é isso. É eu conhecer outros municípios? É conhecer lugares que eu não conhecia? Qual que é a fronteira da cidadania, algo que é mercadológico, e que não é? Porque a gente pensa muito nessa questão política.

### Caroline

A ideia seria a cidadania metropolitana no sentido que é apontado no PDDI. Pode ser que o planejamento metropolitano não seja o foco da disciplina, mas é fato que o Lumes nasce ali,

no PDDI. Então, talvez isso seja um ponto a se pensar, como que está essa conexão das ações do Lumes com o Plano Diretor Metropolitano?

**Ramon**

**Tem uma questão que o Lumes quase como um guardião do PDDI. Eu acho interessante de ter essa noção da extensão nesse sentido. Eu acho que por aí o Lumes tem um papel fundamental, assim, de manter vivo o Plano.** Os alunos têm contato com o plano, os alunos pensam no plano. E isso é muito legal. **Ao mesmo tempo, eu acho que essa práxis dos alunos está muito distante do que são os planos.** Os planos tentam indicar para a cidade o que fazer para melhorar a vida das pessoas, e discute, um trabalho imenso, esforço de um monte de gente. Mas no final das contas, aquilo ainda é só um plano, sabe? É só um papel, se não tiver motivação política, não se leva isso para a frente. Então, assim, o plano no final das contas alguém pode vetar. Será que adianta ter um plano se a gente não tem substrato político para perseguir esse plano? Acho que o Lumes traz um pouco disso. **Ao mesmo tempo que o Lumes é outras coisas também, é uma espécie de experimento. Porque ele já não é mais uma coisa da tecnocracia do estado, ele é uma coisa dos alunos da universidade, da juventude que está entrando fresca, que está ali de passagem ou está em início de formação acadêmica, e que vai descobrir ali alguma coisa de cidadania metropolitana.**

**Caroline**

O que você teria de crítica e de sugestão para o Lumes?

**Ramon**

Uma questão que eu acho que é da universidade e não do Lumes, é que a mão de obra está em constate passagem. Os alunos de graduação, os mestrandos, doutorandos estão passando. Muitas vezes, enquanto eles estão aqui, estão tão ocupados com seus trabalhos, com sua carga horária, que eles também não têm tempo de se dedicar aos projetos. Então eu acho que é essa questão da continuidade. Eu acho que isso de ter outros cursos é legal. Quando eu fui monitor tinha gente do direito, tinha gente da história, da arquitetura, da engenharia, a maioria era da economia. **Eu acho que o Lumes devia ter mais dinheiro. A extensão sem dinheiro fica difícil de fazer.** Para financiar as viagens, o ônibus dos alunos, para trazer as pessoas para cá, tem que pagar passagem, tem que pagar comida. Então, uma questão que seria legal seria o investimento.

### Entrevista 13

**Deyvid Wavel Barreto Rosa – doutorado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos**

*Entrevista realizada via formulário, respondido no dia 04/05/2022.*

- Como você participou do projeto?

- Aluno**
- Parceiro
- Professor
- Morador
- Outros

- Em qual ou quais semestres/ ano você participou do projeto?

Primeiro semestre de 2019.

- Em qual ou quais municípios você trabalhou?

Matozinhos.

- Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)

Pesquisei no sistema de matrícula de pós-graduação por alguma disciplina do Cedeplar sobre planejamento urbano, para complementar minha formação e aprender mais sobre a Trama Verde e Azul, que é um tema bastante relacionado com minha pesquisa de doutorado.

- Conte como foi a experiência (as ações realizadas, os parceiros envolvidos, as dificuldades encontradas, etc.).

Primeiramente, antes de ir a campo, fizemos um diagnóstico prévio do município e da área estudada, o Parque Ecológico Barroirão. Para tanto, utilizamos dados secundários e pudemos caracterizar o contexto socioeconômico e ambiental da região, além de mapear as partes interessadas que poderiam participar das etapas seguintes.

Em seguida, em 11/05/2019, realizamos o primeiro encontro com os parceiros em Matozinhos para realização de um diagnóstico participativo. **Os principais problemas descritos pelos participantes foram sistematizados em uma árvore de problemas construída durante o**



**processo de discussão.** Conjuntamente, identificou-se como problema principal em relação ao parque o seu “não reconhecimento” por parte do poder público e da comunidade. **Em seguida, construímos a “árvore de soluções”, com a qual chegou-se em algumas propostas de intervenção.** Além das duas árvores, coletamos informações sobre as redes de relações dos sujeitos presentes, a fim de identificar uma possível rede de apoio para o parque. Observou-se que havia certa centralidade de alguns sujeitos, que estavam mais efetivamente envolvidos com o Parque. Por fim, realizamos **o mapeamento colaborativo, com identificação dos possíveis acessos e rotas de integração do parque à comunidade do entorno.**

O segundo encontro foi realizado em 25/05/2019, na Escola Estadual Prof. Vitiza Octaviano Viana, com o objetivo de aproximar as escolas do Parque, demanda identificada durante o primeiro encontro. Após algumas falas e apresentações iniciais, procedeu-se à discussão sobre uma possível intervenção. **Duas propostas foram elencadas: corrida ecológica no entorno do parque, com premiação de participação; e piquenique/aula ecológica dentro do parque, com participação dos alunos das escolas locais.** Democraticamente, a sugestão foi que as duas ações fossem unidas. Procedeu-se ao planejamento das tarefas necessárias para realização do evento, com identificação dos responsáveis por cada uma delas.

A caminhada foi realizada no dia 15/06/2019, iniciando-se em frente ao prédio da Prefeitura Municipal de Matozinhos e percorrendo um trecho de 4,1 quilômetros, em aproximadamente 1 hora, até a entrada do Parque Barroco. Na chegada no parque, foram feitos alguns agradecimentos a todos os envolvidos, em especial aos alunos e professores da Escola Vitiza, que confeccionaram as medalhas para os participantes, ao Vereador Sidirley e representantes do poder público, ambientalista Procópio de Castro, lideranças informais e moradores do Bairro São Paulo.

**O processo foi bastante orgânico e participativo, apesar das centralidades evidentes em algumas pessoas mais ativas nas ações em defesa do Parque.** Ao final, o local de chegada e acesso ao parque foi alterado por decisão das lideranças locais, com o argumento de ser um acesso mais utilizado e próximo do bairro. Esta mudança implicou em um aumento na extensão e no desnível topográfico em relação ao trajeto inicialmente planejado, que terminaria em uma área que possibilitaria uma visão mais panorâmica do parque. Outro ponto importante foi que, apesar de sua participação na decisão e na confecção das medalhas, não

houve participação de muitos alunos no dia da caminhada, de modo que o objetivo de engajar a juventude e as escolas na defesa e utilização do parque não foi plenamente alcançado.

- Em relação à sua vida acadêmica, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha de outras disciplinas extensionistas, modificação na percepção do curso de modo geral, aprofundamento em temáticas socio-ambientais, etc.)

**A experiência foi muito importante para o conhecimento prático sobre os processos participativos de planejamento, trazendo a consciência da importância do envolvimento da comunidade para que as ações e intervenções propostas sejam efetivas e sua influência seja duradoura.** Em minha pesquisa do doutorado, a abordagem original do tema “Trama Verde e Azul” era bastante técnica e focada nos aspectos relacionados à engenharia. **A experiência com os LUMEs abriu a perspectiva sobre o planejamento metropolitano considerando uma trama “multicolorida”, que inclui mais do que “apenas” as áreas verdes e os cursos d’água, mas também aspectos e potencialidades culturais e sociais.**

- Em relação à sua vida profissional, como você acha que a experiência de extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha da forma de atuação profissional, se a pessoa passou a estar envolvida com trabalhos voluntários, etc.)

Profissionalmente, essa experiência foi bastante rica ao enfatizar a importância e a força da comunidade na defesa e proteção das áreas verdes urbanas. Dessa forma, **passei a ter um olhar mais abrangente e menos tecnicista sobre a gestão dos espaços urbanos.** Meu interesse em participação de projetos que tenham um impacto social relevante e evidente aumentou, e é nesse tipo de projeto que tenho trabalhado desde então.

- Em relação à sua vida como cidadão, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: modificação da sua percepção dos espaços e a sua relação com as pessoas, influência na construção dos seus valores e na noção dos direitos dos cidadãos, mudança da percepção das questões sociais, se passou a realizar alguma atividade de cunho social, etc.)

A experiência de extensão reforçou meu interesse por ações voluntárias e sociais e, desde então, tenho participado em algumas ações no meu município de residência (Betim, também na RMBH). Também reforçou a compreensão sobre a importância das formas democráticas

de deliberação e gestão dos espaços urbanos, além de apresentar uma nova forma de participação social. **Em tempos de retrocessos políticos e socioeconômicos, esta experiência de extensão trouxe esperança e comprovou as potencialidades da democracia para a construção de uma sociedade mais justa em que todos tenham voz.**

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto (ou disciplina)?

Achei muito interessante, desafiador e necessário para a formação acadêmica. **Recomendo fortemente que outros cursos de pós-graduação e graduação incluam mais disciplinas de extensão**, especialmente as que envolvam participação da comunidade, para a construção de uma consciência cidadã nos alunos da UFMG.

- Você participaria de novo do projeto (ou disciplina)? Justifique sua resposta.

Sim. Tenho curiosidade em saber sobre os resultados das ações realizadas nos semestres anteriores.

- Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto (ou disciplina)?

Minha principal sugestão seria em propor uma **parceria com o PPG-SMARH para a realização de uma variação da disciplina voltada para as questões de saneamento, meio ambiente e recursos hídricos**. Creio que haveria uma troca riquíssima e o conhecimento sobre processos participativos é essencial para os alunos do programa.

## Entrevista 14

**Igor Matuck de Paula Reis – bacharel em Direito**

*Entrevista realizada via formulário, respondido no dia 17/05/2022.*

- Como você participou do projeto?

- **Aluno**
  - Parceiro
  - Professor
  - Morador
  - Outros

- Em qual ou quais semestres/ ano você participou do projeto?

2019/2

- Em qual ou quais municípios você trabalhou?

Matozinhos.

- Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)

Dediquei grande parte do 9º período e integralmente o 10º, da graduação em Direito, à formação complementar aberta em Ciências Econômicas. Durante o planejamento do percurso, analisei detidamente todas as disciplinas ofertadas nos semestres anteriores e identifiquei a “Lumes – Planejamento e cidadania na RMBH”. **A disciplina me despertou enorme atenção por conta do meu interesse em estudar as interfaces do desenvolvimento econômico e urbano, seja com a preservação das vegetações nativas e dos recursos naturais, seja com a estruturação dos serviços públicos elementares.**

- Conte como foi a experiência (as ações realizadas, os parceiros envolvidos, as dificuldades encontradas, etc.).

Me inseri no grupo de trabalho de Matozinhos, município que passa por processo de urbanização e, com isso, enfrenta os desafios inerentes ao planejamento urbano compatível com a preservação das riquezas naturais, antropológicas e espeleológicas de sua localidade. Especialmente à luz do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH), que serve de referência para o desenvolvimento sustentável e integrador dos 34 municípios da RMBH, **o Município de Matozinhos representa potencial de avanços significativos no tocante à consolidação da “Trama Verde e Azul”**, devido às suas reminiscências de vegetação nativa cárstica e do cerrado, às milhares de grutas da região e à singularidade mundial das pinturas rupestres que encerra; além de dispor de locais aptos a se transformarem em Lugares de Urbanidade Metropolitana (Lumes).

Em Matozinhos, nosso grupo foi colocado em contato com o Conselho do Parque Ecológico Municipal do Barroão, classificado Zona Urbana de Preservação pela Lei de Uso e Ocupação do solo de Matozinhos, localizado nas imediações dos Bairros São Paulo e São José. O Barroão, na medida em que representa área do relevo cárstico com vegetação nativa preservada e se encontra na divisa de dois bairros em processo de urbanização, possui aptidão

exemplar como Lume, servindo à conscientização da população, pois é verdadeira vitrine ecológica em meio aos bairros em formação. **Esse contato privilegiado entre a urbanização e preservação ambiental faz do Barroço local estratégico, com grande potencial para promoção das finalidades de área verde e de Lume (espaço de promoção de atividades de lazer, recreação e cultura à população de forma associada à melhoria paisagística e preservação ambiental nas zonas urbanas).** Portanto, os esforços do nosso grupo se voltaram ao planejamento de atividades que promovessem o parque e chamassem atenção da população local em relação à sua importância.

As demandas do Conselho do Parque nos foram apresentadas pelo ativista José de Castro Procópio. Algumas ações já estavam previstas para o Parque: a instalação de equipamentos para uma academia popular, próxima à entrada; encontros da sociedade em finais de semana para realizar plantios de plantas nativas; e um encontro para pintura de pneus, recebidos por doações feitas ao Parque e que seriam destinados à proteção das mudas plantadas e para enfeitar o local, sendo que as pinturas foram planejadas de forma a espelhar características da região, como as pinturas rupestres. Dessas atividades, a única que não se concretizou em 2019 é a instalação dos equipamentos para a academia popular, que dependia da doação de diversos equipamentos e da realização das obras para instalação, desafios que provaram demandar mais tempo do que o inicialmente pensado.

Os plantios ocorreram em diversos finais de semana, já a pintura dos pneus ocorreu no sábado, dia 26 de outubro de 2019 e contou com a participação de membros do Conselho do Parque, alunos da disciplina Lumes do semestre 2019/2, moradores da região e membros do Poder Legislativo municipal. O evento da pintura foi uma das ações finais escolhidas pelo grupo Matozinhos para o cumprimento da disciplina.

Outra demanda, trazida pelo Sr. Procópio, possuía escopo mais amplo que o Parque Barroço: **a realização de um seminário, sem caráter rigoroso, conquanto acadêmico, para que importantes atores do cenário social de preservação ambiental e desenvolvimento urbano fossem colocados em contato direto.** O Barroço, todavia, serviu de motivação e exemplo para o seminário, por tratar-se de área de preservação, imprópria para loteamento e edificações e que foi ilegalmente alienada, pela empreiteira loteadora, à Prefeitura Municipal, de forma onerosa e a troco da maior parte das obras de infraestrutura que deveriam ter sido arcadas na execução do projeto – e que jamais foram feitas. Assim, a questão jurídica do

Parque serve de exemplo do descaso social e ambiental com que os loteamentos foram executados em municípios da RMBH, indicando, no mínimo, que houve elevado grau de negligência da Administração Pública (nomeadamente as gestões municipais de Matozinhos em 1997 e 2006).

Com o auxílio do Prof. Roberto Luís de Melo Monte-Mór e do Sr. Procópio, o seminário, planejado como segunda ação final do grupo, se deu aos 30 de novembro de 2019, na Câmara Municipal de Matozinhos. O evento contou com palestrantes que representaram a UFMG, a Comissão da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, a Agência Metropolitana do Estado de Minas Gerais, a fabricante de cimentos da região (representada por seu diretor de meio ambiente), o Instituto Estadual de Florestas e o Poder Legislativo de Matozinhos. Abordaram-se, dentre outros temas, a Trama Verde e Azul na RMBH, a preservação de cursos d'água e estabelecimento de corredores ecológicos e a função dos Lumes da RMBH.

Para ampliar os frutos do seminário, os alunos do grupo Matozinhos elaboraram banners de suporte, que ficaram expostos no local e foram cedidos ao Conselho do Barroço, tratando de temas como Lumes RMBH, o histórico de ações da disciplina Lumes da UFMG, a Trama Verde e Azul e um comparativo de áreas verdes e reservas legais e suas funções no processo de urbanização.

Particularmente, em razão de minha formação em Direito, elaborei, em coautoria com o Sr. Procópio, o banner "Área verde x Reserva legal". Além disso, com a mesma coautoria, participei da redação do pequeno texto informativo "Área verde x Reserva legal", destinado à exposição do tema com o mínimo de "juridiquês" possível, de forma acessível à população.

Para mais das próprias atividades de estudo dos temas e legislação envolvidos e da redação dos trabalhos acima, fiz visita extra, desacompanhado do restante do grupo, ao Fórum da Comarca de Matozinhos, com objetivo de ter acesso, enquanto estagiário de advocacia, aos processos relativos ao Parque do Barroço, dos quais participam a Prefeitura Municipal de Matozinhos, a empreiteira São José Empreendimentos e o Ministério Público.

Nesses processos, havia sido juntado recente parecer pericial, valiosíssimo para compreensão da situação jurídica do Parque do Barroço e dos loteamentos dos Bairros São Paulo e São José. Nele, constatou-se que o Barroço, ao contrário do que se acreditava, não é parte integrante dos loteamentos em questão, de forma que não poderia ser a área verde interna

desses bairros. Todavia, confirmou-se a condição de Zona Urbana de Preservação, o que resguarda as riquezas ambientais de seu terreno mesmo que sua titularidade seja devolvida à empreiteira e protege seu potencial de representar a integração harmônica da urbanização do município ao rico sistema ecológico em que se insere.

- Em relação à sua vida acadêmica, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha de outras disciplinas extensionistas, modificação na percepção do curso de modo geral, aprofundamento em temáticas socio-ambientais, etc.)

As atividades do grupo me envolveram em temas de Direito Urbanístico que eu não dominava, em prol de maximizar o resultado concreto das ações de nosso grupo em Matozinhos. Ademais, **me permitiram aliar esses conhecimentos jurídicos aos de desenvolvimento econômico, que aprendi durante meu curto período de formação complementar em Ciências Econômicas, sem falar que tive oportunidade de integrar todos esses conhecimentos com suas aplicações no caso concreto, o que exigiu raciocínio pragmático e interdisciplinar.**

Desta forma, a experiência me despertou para temas que, até hoje, mantenho entre minhas intenções de estudos futuros.

- Em relação à sua vida profissional, como você acha que a experiência de extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha da forma de atuação profissional, se a pessoa passou a estar envolvida com trabalhos voluntários, etc.)

Não houve, de forma direta, impacto da experiência extensionista em minha rotina profissional. Todavia, no percurso da disciplina pude conviver com segmentos do desenvolvimento urbano dos quais jamais teria conhecimento, o que transformou não só minha perspectiva sobre Minas Gerais, mas também meus conceitos de política e da atuação estatal.

Isso posto, torço para, futuramente, gozar do privilégio de auxiliar, como puder, na concretização de projetos que respeitem os princípios-norte do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH, o que se faz extremamente necessário se há de haver esperança da política, um dia, exercer seu devido papel no desenvolvimento local e regional.

- Em relação à sua vida como cidadão, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: modificação da sua percepção dos espaços e a sua relação com as pessoas, influência na construção dos seus valores e na noção dos direitos dos cidadãos, mudança da percepção das questões sociais, se passou a realizar alguma atividade de cunho social, etc.)

Muito além dos conhecimentos com os quais tive o primeiro – e infelizmente breve – contato, a experiência extensionista com os Lugares de Urbanidade Metropolitana **me trouxe um novo ideal de desenvolvimento, de crescimento de cidades em consonância, ou seja, em trama com as estruturas naturais originárias.**

Além do ideal, em si, o conhecimento do cenário de Matozinhos ainda me trouxe grandes esperanças na viabilidade desse modelo – e bem perto de casa! Logo ali, em Matozinhos. Portanto, a aproximação mais técnica, ainda que introdutória, de temas que já me despertavam o interesse, como a urbanização respeitadora do meio ambiente, **fez com que hoje eu possua foco em assuntos completamente diferentes dos que tinha antes do curso, no tocante à análise de propostas políticas ou quando imagino a função do Estado na condução do processo de desenvolvimento regional.**

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto (ou disciplina)?

Enquanto aluno de Direito levado à Economia em busca de estudos sobre o desenvolvimento econômico regional, considero que encontrei, na disciplina, exuberante **demonstração do potencial guardado na Universidade para influenciar – e ser influenciada – pelos problemas concretos da sociedade.** Afirmo isso com propriedade prática, e não mera retórica.

Inobstante a missão primeira da Universidade seja a produção de conhecimento, não há nada que determine, a ela, que fique alheia aos desafios enfrentados pelos diversos setores da população. Nesse cenário, tenho o PDDI-RMBH, formulado que fora mediante a condução do CEDEPLAR da FACE-UFMG, como exemplo marcante de que a academia não pode ser vista como fonte intocável do saber ilustrado, impossível de apreensão pelas pessoas comuns. Pelo contrário, **prova-se o seu potencial como concentradora de conhecimento, apta a compartilhá-lo com os atores sociais para que eles, melhores conhecedores das próprias demandas, possam chegar às soluções que buscam.**



Na medida em que promove a Universidade à sociedade ao mesmo tempo em que promove a experiência social à Universidade, a experiência da disciplina Lumes RMBH é exemplo a ser seguido em prol da conscientização recíproca desses dois ambientes, um sobre o outro, devido à sua capacidade de reduzir as barreiras que formaram a falaciosa concepção de que a Universidade seria hermética e indiferente à realidade em que se insere, percepção perniciosa que, atualmente, permeia até mesmo o alto escalão político e Executivo nacional.

**- Você participaria de novo do projeto (ou disciplina)? Justifique sua resposta.**

Em futuras e incertas possibilidades, como atuação profissional-social, ou mesmo curso de pós-graduação, seja *lato* ou *stricto sensu*, eu certamente participaria de novo do projeto. Minhas crenças atuais não apenas se alinham com o trabalho experimentado; na verdade, foi o próprio trabalho quem formou, em grande parte, essa perspectiva. Em algum desses cenários, seria um prazer enorme poder dedicar minha força de trabalho na tentativa de transformar ideias em realidades disponíveis para a sociedade.

**- Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto (ou disciplina)?**

Na forma apenas de disciplina optativa, ofertada aos cursos da FACE, entendo que a Lumes RMBH não explora todo potencial de retorno à sociedade que poderia, nem de desenvolvimento aos alunos, em vista de se inserir em corrido semestre. **Acredito que, na forma de projeto de extensão, o trabalho desenvolvido contaria com alunos dedicados a jornadas semanais maiores e por período de vários semestres, o que impactaria positivamente os resultados alcançados, viabilizando a continuidade de projetos mais longos.**

A oferta da disciplina, contudo, ainda seria relevante, servindo para formar equipes de trabalho que auxiliariam no desenvolvimento dos projetos em curso, dando subsídio aos extensionistas.

## **Entrevista 15**

**F. V. – bacharel em Ciências Econômicas**

*Entrevista realizada via formulário, respondido no dia 25/05/2022.*

- Como você participou do projeto?

- **Aluno**
- Parceiro
- Professor
- Morador
- Outros

- Em qual ou quais semestres/ ano você participou do projeto?

2019.2 e 2020.1

- Em qual ou quais municípios você trabalhou?

Matozinhos.

- Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)

Soube através de outros colegas, participei e fui estagiário por um breve momento, interrompido pela pandemia.

- Conte como foi a experiência (as ações realizadas, os parceiros envolvidos, as dificuldades encontradas, etc.).

A maior parceria foi, certamente, o Procópio. **Participamos de um seminário sobre o Barroão na câmara municipal de Matozinhos, produzimos material informativo sobre a Trama Verde e Azul, corredores ecológicos e a atuação, em geral, do Lumes na RMBH.**

Em outro momento, fizemos uma intervenção no parque Barroão, com a intenção de torná-lo mais “atrativo”, mais visível para a sociedade local. **Acho que o desinteresse político aos assuntos que tangem ecologia, sustentabilidade etc, é uma grande dificuldade.** Por sorte tínhamos um vereador muito parceiro.

- Em relação à sua vida acadêmica, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha de outras disciplinas extensionistas, modificação na percepção do curso de modo geral, aprofundamento em temáticas socio-ambientais, etc.)

Me despertou interesses até então não conhecidos. Fiz outra disciplina sobre Urbanidades e planejava envolver o meu município de origem (Pedro Leopoldo) na pesquisa/extensão, pelo valor cultural, histórico e patrimonial.

- Em relação à sua vida profissional, como você acha que a experiência de extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha da forma de atuação profissional, se a pessoa passou a estar envolvida com trabalhos voluntários, etc.)

N/A

- Em relação à sua vida como cidadão, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: modificação da sua percepção dos espaços e a sua relação com as pessoas, influência na construção dos seus valores e na noção dos direitos dos cidadãos, mudança da percepção das questões sociais, se passou a realizar alguma atividade de cunho social, etc.)

Definitivamente. Passei a observar a cidade, a arquitetura, enxergar problemas que já via, mas dessa vez pensando em propostas que poderiam solucioná-los.

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto (ou disciplina)?

Gratificante. Aprendi sobre coisas que me interessavam, conheci boas pessoas e causas. A orientação do Roberto também era animadora, principalmente por admirar o trabalho dele. Uma pena ter sido interrompido pela pandemia e eu ter evadido do curso.

- Você participaria de novo do projeto (ou disciplina)? Justifique sua resposta.

Sim, para dar continuidade aos projetos existentes.

- Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto (ou disciplina)?

N/A

## Entrevista 16

**Pedro Henrique Cícero Ferreira – doutorando em Geografia**

*Entrevista realizada via formulário, respondido no dia 28/07/2022.*

- Como você participou do projeto?

- **Aluno**
- Parceiro
- Professor
- Morador
- Outros

- Em qual ou quais semestres/ ano você participou do projeto?

2018/01

- Em qual ou quais municípios você trabalhou?

Caeté.

- Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)

Quando aluno de Bacharelado em Geografia, foram discutidos nas aulas os processos de elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH. Logo, a experiência do Lumes foi apresentada como uma forma de inovação no projeto que intermediasse a estrutura formal do planejamento urbano com a participação cidadã. Assim, me senti curioso sobre como acontecia essa experiência e as aulas puderam me propiciar esse contato com o projeto.

- Conte como foi a experiência (as ações realizadas, os parceiros envolvidos, as dificuldades encontradas, etc.).

Minha experiência no Lumes em Caeté propiciou o contato com dois cidadãos principais, um que ocupou a política pública na cidade durante anos e outro envolvido com a casa de cultura da cidade. **As principais ações foram entrevistas a fim de mapear os principais desafios urbanos pelos quais a cidade passava e potencialidades, principalmente no campo cultural, para o envolvimento da comunidade local com o planejamento.** Além disso, foi realizado o mapeamento de antigas ruínas que são remanescentes de períodos passados do desenvolvimento da cidade. Uma das principais dificuldades encontradas foi no sentido de expandir o número de entrevistados, pois aqueles com os quais tive contato acabaram limitando nossa ação com base em suas visões.

- Em relação à sua vida acadêmica, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha de outras disciplinas extensionistas, modificação na percepção do curso de modo geral, aprofundamento em temáticas socio-ambientais, etc.)

A minha participação no Lumes se deu em um contexto logo após minha participação de dois anos em outro projeto de extensão, o qual também relacionava desenvolvimento local aos conflitos sócio-ambientais. Assim, o Lumes me permitiu elaborar melhor meus conhecimentos com relação à extensão universitária e ao planejamento urbano. No meu mestrado e no doutorado que estou desenvolvendo, **os conhecimentos adquiridos no Lumes contribuem grandemente a fim de se pensar o planejamento a partir das vivências dos cidadãos locais.**

- Em relação à sua vida profissional, como você acha que a experiência de extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha da forma de atuação profissional, se a pessoa passou a estar envolvida com trabalhos voluntários, etc.)

Na minha vida profissional, **o Lumes influenciou minha trajetória no intuito de observar com maior atenção as percepções dos cidadãos sobre seus espaços vividos, dimensão que muitas vezes falta ao planejamento oficial**, como percebi estagiando na Prefeitura de Belo Horizonte.

- Em relação à sua vida como cidadão, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: modificação da sua percepção dos espaços e a sua relação com as pessoas, influência na construção dos seus valores e na noção dos direitos dos cidadãos, mudança da percepção das questões sociais, se passou a realizar alguma atividade de cunho social, etc.)

N/A

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto (ou disciplina)?

Eu achei participar do Lumes uma experiência muito gratificante por promover um rico e diverso aprendizado sobre o planejamento urbano, por aprimorar minhas ideias sobre a extensão universitária, pela **oportunidade de integrar uma equipe multidisciplinar e por expandir minha visão sobre a RMBH**. Inclusive, já recomendei a disciplina para diversos colegas da UFMG.

- Você participaria de novo do projeto (ou disciplina)? Justifique sua resposta.

Como minha participação no projeto foi muito positiva, eu adoraria participar de novo, principalmente em um município diferente para expandir minhas percepções sobre a RMBH, região onde sempre morei. Inclusive, no mestrado eu quase me inscrevi no Lumes novamente, mas por incompatibilidade de horários e pela alta demanda de trabalho na elaboração final da dissertação, acabei desistindo.

- Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto (ou disciplina)?

Ao longo da disciplina, eu tive dificuldade em conciliar a alta demanda de trabalhos de campo e relatórios com outras demandas de outras disciplinas e do meu estágio. **Minha sugestão seria no sentido de tentar alinhar melhor com os alunos um cronograma de trabalho que não gere sobrecarga.**

## APÊNDICE D – Respostas selecionadas de formulário disponibilizado<sup>42 43</sup>

### **Lorena de Souza Rocha Bonfim – aluna de Arquitetura e Urbanismo**

- Em qual ou quais semestres você participou do projeto?

2017/2 - Imersões: Raposos (mobilidade, meio ambiente e cidade dormitório)

- Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)

Fiquei sabendo do projeto a partir da oferta da disciplina. Participei enquanto aluna realizando imersões em Raposos, estabelecendo relações com moradores e organizando alguns encontros na cidade promovidos pela turma.

- Em relação à sua vida acadêmica, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha de outras disciplinas extensionistas, modificação na percepção do curso de modo geral, aprofundamento em temáticas socio-ambientais, etc.)

A experiência me influenciou a continuar buscando experiências extensionistas e a desenvolver meu tema de TCC com esse caráter.

- Em relação à sua vida profissional, como você acha que a experiência de extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha da forma de atuação profissional, se a pessoa passou a estar envolvida com trabalhos voluntários, etc.)

A experiência expandiu meu olhar em relação às possibilidades de atuação da profissão.

- Em relação à sua vida como cidadão, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: modificação da sua percepção dos espaços e a sua relação com as pessoas, influência na construção dos seus valores e na noção dos direitos dos

---

<sup>42</sup> A publicação dos nomes dos entrevistados foi autorizada e está registrada nos formulários originais enviados.

<sup>43</sup> De forma a ampliar a análise sobre os aprendizados obtidos a partir das experiências dos Lumes, foram selecionadas 18 respostas recebidas ao formulário online “Construindo Lugares de Urbanidade Metropolitana – EA/UFMG”, disponibilizado pela professora Junia Ferrari e pela aluna Beatriz Bartholo. O tratamento dessas informações é de total responsabilidade da autora. Os destaques em negrito correspondem a trechos que influenciaram diretamente na análise desenvolvida no capítulo 2.3 desta dissertação. Das 18 respostas escolhidas, 15 foram enviadas por alunos e 3 foram enviadas por parceiros.

cidadãos, mudança da percepção das questões sociais, se passou a realizar alguma atividade de cunho social, etc.)

O projeto me sensibilizou em relação a realidades diferentes das minhas e a questionar o modo de vida que levo.

- Qual a sua impressão sobre essa metodologia? (Identificar se é visita de campo, imersão, travessia ou ERE)

Imersão: a minha impressão é que essa metodologia permitiu um **vínculo mais forte com os moradores, a cidade e até com os próprios colegas**. Me parece que consegui compreender bem o território e as relações estabelecidas ali, melhor do que áreas estudadas nas grandes oficinas do noturno, que em geral são desenvolvidas a partir de visitas de campo.

- Quais as fragilidades que você identifica nessa metodologia? (Identificar se participou das imersões, visitas de campo, travessia e/ou ERE). Nessa pergunta, consideramos que essas críticas são essenciais para o desenvolvimento do projeto.

Imersão: ainda que valha muito a pena, a imersão pede uma dedicação de tempo e energia que pode cansar bastante ao longo do semestre.

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto?

Eu achei a experiência bastante enriquecedora. Gostei muito de conhecer Raposos, a casa de Gentil e alguns moradores da cidade, além de conseguir colocar em prática ações pensadas em conjunto e reconhecer o valor delas. **Acho que a imersão permitiu um contato intenso entre os alunos e que isso foi primordial para que o nosso trabalho tivesse um resultado tão satisfatório.**

- Você acha que esses resultados seriam possíveis a partir das outras metodologias (visitas de campo, imersões, travessia e ERE)? Por favor, justifique sua resposta.

Eu acho que é possível alguns dos resultados, mas de forma diferente. Acredito ser difícil atingir um nível de convivência entre os alunos a partir do ERE que seja tão intenso quanto às proporcionadas pelas atividades presenciais; da mesma forma, acho que as ações não teriam tanto impacto se fossem virtuais. Eu diria que com as visitas de campo seria possível pensar



ações similares às pensadas durante a imersão, mas acredito que com essa última há uma adesão por parte da população e um comprometimento por parte dos estudantes maiores.

**- Você participaria de novo do projeto? Justifique sua resposta.**

Sim, participaria novamente do projeto porque tive experiências muito boas e por sentir que posso contribuir com a comunidade. Além disso, tenho facilidade no aprendizado de forma mais prática e gostaria de atuar nessa área.

**- Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto?**

Minha sugestão seria a criação de redes sociais para divulgação e acompanhamento do projeto.

#### **Mirela Matos Yoshida – aluna de Arquitetura e Urbanismo**

**- Em qual ou quais semestres você participou do projeto?**

2018/2 - Imersões: Raposos (congado e ONG Casa de Gentil), 2019/1 - Imersões: Raposos (mineração), 2019/2 - Travessia (PARNA Gandarela)

**- Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)**

Tive contato por meio de uma chamada que circulou pelo whatsapp e por alunos que já tinham participado e gostado.

**- Em relação à sua vida acadêmica, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha de outras disciplinas extensionistas, modificação na percepção do curso de modo geral, aprofundamento em temáticas socio-ambientais, etc.)**

Me influenciou no modo de visão e abordagem de todo o resto do curso. Me fez ter uma pegada mais crítica e sensitiva, buscando por matérias que se aprofundassem, principalmente, na questão decolonial.

**- Em relação à sua vida profissional, como você acha que a experiência de extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha da forma de atuação profissional, se a pessoa passou a estar envolvida com trabalhos voluntários, etc.)**

Acho que a crítica e sensibilidade que as matérias me proporcionaram, e que foram citadas na pergunta anterior, irão me guiar na vida profissional.

- Em relação à sua vida como cidadão, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: modificação da sua percepção dos espaços e a sua relação com as pessoas, influência na construção dos seus valores e na noção dos direitos dos cidadãos, mudança da percepção das questões sociais, se passou a realizar alguma atividade de cunho social, etc.)

Como cidadã, as matérias me tornaram uma pessoa mais empática e mais ativa. Empática no sentido de me colocar no lugar dos outros e **ativa no sentido tanto de viver mais a cidade, quanto correr atrás de soluções e alternativas possíveis dentro do urbano.**

- Qual a sua impressão sobre essa metodologia? (Identificar se é visita de campo, imersão, travessia ou ERE)

Achei que as imersões foram essenciais para que a intensidade da experiência seja significativa. **Estar lá dias seguidos foi muito importante para criar o laço tanto com o território quanto com os moradores.** As imersões também foram essenciais para que a travessia tivesse o significado que teve, isso pessoalmente. Uma coisa é ouvir falar do Parque do Gandarela e outra é atravessá-lo.

- Quais as fragilidades que você identifica nessa metodologia? (Identificar se participou das imersões, visitas de campo, travessia e/ou ERE). Nessa pergunta, consideramos que essas críticas são essenciais para o desenvolvimento do projeto.

Sem falhas.

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto?

Com certeza, uma das matérias mais importantes na minha vivência universitária. Pois não foi algo que eu aprendi, simplesmente, foi vivido intensamente, tornando-se uma experiência de vida.

- Você acha que esses resultados seriam possíveis a partir das outras metodologias (visitas de campo, imersões, travessia e ERE)? Por favor, justifique sua resposta.

Acho que não seria possível pelo ERE. A matéria como um todo é baseado no contato, no viver, e não vejo como isso se traduziria no online.

- **Você participaria de novo do projeto? Justifique sua resposta.**

Mil vezes.

- **Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto?**

Minha sugestão é um mochilão, cada semestre, em um parque nacional diferente.

### **Fábio Júnior do Couto – aluno de Administração**

- **Em qual ou quais semestres você participou do projeto?**

2018/1 - Imersões: Raposos (mobilidade, projeto praça e levantamento histórico)

- **Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)**

Conheci a partir da pesquisa no site da UFMG como aluno procurei disciplinas de cunho social e gostei muito da ementa da disciplina. **A participação foi através de visitas a cidade para o levantamento histórico através de conversas com os moradores e visitas a diversos lugares,** criação do "projeto praça" na cidade de Raposos que tinha o objetivo de procurar entender a demanda da população local em relação a área de lazer próximo a igreja matriz da cidade.

- **Em relação à sua vida acadêmica, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha de outras disciplinas extensionistas, modificação na percepção do curso de modo geral, aprofundamento em temáticas socio-ambientais, etc.)**

Como estava finalizando o curso não tive como fazer outras disciplinas de extensão. Achei a ideia excelente para o aprofundamento dos alunos nas temáticas socioambientais. Recomendo como forma de aproximar a Universidade e a população.

- **Em relação à sua vida profissional, como você acha que a experiência de extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha da forma de atuação profissional, se a pessoa passou a estar envolvida com trabalhos voluntários, etc.)**

Acho que a experiência de extensão é extremamente válida para que o aluno conheça a realidade de comunidades próximas a Universidade. Acho que o projeto influencia na visão socioambiental dos alunos.

- Em relação à sua vida como cidadão, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: modificação da sua percepção dos espaços e a sua relação com as pessoas, influência na construção dos seus valores e na noção dos direitos dos cidadãos, mudança da percepção das questões sociais, se passou a realizar alguma atividade de cunho social, etc.)

Acredito que o projeto influencia na visão socioambiental dos alunos. Já participava de projetos sociais como o projeto do professor Vital (Projeto incluir) na Faculdade de Engenharia.

- Qual a sua impressão sobre essa metodologia? (Identificar se é visita de campo, imersão, travessia ou ERE)

Imersão. Metodologia foi de ótima escolha para agregar valor entre os alunos e entender melhor os hábitos e as necessidades do local.

- Quais as fragilidades que você identifica nessa metodologia? (Identificar se participou das imersões, visitas de campo, travessia e/ou ERE). Nessa pergunta, consideramos que essas críticas são essenciais para o desenvolvimento do projeto.

Imersão. A falta de recursos financeiros.

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto?

Achei excelente ter participado do projeto.

- Você acha que esses resultados seriam possíveis a partir das outras metodologias (visitas de campo, imersões, travessia e ERE)? Por favor, justifique sua resposta.

Sim. Na imersão os alunos têm mais tempo para planejar e conhecer os lugares, mas outras metodologias também irão atrair bons resultados.

- Você participaria de novo do projeto? Justifique sua resposta.

Sim. O projeto é muito interessante para alunos de qualquer curso.

- Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto?

Só tenho a agradecer a professora Junia pelo carinho e dedicação ao projeto. Minha sugestão é para a Universidade investir mais recursos nesse projeto e também maior divulgação.

**Maria Isabel Tamião Santana – aluna de Arquitetura e Urbanismo**

- Em qual ou quais semestres você participou do projeto?

2018/2 - Imersões: Raposos (congado e ONG Casa de Gentil), 2019/1 - Imersões: Raposos (mineração), 2019/2 - Travessia (PARNA Gandarela), 2020/1 - Ensino Remoto Emergencial (TVA e PARNA Gandarela)

- Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)

Conheci o projeto através da disciplina de planejamento municipal da Júnia em 2018/1, e a partir dali me candidatei à uma bolsa de extensão, entrando como voluntária na extensão e participando de todas as UNIs desde então.

- Em relação à sua vida acadêmica, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha de outras disciplinas extensionistas, modificação na percepção do curso de modo geral, aprofundamento em temáticas socio-ambientais, etc.)

O contato com Raposos e o **trabalho na extensão me influenciaram a perceber o planejamento urbano de forma diferente, especialmente voltado às pessoas e ao meio ambiente**, me influenciando a perseguir a área ambiental e novos cursos na área.

- Em relação à sua vida profissional, como você acha que a experiência de extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha da forma de atuação profissional, se a pessoa passou a estar envolvida com trabalhos voluntários, etc.)

A experiência na extensão me auxiliou na escolha da área de planejamento urbano, sobretudo na área ambiental e de licenciamento, especialmente devido ao contato próximo com as pessoas e a percepção da necessidade do planejamento, bem como da importância do patrimônio natural no dia-a-dia da cidade.

- Em relação à sua vida como cidadão, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: modificação da sua percepção dos espaços e a sua relação com as pessoas, influência na construção dos seus valores e na noção dos direitos dos cidadãos, mudança da percepção das questões sociais, se passou a realizar alguma atividade de cunho social, etc.)

Após o contato com a disciplina, passei a ter uma percepção diferente das questões sociais, **sobretudo as de pertencimento e participação no espaço urbano**, e como o planejamento urbano pode influir nessa sensação de pertencimento.

- Qual a sua impressão sobre essa metodologia? (Identificar se é visita de campo, imersão, travessia ou ERE)

Acredito que a imersão foi uma metodologia fundamental para a aproximação entre os estudantes e com os parceiros da disciplina, bem como para compreensão da realidade local. Esses mesmos benefícios foram observados na metodologia da travessia, e numa escala bem menor nas visitas de campo.

- Quais as fragilidades que você identifica nessa metodologia? (Identificar se participou das imersões, visitas de campo, travessia e/ou ERE). Nessa pergunta, consideramos que essas críticas são essenciais para o desenvolvimento do projeto.

Acredito que as visitas de campo e o ERE são metodologias muito frágeis no sentido que não permitem uma conexão tão profunda com os estudantes e parceiros, além de não permitirem uma compreensão da localidade da mesma forma que as outras permitem.

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto?

Achei que foi uma experiência muito positiva e que moldou e modificou minha visão de muitas coisas.

- Você acha que esses resultados seriam possíveis a partir das outras metodologias (visitas de campo, imersões, travessia e ERE)? Por favor, justifique sua resposta.

Acredito que o ERE principalmente, e também as visitas de campo, apesar de numa escala menor, são metodologias que acabam afastando o aluno extensionista dos parceiros e

localidades, e pode acabar por gerar uma percepção do local e da situação não condizentes com a realidade que é demonstrada mais facilmente na experiência de imersão e travessia.

- **Você participaria de novo do projeto? Justifique sua resposta.**

Sim, se pudesse participaria todo semestre como apoio (é uma experiência muito satisfatória, e realmente transformadora). Porém, estou menos inclinada a participar de um projeto ERE.

- **Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto?**

Minha sugestão é continuar fazendo ele do jeito que está, aumentar cada vez mais a trama de parceiros e apoios, e continuar construindo uma relação forte de amizade e parceria.

#### **C. F. – aluna de Arquitetura e Urbanismo**

- **Em qual ou quais semestres você participou do projeto?**

2018/2 - Imersões: Raposos (congado e ONG Casa de Gentil)

- **Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)**

Por meio da disciplina UNI009 e das imersões no município de Raposos a turma deu continuidade à parceria estabelecida com a Casa de Gentil (que completou 6 anos de existência naquele ano e comemorou no semestre em questão) no semestre anterior e, no período, ainda tivemos a oportunidade de participar das festividades de Congo de N. S. do Rosário. **A turma se dividiu em grupos para realização de ações diversas e, no meu caso, integrei um grupo que buscou documentar um pouco da Festa de Congo e da história da Guarda de Congo de N. S. do Rosário e montar um vídeo com esses registros.** Acompanhamos muitas ações da Festa e entrevistamos os membros da Guarda para o vídeo. Em paralelo, somamos com os grupos voltados para a realização da Festa de 6 anos da Casa de Gentil com a preparação, divulgação e apoio na programação da celebração.

- **Em relação à sua vida acadêmica, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha de outras disciplinas extensionistas, modificação na percepção do curso de modo geral, aprofundamento em temáticas socio-ambientais, etc.)**

Acredito que a disciplina influenciou no modus operandi de realização de trabalhos de outras matérias que exigiam uma leitura da realizada local para proposição, de ter um olhar mais sensível sobre as vivências de outras pessoas e escolha de outras disciplinas no percurso acadêmico de aprofundamento de temáticas socioambientais, que já era um interesse anterior, mas que se fortaleceu após a experiência com a extensão. Na época já integrava um grupo de pesquisa e extensão na Faculdade de Direito (voltado para direito à moradia) quando participei da UNI009 e **pude sentir quão diferente era para a comunidade ter um trabalho contínuo** (como na UNI009) em comparação com um trabalho mais pontual como o que tinha visto até a matéria. **Isso abre nossos olhos para a potência da Universidade da porta para fora quando esse esforço é ininterrupto e realmente cria vínculos com o lugar.**

- Em relação à sua vida profissional, como você acha que a experiência de extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha da forma de atuação profissional, se a pessoa passou a estar envolvida com trabalhos voluntários, etc.)

Sinto que a experiência contribuiu para construir um senso de responsabilidade e sensibilidade na profissão; olhar para além das cidades grandes e capitais e reconhecer como **as possibilidades profissionais podem ser mais necessárias e aproveitadas efetivamente em cidades médias/pequenas** e como a atuação profissional nestes locais precisa ser diferente do que se espera em uma cidade grande.

- Em relação à sua vida como cidadão, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: modificação da sua percepção dos espaços e a sua relação com as pessoas, influência na construção dos seus valores e na noção dos direitos dos cidadãos, mudança da percepção das questões sociais, se passou a realizar alguma atividade de cunho social, etc.)

Permitiu uma valorização ainda maior do trabalho voluntário (já era comprometida com voluntariado na época e, de certa forma, deu mais fôlego ao que já realizava) e valorização também das atividades menores e locais, da cultura local das comunidades.

- Qual a sua impressão sobre essa metodologia? (Identificar se é visita de campo, imersão, travessia ou ERE)

Metodologia: imersão. Achei um processo muito rico, de troca real e não de entrega unilateral. A imersão permite entender e reconhecer muitos aspectos que não seriam



identificados com uma visita ou entrevista (sem desmerecimento desses métodos) e permitem um exercício de empatia real. Além dessa possibilidade de criar vínculos e confiança que são muito importantes para a realização de qualquer trabalho que é construído e feito em conjunto.

- Quais as fragilidades que você identifica nessa metodologia? (Identificar se participou das imersões, visitas de campo, travessia e/ou ERE). Nessa pergunta, consideramos que essas críticas são essenciais para o desenvolvimento do projeto.

No momento não identifico nenhuma fragilidade para pontuar.

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto?

Foi uma experiência muito positiva, de muito aprendizado e foi realmente gratificante participar. De certa forma a disciplina carrega um senso de "família", de cooperação que é muito bonito e isso cria vínculos, cria redes e é muito legal de ser ver isso na Universidade, principalmente na nossa área. O trabalho não deixa de ser grande e desafiador mas fica leve quando a gente se depara com esse sentimento. E acredito que seja isso, somado a possibilidade de ver concretude em tudo que é feito, que faz com que muitos alunos retornem para dar prosseguimento ao trabalho. Infelizmente nem todos conseguem fazer isso (como foi meu caso), mas acredito que participar da experiência mais de uma vez oferece uma visão ainda maior de tudo e agrega muito mais ao projeto.

- Você acha que esses resultados seriam possíveis a partir das outras metodologias (visitas de campo, imersões, travessia e ERE)? Por favor, justifique sua resposta.

Sinto que uma experiência virtual, como a que estamos todos sujeitos no cenário atual, perde muito da experiência que a extensão proporciona mas reconheço que o propósito maior do projeto é a manutenção do trabalho e dos vínculos criados, de forma que toda metodologia que permita se fazer presente tem seu valor.

- Você participaria de novo do projeto? Justifique sua resposta.

Sim. Foi uma experiência muito rica como aluna, futura profissional e cidadã e de muito aprendizado e sensibilização. Como dito anteriormente, **este trabalho contínuo tem muita potência e mais ainda se as pessoas envolvidas tenham perenidade nele. Um olhar de principiante tem muito valor para percepção local; da mesma forma que um olhar que já**

**conhece a realidade (em vários níveis).** A soma disso gera muitas possibilidades de discussão e contrapontos interessantes para o trabalho.

- Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto?

N/A

### **Cintya Guedes Ornelas – aluna de Arquitetura e Urbanismo**

- Em qual ou quais semestres você participou do projeto?

2017/1 - Visitas de campo: Vespasiano, Raposos, Esmeraldas, Sarzedo, 2017/2 - Imersões: Raposos (mobilidade, meio ambiente e cidade dormitório), 2020/1 - Ensino Remoto Emergencial (TVA e PARNA Gandarela)

- Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)

Conheci o projeto através de amigos e do voluntariado no Laboratório LabUrb em 2017. Particpei por um ano como aluna e auxiliando brevemente na coordenação dos trabalhos enquanto voluntária. Em 2020, retornei à disciplina para completar créditos faltantes e foi uma experiência interessante observar sua evolução.

- Em relação à sua vida acadêmica, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha de outras disciplinas extensionistas, modificação na percepção do curso de modo geral, aprofundamento em temáticas socio-ambientais, etc.)

As disciplinas realizadas em 2017 alteraram significativamente o percurso da minha graduação e me prepararam para outras experiências que tive com a extensão posteriormente. Como a proposta de extensão das disciplinas é guiada de perto pelos orientadores, é possível criar um know-how de como elaborar estratégias de trabalho com os entes parceiros e identificar as possíveis linhas de atuação. Ao mesmo tempo em que fazia as disciplinas, trabalhei na revisão dos Planos Diretores da RMBH que tinham os "Espaços Lumes" como proposta, quase nunca efetiva. Entretanto, pude conhecer agentes através da disciplina que se mantiveram ativos durante a revisão dos Planos e seguem participando nos espaços que lhes são abertos no que diz respeito à gestão metropolitana e municipal. Aprofundamentos teóricos também foram

valerosos e um trabalho realizado na disciplina de 2017/1 foi aceito num Encontro de Urbanismo Participativo, em Brasília/DF. Nos trabalhos finais do curso, pude trabalhar com outros municípios da RMBH que nunca fizeram parte da disciplina, entretanto meu conhecimento prévio sobre dinâmicas da região foi essencial para um bom ritmo de trabalho.

- Em relação à sua vida profissional, como você acha que a experiência de extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha da forma de atuação profissional, se a pessoa passou a estar envolvida com trabalhos voluntários, etc.)

**A disciplina me apresentou uma rede de parceiros de diversas áreas que me mostraram o quanto a profissão pode ser diversa.** Como recém-formada neste curso - sem saber ao certo qual caminho me dedicar a partir de agora - ter essa visão de diversidade é essencial para balizar as novas escolhas. As possibilidades de voluntariado ficaram mais evidentes e foi mostrado o quanto podem ser recompensadoras. A forma de trabalho não impositiva também é essencial para complementar todas as discussões que temos durante o curso em outros tantos espaços e disciplinas.

- Em relação à sua vida como cidadão, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: modificação da sua percepção dos espaços e a sua relação com as pessoas, influência na construção dos seus valores e na noção dos direitos dos cidadãos, mudança da percepção das questões sociais, se passou a realizar alguma atividade de cunho social, etc.)

Pude notar uma alteração significativa na (re)inversão de valores e narrativas em favor de grupos geralmente invisibilizados pela narrativa hegemônica. **A compreensão de questões sociais e do funcionamento de espaços e realidades que não teria contato caso não fosse a disciplina.**

- Qual a sua impressão sobre essa metodologia? (Identificar se é visita de campo, imersão, travessia ou ERE)

Sobre as visitas de campo: Nas visitas de campo, **podemos ter uma visão de vários territórios numa mesma disciplina, podendo fazer comparações, aproximações e distanciamentos abrindo caminho para o entendimento de que a RMBH é vasta e diversa.** Podemos também trabalhar com demandas diferentes, assim, os alunos tem uma gama variada de ações para

desenvolver. Também promove o intercâmbio entre os parceiros que passam a conhecer iniciativas em outros municípios.

Sobre a imersão: A imersão tem uma ideia diferente das visitas de campo, numa interação mais continuada e focada em um só território. **Com a energia dos alunos posta em um território apenas é possível fazer um esforço maior em eventos e em divulgação de produtos, por exemplo.** Além disso, é possível desenvolver diversos formatos de eventos e conversas e é a forma onde **a negociação com os parceiros e o desenvolvimento de estratégias fica mais evidente como parte do processo da disciplina.**

Sobre o ERE: O ERE foi realizado em resposta à uma crise sanitária, entretanto, evidenciou as potencialidades de ferramentas de comunicação. As aulas expositivas ministradas pelos agentes envolvidos dão a noção da dimensão do trabalho realizado em torno das comunidades e do Parque Nacional da Serra do Gandarela. Assim, as propostas realizadas pelos alunos acontecem de uma maneira concisa e fácil de compreender no cenário geral.

- Quais as fragilidades que você identifica nessa metodologia? (Identificar se participou das imersões, visitas de campo, travessia e/ou ERE). Nessa pergunta, consideramos que essas críticas são essenciais para o desenvolvimento do projeto.

Sobre as visitas de campo: A maior fragilidade das visitas em campo é o contato "recortado" que existe com os moradores e agentes. Neste contato fragmentado, perde-se tanto a possibilidade de análise de algumas dinâmicas existentes no território, quanto a possibilidade de criar laços mais duradouros com os parceiros e colegas. Além disso, como são lugares distantes, fica-se dependente das formas de acesso aos locais.

Sobre a imersão: A imersão é extremamente complicada porque demanda uma organização eficiente e que tenha um norte definido. Outras fragilidades são a disponibilidade dos parceiros, alimentação e deslocamento. Além disso, dependendo do número de dias em que a imersão acontece, ela pode passar a não ser produtiva pelo cansaço e perda progressiva de interesse dos alunos nas atividades da disciplina.

Sobre o ERE: Embora o ERE congregasse um formato interessantíssimo de comunidades e agentes parceiros em torno do tema do Parna Gandarela, que é um tema de grande interesse, a falta de contato direto foi uma questão difícil de superar, visto o histórico de contato

próximo da disciplina. Outra tendência observada foi a baixa variação de formato do produto final.

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto?

Minha avaliação geral é extremamente positiva. Foi muito interessante participar dessa evolução e observar os rearranjos do projeto em três formatos diferentes. As questões que surgiram durante o processo, as alterações realizadas para formato seguinte e como este caminho foi construído com cuidado e com **diálogo com os parceiros foram base para a construção da minha percepção de uma atuação valiosa de arquitetos urbanistas nos territórios metropolitanos.**

- Você acha que esses resultados seriam possíveis a partir das outras metodologias (visitas de campo, imersões, travessia e ERE)? Por favor, justifique sua resposta.

Não. Cada resultado é único de sua metodologia e tem seu valor. O formato adotado no ERE veio para mim ligado à percepção de uma ação mais estruturada e baseada em diferentes camadas teóricas e metodológicas já bem estabelecidas e as propostas de ação vieram posteriormente trabalhadas sob essa base. O formato da imersão veio para mim ligado à uma construção do formato e dos produtos, então o processo de estar no território e realizar a ação estava imbricado e sua construção era simultânea. O formato da visita de campo era parecido ao da imersão, mas aconteceu de uma forma fragmentada e gerou resultados muito diferentes para cada grupo de trabalho. De certo modo, este formato tem uma ideia mais difícil de ser "amarrada", uma vez que a construção simultânea do processo e do produto ocorreu de uma forma difícil de ser sintetizada numa construção coletiva concisa.

- Você participaria de novo do projeto? Justifique sua resposta.

Claro! Cada versão do projeto traz reflexões diferentes e demonstra um amadurecimento significativo da versão anterior. Além disso, os colegas, professores, parceiros e participantes no geral constroem eventos únicos e uma rede potencializadora que tenho a intenção de continuar em contato e continuar a construir, como puder.

- Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto?

N/A

**Letícia de Almeida Silva – aluna de Arquitetura e Urbanismo**

- Em qual ou quais semestres você participou do projeto?

2018/2 - Imersões: Raposos (congado e ONG Casa de Gentil)

- Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)

Conheci a partir de uma amiga que fez a disciplina e gostou muito, participei pela UFMG.

- Em relação à sua vida acadêmica, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha de outras disciplinas extensionistas, modificação na percepção do curso de modo geral, aprofundamento em temáticas socio-ambientais, etc.)

Após a disciplina busquei matérias com uma maior imersão, meu tcc tem como área de estudo a região da Serra da Calçada (a partir de uma matéria que fiz posteriormente), região de Itabirito e região do Gandarela (por conta da imersão em Raposos), além de ter criado bastante interesse por estruturas arquitetônicas harmônicas com a temática socioambiental.

- Em relação à sua vida profissional, como você acha que a experiência de extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha da forma de atuação profissional, se a pessoa passou a estar envolvida com trabalhos voluntários, etc.)

**Me influenciou a projetar visando desenvolvimento ambiental em parceria com municípios, ongs, secretarias de meio ambiente, entre outras organizações ambientais e sociais.**

- Em relação à sua vida como cidadão, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: modificação da sua percepção dos espaços e a sua relação com as pessoas, influência na construção dos seus valores e na noção dos direitos dos cidadãos, mudança da percepção das questões sociais, se passou a realizar alguma atividade de cunho social, etc.)

Modificou minha visão de mundo sobre moradia, cultura...o que mais marcou foi a importância da música, do carinho, do auxílio e do espaço de cultura (a exemplo da casa de Gentil) em comunidades, **é inspirador como um espaço arquitetônico (projetado ou não) pode impulsionar projetos como esse e fomentar uma sensação de pertencimento**, é muito gratificante perceber o potencial do curso que faço parte.

- Qual a sua impressão sobre essa metodologia? (Identificar se é visita de campo, imersão, travessia ou ERE)

A imersão em campo é uma metodologia muito interessante e muito rica por **possibilitar convivência, experiência de outras realidades e uma aproximação maior das pessoas envolvidas no projeto**, é uma troca, uma parceria e isso é essencial para a prática profissional e humana das pessoas.

- Quais as fragilidades que você identifica nessa metodologia? (Identificar se participou das imersões, visitas de campo, travessia e/ou ERE). Nessa pergunta, consideramos que essas críticas são essenciais para o desenvolvimento do projeto.

Acho que o tempo curto, o limite imposto pela disciplina, as imersões acabam seguindo o **calendário acadêmico, às vezes pensar em um projeto paralelo menos vinculado à estrutura da academia** que também aceite voluntários ou organize as parcerias, talvez já até exista essa estrutura, se for o caso pensar na divulgação e incentivo da continuidade.

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto?

Foi uma experiência única, uma das melhores que eu participei.

- Você acha que esses resultados seriam possíveis a partir das outras metodologias (visitas de campo, imersões, travessia e ERE)? Por favor, justifique sua resposta.

Acho que com o ERE existe uma certa limitação, mas não acho que é necessariamente ruim, apenas diferente, sem contar que a diferença também pode ser feita virtualmente, acho que o ideal é ter mais de uma metodologia e, no caso da situação atual, trabalhar para garantir a possibilidade da volta segura das imersões e visitas de campo.

- Você participaria de novo do projeto? Justifique sua resposta.

Com certeza, porque sempre tem mais o que aprender e contribuir.

- Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto?

Acho que acabei dando as sugestões na pergunta de fragilidades.

## Lucas Yuri Alves Zanatta – aluno de Arquitetura e Urbanismo

### - Em qual ou quais semestres você participou do projeto?

2017/2 - Imersões: Raposos (mobilidade, meio ambiente e cidade dormitório), 2018/1 - Imersões: Raposos (mobilidade, projeto praça e levantamento histórico), 2018/2 - Imersões: Raposos (congado e ONG Casa de Gentil), 2019/1 - Imersões: Raposos (mineração)

### - Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)

Particpei como aluno cursando a disciplina UNI009 de formação em extensão e também como bolsista do projeto de extensão.

### - Em relação à sua vida acadêmica, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha de outras disciplinas extensionistas, modificação na percepção do curso de modo geral, aprofundamento em temáticas socio-ambientais, etc.)

Foi importante demais, além de outras coisas, para prestar atenção à vida concreta e às dinâmicas cotidianas que acabam escapando das abordagens parcelares, técnicas e distanciadas que são a base majoritária da formação do curso

### - Em relação à sua vida profissional, como você acha que a experiência de extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha da forma de atuação profissional, se a pessoa passou a estar envolvida com trabalhos voluntários, etc.)

Reforçou o aprendizado de manter atenção no que não aparece nas formas técnicas já consagradas - **as presenças do mundo real, cotidiano, vivido que o mapa não dá conta de representar** e, por isso, corre o risco de esquecer, de não considerar etc. Paralelamente às experiências do projeto também era militante de um movimento de luta por moradia e as experiências foram muito complementares, nesse sentido - após o tempo que participei mais ativamente do projeto, estagiei na secretaria de Planejamento Urbano da PBH e foi crucial ter esse compromisso de pensamento e atenção ao vivido que não é ouvido.

### - Em relação à sua vida como cidadão, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: modificação da sua percepção dos espaços e a sua relação com as pessoas, influência na construção dos seus valores e na noção dos direitos dos



cidadãos, mudança da percepção das questões sociais, se passou a realizar alguma atividade de cunho social, etc.)

Despertou muito minha atenção para o custo, as dificuldades e os problemas da participação no campo da política, por exemplo, quando pensamos participação para a elaboração e avaliação de projetos públicos, leis e etc. **Para além da importância e da necessidade da participação social, popular, é fundamental perceber as condições em que a participação é possível e a intensa mobilização, engajamento, pedagogia que isso envolve.** Os eventos ocorridos no contexto do projeto me ajudavam a pensar e me engajar em outros contextos que vivia paralelamente, por exemplo, reuniões do diretório acadêmico da faculdade, reuniões internas do movimento de luta por moradia, reuniões de apresentação do novo plano diretor da cidade que, na época, estava sendo apresentado em sessões públicas na câmara municipal e, logo depois, foi votado.

- Qual a sua impressão sobre essa metodologia? (Identificar se é visita de campo, imersão, travessia ou ERE)

Imersão - metodologia fundamental enquanto uma disciplina de formação extensionista, a presença prolongada permite aos estudantes observar mais atentamente a dimensão temporal das dinâmicas do cotidiano no território e de forma implicada.

- Quais as fragilidades que você identifica nessa metodologia? (Identificar se participou das imersões, visitas de campo, travessia e/ou ERE). Nessa pergunta, consideramos que essas críticas são essenciais para o desenvolvimento do projeto.

Imersão - exige uma mobilização intensa de 'produção', no sentido de **viabilizar a imersão é preciso prever e prover demandas materiais e estruturas que muitas vezes não são simples ou imediatas** (transporte, comida, local para guardar pertences, reunir, dormir etc), no campo 'pedagógico' talvez a maior fragilidade é uma questão de engajamento muito desigual (alunos que não participam).

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto?

Incrível, muito importante tanto nas ações e vínculos com o território que pude acompanhar, quanto importante na trajetória de formação pessoal.

- Você acha que esses resultados seriam possíveis a partir das outras metodologias (visitas de campo, imersões, travessia e ERE)? Por favor, justifique sua resposta.

Acredito que sim parcialmente, mas talvez o formato ERE apresente dificuldades específicas, sobretudo quanto ao envolvimento e engajamento de parceiros locais - além de ser um **formato que potencialmente afasta o acaso e o eventual, sempre presentes quando estamos corporalmente imersos nas dinâmicas locais.**

- Você participaria de novo do projeto? Justifique sua resposta.

Sim, o projeto consegue renovar os aprendizados. No meu envolvimento com as disciplinas, por exemplo, participei de diferentes versões no mesmo território e em nenhum momento ocorreu um congelamento ou repetição do conhecimento prático, sempre fui surpreendido por situações, arranjos, pessoas, decisões e contextos novos e renovados e isso foi fundamental para os aprendizados.

- Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto?

**Acho que as interfaces com demais disciplinas correntes do curso e com outros cursos também é um ponto potente que merece não ser perdido de vista** - lembro de imersões que contaram com um compartilhamento de outros grupos de alunos que, por ocasião de outra disciplina (planejamento urbano, mas também colegas da economia), estavam fazendo uma visita de campo e as conversas e trocas foram muito ricas.

**Laís Cordeiro Godinho – aluna de Arquitetura e Urbanismo**

- Em qual ou quais semestres você participou do projeto?

2018/1 - Imersões: Raposos (mobilidade, projeto praça e levantamento histórico), 2018/2 - Imersões: Raposos (congado e ONG Casa de Gentil)

- Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)

Conheci por meio de participação em matéria de extensão disponível como optativa na grade curricular do meu curso.

- Em relação à sua vida acadêmica, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha de outras disciplinas extensionistas, modificação na percepção do curso de modo geral, aprofundamento em temáticas socio-ambientais, etc.)

Foi extremamente importante para ampliar minha visão pessoal e profissional. Diferente das matérias obrigatórias do curso, por meio das disciplinas de extensão, tive a oportunidade de **viver experiências que exigiram além do fator profissional, lidar com o agente ser humano, atuar em sociedade e com a sociedade, adotar estratégias de diálogo, encarar desafios imprevisíveis são alguns dos fatores que fizeram parte desta experiência.**

- Em relação à sua vida profissional, como você acha que a experiência de extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha da forma de atuação profissional, se a pessoa passou a estar envolvida com trabalhos voluntários, etc.)

Primeiramente ocorre uma mudança interna na maneira de pensar que influencia o comportamental que, com certeza marca a trajetória de maneira a moldar um profissional mais humano e socialmente consciente.

- Em relação à sua vida como cidadão, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: modificação da sua percepção dos espaços e a sua relação com as pessoas, influência na construção dos seus valores e na noção dos direitos dos cidadãos, mudança da percepção das questões sociais, se passou a realizar alguma atividade de cunho social, etc.)

Influenciou muito positivamente, principalmente trazendo maior lucidez sobre maneiras de atuar profissionalmente. **Me ensinou o quanto é importante considerar a estrutura social, cultural e natural de espaços antes de fazer qualquer intervenção.** Avaliar os fatores que podem ser significativos, **ouvir pessoas, buscar o histórico, entender como funciona o espaço e qual o papel que desempenha na perspectiva da sociedade.** A experiência me trouxe mais sensibilidade e consciência social.

- Qual a sua impressão sobre essa metodologia? (Identificar se é visita de campo, imersão, travessia ou ERE)

Minha experiência foi de imersão, completamente necessária e importante para minha formação.

- Quais as fragilidades que você identifica nessa metodologia? (Identificar se participou das imersões, visitas de campo, travessia e/ou ERE). Nessa pergunta, consideramos que essas críticas são essenciais para o desenvolvimento do projeto.

Particpei de imersões e pude identificar como fragilidade o baixo investimento que a universidade faz a este tipo de atividade (a dificuldade em conseguir transporte, a alimentação não ser de responsabilidade da universidade).

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto?

Achei incrível, teve um potencial transformador gigantesco em minha vida e percepção de sociedade.

- Você acha que esses resultados seriam possíveis a partir das outras metodologias (visitas de campo, imersões, travessia e ERE)? Por favor, justifique sua resposta.

Não sei dizer se o ERE possibilita que este tipo de experiência ocorra de maneira efetiva, pois um fator que percebi como fundamental nas experiências que tive foram as trocas, o diálogo, todas as atividades desempenhadas pessoalmente.

- Você participaria de novo do projeto? Justifique sua resposta.

Com certeza, inclusive já participei deste tipo de imersão três vezes e a cada experiência tive ganhos de aprendizados imensos.

- Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto?

Criticaria apenas a o fator de baixo investimento da universidade.

### **Leonardo Batista de Andrade – aluno de Arquitetura e Urbanismo**

- Em qual ou quais semestres você participou do projeto?

2017/2 - Imersões: Raposos (mobilidade, meio ambiente e cidade dormitório), 2018/1 - Imersões: Raposos (mobilidade, projeto praça e levantamento histórico)

- Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)

Eu já havia ouvido falar muito bem sobre o projeto quando estava de intercâmbio, em 2017/1. Quando retornei, em 2017/2, foi divulgada a chamada para seleção de bolsistas para o apoio nas imersões e assim se deu o início da minha relação com o projeto.

- Em relação à sua vida acadêmica, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha de outras disciplinas extensionistas, modificação na percepção do curso de modo geral, aprofundamento em temáticas socio-ambientais, etc.)

Após os semestres nos quais participei das imersões eu já estava me encaminhando para a finalização do curso, por isso não participei mais do projeto. Ainda assim, acredito que com estas experiências práticas eu passei a participar das discussões dos seminários teóricos do próprio curso com mais maturidade na **compreensão dos entraves e possibilidades da participação da comunidade no planejamento urbano**.

- Em relação à sua vida profissional, como você acha que a experiência de extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha da forma de atuação profissional, se a pessoa passou a estar envolvida com trabalhos voluntários, etc.)

Após a minha participação no projeto, busquei oportunidades de estágio nas quais a atuação profissional do arquiteto urbanista tivesse como premissa a **proposição de processos participativos para o planejamento urbano**, pois é o que eu gostaria de levar adiante depois de formado.

- Em relação à sua vida como cidadão, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: modificação da sua percepção dos espaços e a sua relação com as pessoas, influência na construção dos seus valores e na noção dos direitos dos cidadãos, mudança da percepção das questões sociais, se passou a realizar alguma atividade de cunho social, etc.)

Acho que o maior ganho que tive como participante do projeto foi na consciência da importância da minha participação não só como profissional, mas como cidadão no planejamento urbano, ainda que ainda sejam escassas as oportunidades.

- Qual a sua impressão sobre essa metodologia? (Identificar se é visita de campo, imersão, travessia ou ERE)

Particpei do projeto no momento em que era utilizado o método da imersão. Tenho a impressão que o grande ganho proporcionado nestas experiências é a possibilidade de **vivenciar na prática a diversidade do cotidiano da localidade, isto é, suas dinâmicas em uma sexta-feira à noite, em um sábado de manhã e em um domingo à tarde, por exemplo.**

- Quais as fragilidades que você identifica nessa metodologia? (Identificar se participou das imersões, visitas de campo, travessia e/ou ERE). Nessa pergunta, consideramos que essas críticas são essenciais para o desenvolvimento do projeto.

Particpei do projeto em dois semestres de imersão no município de Raposos. Ao final de cada um dos fins de semana de imersões era nítida a redução da quantidade de participantes, considerando que muitos foram deixando o grupo no decorrer das atividades programadas, restando poucos para cuidarem da organização final. Acredito que mesmo que muitos dos participantes confirmem sua disposição em participar das imersões, outros compromissos da vida em Belo Horizonte talvez acabem sendo prioridade.

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto?

De modo geral, foi fundamental para a minha formação a participação no projeto, destacando minha compreensão dos entraves e possibilidades dos processos participativos que são tão caros para nós, arquitetos urbanistas. Se por um lado os espaços de participação no âmbito do planejamento urbano sejam fundamentais para a construção da cidadania em suas diversas escalas, por outro lado apresentam entraves que ainda demandam para o seu enfrentamento diversas iniciativas como as propostas pelo projeto.

- Você acha que esses resultados seriam possíveis a partir das outras metodologias (visitas de campo, imersões, travessia e ERE)? Por favor, justifique sua resposta.

Acho que todas as metodologias são válidas e têm sua importância, porém penso que dificilmente uma pode substituir outra, considerando principalmente o tempo de envolvimento que cada uma demanda para o cumprimento de seus objetivos.

- Você participaria de novo do projeto? Justifique sua resposta.

Se possível, sim. Por já ter participado duas vezes das imersões, gostaria principalmente de experimentar os outros métodos.

- Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto?

Não tenho nenhuma crítica, mas deixo uma sugestão para as próximas imersões. **Se possível, que sejam em períodos de férias, possibilitando um período maior de imersão em um momento em que os alunos estejam com menos compromissos firmados com outras disciplinas.** É uma adaptação que também tem suas limitações, por exemplo a impossibilidade de pausa para o desenvolvimento das propostas a serem implementadas, o que é possível no período entre cada imersão.

**Laura de Paula e Silva – aluna de Arquitetura e Urbanismo**

- Em qual ou quais semestres você participou do projeto?

2019/1 - Imersões: Raposos (mineração)

- Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)

Conheci por indicação da Júnia a respeito da matéria UNI009.

- Em relação à sua vida acadêmica, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha de outras disciplinas extensionistas, modificação na percepção do curso de modo geral, aprofundamento em temáticas socio-ambientais, etc.)

A experiência com a extensão mudou completamente minha visão de universidade. Percebi que é possível **aproximação entre academia e sociedade que gere uma relação de troca justa, que permite o crescimento e fortalecimento de ambas.** Me fez acreditar no potencial transformador do conhecimento e da universidade.

- Em relação à sua vida profissional, como você acha que a experiência de extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha da forma de atuação profissional, se a pessoa passou a estar envolvida com trabalhos voluntários, etc.)

Profissionalmente a experiência de extensão me despertou o desejo de seguir na universidade e utiliza-la como ferramenta de verdadeira transformação.

- Em relação à sua vida como cidadão, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: modificação da sua percepção dos espaços e a sua relação com as pessoas, influência na construção dos seus valores e na noção dos direitos dos cidadãos, mudança da percepção das questões sociais, se passou a realizar alguma atividade de cunho social, etc.)

**A extensão nos aproxima de outras realidades e é capaz de aproximar e principalmente humanizar questões e desafios que muitas vezes são abstratos.** Por exemplo, ao conversar com pessoas que vivem sob o risco de rompimento de uma barragem, tenho uma dimensão maior das repercussões violência no dia a dia, diferente da percepção que se tem através do noticiário.

- Qual a sua impressão sobre essa metodologia? (Identificar se é visita de campo, imersão, travessia ou ERE)

Achei que através da imersão os vínculos com as pessoas e o território são fortalecidos e a leitura do espaço e do conflito torna-se mais fácil.

- Quais as fragilidades que você identifica nessa metodologia? (Identificar se participou das imersões, visitas de campo, travessia e/ou ERE). Nessa pergunta, consideramos que essas críticas são essenciais para o desenvolvimento do projeto.

Considero a imersão uma metodologia difícil de ser executada, demanda parceiros, um local para estadia e um trabalho de logística maior. **É também necessário um alinhamento muito firme entre os participantes sobre qual é o papel e postura de um extensionista**, sob risco de tornar as pessoas do território avessas a esse tipo de atividade.

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto?

Muito satisfatória. Foi possível trabalhar habilidades interpessoais, de leitura geográfica e emocionais. Além disso achei os resultados dos trabalhos muito potentes.

- Você acha que esses resultados seriam possíveis a partir das outras metodologias (visitas de campo, imersões, travessia e ERE)? Por favor, justifique sua resposta.



Acredito que são possíveis através de visitas de campo, porém com intensidades diferentes, na imersão a curva de aprendizado é muito mais rápida. A travessia acredito que proporciona aprendizados diferentes e acredito não ser possível alcançar os mesmos resultados com o ERE.

- **Você participaria de novo do projeto? Justifique sua resposta.**

Sim, acredito que toda experiência de extensão é enriquecedora de maneiras diferentes, proporcionando novos aprendizados.

- **Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto?**

Acho que é um projeto que demanda muita energia e tempo, portanto isso deve ficar claro no momento da matrícula, no caso da participação como aluno.

**Lara Valadares Torres Ferreira – aluna de Arquitetura e Urbanismo**

- **Em qual ou quais semestres você participou do projeto?**

2018/2 - Imersões: Raposos (congado e ONG Casa de Gentil), 2019/2 - Travessia (PARNA Gandarela)

- **Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)**

Conheci os projetos através do contato com outros alunos e alunas do curso e com a Professora Júnia. Participei da completa imersão na comunidade e no projeto em pauta, discussão e desdobramentos de diálogos no âmbito de projetos participativos para com a Casa de Gentil e seus usuários. Realizei a Travessia da Serra do Gandarela e participei das posteriores discussões sobre a manutenção e preservação desse território.

- **Em relação à sua vida acadêmica, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha de outras disciplinas extensionistas, modificação na percepção do curso de modo geral, aprofundamento em temáticas socio-ambientais, etc.)**

De uma forma mais objetiva, essas experiências me apresentaram outras formas de atuação muito mais próximas das minhas afinidades, pautando a participação popular em discussões de interesse coletivo em comunidades. De uma perspectiva mais subjetiva, as experiências

nas extensões tiveram papel importante em questionamentos posteriores com relação à minha participação na universidade, às possibilidades de atuação na área do urbanismo, me permitiram enxergar com mais clareza a abrangência.

- Em relação à sua vida profissional, como você acha que a experiência de extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha da forma de atuação profissional, se a pessoa passou a estar envolvida com trabalhos voluntários, etc.)

Minhas perspectivas de atuação já se alinhavam em muitos aspectos com as propostas da disciplina. No entanto, a experiência viva, real, palpável, traz a acessibilidade e a percepção de possibilidade mais concreta. As vivências coletivas intensificaram processos que já estavam em andamento. Muito foi mexido dentro de mim, **os desejos por uma atuação mais social foram evidenciados e multiplicados. Passei a buscar cada vez mais disciplinas e projetos que desafiam os diálogos com outros saberes**, com novas percepções de construção das cidades, que buscam esvaziar pré-conceitos e formar novos olhares mais sensíveis, que incentivam a criatividade e a percepção lúdica a fim de ampliar as visões de desenvolvimento social.

- Em relação à sua vida como cidadão, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: modificação da sua percepção dos espaços e a sua relação com as pessoas, influência na construção dos seus valores e na noção dos direitos dos cidadãos, mudança da percepção das questões sociais, se passou a realizar alguma atividade de cunho social, etc.)

A academia muitas vezes nos coloca em um lugar calcificado de muita produção objetiva e pouca reflexão subjetiva e sensível. Experiências como essas, de imersão, travessia, contato direto com outras existências e realidades nos permitem acessar sentimentos e percepções incríveis e possibilidades antes muito distantes dos olhos. **Nos permitem construir outros olhares sobre a vida e sobre suas formas de produção e resgatar valores dispersados, noções de direito apagadas.** Durante a pandemia, permiti o afloramento de outras vontades que, de certo, algo têm a ver com as experiências de extensão na comunidade de Raposos, em algum grau, uma vez que essas vivências deslocaram muitas percepções e me provocaram a construção longa e contínua de outras possibilidades de atuação: me formei Doula, e tenho o profundo desejo de tornar essa minha nova função acessível às comunidades, levar essa possibilidade às pessoas gestantes por meio do diálogo, lutar pelo acesso à doulagem

enquanto um direito social e institucional por meio de políticas públicas e de trocas coletivas de saberes.

- Qual a sua impressão sobre essa metodologia? (Identificar se é visita de campo, imersão, travessia ou ERE)

Processo da imersão: As propostas e os processos de construção coletiva foram conduzidos pela Professora Júnia e pelos colaboradores da Casa de Gentil, sempre de uma forma bastante horizontal, com muito respeito e diálogo. **Essa metodologia assumiu papel importante no incentivo ao desenvolvimento da autonomia dxs alunxs participantes para pensar os projetos.** Assumo que senti alguma dificuldade de criar iniciativas, eram muitas as possibilidades eu me sentia eufórica para participar de todas, acredito que a dificuldade se deu em função dessa euforia imediata com a minha primeira imersão. Hoje, acredito que seria diferente.

Com relação à Travessia, o processo se deu também de uma forma muito gentil e horizontal, foi extremamente emocionante viver essa experiência, as sensações são inenarráveis.

- Quais as fragilidades que você identifica nessa metodologia? (Identificar se participou das imersões, visitas de campo, travessia e/ou ERE). Nessa pergunta, consideramos que essas críticas são essenciais para o desenvolvimento do projeto.

Creio que há alguma fragilidade na dificuldade de tradução das experiências, de suas profundidades e intensidades, para a produção de um produto final. Não sei se seria uma fragilidade da metodologia especificamente.

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto?

Achei maravilhoso e de um privilégio imenso ter tido a oportunidade de vivenciar tudo que foi proposto e desenvolvido. **A extensão é uma iniciativa que deve ser fortalecida e ampliada, pois nos fornece experiências transformadoras e engrandecedoras, do ponto de vista individual, coletivo, pessoal e profissional.** Nos propõe novas formas de ver, viver e construir a cidade, as relações, os desenvolvimentos.

- Você acha que esses resultados seriam possíveis a partir das outras metodologias (visitas de campo, imersões, travessia e ERE)? Por favor, justifique sua resposta.

Sinceramente, não sei. Creio que temos como tirar proveito de cada uma dessas metodologias. No entanto, o contato continuado e próximo com os territórios, as comunidades e seus moradores por meio da imersão e travessia, possibilita acessar as pessoas e questões subjetivas com maior profundidade, não deixa que os questionamentos e os diálogos fiquem apenas no campo das suposições mais superficiais.

**- Você participaria de novo do projeto? Justifique sua resposta.**

Com certeza sim. aguardo ansiosa pelas futuras possibilidades. Agora, enquanto doula, espero poder agregar esse outro olhar nas discussões coletivas de pensar as cidades e as relações que a permeiam.

**- Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto?**

Sei que devemos ter em mente as limitações de logística e verba para a realização das atividades, além do fator tempo. Ainda assim, eu sugeriria imersões mais longas. Acho que isso poderia facilitar o desenvolvimento das produções finais.

**Larissa Garcia Pardini – aluna de Turismo**

**- Em qual ou quais semestres você participou do projeto?**

2018/1 - Imersões: Raposos (mobilidade, projeto praça e levantamento histórico), 2019/2 - Travessia (PARNA Gandarela)

**- Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)**

Fiquei sabendo do projeto através da minha orientadora e, por gostar muito da experiência de imersão, voltei na edição mais próxima que pude.

**- Em relação à sua vida acadêmica, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha de outras disciplinas extensionistas, modificação na percepção do curso de modo geral, aprofundamento em temáticas socio-ambientais, etc.)**

Me influenciou a pegar mais matérias na EAD e procurar pelos temas do urbanismo.

- Em relação à sua vida profissional, como você acha que a experiência de extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha da forma de atuação profissional, se a pessoa passou a estar envolvida com trabalhos voluntários, etc.)

As experiências que tive dentro da disciplina mudaram muito a minha forma de enxergar o mundo de uma maneira geral, ainda não pude incorporar em meu ambiente de trabalho, mas adoraria fazê-lo.

- Em relação à sua vida como cidadão, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: modificação da sua percepção dos espaços e a sua relação com as pessoas, influência na construção dos seus valores e na noção dos direitos dos cidadãos, mudança da percepção das questões sociais, se passou a realizar alguma atividade de cunho social, etc.)

**Mudou minha relação com a água, mais precisamente com a percepção de sua escassez, mudou a forma que enxergo os alimentos que consumo** e a travessia me trouxe uma melhor compreensão dos meus limites emocionais e físicos.

- Qual a sua impressão sobre essa metodologia? (Identificar se é visita de campo, imersão, travessia ou ERE)

**Desde que conheci a imersão comecei a achar os trabalhos de campo, bate e volta, bastante superficiais e insuficientes para o estudo do território**, entendo que nem sempre há a possibilidade de ter essa imersão em todas as matérias, mas seria riquíssima a possibilidade.

- Quais as fragilidades que você identifica nessa metodologia? (Identificar se participou das imersões, visitas de campo, travessia e/ou ERE). Nessa pergunta, consideramos que essas críticas são essenciais para o desenvolvimento do projeto.

Acredito que infelizmente não serão todos os alunos que poderão participar deste tipo de metodologia devido ao tempo que é preciso disponibilizar.

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto?

Foi uma das melhores experiências que tive dentro da universidade, as duas vezes que participei **mudaram minha relação com a pesquisa territorial**, com meus limites, com o

tempo dispendido em convivência em trabalhos em grupo e levei dele referências e amigos que me acompanham ainda hoje.

- **Você acha que esses resultados seriam possíveis a partir das outras metodologias (visitas de campo, imersões, travessia e ERE)? Por favor, justifique sua resposta.**

Acredito que é possível, porém o diferencial deste projeto é a metodologia e em tempos de isolamento imagino que tenha sido bem complicado manter a qualidade da experiência.

- **Você participaria de novo do projeto? Justifique sua resposta.**

Com certeza, participei de uma imersão e uma travessia e acredito que ambas as experiências ampliaram a minha visão do mundo, da pesquisa, dos trabalhos em grupo e do contato com o território.

- **Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto?**

Gostaria que a UFMG tivesse alguma forma de apoiar a participação de alunos que precisam trabalhar ou que tenham algum outro impedimento para participar.

### **Adolfo Fernandes Silva – aluno de Arquitetura e Urbanismo**

- **Em qual ou quais semestres você participou do projeto?**

2017/2 - Imersões: Raposos (mobilidade, meio ambiente e cidade dormitório), 2018/2 - Imersões: Raposos (congado e ONG Casa de Gentil), 2019/2 - Travessia (PARNA Gandarela)

- **Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)**

Minha primeira participação no projeto foi dentro da Oficina de Planejamento Urbano, uma matéria obrigatória na minha grade. Como já conhecia a Junia, optei por cursar a disciplina com ela, mesmo sem saber exatamente como seria. Na oficina desenvolvemos uma proposta de plano de turismo para a cidade de Raposos, articulado com os planos formulados por outros alunos. Minha segunda e terceira participações foram pela UNI009, então eu já conhecia as metodologias e tinha ideia de como seria, mais ou menos. Na UNI trabalhamos na organização da festa de aniversário da Casa de Gentil e no registro das festividades do Congado.

- Em relação à sua vida acadêmica, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha de outras disciplinas extensionistas, modificação na percepção do curso de modo geral, aprofundamento em temáticas socio-ambientais, etc.)

Particularmente, **eu acredito que a extensão deveria ser a cara da universidade brasileira.** De uma modo geral, os produtos e as discussões gerados nas disciplinas que eu tive maior contato com o "objeto de estudo" foram os mais críveis, por assim dizer. **As metodologias utilizadas no projeto (especialmente as imersões) expandem de maneira muito significativa as dimensões nas quais o território pode ser apreendido** e acabam por subsidiar de maneira mais sólida as possíveis propostas de intervenções arquitetônicas e/ou urbanísticas.

- Em relação à sua vida profissional, como você acha que a experiência de extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha da forma de atuação profissional, se a pessoa passou a estar envolvida com trabalhos voluntários, etc.)

Eu possuo um interesse particular mais direcionado ao urbanismo e ao planejamento urbano e acho que as disciplinas dentro do projeto propõem métodos de análise e a possibilidade da execução de atividades práticas que quase não aparecem em outras disciplinas. Isso se distancia bastante da prática urbanística que a gente exercita no restante do curso - ou ao menos **se aproxima dos modelos de planejamento mais inclusivos e menos descentralizados que as outras disciplinas incentivam ou alegam procurar.** Também entendo que o fato de isso ser possível de ser realizado em uma disciplina que trabalha no nível municipal (uma escala relativamente extensa) é um grande mérito do projeto.

- Em relação à sua vida como cidadão, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: modificação da sua percepção dos espaços e a sua relação com as pessoas, influência na construção dos seus valores e na noção dos direitos dos cidadãos, mudança da percepção das questões sociais, se passou a realizar alguma atividade de cunho social, etc.)

Para além das questões acadêmicas, práticas ou teóricas, tanto as experiências que tive em Raposos quanto a travessia do PARNA certamente tiveram uma grande influência no meu desenvolvimento interpessoal e também no **fortalecimento do conceito de cidadania.**

- Qual a sua impressão sobre essa metodologia? (Identificar se é visita de campo, imersão, travessia ou ERE)

Eu gostei muito das metodologias. Acho que elas nos aproximam de maneira ímpar aos assuntos propostos e também se configuram como um dos grandes atrativos para as disciplinas dentro do projeto, do meu ponto de vista. **Na minha experiência específica, as metodologias foram evoluindo em complexidade (visitas de campo > imersões > travessia), o que eu julgo bem interessante.** Outra coisa muito legal é que as disciplinas tiveram um caráter bastante transversal, o que permitiu tanto o enriquecimento das discussões que antes tínhamos encerrados dentro da EA quanto a participação de pessoas de diversos campos e ocupações.

- Quais as fragilidades que você identifica nessa metodologia? (Identificar se participou das imersões, visitas de campo, travessia e/ou ERE). Nessa pergunta, consideramos que essas críticas são essenciais para o desenvolvimento do projeto.

Me lembro que discutimos algumas questões mais pontuais sobre planejamento e organização das atividades durante as imersões em Raposos, principalmente.

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto?

Achei incrível.

- Você acha que esses resultados seriam possíveis a partir das outras metodologias (visitas de campo, imersões, travessia e ERE)? Por favor, justifique sua resposta.

Não sei como estão sendo as disciplinas agora no ERE, mas acredito que talvez das metodologias citadas as visitas de campo sejam as mais fáceis de serem replicadas, na medida do possível.

- Você participaria de novo do projeto? Justifique sua resposta.

Participaria, dependendo das dinâmicas online.

- Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto?

Eu sugiro que vocês continuem evoluindo o trabalho, porque acho que o projeto como um todo tem muito potencial ainda.



**Beatriz Ribeiro Bartholo – aluna de Arquitetura e Urbanismo**

- Em qual ou quais semestres você participou do projeto?

2019/2 - Travessia (PARNA Gandarela), 2020/1 - Ensino Remoto Emergencial (TVA e PARNA Gandarela)

- Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)

Já havia ouvido falar sobre o projeto entre colegas de turma, mas conheci mais profundamente, a ponto de participar das disciplinas, por meio da minha Pesquisa de Iniciação Científica com a professora Elisângela de Almeida, que tinha como foco comum a região da Serra do Gandarela e por isso a oportunidade de realizar a travessia pelo PARNA Gandarela foi fundamental na compreensão do território.

- Em relação à sua vida acadêmica, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha de outras disciplinas extensionistas, modificação na percepção do curso de modo geral, aprofundamento em temáticas socioambientais, etc.)

**A imersão no PARNA Gandarela me fez aprofundar na temática de conflitos socioambientais e em ações voltadas para a autonomia dos indivíduos por meio da escolha e outras disciplinas optativas, grupos de estudo e de pesquisas individuais.** A travessia de 2019 me permitiu aprofundar na compreensão do território em conjunto com minha Iniciação Científica em ordenamento territorial e conservação ambiental em 2019 e, posteriormente, também contribuiu para meu ingresso em um outro projeto de extensão denominado "Travessias" do IGC em 2020. Além disso, a participação na disciplina em 2019 contribuiu significativamente para a minha escolha em participar do projeto enquanto bolsista em 2020 e 2021 e conseqüentemente para **a construção de uma bagagem significativa de conhecimento acadêmico dentro dessa temática.** Vale citar também que a extensão me possibilitou participar de diversos eventos acadêmicos e publicar artigos também.

- Em relação à sua vida profissional, como você acha que a experiência de extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: influência na escolha da forma de atuação profissional, se a pessoa passou a estar envolvida com trabalhos voluntários, etc.)

Com certeza me aproximar do projeto de extensão me fez ampliar horizontes em relação à capacidade de atuação profissional de uma pessoa arquiteta-urbanista, especialmente por não se tratar de um percurso tradicional da Escola de Arquitetura. Como ainda estou na graduação, a minha forma de atuação profissional até então se manifestou por meio do interesse de ser e de continuar bolsista consecutivamente.

- Em relação à sua vida como cidadão, como você acha que a experiência da extensão influenciou suas próximas escolhas? (ex: modificação da sua percepção dos espaços e a sua relação com as pessoas, influência na construção dos seus valores e na noção dos direitos dos cidadãos, mudança da percepção das questões sociais, se passou a realizar alguma atividade de cunho social, etc.)

Como cidadã o projeto com certeza teve grande influência, **pois passei a compartilhar e a saber mais informações sobre esses territórios**, bem como me engajar em ações em conjunto com parceiros do projeto.

- Qual a sua impressão sobre essa metodologia? (Identificar se é visita de campo, imersão, travessia ou ERE)

Para quem já teve um gostinho das imersões o ERE não é suficiente para matar toda a saudade e a vontade, mas com certeza é importante para manter algum tipo de relacionamento com esses territórios.

- Quais as fragilidades que você identifica nessa metodologia? (Identificar se participou das imersões, visitas de campo, travessia e/ou ERE). Nessa pergunta, consideramos que essas críticas são essenciais para o desenvolvimento do projeto.

ERE: dificuldade de amplo acesso à internet (caso não haja internet não há comunicação) e por si só não é capaz de possibilitar a compreensão aprofundada do lugar.

Travessia: as fragilidades que consigo identificar são a não acessibilidade dos trajetos (só um grupo seleto de pessoas podem ter essa experiência) e também a dificuldade de materialização de produtos.

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto?

Achei (e acho) revolucionário. Costumo brincar que, durante a travessia, fiquei rolando os 4 dias seguidos montanha a baixo, pois **quando voltei não tinha como as perspectivas se manterem as mesmas**. Dali em diante essas transformações continuaram acontecendo (em um outro ritmo, mas com a mesma potência).

- **Você acha que esses resultados seriam possíveis a partir das outras metodologias (visitas de campo, imersões, travessia e ERE)? Por favor, justifique sua resposta.**

Entre a metodologia da travessia e a do ERE, não acredito que seja possível fazer comparações, pois estas servem a propósitos diferentes. ERE tem o caráter emergencial e possibilita a ampliação da percepção sobre comunicação e internet por meio da integração de diferentes pessoas em diferentes locais, mas não dão conta de suprir a potência transformadora das imersões.

- **Você participaria de novo do projeto? Justifique sua resposta.**

Com certeza. Projetos como esse são aqueles que fazem sentido individualmente e coletivamente.

- **Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto?**

Que seja possível retornar logo aos territórios assim que seguro para todos.

### **Eribaldo Pereira Santos – parceiro de Raposos**

- **Em qual ou quais semestres você participou do projeto?**

2017/2 - Imersões: Raposos (mobilidade, meio ambiente e cidade dormitório), 2018/1 - Imersões: Raposos (mobilidade, projeto praça e levantamento histórico), 2018/2 - Imersões: Raposos (congado e ONG Casa de Gentil), 2019/1 - Imersões: Raposos (mineração)

- **Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)**

Através da ONG Casa de Gentil, com quem a paróquia mantinha parceria.

- **Como você acha que a experiência com o projeto influenciou a sua relação com o município? (exemplo: se você se sente mais engajado nas questões locais, se passou a observar questões no município que antes não observada, passou a exercer mais direitos, etc.)**

**Trouxe um maior engajamento da comunidade com relação às questões que afetavam a cidade** (meio ambiente, preservação de patrimônio tombado, cultura, qualidade de vida, circulação urbana...).

- Como você acha que a experiência com o projeto influenciou a sua relação com a Universidade? (exemplo: se sua perspectiva sobre a universidade mudou, se passou a conhecer mais proximamente a Universidade, etc.)

**Criou uma ponte de diálogo e relação entre a comunidade (paróquia) e a academia, especialmente despertando nos jovens a perspectiva do saber continuado.** Pessoalmente, como presbítero, contribuiu para a superação de pré-conceitos de ambas as partes.

- Você já tinha tido a experiência de ser parceiro de algum outro projeto ou Universidade? Se sim, explicar qual outra parceria já foi realizada.

Sim. Com ONG's envolvidas com o trabalho junto a: dependentes químicos em recuperação, moradores de rua, portadores de deficiências físicas, portadores de deficiências mentais.

- Em que medida essa aproximação com o projeto e a Universidade beneficiou o seu projeto?

Agregou novas pessoas, ampliou os espaços de atuação, relação humana com os estudantes que foram acolhidos nas dependências da paróquia local.

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto?

Extremadamente positiva, com total abertura a novas parcerias.

- Você faria de novo essa parceria? Justifique sua resposta.

Com certeza.

- Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto?

**Creio que há necessidade de um maior suporte econômico da Universidade ao projeto**, que proporciona aos alunos a possibilidade de sair da bolha da academia, aproximando-se da realidade concreta da população.

## **Glauco Gonçalves Dias – parceiro de Raposos**

### **- Em qual ou quais semestres você participou do projeto?**

2016/2 - Visitas de campo: Ribeirão das Neves, Matozinhos, Raposos, 2017/2 - Imersões: Raposos (mobilidade, meio ambiente e cidade dormitório), 2018/1 - Imersões: Raposos (mobilidade, projeto praça e levantamento histórico), 2018/2 - Imersões: Raposos (congado e ONG Casa de Gentil), 2019/1 - Imersões: Raposos (mineração), 2019/2 - Travessia (PARNA Gandarela)

### **- Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)**

Soube da concepção do Lumes dentro do Plano Diretor Metropolitano via um amigo doutorando da UFMG. Procurei os professores envolvidos no projeto e conseguimos atrair a realização das visitas, imersões e Travessia para Raposos. Acompanho esse movimento desde o primeiro momento.

### **- Como você acha que a experiência com o projeto influenciou a sua relação com o município? (exemplo: se você se sente mais engajado nas questões locais, se passou a observar questões no município que antes não observada, passou a exercer mais direitos, etc.)**

O olhar externo trazido por alunos e **professores nos ajuda a enxergar melhor o lugar onde vivemos**. As demandas relacionadas à apresentações e aulas me fizeram estudar minha cidade e compreendê-la melhor.

### **- Como você acha que a experiência com o projeto influenciou a sua relação com a Universidade? (exemplo: se sua perspectiva sobre a universidade mudou, se passou a conhecer mais proximamente a Universidade, etc.)**

Foi incrível ver a disponibilidade da Universidade em sair de seus muros e se entregar para nossa população, **provocando reflexões em trocas intensas**.

### **- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto?**

Sou completamente apaixonado por esse projeto!!!

### **- Você faria de novo essa parceria? Justifique sua resposta.**

Sempre. O mergulho no território sempre nos permite entendê-lo melhor e ajudar a encontrar nosso traço cultural, nossa autonomia e soberania como território.

- Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto?

Sugestão: que dure por muitos anos!!!

**Sarah Alberti Ramos de Paula – parceira de Raposos**

- Em qual ou quais semestres você participou do projeto?

2017/2 - Imersões: Raposos (mobilidade, meio ambiente e cidade dormitório), 2018/1 - Imersões: Raposos (mobilidade, projeto praça e levantamento histórico), 2018/2 - Imersões: Raposos (congado e ONG Casa de Gentil), 2019/1 - Imersões: Raposos (mineração), 2019/2 - Travessia (PARNA Gandarela)

- Qual a sua relação com o projeto? (exemplo: como você conheceu, como participou, etc.)

Faço parte da Casa de Gentil em Raposos. Acompanhei, apoiei e fui beneficiada enquanto parte da instituição, das inversões que ocorreram em Raposos.

- Como você acha que a experiência com o projeto influenciou a sua relação com o município? (exemplo: se você se sente mais engajado nas questões locais, se passou a observar questões no município que antes não observada, passou a exercer mais direitos, etc.)

A experiência com o projeto **me ajudou a reforçar o valor das potencialidades que temos em Raposos**, a importância da coletividade e também a reascender a esperança por trazer tantas presenças e vivências para somar com a gente.

- Como você acha que a experiência com o projeto influenciou a sua relação com a Universidade? (exemplo: se sua perspectiva sobre a universidade mudou, se passou a conhecer mais proximamente a Universidade, etc.)

As últimas interações diretas que tive com a universidade foi através do projeto. Passei a admirar ainda mais.

- Você já tinha tido a experiência de ser parceiro de algum outro projeto ou Universidade? Se sim, explicar qual outra parceria já foi realizada.

Sim. Me formei na PUC Minas, onde a Casa de Gentil teve um dia de atividades no complexo esportivo por alguns anos.

- Em que medida essa aproximação com o projeto e a Universidade beneficiou o seu projeto?

Agregou novas pessoas, **ampliou os espaços de atuação, divulgou o projeto, possibilitou novas oportunidades**, despertou e trouxe novos e importantes olhares para o nosso território.

- De modo geral, o que você achou de participar deste projeto?

Foi uma experiência extremamente gratificante, rica e potente.

- Você faria de novo essa parceria? Justifique sua resposta.

Com certeza sim. Todos os benefícios conquistados e as trocas feitas só aumentariam.

- Quais críticas e sugestões você teria sobre o projeto?

Minha sugestão é que o projeto ocorra por um período de tempo maior.